



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS**

ALZENIRA AQUINO DE OLIVEIRA

**“ESSE DESCASO VAI CONTINUAR?”
AS LUTAS POR RECONHECIMENTO DE UM POVO: UMA ANÁLISE
SOCIOLOGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO DO POVO
SURDO DURANTE A PANDEMIA**

São Cristóvão (SE)

2022

ALZENIRA AQUINO DE OLIVEIRA

**“ESSE DESCASO VAI CONTINUAR?”
AS LUTAS POR RECONHECIMENTO DE UM POVO: UMA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO DO POVO
SURDO DURANTE A PANDEMIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito à obtenção do título de Doutora em Letras.

Prof. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa
Orientadora

São Cristóvão (SE)

2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Alzenira Aquino de.

O48e “Esse descaso vai continuar?” as lutas por reconhecimento de um povo: uma análise sociológica e comunicacional do discurso do povo surdo durante a pandemia / Alzenira Aquino de Oliveira; orientadora Cleide Emília Faye Pedrosa. – São Cristóvão, SE, 2022.

223 f.; il.

Tese (doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Análise crítica do discurso. 2. Surdos - Educação. 3. Reconhecimento (Direito). 4. COVID-19, Pandemia de, 2020- . 5. Língua de sinais. I. , orient. II. Título.

CDU 81'27



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO E DOUTORADO EM LETRAS



Ata de Defesa da Tese de Doutorado da
aluna **ALZENIRA AQUINO DE OLIVEIRA**,
em 14 de dezembro de 2022.

1 No décimo quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois, às oito horas,
2 realizou-se por meio de videoconferência, a sessão pública de defesa da Tese:
3 **“ESSE DESCASO VAI CONTINUAR?” AS LUTAS POR RECONHECIMENTO DE**
4 **UM POVO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO**
5 **DO POVO SURDO DURANTE A PANDEMIA**, apresentada pela aluna **ALZENIRA**
6 **AQUINO DE OLIVEIRA**, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de
7 **DOUTORA EM LETRAS**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. VANDERLEI JOSE
8 ZACCHI, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da
9 Universidade Federal de Sergipe, e segundo os registros constantes nos arquivos da
10 Secretaria da Coordenação de Pós-Graduação (COPGD). Os trabalhos foram
11 instalados pela Prof^ª. Dr^ª. CLEIDE EMILIA FAYE PEDROSA, Presidente da Banca
12 Examinadora, que foi constituída pelos seguintes professores: Prof^ª. Dr^ª. ANA
13 REGINA E SOUZA CAMPELLO, 1^a examinadora; Prof. Dr. JOÃO PAULO LIMA
14 CUNHA, 2^a examinador; Prof^ª. Dr^ª. ANA FLORA SCHLINDWEIN, 3^a examinadora;
15 Prof. Dr. RICARDO NASCIMENTO ABREU, 4^o examinador e Prof^ª. Dr^ª. CLEIDE
16 EMILIA FAYE PEDROSA, orientadora da candidata e Presidente da Banca
17 Examinadora. Declarada aberta a sessão, a Presidente concedeu a palavra à
18 candidata para que ela fizesse, no tempo máximo de vinte minutos, a apresentação de
19 sua Tese. Ao término da apresentação, a Presidente, Prof^ª. Dr^ª. CLEIDE EMILIA
20 FAYE PEDROSA, passou a palavra aos membros da Banca Examinadora que
21 iniciaram a arguição, na seguinte ordem: Prof. Prof^ª. Dr^ª. ANA REGINA E SOUZA
22 CAMPELLO; Prof. Dr. JOÃO PAULO LIMA CUNHA; Prof^ª. Dr^ª. ANA FLORA
23 SCHLINDWEIN; Prof. Dr. RICARDO NASCIMENTO ABREU e Prof^ª. Dr^ª. CLEIDE
24 EMILIA FAYE PEDROSA. Ao término de cada arguição, que durou em média trinta
25 minutos, a Presidente da Banca Examinadora concedeu o mesmo tempo à candidata
26 para que a mesma pudesse responder às arguições dos referidos membros da Banca
27 Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, a senhora Presidente solicitou aos
28 membros da banca que se conectassem a uma sala virtual, não pública, para as
29 deliberações finais e escrita do parecer em cumprimento ao artigo 58, da
30 RESOLUÇÃO Nº 72/2014/CONPEPE, tendo sido atribuída à candidata a seguinte
31 menção: (X) APROVADA ou () REPROVADA. Em seguida, de volta à sala pública
32 de videoconferência, a banca emitiu um breve parecer sobre a avaliação geral do
33 trabalho da aluna **ALZENIRA AQUINO DE OLIVEIRA**, a saber: esta é uma pesquisa
34 de grande relevância social e acadêmica, contribuindo, significativamente, com a
35 agenda dos Estudos Surdos e o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do
36 Discurso decolonial, especificamente com a Abordagem Sociológica e Comunicacional
37 do Discurso, logo, incentivamos sua publicação em artigos e livro. A Presidente da
38 Banca Examinadora, Prof^ª. Dr^ª. CLEIDE EMILIA FAYE PEDROSA, proclamou a
39 candidata **ALZENIRA AQUINO DE OLIVEIRA, DOUTORA EM LETRAS**, devendo
40 este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação
41 (CPG). Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou esta sessão, cujos
42 trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, JAIME MACHADO PORTO FILHO,

8
9
10
11
12



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO E DOUTORADO EM LETRAS



1 secretário do PPGL, a qual assino juntamente com os senhores membros da Banca
2 Examinadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 14 dezembro de
3 2022.

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

Jaime Machado Porto Filho
Secretário do PPGL
JAIME MACHADO PORTO FILHO

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO
Data: 14/12/2022 12:47:38-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

1ª Examinadora
Profª. Drª ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO PAULO LIMA CUNHA
Data: 14/12/2022 13:15:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

2ª Examinador
Prof. Dr. JOÃO PAULO LIMA CUNHA

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA FLORA SCHLINDWEIN
Data: 16/12/2022 08:53:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

3ª Examinadora
Profª. Drª. ANA FLORA SCHLINDWEIN

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO NASCIMENTO ABREU
Data: 16/12/2022 08:28:51-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

4º Examinador
Prof. Dr. RICARDO NASCIMENTO ABREU

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEIDE EMILIA FAYE PEDROSA
Data: 14/12/2022 14:53:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Presidente da Banca Examinadora
Profª. Drª. CLEIDE EMILIA FAYE PEDROSA

8

9

10

11

12

Dedico esta Tese ao Povo Surdo, silenciado e invisibilizado por pertencer a uma minoria linguística.

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos a Deus, por ter permitido que eu sobrevivesse à covid-19 e ultrapassasse as barreiras impostas pelas sequelas neurológicas causadas pelo vírus. Também agradeço ao Divino Pai pela renovação das minhas forças, a cada dia, para iniciar, prosseguir e finalizar a pesquisa e a escritura da Tese. Sem Ele, nada seria possível!

Afirmo que desafio proporcional à escritura desta Tese, foi utilizar apenas duas páginas para manifestar os agradecimentos a quem compartilhou comigo dessa trajetória durante os 04 anos do curso. Mas, vamos em frente, vou tentar!

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa por ter sido muito mais que orientadora do meu trabalho. Por ser amiga, compreensiva, inspiradora, pelas cobranças nas horas certas, sempre pautada pela ética e respeito ao próximo. Pela confiança sempre em minha capacidade, até quando eu mesma duvidei. Enfim foi um privilégio ser sua orientanda, obrigada por tudo!

Agradeço aos membros das bancas de qualificação e defesa. Dra. Ana Flora Schlindwein, Dra. Ana Regina Souza e Campello, Dr. João Paulo Lima Cunha e Dr. Ricardo Nascimento Abreu, pela disponibilidade, dedicação, gentileza nos comentários, e pelas sábias e decisivas contribuições na fase de qualificação. Equipe de ouro!

Agradeço à Profa. Dra. Marlene de Almeida Augusto de Sousa e estendo estes agradecimentos a todos os professores das disciplinas cursadas, pelos conhecimentos compartilhados e debates enriquecedores.

Aos colegas da primeira fase do curso, refiro-me àqueles que foram companheiros nas primeiras disciplinas cursadas, em especial a Anna Gabriela, Cecília, Gabi Botelho, Mayara, Neilton, Rick, Solange e Ronney por terem se tornado amigos e pelas trocas de mensagens de otimismo em momentos difíceis.

Aos colegas da segunda fase, filiados ao grupo de pesquisa da ASCD, em especial Ana Cecília, Ângelo, Augusto, João Paulo, Leoni, Juliana e Maiane, pela troca de conhecimentos, apoio, carinho e incentivo sempre. Grupo TOP!

Às colegas Íris e Gilvânia, essenciais no início do curso, pelo compartilhamento de suas pesquisas, trocas de experiências e amizade.

Aos colegas professores Ana Flora, Fernando, Isa Regina e Mônica pelo apoio, incentivo e suporte durante a jornada.

Aos colegas de trabalho Flávio, David e Tenisa pelo suporte e estímulo sempre, cada um do seu jeitinho, tiveram papéis importantes durante o curso. Contar com essa equipe tornou a caminhada mais leve.

Aos intérpretes de Libras-Língua Portuguesa Aída Aragão, Daniel Dertônio, Raquel Silveira e Jorge Fortes pela disponibilidade e participação na banca de qualificação e a Aída Aragão, Daniel Dertônio e Áquila Barbosa que abrilhantaram com muita competência a minha defesa.

A Rejane Oliveira, determinante na fase final, com profissionalismo, dedicação e empenho na revisão geral da Tese.

A todas as amigas além dos portões da UFS, pela confiança, estímulo, momentos de confraternização, e companheirismo sempre. Amigo(a) é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito...

Agora, a hora de agradecer à família. Meu filho Matheus pela paciência e presença nos momentos de estresse e sufoco, sempre “de boas”. Minha filha Loide, do jeitinho dela, sempre na torcida e confiante que juntamente com o meu genro Roberto Nu colaboraram com a versão na língua inglesa do resumo. Minha irmã Jakeline e meu cunhado Jorgean pela insistência em me tirar um pouco de casa e me fazer descontrair e rir bastante. Minha irmã Alzira, do seu jeito especial, sempre torcendo e orando por mim. Minha sogra, sempre amável e tão confiante no meu sucesso. Aos que não tem muita proximidade, mas que moram em meu coração.

Agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indireta torceram e acreditaram em mim, especialmente durante os 04 anos do curso de doutorado.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Meu agradecimento mais profundo ao meu esposo, meu amigo e companheiro Márcio, chego a ser redundante, mas é necessário. Desde a minha inscrição na seleção no PPGL até a última linha escrita na Tese, seu amor, sua dedicação, sua paciência, sua sensatez, incentivo e apoio incondicionais foram determinantes em todos os momentos. Obrigada pelo privilégio de compartilhar a vida com você!

RESUMO

Na segunda década do século XXI, o Povo Surdo ainda vive à margem da sociedade e por isso luta por reconhecimento e direitos. A sua primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, não é contemplada no currículo escolar, a acessibilidade comunicacional é garantida por lei, mas não se efetiva na prática. Tais condições reverberam em barreiras de acesso ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde, às artes, à pesquisa, à informação, à participação efetiva na sociedade brasileira, ou seja, falta-lhe o exercício da cidadania, configurando-se como um problema social. Diante do contexto pandêmico a partir de março/2020 essa situação se agravou. Enquanto as pessoas ouvintes foram bombardeadas com informações sobre o novo coronavírus, observamos que esse conteúdo e suas respectivas atualizações não chegavam às pessoas Surdas, pois não foram veiculadas em Libras. Os Surdos ficaram sem acesso às informações. Nesse contexto, este estudo busca atender às inquietações da pesquisadora em relação à acessibilidade comunicacional do Povo Surdo durante a pandemia. O objetivo geral é analisar criticamente, ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), os discursos dos Atores Sociais Surdos, em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da covid-19 a partir do seu protagonismo em vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*, evidenciando as reivindicações pelos direitos linguísticos, culturais, reconhecimento e respeito do Povo Surdo. Para isso, nos orientamos nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD) por assumir postura inversa às ações que causam desigualdades sociais e exclusão (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DICK, 2008; PEDROSA, 2013; MAGALHÃES 2017; CUNHA, 2021; IRINEU, 2021). Procuramos agregar contribuições teóricas distintas, pois a transdisciplinaridade na ACD advém de sua própria origem, de sua concepção de discurso, de seu caráter crítico, de sua visão dialética, e também de suas possibilidades metodológicas (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018). Com esse fundamento, as pesquisas em ACD são guiadas por seu próprio objeto, é o caso deste trabalho. Os caminhos metodológicos seguiram as trilhas de uma pesquisa qualitativo-interpretativista, sem, contudo, desprezar aspectos quantitativos de representatividades em seus resultados. Ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (PEDROSA, 2014, 2016) agregamos os Estudos Surdos (SKLIAR e PERLIN, 1998, 2001; PESAVENTO, 2005; LOPES, 2007; STROBEL, 2006, 2008, 2009; SILVA, 2014; HALL; WOODWARD, 2014; FRANCO, 2014; ERNSEN, 2016; PEDROSA et al., 2021) e a Luta por Reconhecimento (Axel Honneth, 2003), aliados aos estudos do Sistema de Avaliatividade (HALLIDAY, 2004; MARTIN e WHITE 2004) e à teoria dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 2008). Para desenvolvimento da tese, assistimos a 122 vídeos em Libras postados no *YouTube*, protagonizados por atores sociais Surdos. Realizamos os procedimentos de tradução para a língua portuguesa na modalidade escrita para apresentação neste trabalho. Após decisões metodológicas baseadas nos critérios de relevância, homogeneidade e sincronicidade (BAUER e GASKELL 2008; BAUER e ARTS, 2008), constituímos o *corpus* com vinte e três fragmentos que contemplam os desafios de acessibilidade comunicacional dos Surdos durante a pandemia. Ficou constatado pela discursividade que para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional dos Atores Sociais Surdos durante a pandemia da covid-19, as formas de reconhecimento ativadas em sessenta e nove por cento do *corpus* estão vinculadas ao desrespeito, privação de direitos e exclusão na esfera das relações jurídicas. Em escala bem menor, correspondendo a trinta por cento, a estima social e autoestima como autorrelação prática no âmbito da Comunidade de Valores, esfera da Solidariedade. Finalmente, enquanto pesquisadores embasados na ACD/ASCD, como pressuposto teórico, contribuímos por meio desta tese, com o registro das situações vivenciadas pelos Surdos durante a pandemia, e denunciemos sua situação desprivilegiada no tocante ao acesso à comunicação.

Palavras-chaves: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso; Acessibilidade comunicacional; Luta por Reconhecimento; Pandemia; Povo Surdo.

ABSTRACT

In the 21st century's second decade Deaf People still live on the margins of society and therefore fight for recognition and rights. Their first language, the Brazilian Sign Language - LIBRAS, is not included in the school curriculum, communicational accessibility is guaranteed by law, but ineffective in practice. Such conditions reverberate in access barriers to the labor market, health services, arts, research, information, effective participation in Brazilian society, meaning the very lack of citizenship exercise, configuring itself a social problem. Up front pandemic context, as of March/2020, this situation got worse. While hearing people were bombarded with information about the new coronavirus, we observed that this content and its respective updates did not reach Deaf people, in most part they were not broadcast in Libras. The Deaf were left without access to information. In this context, this study seeks to address the researcher's concerns regarding the Deaf People's communicational accessibility during the pandemic. The general objective is to critically analyze the discourses of Deaf Social Actors in relation to the challenges of communicational accessibility faced during the pandemic getting guided by Sociological and Communicational Approach to Discourse ASCD. This analysis is based on videos performed by those very Deaf Social Actors on the YouTube platform with evidence in claims for rights: linguistic, cultural, recognition and respect for the Deaf People. The videos in Libras were translated and presented in the written modality of the Portuguese language. For this, we are guided by the assumptions of Critical Discourse Analysis (CDA), by assuming the opposite position to actions that cause social inequalities and exclusion (FAIRCLOUGH, 2001; VANDICK, 2008; PEDROSA, 2013; MAGALHÃES 2017; CUNHA, 2021; IRINEU, 2021). We seek to add distinct theoretical contributions, as transdisciplinarity in CDA comes from its own origin, its conception of discourse, its critical character, its dialectical vision, and also its methodological possibilities (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018). With this foundation, research in CDA is guided by its own object, which is the case of this work. The methodological paths followed the trails of a qualitative-interpretative research, without, however, neglecting quantitative aspects of representativeness in its results. Anchored in ASCD (PEDROSA, 2014, 2016), we added Deaf Studies (SKLIAR and PERLIN, 1998, 2001; PESAVENTO, 2005; LOPES, 2007; STROBEL, 2006, 2008, 2009; SILVA, 2014; HALL; WOODWARD, 2014; FRANCO, 2014; ERNSEN, 2016; PEDROSA et al., 2021) and the Fight for Recognition (HONNETH, 2003), combined with studies of the Appraisal System, Systemic-Functional Grammar (HALLIDAY, 2004; MARTIN and WHITE 2004) and the theory of Social Actors (VAN LEEUWEN, 2008; DUBAR, 1997). To develop this thesis, we watched 122 videos in Libras, posted on the YouTube channel and 09 HEIs (Higher Education Institutions) were selected, starring Deaf Social Actors. We carried out the procedures of translation into Portuguese in the written modality for presentation in this work. After methodological decisions, based on the criteria of relevance, homogeneity and synchronicity (BAUER and GASKELL 2008; BAUER and ARTS, 2008), we constituted the corpus with twenty-four fragments that contemplate the challenges of communicational accessibility of the Deaf during the pandemic. It was verified by the discourse that, in order to face the challenges of communicational accessibility of the Deaf Social Actors during the covid-19 pandemic, the forms of recognition activated in sixty-nine percent of the corpus are linked to disrespect, deprivation of rights and exclusion in the sphere of legal relationships. On a much smaller scale, corresponding to thirty percent, social esteem and self-esteem as a practical self-relation within the Community of Values, sphere of Solidarity. Finally, as researchers based on the ACD/ASCD, as a theoretical assumption, we contribute, through this thesis, with the recording

of situations experienced by the Deaf during the pandemic, denouncing their underprivileged situation with regard to access to communication.

Keywords: Sociological and Communicational Discourse Approach; Communication accessibility; Struggle for Recognition; Pandemic; Deaf People.

RESUMEN

En la segunda década del siglo XXI, las Personas Sordas aún viven al margen de la sociedad y por ello luchan por el reconocimiento y los derechos. Su primera lengua, la Lengua de Signos Brasileña - LIBRAS, no está incluida en el currículo escolar, la accesibilidad comunicacional está garantizada por ley, pero no es efectiva en la práctica. Tales condiciones repercuten en barreras de acceso al mercado de trabajo, a los servicios de salud, a las artes, a la investigación, a la información, a la participación efectiva en la sociedad brasileña, o sea, se carece del ejercicio de la ciudadanía. Ante el contexto de pandemia a partir de marzo/2020, esta situación se ha agravado. Mientras las personas oyentes eran bombardeadas con información sobre el nuevo coronavirus, observamos que este contenido y sus respectivas actualizaciones no llegaban a las personas Sordas, ya que no se transmitían en Libras. Los sordos se quedaron sin acceso a la información. En ese contexto, este estudio busca abordar las preocupaciones de la investigadora con respecto a la accesibilidad comunicacional de las Personas Sordas durante la pandemia. El objetivo general es analizar críticamente, anclados en el Enfoque Sociológico y Comunicacional del Discurso (ASCD), los discursos de las Personas Sordas, en relación a los desafíos enfrentados durante la pandemia del covid-19. En esta coyuntura, también buscamos resaltar los reclamos de las Personas Sordas por sus derechos, reconocimiento y respeto desde su protagonismo en videos señalados en Libras en la plataforma YouTube. Para ello, nos guiamos por los supuestos del Análisis Crítico del Discurso (ACD) para asumir una postura inversa a las acciones que provocan desigualdades sociales y exclusión (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DICK, 2008; PEDROSA, 2013; MAGALHÃES 2017; CUNHA, 2021; IRINEU, 2021). Buscamos sumar distintos aportes teóricos, ya que la transdisciplinariedad en ADC proviene de su propio origen, de su concepción del discurso, de su carácter crítico, de su visión dialéctica, y también de sus posibilidades metodológicas (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018). A partir de este fundamento, la investigación en ACD se guía por un objeto propio, como es el caso de este trabajo. Los caminos metodológicos siguieron los caminos de una investigación cualitativa-interpretativa, sin, sin embargo, despreciar aspectos cuantitativos de representatividad en sus resultados. Anclados en el Enfoque Sociológico y Comunicacional del Discurso (PEDROSA, 2014, 2016), se suman los Estudios Sordos (SKLIAR y PERLIN, 1998, 2001; PESAVENTO, 2005; LOPES, 2007; STROBEL, 2006, 2008, 2009; SILVA, 2014); HALL; WOODWARD, 2014; FRANCO, 2014; ERNSEN, 2016; PEDROSA et al., 2021) y la Lucha por el Reconocimiento (Axel Honneth, 2003), combinados con los estudios del Sistema de Evaluación (HALLIDAY, 2004; MARTIN y WHITE 2004) y la teoría de los Actores Sociales (VAN LEEUWEN, 2008). Para desarrollar esta tesis, vimos 122 videos en Libras publicados en YouTube, protagonizados por actores sociales Sordos. Realizamos los procedimientos de traducción al portugués en forma escrita para presentación en este trabajo. Luego de decisiones metodológicas basadas en los criterios de relevancia, homogeneidad y sincronidad (BAUER y GASKELL 2008; BAUER y ARTS, 2008), constituimos el corpus con veintitrés fragmentos que contemplan los desafíos de accesibilidad comunicacional de las personas Sordas durante la pandemia. Se verificó por el discurso que, para enfrentar los desafíos de accesibilidad comunicacional de los Actores Sociales Sordos durante la pandemia del covid-19, las formas de reconocimiento activadas en el sesenta y nueve por ciento del corpus están vinculadas al irrespeto, privación de derechos y la exclusión en el ámbito de las relaciones jurídicas. En una escala mucho menor, correspondiente al treinta por ciento, la estima social y la autoestima como relación práctica consigo mismo dentro de la Comunidad de Valores,

ámbito de la Solidaridad. Finalmente, como investigadores fundamentados en la ACD/ASCD, como presupuesto teórico, aportamos a través de esta tesis, con el registro de situaciones vividas por las personas Sordas durante la pandemia, y denunciemos su situación desfavorecida en cuanto al acceso a la comunicación.

Palabras-clave: Enfoque Sociológico y Comunicacional del Discurso; Accesibilidad a la comunicación; Lucha por el Reconocimiento; Pandemia; Personas sordas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Banquete Anual dos Surdos - 1836.....	51
Figura 2 - Estrutura das formas de reconhecimento (HONNETH, 2009).....	77
Figura 3 - Subsistemas da Avaliatividade	110
Figura 4 - Etapas do procedimento de tradução	122
Figura 5 - Exemplo de codificação.....	126
Figura 6 - Categorias de Análise	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de discurso na ADC	33
Quadro 2 - Educação dos Surdos no Brasil – Legislação.....	58
Quadro 3 - Formas de representação dos Surdos	63
Quadro 4 - Etapas de Decisão da pesquisa.....	105
Quadro 5 - Sistemas e Subsistemas da Avaliatividade.....	109
Quadro 6 - Panorama de vídeos – Etapa I.....	112
Quadro 7 - Critérios para Construção do <i>Corpus</i>	114
Quadro 8 - Panorama dos vídeos selecionados	117
Quadro 9 - Características principais dos subsistemas da ATITUDE.....	136
Quadro 10 - Resumo das Análises - Atores Sociais da Justiça	167
Quadro 11 - Resumo das Análises - Atores da Solidariedade.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Abordagem da Análise de Dispositivos
ACD	Análise Crítica do Discurso
ADTO	Análise Discursiva Textualmente Orientada
AS	Abordagem dos Atores Sociais
ASCD	Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso
CMS	Comunicação para a Mudança Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DR	Abordagem Dialético-Relacional
ECD	Estudos Críticos do Discurso
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
GSF	Gramática Sistemico Funcional
HD	Abordagem Histórico-Discursiva
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INjS	Instituto Nacional de Jovens Surdos-Mudos de Paris
LC	Linguística Crítica
LiC	Abordagem de Linguística de Corpus
LSF	Linguística Sistemico Funcional
NUPPES	Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos
OMS	Organização Mundial de Saúde
SAMS	Sociologia Aplicada à Mudança Social
SC	Abordagem Sociocognitiva
SMS	Sociologia para a Mudança Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
WFD	Word Federation on the Deaf (Federação Mundial de Surdos)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A ESCOLHA PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	18
1.1 ORIGENS DA ACD.....	20
1.2 ALICERCES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	22
1.3 PONTUANDO AS BASES CONCEITUAIS	26
1.4 TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTINUIDADE.....	29
1.4.1 Correntes e Abordagens.....	32
1.5 UM GIRO DECOLONIAL PELA AMÉRICA LATINA.....	37
1.5.1 Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD).....	40
1.6. PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO	42
2. ESTUDOS SURDOS, MESMOS LUGARES, OUTROS OLHARES	43
2.1 O POVO SURDO CONTA SUA HISTÓRIA	47
2.2 O VIÉS DA HISTÓRIA CULTURAL, UMA ESCOLHA.....	61
2.3 VAMOS PENSAR EM CULTURA SURDA.....	64
2.4 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO	69
3. LUTA POR RECONHECIMENTO: afeto, direito e solidariedade.....	70
3.1. A PROPOSTA DE HONNETH, A ACD E O POVO SURDO.....	73
3.1.1 A esfera dos afetos: o amor e a autoconfiança	77
3.1.2. A esfera do direito: a justiça e o respeito.....	81
3.1.3 A esfera da comunidade de valores: solidariedade.....	84
3.1.4. As formas de desrespeito	86
3.2. O CONFLITO EM HONNETH E OS CONFLITOS LINGUÍSTICOS	88
3.3. OS AMBIENTES VIRTUAIS E AS ATUAIS FORMAS DE LUTA DO POVO SURDO.....	92
3.4 UM DIÁLOGO SOBRE O CARÁTER MONOLÍNGUE DO BRASIL.....	95

3.5 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO	98
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS, MESMOS LUGARES, NOVOS OLHARES..	99
4.1 SOBRE AS ESCOLHAS E OS PRIMEIROS PASSOS DA JORNADA	101
4.2 DEFININDO AS QUESTÕES DE PESQUISA E OS OBJETIVOS.....	103
4.2.1 Questões de pesquisa	103
4.2.2 Objetivo Geral.....	104
4.2.3 Objetivos Específicos	104
4.3 DEFININDO AS TRILHAS METODOLÓGICAS	105
4.3.1 Situando a Linguística Sistêmico Funcional como suporte de análise.....	107
4.4 O <i>CORPUS</i> , SUA FONTE E PECULIARIDADES	111
4.4.1 Considerações sobre a peculiaridade da tradução intermodal	118
4.4.2 Procedimentos de tradução	120
4.4.3 Caracterização e Sistematização do corpus	123
4.5 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	127
4.6 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO	129
5 PAUTA PANDÊMICA: ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS DE LUTA POR RECONHECIMENTO DO POVO SURDO.....	130
5.1 OS ATORES SOCIAIS	131
5.2 A LUTA POR RECONHECIMENTO.....	133
5.3. A AVALIATIVIDADE.....	136
5.4 OS ATORES SOCIAIS SURDOS	137
5.4.1. ATORES SOCIAIS SURDOS NA ESFERA DA JUSTIÇA.....	138
5.4.2 ATORES SOCIAIS SURDOS NA ESFERA DA SOLIDARIEDADE.....	161
5.5 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO	166
6 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES	168
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	192

INTRODUÇÃO

As escolhas feitas na vida não são fruto do acaso, elas são resultado de um encadeamento de acontecimentos que nos conduzem a tomadas de decisão. A opção por um tema para o desenvolvimento de uma pesquisa também segue essa lógica. Assim, o primeiro fato marcante em minha trajetória profissional e acadêmica foi o contato com os Surdos através do trabalho como Assistente Social na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (APADA-SE), desde então passei a ser membro da comunidade surda do Estado de Sergipe em 1996, participando ativamente dos movimentos da causa Surda até os dias de hoje.

Na sucessão de acontecimentos, destaco a graduação em Letras Português-Inglês, nas especializações *Latu Sensu* em Educação Especial e Inclusiva; Ensino de Português como L2 para Surdos; e em Libras – Tradução/Interpretação e Ensino; no Mestrado em Linguística, chegando a essa etapa do Doutorado. Um elo entre todos os cursos, é a temática pesquisada: Povo Surdo, fazendo parte depois dos Estudos Surdos no Brasil. Sendo assim, a decisão por essa atual pesquisa, mantém-se coerente com o meu engajamento nas lutas do Povo Surdo.

Cabe aqui uma observação inicial sobre a escolha de utilização da terminologia “Povo Surdo”. Ao longo do texto desta tese, e inclusive no título, esse termo é empregado como forma de referência às pessoas surdas. Coadunamos com Karin Strobel (2008) quando define que o Povo Surdo consiste em: (...) sujeitos Surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura Surda e quaisquer outros laços (STROBEL, 2008, p. 29). Com o mesmo entendimento, nessa tese, optamos pelo uso de “Povo Surdo” ao invés de “Comunidade Surda”, também usado por pesquisadores do campo dos Estudos Surdos.

Retomando a pauta dos rumos percorridos, quando iniciei o Curso de Doutorado em 2019, minha proposta de pesquisa tinha foco nos Estudos Surdos, mas configurava outros objetivos. Com a decretação do estado de pandemia em relação ao coronavírus em março/2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que nos transportou subitamente para enredos distópicos, desencadeando acontecimentos até então inimagináveis, tudo mudou. Enquanto docente do curso Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe, acompanhei as dificuldades dos alunos Surdos para ter acesso às informações sobre a situação inédita.

A inquietação teve início com a procura de informações por alunos e professores Surdos da UFS quando as atividades presenciais foram interrompidas no final do período letivo 2019.2 (março de 2020). Angústia, sentimento de abandono e desespero foram alguns dos sentimentos descritos por esses alunos e professores, no início das intercorrências. As decisões dos gestores em suspender atividades presenciais em todas as instituições de ensino, incluindo as universidades do país, seguiram as orientações da OMS. A situação continuou se agravando e durante 06 meses, ficamos sem atividades na esfera universitária, até que em setembro/2020 aderimos ao ensino remoto.

Durante os primeiros dias do período de isolamento social, através de chamadas de vídeo pelo celular, os Surdos entravam em contato conosco, (ouvintes que se comunicam em Libras) para pedir ajuda, informações e explicações sobre a situação. Após os primeiros dias, os Surdos que tinham domínio da tecnologia, começaram a publicar vídeos na Plataforma *YouTube* com informações em Libras, desencadeando um movimento virtual solidário.

Nesse momento, enquanto pesquisadora, já havia me filiado à Análise Crítica do Discurso (ACD) pela identificação com suas características, pela proposta em atender às necessidades dos estudos que permeiam as práticas sociais e, principalmente, as mudanças sociais na contemporaneidade. Os estudos em ACD propõem uma ligação entre a utilização da linguagem e a estrutura social. Os analistas críticos do discurso entendem que a linguagem, como prática discursiva e social, também molda essas estruturas. Portanto, o foco está em relacionar o mundo social com a linguagem.

Assim, começamos a ter contato com estudos e pesquisadores que integram a corrente da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) e foi possível vislumbrar que as pesquisas têm como foco de estudo problemas sociais relacionados ao abuso de poder e em suas abordagens procura compreender, desvendar e combater as desigualdades sociais de todos os tipos. Portanto, o engajamento com as lutas do Povo Surdo encontrou uma base sólida para alicerçar a presente Tese.

Dessa forma, vislumbrando possibilidades de contribuir com a visibilidade das reivindicações do Povo Surdo durante a pandemia, é que problematizamos sobre os desafios enfrentados em relação à sua acessibilidade comunicacional com a finalidade de compreendermos como os atores sociais Surdos estão marcados em seus discursos pronunciados em Libras, nos constantes processos de luta por reconhecimento.

As inquietudes que nos incomodaram durante o início da pandemia, aliadas às descobertas nas pesquisas durante o doutoramento, foram motivadoras para chegarmos à temática desse estudo e assim, buscar respostas para as seguintes questões: a) Quais formas de

reconhecimento foram acionadas pelos atores sociais surdos para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19? b) Que aspectos socio-discursivos, na luta por reconhecimento, são revelados pelos atores sociais? c) Como os atores sociais surdos, como base no sistema da avaliatividade da gramática sistêmico funcional, expressam suas subjetividades? d) De que forma uma pesquisa com base na ACD, sob a âncora da ASCD, pode contribuir efetivamente com as lutas dos Atores Sociais Surdos - e com a efetividade de ações afirmativas para garantia de seus direitos?

Para encontrarmos respostas a esses questionamentos, definimos como objetivo geral Analisar criticamente, ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), os discursos dos Atores Sociais Surdos, em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da covid-19 a partir do seu protagonismo em vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*, evidenciando as reivindicações pelos direitos linguísticos, culturais, reconhecimento e respeito do Povo Surdo.

O alcance desse objetivo macro, será orientado por objetivos específicos, quais sejam: a) Identificar nos discursos dos atores sociais surdos quais formas de reconhecimento foram socio discursivamente constituídas para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional; b) Identificar, nos discursos dos atores sociais da esfera jurídica e da esfera da solidariedade, as subjetividades evidenciadas nos eixos sincrônicos e diacrônicos; c) Analisar, com base no sistema da avaliatividade da linguística sistêmico-funcional, as subjetividades dos atores sociais; d) Contribuir, a partir da ACD/ASCD e dos Estudos Surdos, com a agenda de lutas por reconhecimento dos atores sociais - Povo Surdo – e com a efetividade de ações afirmativas para garantia de seus direitos.

Reforçando, nossa tese se insere no campo dos estudos críticos do discurso dentro da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), definida como pesquisa crítica. Foi desenvolvida em cinco capítulos, conforme delineamento a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado A ESCOLHA PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, apresentamos um breve histórico e configuramos a ACD. Assumimos que a escolha teórica pela ACD se justifica pelo seu compromisso político e social contra as desigualdades e minorias e contra a imparcialidade do analista e do objeto em análise. Definimo-nos enquanto pesquisadora decolonial situada no nordeste brasileiro, como forma de contribuição com os movimentos que buscam legitimar, nossos trabalhos, num somatório com as colegas em toda a América Latina e em todo Brasil.

O segundo capítulo apresenta-se pelo próprio título: ESTUDOS SURDOS, MESMOS LUGARES, OUTROS OLHARES. Estabelecemos como os ES foram lançados na agenda de

luta da comunidade surda, contra a interpretação da surdez como uma deficiência e consequentemente contra a visão do Surdo enquanto incapaz e anormal. Demarcamos a História do Povo Surdo pelo viés cultural e narramos como o corpo Surdo, ao longo do tempo, foi invisibilizado devido ao processo colonizador imposto pela hegemonia ouvintistas.

Na sequência, o capítulo LUTA POR RECONHECIMENTO: AFETO, DIREITO E SOLIDARIEDADE, propomos uma discussão sobre a in (ex)clusão do Povo Surdo no Brasil à luz da teoria da Luta Por Reconhecimento, postulada por Axel Honneth, que argumenta ser o reconhecimento um meio pelo qual os atores sociais podem constituir e desenvolver suas identidades. Estabelecendo conexão com as duas partes anteriores do capítulo, propomos um rápido diálogo com os diferentes modos de participação e engajamento dos atores sociais Surdos em ambientes virtuais na Internet, destacando a importância desses processos e em seguida dialogamos com a Linguística Aplicada e com a vertente do Direito Linguístico sobre questões linguísticas em nosso país.

Chegamos, então, no capítulo orientador da tese: CAMINHOS METODOLÓGICOS: MESMOS LUGARES, NOVOS OLHARES. Nele, traçamos nossa rota estabelecendo as decisões em relação aos primeiros passos da jornada e em seguida apresentamos as questões de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos e classificamos então nossa pesquisa como sendo tipo qualitativa-interpretativista. Discorremos sobre os passos metodológicos empreendidos para a geração de dados e sobre os critérios utilizados para composição do *corpus*. Por fim, apresentamos, de forma sucinta, as categorias de análise elencadas para esse estudo, propondo *links* entre elas, pois no discurso, todas acontecem simultaneamente.

No quinto capítulo, PAUTA PANDÊMICA: ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS DE LUTA POR RECONHECIMENTO DO POVO SURDO, por meio das categorias de análise, estabelecemos um diálogo com o *corpus* deste estudo. Foram apresentadas as categorias linguístico-sócio-discursivas identificadas em dois contextos (esfera da justiça e esfera da solidariedade) e nomeadas **Atores Sociais na esfera da Justiça** e **Atores Sociais na esfera da Solidariedade**, agrupadas de acordo com a natureza das recorrências discursivas encontradas no *corpus* da pesquisa.

No último capítulo CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES apresentamos as repostas referentes às questões da pesquisa em consonância com os objetivos específicos elencados. Em seguida pontuamos sobre as contribuições que, julgamos, a pesquisa ofereceu para a Análise Crítica do Discurso e para a corrente Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso, enquanto proposta de pesquisa inserida nos Estudos Surdos e em sua agenda de luta por reconhecimento.

Espero que a leitura desta Tese seja um passo que possibilite a construção de novos olhares e abra possibilidades, que surjam críticas sobre as abordagens utilizadas, pois não invisto na propositura de perspectivas que se encerrem nelas próprias. A investidura desse trabalho consiste em mais um esforço acadêmico e social para de alguma maneira contribuir por meio desse material para o registro dos discursos do Povo Surdo sobre desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da Covid 19. Espero transmitir a mensagem de que é preciso reestruturarmos as formas de comunicação em toda a sociedade para que as relações entre Surdos e ouvintes se estabeleçam de forma menos assimétrica; em que os canais de comunicação reconheçam não apenas a condição bilingue do ser Surdo com suas diferenças e potencialidades, mas que também respeitem e considerem a surdez como diferença política engajada num processo cultural como destacam os Estudos Surdos.

1 A ESCOLHA PELA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Análise crítica do discurso, perspectiva que recusa a neutralidade da investigação e do investigador, que define os seus objetivos em termos políticos, sociais e culturais e que olha para a linguagem como prática social e ideológica e para a relação entre interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas (PEDRO, 1998, p. 15).

Diante do contexto em que nós pesquisadores vivemos no Brasil, com a falta de incentivos às pesquisas científicas, ou pior, com o desincentivo do atual governo federal que insiste em uma política ostensiva de cortes de verbas para a pasta da educação, de forma mais intensiva às universidades, afetando diretamente os cursos de graduação e programas de pós-graduação, fazer pesquisa tem sido um desafio cada vez maior. Ao escrever esta introdução de capítulo no dia 24 de janeiro de 2022, mais um corte foi anunciado¹.

O desafio amplia-se quando a inscrição das pesquisas apresenta perspectivas de estudos comprometidos com questões sociais envolvendo minorias e grupos historicamente oprimidos. Com o intuito de contemplar essa pauta/desafio é que elegemos a Análise Crítica do Discurso (ACD) e sua relação dialógica com outras teorias e com diversificados métodos sociais como fio condutor por nos oferecer suporte teórico e metodológico para o alcance dos objetivos de pesquisa.

A ACD tem-se revelado um campo do saber engajado não apenas de forma interdisciplinar, mas transdisciplinar (MAGALHÃES, 2017), por entender que o diálogo entre disciplinas conduz ao desenvolvimento entre elas por meio de um processo dinâmico. O exercício dessa atividade permite ao analista crítico do discurso suscitar caminhos para entender e revelar possibilidades de desconstrução de práticas hegemônicas, contribuindo para mudanças sociais em diferentes escalas.

¹ Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/02/11/mec-tera-que-explicar-queda-no-orcamento-das-universidades-federais/> e em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/24/orcamento-bolsonaro-corta-verbas-voltadas-para-indigenas-quilombolas-e-para-pesquisas-cientificas.ghtml>.

Assim, nossa escolha teórica pela Análise Crítica do Discurso envolve uma postura política e social comprometida com ações de resistência à opressão e em oposição às desigualdades sociais às quais estão expostas as minorias, nesse estudo especificamente o engajamento com as lutas por reconhecimento da cultura e língua do Povo Surdo, minoria linguística invisibilizada. Coadunamos com Irineu (2020) quando estabelece o que significa fazer ACD nos dias atuais: “Trata-se de um movimento em que pesquisadores ao mesmo tempo, executam suas estratégias de investigação, sistematizam suas escolhas teóricas e submetem seu ofício ao escrutínio da crítica e da reflexão progressista” (IRINEU, 2020, p. 20).

Ainda sobre o momento em que vivemos, Santos (2020, p. 05), aponta que desde a década de 1980, “o mundo tem vivido em permanente estado de crise”. Essa realidade nos conduz à necessidade de investimentos em pesquisas e diálogos críticos e em relação a tais temáticas, é oportuno uma breve notação sobre a utilização da nomenclatura Estudos Críticos do Discurso (ECD) adotada proeminentemente por autores em pesquisas acadêmicas e publicações notadamente nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

No campo da ACD, a partir de 2008, com tradução da obra de Van Dijk (Discurso e Poder), coordenada por Karina Falcone e Judith Hoffnagel, em que o autor justifica porque usar EDC e não ACD, verificamos que alguns pesquisadores têm seguido essa mudança. No campo das Letras, onde nos localizamos, Cunha (2021, p.19) discorre sobre a tendência de “renomeação para Estudos Críticos do Discurso”. Em sua tese, o autor apresenta uma profícua discussão sobre essa temática com citações de autores europeus (VAN DIJK, 2008; WODAK e MEYER, 2009) e brasileiros (MELO, 2012; MATEUS E OLIVEIRA, 2014; RESENDE, 2019) que adotaram em obras e publicações a nova terminologia, evidenciando que “estamos presenciando uma movimentação, possivelmente, um início de uma mudança cultural a fim de uma maior aceitação mais frequente do termo ECD, ao invés do termo ACD” (CUNHA, 2021, p. 20).

Continuando nossas ponderações, trazemos à baila o pronunciamento de Teun Van Dijk (2021) em palestra proferida em evento remoto² quando foi questionado pela Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa sobre a mudança do uso do termo ACD por ECD. Apresentamos a transcrição da resposta e ressaltamos que o linguista neerlandês falou em língua portuguesa:

² VAN DIJK, TEUN in: Ciclo de palestras do Grupo de Pesquisa e Estudo de Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistemico-Funcional (GPE / ADC & LSF) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras (PPROFLETRAS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Evento realizado de forma on-line em 22/04/2021, transmitido pela Plataforma Zoom. Disponível em: https://www.sympla.com.br/os-discursos-dos-movimentos-sociais__1184706#info. Acesso em 22 abr. 2021.

A sugestão de mudança proposta em 2008, de ACD para ECD não foi e nem é apenas um câmbio arbitrário de nomes, trata-se de uma alteração que tem como objetivo ampliar a ACD para atender a sua abrangência. O uso da ACD é limitante, pois é relativo a um método de pesquisa ou a um campo de análise. A ACD é transdisciplinar [...] A sugestão da mudança é para enfatizar que ACD não é um método. Nós, pesquisadores em ACD, somos um campo de pesquisa com uso de muitos métodos, transitamos entre diversas áreas. [...] Além de métodos, temos a teoria, fazemos análises e aplicamos na prática, até mesmo no ensino e em atividades didáticas e em materiais didáticos. A ACD é uma disciplina [...] estou devendo, estou escrevendo sobre a temática e em breve temos uma publicação que contemplará a mudança de nomes e da amplitude da ACD sic” (VAN DIJK, 2021).

Sob essa ótica, temos que a ACD pode ser considerada como um campo de pesquisa que trabalha com teorias, métodos e análises, tem aplicabilidade no ensino e em atividades didáticas e temos reafirmado seu caráter transdisciplinar. Entendemos que o guarda-chuva dos ECD é ampliado em sua abrangência, incorporando-se à ACD. Posto isso, nosso posicionamento é o de utilizar a terminologia Análise Crítica do Discurso (ACD) em nossa tese, utilizando ECD apenas em citações diretas.

Nos tópicos seguintes, discorreremos sobre as origens da ACD, seus alicerces e bases conceituais, seu caráter disciplinar, suas correntes e abordagens, destacando a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), basilar em nossa pesquisa. Para finalizar abordaremos a decolonialidade no âmbito da ACD.

1.1 ORIGENS DA ACD

Os estudos da linguística moderna apresentam, de forma geral, abordagens que buscam um melhor entendimento dos fenômenos que envolvem a linguagem e seu uso. Essas abordagens apresentam discussões situadas em dois paradigmas principais: o formalismo e o funcionalismo; embora as diversas correntes situadas em cada um possuam divergências, a distinção entre eles, concentra-se na divisão entre forma e função.

Em seu percurso, o desenvolvimento da linguística demonstra rápidas e sucessivas mudanças na definição do ponto de vista e, conseqüentemente, no modo de fazer pesquisa (PEZATTI, 2007, p.166). Portanto, em contraposição ao estruturalismo que compreende a realidade social a partir de um conjunto considerado elementar (ou formal) de relações e a linguística formal que gera explicações a partir da própria estrutura; o funcionalismo tem sua base na função que as unidades estruturais exercem diacronicamente, segue o princípio de que

toda a explicação linguística deve ser investigada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em seu contexto social. Todas as vertentes do funcionalismo fundamentam as análises linguísticas na interação social (MUSSALIM, 2007).

De forma genérica, podemos dizer que a divergência de proposituras entre os formalistas e funcionalistas implica em dois paradigmas com teorias distintas. O tratamento da língua dado pelo funcionalismo nega a posição de Saussure no que diz respeito à sua natureza. Para os funcionalistas, a língua não deve ser vista como um objeto autônomo, mas sim submetida às pressões contextuais, tendo suas estruturas linguísticas definidas por estas pressões.

Segundo Resende e Ramalho (2016), aos analistas do discurso apenas o conceito funcionalista é aplicável, pois, o foco é a investigação sobre como os sistemas linguísticos funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso. Para as autoras, é obviamente indispensável o conhecimento acerca do paradigma funcionalista para que se compreenda como estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas (RAMALHO; RESENDE, 2016, p.13).

Cabe destacar que no final do século XX e início do século XXI, formalismo e funcionalismo passaram por várias mudanças e tais modificações, segundo Castilho (2012), devem-se, sobretudo, aos avanços conseguidos nos domínios do discurso e da semântica, agregando-se também aos desdobramentos dos estudos da Linguística cognitiva. Assim, nos estudos da linguagem, o equilíbrio entre forma e função passou a ser não apenas necessário, mas essencial e a busca desse equilíbrio é uma das contribuições da Linguística Crítica (LC) e da Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Fairclough (2001), por tratar-se de abordagem social e linguisticamente orientada.

Encontramos então, a Linguística Crítica como primeiro passo em direção a uma abordagem que tentava promover a análise linguística textual conjugada a uma teoria social, com maior ênfase aos processos linguísticos em usos políticos e ideológicos, como rememora Fairclough (2001). Assim, segundo Fowler (2004), a LC surgiu durante os anos de 1970, como uma linguística funcionalista instrumental na linha proposta por Michael Halliday: “A ‘linguística crítica’ emergiu da nossa produção de *Language and Control*, (Linguagem e Controle) (FOWLER et al., 1979) como uma linguística instrumental na linha proposta por Halliday” (FOWLER, 2004, p. 208). Acrescenta Fowler (2004), que a proposição da linguística crítica apresenta a instrumentalidade em seu modelo como prática transformadora e sustenta-se nos pilares teóricos da linguística funcional.

Merece evidência também as considerações de Caldas-Coulthard (2016) para quem, graças ao pioneirismo dos linguistas críticos e às sucessivas pesquisas dos estudiosos da área, podemos hoje através de nossas atividades enquanto pesquisadores, ao desconstruir agendas implícitas e ideologicamente contestáveis, contribuir com os processos de mudanças sociais e culturais na (re)construção da sociedade.

A Linguística Crítica, parte dos estudos semióticos sociais, preocupou-se em examinar o texto como algo que reflete o social e, pelo menos em parte, o constrói. Apontou, que, ao nível textual, o/a analista crítico/a descreve um texto em termos linguísticos, ao nível discursivo e da prática social, para depois interpretá-lo, tentando entender os aspectos textuais em relação aos enquadramentos sociais e ideológicos (CALDAS-COULTHARD, 2016, p. 221).

Observamos assim, que o paradigma funcionalista e a LC representaram passos decisivos para o surgimento do que viria a ser a Análise Crítica do Discurso. Encontramos em Magalhães (2005), o registro da Linguística Crítica como fonte inicial a ACD. No tópico seguinte, trataremos sobre o surgimento da ACD, seus objetivos e respectivas influências teóricas.

1.2 ALICERCES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Inicialmente, pontuamos que a escolha da ACD para compor esse trabalho de pesquisa toma por base não só os estudos de Norman Fairclough, como também, outros autores estudiosos da Análise do Discurso que se dedicaram à sua compreensão e às possibilidades que ela pode oferecer, tendo em vista que privilegia a transdisciplinaridade e procura atender às necessidades dos estudos que permeiam as práticas sociais e, principalmente, as mudanças sociais na contemporaneidade.

A primeira vez em que o termo “Análise Crítica do Discurso” foi empregado, segundo Resende e Ramalho (2016), foi um artigo publicado no periódico *Journal of Pragmatics*, nos anos de 1985 pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster. Tal abordagem “começou a se constituir como uma ciência crítica sobre a linguagem” já em 1989, com o livro *Language and Power* (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 21).

Em apontamentos históricos sobre o surgimento da Análise Crítica do Discurso, constituindo-se enquanto disciplina no cenário internacional, nos registros de Ruth Wodak

(2003), consta que em um simpósio em Amsterdã, Holanda, em janeiro de 1991, um grupo de linguísticas composto por Teun van Dijk (Holanda), Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen (Reino Unido) e Ruth Wodak (Áustria), reuniu-se durante dois dias para discutir sobre teorias e métodos de análises dos discursos, especialmente de análise crítica do discurso. Eles pretendiam criar um método dinâmico para analisar a linguagem que abarcasse, de maneira crítica, desde as teorias linguísticas às ciências sociais, demonstrando seus pontos de contato e os seus possíveis desdobramentos.

Encontramos em Magalhães (2005) a notação de que esse início institucional contribuiu positivamente com alguns projetos que foram marcantes, como por exemplo, o destaque da revista *Discourse and Society* (1990), editada por Van Dijk que em suas publicações sempre reunia as diferentes visões e preferências investigativas de cada pesquisador do grupo que se formou na capital da Holanda. Esse periódico ganhou peso e prestígio internacional justamente devido às discussões promovidas em seus textos, sendo veículo disseminador da nova área: Análise Crítica do Discurso. Magalhães (2005) ressalta também que após esse encontro em 1991, a ACD passou a constituir-se como um grupo ao mesmo tempo heterogêneo (diferentes caminhos de análise linguística) e unificado (características comuns entre esses caminhos) de estudiosos. Sobre as características comuns, versaremos mais adiante.

Em seu alicerce, a ACD conta com bases filosóficas que impulsionaram seus estudos críticos, sob a influência de filósofos do iluminismo, do marxismo ocidental, da Escola de Frankfurt, da filosofia da linguagem (dialogismo) de Bakhtin e do pensamento de Michael Foucault. Outras influências como a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday, a sociolinguística de Bernstein, também foram incorporadas; e ainda os filósofos sociais como Pêcheux, Habermas, Voloshinov, Gramsci, Stuart Hall e Gidens; bem como, de uma forma geral a filosofia do realismo crítico por seu enfoque emancipatório que fundamenta as reflexões teóricas e metodológicas de muitos cientistas sociais críticos e buscam compreender as relações estabelecidas entre a sociedade e os indivíduos.

Com todo esse arcabouço teórico, a proposta da ACD, desde o início, considera que a utilização da linguagem e a estrutura social estão imbricadas. Os analistas críticos do discurso entendem que a linguagem, como prática discursiva e social também molda essas estruturas. Portanto, o foco está em relacionar o mundo social com a linguagem (MAGALHÃES, 2005). Considera-se que as pessoas agem e representam discursivamente o mundo social em que vivem (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, A ACD é utilizada para a investigação de transformações na vida social (FAIRCLOUGH, 2001; 2005). Encontramos em Pedrosa (2016) a assertiva de que para os pesquisadores analistas críticos do discurso, é imprescindível reconhecer “como as

práticas linguísticas, discursivas e sociais se inter-relacionam nas estruturas sociais” (PEDROSA, 2016, p. 71). Complementando esta linha de raciocínio, trazemos uma explicação a respeito da concepção de ACD apresentada por Van Dijk (2008):

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social (VAN DIJK, 2008, p. 113).

Destacamos aqui o conceito de discurso como um elo forte entre as perspectivas dos pesquisadores da ACD. Começamos com o entendimento proposto por Fairclough (2001): “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Com base nessa definição, o discurso não é visto como uma atividade individual, envolve um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Para tanto, o autor indica seu primeiro modelo de análise denominado modelo tridimensional que por sua vez, estabelece uma relação dialética entre discurso e estrutura social

E assim, com essa proposta de Fairclough, a ACD propunha-se a desenvolver estudos a serviço de uma investigação da maneira pela qual se moldam as identidades, papéis sociais, interpretações e se estruturam as complexas relações entre discurso e sociedade consideradas na opacidade semântica da linguagem, na sua mutabilidade e tensões intrínsecas em torno do poder. Fairclough (2016)³ apresenta a ACD como proposta de uma teoria social do discurso, enfatizando a importância do uso da análise linguística como uma Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO), visando à mudança discursiva em seu contexto sócio-histórico.

Destacamos que este conceito de discurso proposto inicialmente por Fairclough não ficou estagnado, posteriormente o autor reformulou-o e apresentou uma nova definição de discurso e um segundo modelo de análise intitulado transformacional, em coautoria com a linguista grega Lilie Chouliaraki. Nessa nova conceitualização, Chouliaraki e Fairclough (1999) adotam a abordagem de discurso como uma dimensão das práticas sociais.

Com essa nova propositura, o discurso compõe a semiose das práticas sociais,

³ Referência à 2ª edição traduzida em língua portuguesa e publicada pela Editora Universidade de Brasília, do livro original *Discourse and Social Change* publicado em 1992.

evidenciando a forma como o ator social por meio do discurso, age, representa e identifica, o mundo, ao mesmo tempo em que ao agir, representa-se e identifica-se no mundo, podendo assim reproduzir ou transformar tais práticas: “a mudança discursiva se dá pela reconfiguração ou pela mutação dos elementos que atuam na articulação, pela redefinição de limites entre os elementos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 97).

Sob essa perspectiva, temos que a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética, o discurso configura-se em práticas sociais como forma de interagir, representar e de identificar-se, constituindo-se no social. A prática discursiva materializa-se na forma linguística do texto, na concepção Hallideana de linguagem falada e escrita. Atualizamos essa agenda com a contribuição de Magalhães (2001) quando destaca que foi acrescido também o elemento semiótico.

Em relação à prática social, terceira da teoria tridimensional de Fairclough (2016), é vinculada aos conceitos de ideologia e poder, onde o discurso é concebido sob uma perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. O autor entende que as ideologias são significações/construções da realidade que por sua vez, são construídas em diversas dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que “contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

Esta discussão e posicionamento leva ao objetivo central da Análise Crítica do Discurso que, de acordo com Pedro (1997), é revelar o papel do discurso na produção e reprodução da dominação e investigar quais estruturas e estratégias são utilizadas nesses modos de produção, levando em consideração seu contexto de produção, o discurso como prática social, as relações de poder, domínio e controle e, ainda, como essas relações são mantidas através do discurso.

Temos então que para a ACD, o discurso tem sentido de texto e de interação, pois, em sua proposta, Fairclough adita a análise linguística à teoria social do discurso para conceituá-lo. E assim sendo, o termo discurso é desvinculado de qualquer sentido de neutralidade.

Destacamos que a ACD enfatiza a transformação das relações de dominação e aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva. Para isso, trabalha com uma concepção de hegemonia e poder baseada em Gramsci, entendendo que “hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo [...] mas nunca atingido, senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 127). Assim sendo, a hegemonia para a ACD constitui um foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, estabelecendo o objetivo de quebrar alianças e relações de dominação e poder.

Temos então que além de abordar problemas sociais, a ACD entende que as relações de poder são também discursivas, portanto, o discurso é histórico, ideológico, é uma prática social que constitui a sociedade e a cultura. Nesse contexto, essa pesquisa se propõe analisar criticamente, ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), os discursos dos Atores Sociais Surdos, em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da covid-19 a partir do seu protagonismo em vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*, evidenciando as reivindicações pelos direitos linguísticos, culturais, reconhecimento e respeito do Povo Surdo.

Na sequência, trataremos sobre o caráter eclético dos estudos em ACD e também versaremos sobre os traços comuns em pesquisas da área como forma de elucidar outra característica marcante que é a continuidade dos trabalhos.

1.3 PONTUANDO AS BASES CONCEITUAIS

Como vimos até aqui, a ACD busca superar uma lacuna entre teorizações baseadas na linguagem e pesquisas voltadas para uma explanação do papel da linguagem em práticas sociais contextualizadas. Para isso, sustenta uma conceitualização complexa sobre a relação entre discurso e estruturas sociais e conta com um amplo suporte teórico das Ciências Sociais. Destacamos aqui alguns teóricos e suas respectivas influências: de Antonio Gramsci, apropriase da noção de hegemonia; de John Thompson, o entendimento de ideologia; do materialismo histórico de David Harvey, a ideia de práticas sociais; do sociólogo Anthony Giddens, recorre à noção de estrutura social; de Mikhail Bakhtin, busca as teorizações de intertextualidade; de Michel Foucault, as contribuições sobre o conceito de discurso; de Jürgen Habermas, trabalha a ideia de colonização dos e pelos discursos; entre outros. Dessa forma, ao delimitar o conceito de discurso, portanto, Fairclough (2001) procurou combinar a abordagem linguística com uma perspectiva sócio teórica de discurso.

Tal aproximação com as Ciências Sociais, parte do pressuposto que o discurso (tanto as manifestações linguísticas verbais quanto as não-verbais) é um elemento inerente a todas as práticas sociais, conforme discorremos em tópico anterior nesse mesmo capítulo. Sobre práticas sociais, Fairclough (2001) esclarece que a vida social é uma rede interconectada de diferentes práticas sociais e cada prática (como ensino nas salas de aula, refeições em família, consultas médicas etc.) é resultante da combinação entre alguns elementos sociais.

Sob essa perspectiva, vemos que a ACD situa o discurso como um momento de qualquer prática social, o que por sua vez acarreta, pelo menos, três implicações. Primeiro, constitui o entendimento do discurso como uma atividade que os indivíduos realizam por meio da linguagem, ou seja, através da linguagem as pessoas agem sobre o mundo, e sobre as outras pessoas. Segundo, existe uma relação bidirecional entre discurso e estrutura social, o que faz com que alguns discursos sejam aceitos em determinados contextos e rejeitados em outros, por exemplo. Por fim, a terceira implicação, de conceber o discurso como um elemento da prática social é reconhecer que não são apenas os recursos cognitivos dos indivíduos que atuam na elaboração ou apreensão de textos, mas, sobretudo, os sociocognitivos. A dimensão sociocognitiva está envolvida tanto na produção quanto na interpretação textual, “expressando recursos interiorizados do contexto social do qual o produtor/interpretador faz parte, interferindo no texto e deixando pistas para análise de aspectos ideológicos” (FAIRCLOUGH, 2016, p.109).

O sentido desta ideia se amplia se entendermos que o processo de fala (ou escrita) envolve a seleção de palavras, dentre um conjunto finito de opções oferecido pelo sistema gramatical, para significar aquilo que desejamos expressar num determinado contexto. Esta seleção de palavras revela importantes questões sobre o contexto em que foram geradas e a visão de mundo que está sendo (re)presentada. Assim sendo, o texto (entendido como o produto da interação), embora produzido por um indivíduo, é gerado a partir da ordem do discurso (permissões e restrições discursivas de um dado contexto social), ou seja, contém vestígios desse contexto e, por isso, ajudam a descortinar estruturas sociais abstratas nas quais estamos imersos.

Sobre isso, Fairclough (2016) também nos traz que, ao se expor as ideologias subjacentes a um discurso, contribui-se para conscientizar as pessoas de que nem todo fenômeno social é natural, de que nem todo senso comum é natural, mas sim naturalizado por tradições e convenções sociais que, normalmente, perpetuam relações assimétricas de poder. Dessa forma, quando as práticas discursivas (produção, distribuição e consumo) são percebidas como construções sociais podem ser questionadas e perder sua força de sustentar práticas sociais centradas na desigualdade. Por conseguinte, temos que o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social. Diante dessas abordagens, Melo (2018) aponta que para a ACD, o conceito de poder traz, atrelado, o de hegemonia porque essa perspectiva se preocupa com os efeitos ideológicos que os textos podem ter sobre as relações sociais em favor de projetos específicos de dominação.

Ponto fundamental em ADC é: o poder é instável, as relações assimétricas de poder podem ser mudadas, invertidas, superadas, por conta da concepção dialética da relação linguagem e sociedade. É por isso que Fairclough (1992/2001), com base em Gramsci, define *hegemonia* como liderança e dominação econômica, política, cultural e ideológica consensuais, mas relativamente instáveis devido à dialética entre discurso e sociedade, o que abre possibilidades de mudança. [...] O ponto importante do conceito de hegemonia é o de que ela se estabelece mais pela construção de alianças, pela integração e pelo consentimento do que pela simples dominação. *Consentimento* é, portanto, um conceito-chave quando se fala de hegemonia (MELLO, 2018, p. 58).

Exatamente no ponto em que a prática discursiva e a interpretação de textos, que por sua vez são facetas da luta hegemônica, contribuem para a reprodução ou para a manutenção da ordem do discurso e das relações, manifestam-se as representações ideológicas. Para Fairclough (2001): “[...] as ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). No entanto, na clara posição do autor, o discurso tem orientação bidirecional e por isso, as transformações sociais são possíveis. Isto significa dizer que os eventos discursivos são moldados pela estrutura social, refletindo códigos sociais, regras e convenções, mas também, moldam as estruturas sociais. Assim, a ideologia não opera somente na solidificação do hegemônico, ela também se faz presente, e talvez essa seja a aposta mais importante do autor, no discurso contra hegemônico pois, é neste que está presente a possibilidade de mudança social.

Para Magalhães (2017), uma questão a ser esclarecida é que quando os analistas críticos do discurso falam em mudança social, não trazem implícita toda complexidade do referencial marxista, pois, “O que se tem em vista são alterações da conjuntura social, desde as menos às mais abrangentes, das mais duradouras até as mais provisórias.” (MAGALHÃES, 2017, p. 53). Logo, o ponto é concentrar-se em conjunturas específicas vividas por um ou mais grupos sociais, ou mesmo por uma sociedade em um momento específico de sua existência. Outro destaque importante feito pela autora: “Aqui, não tratamos da militância política, embora a reconheçamos como uma consequência possível, compatível e exequível para analistas de discurso.” (MAGALHÃES, 2017, p. 56).

É necessário trazer à baila o entendimento de sujeito para a ACD. O sujeito da linguagem situa-se entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. “É como se a estrutura estivesse em constante risco material devido às práticas cotidianas dos indivíduos (MELO, 2011, p. 26). Assim, o conceito operacionalizado pela ACD é aquele que considera o sujeito ao mesmo tempo ideológico e

linguístico; e atuante como agente transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Pedrosa (2016, p. 82), com base na tese do sujeito transformador (FAIRCLOUGH, 2001), preconiza que “A ACD revolucionou os estudos discursivos quando, em pleno apogeu da Análise do Discurso (AD) que defendia o sujeito assujeitado, anuncia o sujeito transformador.

1.4 TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTINUIDADE

Podemos afirmar que a proposta feita pela ACD tem uma visão inovadora, pois, examina em profundidade não apenas o papel na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas assume o papel de analisar os processos de transformação social numa visão transdisciplinar. Dessa forma, o termo transdisciplinar para a ACD é fundamental, como aponta Melo (2018): “o caráter transdisciplinar da ADC⁴ advém de sua própria origem, de sua concepção de discurso, de seu caráter crítico, de sua visão dialética, mas também, de suas possibilidades metodológicas” (MELO, 2018, p. 68). Em seu percurso, a ACD associou-se a diferentes disciplinas, como Sociologia, Filosofia, História, Literatura, Antropologia, Estudos Culturais, Psicologia, Linguística, Educação, Semiótica, Pragmática e Comunicação. Tal circunscrição da ACD, segundo Melo (2018, p. 69), acontece pelo rompimento com as fronteiras epistemológicas de tais teorias sociais para fundamentar a própria abordagem socio discursiva e, ao mesmo tempo, fundamentar pesquisas sociais quando elas abordam aspectos discursivos. Nas palavras de Melo:

Análises do discurso são naturalmente transdisciplinares porque se originam da confluência de outras disciplinas: a ADC tem a LC, as teorias neomarxistas, os estudos da Escola de Frankfurt e os estudos da linguística sistêmico-funcional em sua base (MELO, 2018, p. 69).

⁴ ADC - A sigla ADC (Análise de Discurso Crítica), presente em Melo (2018), trata-se da mesma Análise Crítica do Discurso (ACD) que trazemos nesta pesquisa, há somente uma inversão dos termos que foram escolhidos por Izabel Magalhães, por esse autor aqui citado e por todos que fazem ADC na UnB entre outros que estudaram nesta universidade. Esta escolha adotada pelo grupo de Brasília é justificada por uma questão de tradução, pois o termo em inglês é: Critical Analysis of Discourse. Adotamos, portanto, para a nossa tese, a nomenclatura (Análise Crítica do Discurso - ACD), e trazemos o termo ADC somente em casos de citações diretas desses autores.

Portanto, o caráter crítico que direciona as pesquisas para o uso da linguagem nas práticas sociais em que há assimetria de poder; e a visão dialética empregada nos estudos e análises, confirmam o caráter transdisciplinar da ACD. Destarte, os analistas críticos do discurso orientam seus trabalhos na variabilidade entre práticas, heterogeneidade e processos de mudança histórica, conduzindo suas pesquisas em torno de temas que abordam práticas discursivas de natureza educacional, política, jurídica, midiática, passando também pelas implicações de poder, ideologia e identidades sociais do mundo pós-moderno até questões de luta e conflito social.

Não podemos esquecer de destacar as temáticas que envolvem o dilema das desigualdades sociais, tais como discriminação, racismo, preconceito e pobreza, cada vez mais presentes nos estudos críticos do discurso, conforme pesquisas transdisciplinares desenvolvidas por Pedrosa (2019; 2016; 2014; 2013; 2012); Brito (2018); Araujo (2018), entre outras. Inserido nesse guarda-chuva, nossa pesquisa sobre os desafios do Povo Surdo durante a pandemia, aponta os Surdos como minoria linguística que luta veementemente por seus direitos de acessibilidade comunicacional.

No ano de 2009, Ruth Wodak e Michael Meyer, publicaram um trabalho que conquistou referência notória, pois, além de abordar o histórico, apresenta atualizações em relação a agenda, teoria e metodologias utilizadas em ACD, além de contemplar discussões acerca de desafios para pesquisas nessa área. A autora e o autor reafirmam que a ACD tem raízes multidisciplinares tais como a retórica, a Linguística Textual, a Antropologia, a Filosofia, a Socio-Psicologia, a Ciência Cognitiva, os Estudos Literários, a Sociolinguística, a Linguística Aplicada e a Pragmática.

Wodak e Meyer (2009), enfatizam que a ACD nunca teve a pretensão de ser ou prover uma teoria singular, nem reporta a uma metodologia específica; mas que os estudos em ACD são multifacetados, tanto em relação às suas origens teóricas, quanto às orientações metodológicas, inclusive com diversas abordagens gramaticais abordadas por seus pesquisadores. Sendo assim, apontam que a ACD deve ter a abordagem de uma “escola” (WODAK; MEYER, 2009, p.05), ou de um programa ao qual seus pesquisadores podem se vincular.

Com as discussões até aqui apresentadas, podemos identificar que o caráter transdisciplinar da ACD é consensual entre todos os pesquisadores filiados a essa área, conforme cita Pedrosa (2018, p. 458) “Esse é, pois, um traço transdisciplinar da ACD, apresenta uma imagem heterogênea”. Embora para alguns tal afirmativa pareça controversa, revela um caráter que abre um leque de possibilidades de debates contínuos, mudanças nos objetivos e nas

metas, confirmam as perspectivas inovadoras e apontam que existe também uma base comum que ancora o programa ao qual os analistas críticos são vinculados.

Sobre os aspectos em comum, trazemos os principais fundamentos da ACD apresentados em uma síntese feita por Van Dijk (2008, p. 115) com base em Fairclough e Wodak (1997):

1. A ACD aborda problemas sociais;
2. As relações de poder são discursivas;
3. O discurso constitui a sociedade e a cultura;
4. O discurso realiza um trabalho ideológico;
5. O discurso é histórico;
6. A relação entre texto e sociedade é mediada;
7. A análise do discurso é interpretativista e explanatória;
8. O discurso é uma forma de ação social.

Dessa maneira, conforme já apontado nesse trabalho por outros autores, Van Dijk (2008) postula que a ACD se concentra em pesquisas que abordam a exploração do poder, o domínio sobre a cultura e as ações do indivíduo que são controlados pelo discurso, qualificando-o como “o exercício ilegítimo do poder” (VAN DIJK, 2008, p. 115) por parte dos grupos dominantes.

Para evidenciar a continuidade contemplada pelas diversas pesquisas em ACD que têm sido registradas em diferentes instituições, departamentos e currículos, Wodak e Meyer (2009) elencam sete dimensões com os princípios e interesses comuns entre tais pesquisas. Apresentaremos aqui um compêndio dessas dimensões em comum, elaborado por Bessa (2016):

- . todas as abordagens são orientadas por um problema e, por isso, são necessariamente interdisciplinares e ecléticas;
- . pretendem desmistificar ideologias e poder ao investigar dados semióticos (seja na fala, na escrita ou no visual);
- . quem pesquisa explicita suas posições e seus interesses ao mesmo tempo em que emprega metodologias científicas e autorreflete sobre o processo da pesquisa (BESSA, 2016, p. 118).

Torna-se evidente a unificação do campo da ACD, mesmo diante da heterogeneidade de abordagens e nesse sentido, nossa pesquisa encontra espaço nessa agenda de estudos com temática que contempla a comunidade surda enquanto minoria linguística que luta

incessantemente por seus direitos, não apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Encontramos clareza em Pedrosa (2018) quando assume que os pesquisadores em ACD estão comprometidos em “desvelar estruturas sociais tanto opacas quanto transparentes de dominação, poder e controle de grupos poderosos contra grupos vulneráveis e como esse controle se manifesta nos discursos.” (PEDROSA, 2018, p. 459). Na sequência, a autora aponta que tal compromisso justifica a origem do principal objetivo desse campo investigativo, qual seja “pesquisar a desigualdade social e a forma como ela é expressa em discursos legitimadores a fim de promover a equidade social.” (PEDROSA, 2018, p. 459). Dessa forma, fica evidente que é fundamental para os analistas críticos do discurso, o desenvolvimento de uma consciência explícita do seu papel na sociedade, conforme Van Dijk (2008), quando assevera: “Isso talvez signifique, entre outras coisas, que os analistas do discurso orientam suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 114, grifo nosso).

Isto posto, vimos que as pesquisas em ACD apresentam sempre traços contínuos e começamos a dialogar sobre uma variedade de perspectivas teóricas como recurso para estudar as dimensões discursivas justamente sob a ótica de mudança social e cultural, comum a todos os estudos dos analistas críticos do discurso. Na seção seguinte, continuaremos a discorrer sobre as bases conceituais utilizadas em ACD, enfatizando nesse trabalho, os enfoques mais difundidos e apontados por Fairclough (2001), Melo (2018) e Magalhães (2017).

1.4.1 Correntes e Abordagens

Conforme pontuamos até aqui, a ACD tem caráter transdisciplinar e justamente por ter em sua composição teorias diferentes, surgiram várias correntes dentro da ACD. Dentre as mais conhecidas abordagens contempladas por essas correntes, citaremos as seis pontuadas por Wodak e Meyer (2009). Para uma visualização mais didática, traremos um panorama geral elaborado por Irineu et. al (2020), no qual as correntes estão caracterizadas pela polissemia do conceito de discurso, destacando a influência de Michel Foucault em todas elas: “É importante que o/a leitor/a esteja atento/a para o fato de que a noção de discurso foucaultiana é adaptada para atender às especificidades de cada uma das vertentes, e não simplesmente tomada da maneira que o autor idealizou inicialmente” (IRINEU, 2020, p. 40-41).

Quadro 1 - Conceitos de discurso na ADC

Vertentes Principais	Autores da ADC	Autor/es base do Termo discurso	Discurso é...
HISTÓRICO DISCURSIVA	Ruth Wodak & Martin Reisigl	Foucault	“um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação” (WODAK, 2003, p. 105).
ANÁLISE DE DISPOSITIVO	Siegfried Jäger & Florentine Maier	Foucault	“um modo institucionalizado de falar [e podemos acrescentar: um ato não-linguisticamente performado] que regula e reforça ação e exerce poder” (Jäger e Maier, 2016 <i>apud</i> LINK, 1983, p. 60).
LINGUÍSTICA DE <i>CORPUS</i>	Gerlinde Mautner	Foucault	“um texto autêntico produzido por grupos sociais para desempenhar funções sociais” (MAUTNER, 2016, 156). Sendo assim, é entendido como um “agente de mudança social potencialmente poderoso”.
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	Theo van Leeuwen	Foucault	“[...] são cognições sociais, maneiras socialmente específicas de conhecer as práticas sociais, elas podem e são usadas como ferramentas de representar práticas sociais no texto” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6).
SOCIOCOGNITIVA	Teun A. van Dijk	Linguística Textual	“um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma escrita ou oral de interação verbal ou de uso da linguagem, em particular” (VAN DIJK, 2002, p. 192).
DIALÉTICO-RELACIONAL	Norman Fairclough	Foucault e Bhaskar	Modelo Tridimensional: “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Modelo Transformacional: “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 29).

Fonte: Irineu et. al (2020, p. 40).

A relevância da apresentação dessas abordagens tem o intuito de deixar bem claro que a ACD não se reduz a uma proposta teórica (MAGALHÃES, 2017), verificando-se a heterogeneidade das abordagens, temos que é possível estabelecer um diálogo entre elas. Um

pesquisador pode selecionar as abordagens Atores Sociais e Dialético Relacional para orientar as análises de sua pesquisa. Wodak e Meyer (2009) destacam as seguintes características:

I – Abordagem Histórico-Discursiva (HD) – difundida também como Escola de Viena, é representada pelos estudos de Ruth Wodak (1996, 2005) e Martin Reisigl (2001). Empreende uma análise histórica buscando sempre desenvolver ferramentas conceituais para tratar problemas sociais específicos tais como discursos institucionais racistas, antissemitas, entre outros. Esta corrente é filiada à orientação sócio filosófica da teoria crítica e concentra-se nos estudos do discurso político utilizando nas pesquisas, a teoria da argumentação.

II - Abordagem da Análise de Dispositivos (AD) – Proposta por Siegfried Jäger e Florentine Maier (2009), está mais próxima da origem da noção de discurso, isto é, das explicações estruturalistas de Michel Foucault sobre os fenômenos discursivos. Introduce o dualismo de discurso e realidade. Como todas as abordagens em ACD aceitam que o discurso, entendido como o uso da linguagem, é apenas uma manifestação da ação social.

III – Abordagem de Linguística de Corpus (LiC) – versão que tem como expoente a linguista inglesa Gerlinde Mautner (2009), propõe o desenvolvimento de pesquisas com foco na interface da linguagem e da sociedade. Apresenta-se como mais uma extensão linguística da ACD, pois, fornece dispositivos linguísticos adicionais para uma análise completa – e pode ser aplicada no contexto de várias abordagens de ACD.

IV – Abordagem dos Atores Sociais (AS) - corrente apresentada por Theo van Leeuwen (2009), trabalha com teorias linguísticas e sociológicas e procura explicar a ação no estabelecimento da estrutura social, desenvolvendo a ideia de que discursos são recontextualizações de práticas sociais. Sob essa perspectiva, a representação é baseada na prática, aquilo que as pessoas fazem; o foco na primazia da prática constitui o seu núcleo teórico.

V – Abordagem Sociocognitiva (SC) – enfoque que tem como mentor o linguista Teun van Dijk (2005; 2008), situada no lado sociopsicológico do campo da ACD, apresenta como proposta uma abordagem triangular: discurso, cognição e sociedade. De acordo com o próprio fundador, essa perspectiva entende os estudos da cognição como fortes aliados para revelar as práticas ideológicas empreendidas na linguagem. Tais estudos dos discursos propõem-se a examinar criticamente as formas nas quais a cognição está relacionada com “estrutura crítica do discurso, interação verbal, eventos comunicativos

e situações, bem como estruturas sociais” (VAN DIJK, 2009, p. 64) tais como, dominação e desigualdade social. A abordagem sociocognitiva da ACD entende que é preciso pesquisar os níveis macro e micro da ordem social, a partir de um quadro teórico triangular que relaciona discurso, cognição e sociedade. Nesse sentido, o uso da linguagem, a interação verbal e a comunicação fazem parte do micro nível da ordem social, enquanto o poder, as relações de dominação e abuso de poder, além da desigualdade entre grupos sociais pertencem a um nível mais macro de análise. Esses níveis se inter-relacionam e suas distinções são relativas.

VI – Abordagem Dialético-Relacional (DR) – tem como mentor Norman Fairclough (2009), enfoca o conflito social na tradição marxista e tenta detectar suas manifestações linguísticas nos discursos, em particular elementos de dominação, diferença e resistência. Segundo a ADR, toda prática social tem um elemento semiótico. Tem base em uma teoria linguística particular – Linguística Sistêmico-Funcional proposta por Michael Halliday (1985) – que analisa a linguagem como moldada (mesmo em sua gramática) pelas funções sociais a que passou a servir, e deve ser focada nos problemas que confrontam o que pode ser chamado de “perdedores” dentro de formas particulares de vida social. Sob a perspectiva dessa proposta de estudos, busca-se combinar elementos de diferentes disciplinas e teorias para tratar de questões de pesquisa em um processo dialógico.

Daremos nesse trabalho maior ênfase à corrente da ASCD com pontuações que derivam das abordagens Dialético-Relacional e Atores Sociais (AS). A primeira por ser uma das mais utilizadas aqui no Brasil, por conseguinte, uma das que influenciam esta pesquisa; e a segunda por decisão metodológica, dada a composição do *corpus*. Fairclough (2012), através da abordagem dialético-relacional, propõe uma estrutura analítica para a ACD composta por cinco estágios:

1º estágio: Ênfase a um problema social – por ser uma forma de ciência social crítica, planejada para demonstrar os problemas e dificuldades enfrentados pelos indivíduos em seu meio social o questionamento principal é: “um problema para quem?” Assim, sendo uma ciência social crítica, tem por finalidade a emancipação dos dominados ou “perdedores” em seu meio social, ou seja, os excluídos, os oprimidos por suas diferenças socioeconômicas, raciais ou de gênero entre várias outras formas de exclusão e dominação.

2º estágio: Identificação dos obstáculos para a solução do problema por intermédio da análise - observação crítica ou diagnóstico do problema – abordando e questionando quais são os entraves a serem superados tanto na estrutura como na organização social que apresentam resistência a uma solução de baixa complexidade.

3º estágio: Verificar a ordem social ou a rede de práticas - a ordem social precisa do problema? Ele é um problema em algum sentido? Relacionar os fatos como eles

verdadeiramente são e como devem ser, ou seja, por meio da observação crítica, verificar como a ordem social cria problemas com o objetivo de se manter ativa, fortalecendo assim, os motivos para que ocorra uma transformação radical, ressaltando que nesse aspecto, surge a ideologia, que por meio do seu discurso favorece a manutenção das relações de poder e de dominação.

4º estágio: Identificação das possibilidades de superação dos obstáculos – observação crítica negativa ou positiva. No contexto da ordem social, identificar as possíveis contradições, lacunas, deficiências que podem ser entendidos como dominantes e, ainda, demonstrar diferenças e as resistências predominantes.

5º estágio: Reflexão crítica sobre a análise - refletir sobre a eficácia da análise e sua contribuição para a emancipação social e seu ajuste tanto para a academia como para o mercado e o Estado (FAIRCLOUGH, 2012, p. 312).

Assim, para Fairclough (2012), uma pesquisa social crítica também deve ter o objetivo de dar visibilidade às injustiças com o objetivo de denunciar e expor as desigualdades, falta de liberdade, falta de acessibilidade, discriminação, preconceito, entre outras formas de dominação.

Em relação à Teoria dos Atores Sociais, tem como propositores Theo van Leeuwen e fundamenta-se na representação dos atores sociais nos discursos. Tal representação pode ser protagonizada por pessoas individuais e/ou por grupos e elucida as suas formas de inclusão e exclusão nos discursos que por sua vez se registram por meio das escolhas dos termos utilizados na língua de quem produz os discursos. O linguista van Leeuwen (1997, 2008) defende que as relações existentes entre atores e sociedade aparecem nos discursos como forma sociopolítica de poder e manifestação, visto que revelam as posições que ocupam, onde e como estão situados. Para o autor, os discursos “(...) são cognições sociais, maneiras socialmente específicas de conhecer as práticas sociais, elas podem e são usadas como ferramentas de representar práticas sociais no texto” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6).

Sob a proposição de que os atores sociais atuam como representação da língua, Van Leeuwen elaborou a teoria da representação social no discurso relacionando-a com a linguística, especificamente com a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) e com a Gramática Sistêmico Funcional (GSF) de Halliday⁵. Na perspectiva de Leeuwen (1997, 2008), o compartilhamento de uma ideia por meio da manifestação verbal, significa confirmar um vínculo social e respectivamente uma identidade. Sob essa ótica, a palavra-chave é **escolha**. No sentido da seleção de alguns termos da língua ao invés de outros, que os atores sociais fazem quando elaboram e partilham seus discursos.

⁵ No capítulo 5, discorreremos sobre essas teorias de Michael Halliday e a contribuição de outros autores em seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a linguagem desempenha um papel fundamental nas representações das experiências (individuais ou coletivas) das pessoas e é nesse ponto em que se representam como atores sociais (indivíduos socialmente organizados). Ao fazer escolhas de determinadas palavras e estruturas para representar suas experiências, os atores fornecem subsídios importantes para os estudos de fenômenos representativos, o que verificamos com clareza no *corpus* da pesquisa. Evidenciamos assim, a relevância dessa abordagem que se configurou como ferramenta de análise das práticas sociais transformadas em discursos dos Surdos acerca de suas experiências e desafios durante o período de pandemia, foco da tese.

O diálogo entre as abordagens da ACD: Dialético-Relacional (Fairclough), Representação de Atores Sociais (Theo van Leeuwen) e a corrente brasileira Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso⁶ (Pedrosa) proposto no presente estudo, soma-se ao empenho dos pesquisadores que procuram estabelecer conexões entre a linguagem e a estrutura social. A busca dos analistas críticos do discurso é sempre por caminhos que nos conduzam a desvelar a produção de sentidos através dos discursos, nos mais diversos contextos sociais. Por estas razões, entre outras, os estudos em análise crítica do discurso no Brasil têm se desenvolvido em diversas instituições, contemplando diversas temáticas e empregando diversas abordagens. Especificamente sobre a ACD no Brasil, trataremos na próxima seção.

1.5 UM GIRO DECOLONIAL PELA AMÉRICA LATINA

Ao longo do percurso trilhado pela ACD desde a primeira reunião em Amsterdam (1991) que consolidou a primeira frente de investigações e publicações na área, constituindo assim as correntes europeias, conforme já citamos nesse trabalho, (Teun van Dijk – Holanda; Norman Fairclough, Gunther Kress, Teun van Leeuwven - Reino Unido; e Ruth Wodak - Áustria); vários estudiosos foram se incorporando a essa agenda e fundando várias correntes pelo mundo.

Cabe lembrar que, conforme já pontuamos, a heterogeneidade é marca da ACD, pois, cada grupo de pesquisa utiliza seu enfoque em determinadas áreas de interesse. Contudo, as múltiplas versões das investigações e estudos em ACD possuem pontos em comum no que se

⁶ Apresentada no subtópico seguinte e retomada no tópico 2.5.1. desse mesmo capítulo.

refere às propostas teóricas e metodológicas, o que permite o enquadramento na mesma área. As características mais latentes que permitem o traço de continuidade entre os diversos grupos, são “o posicionamento explícito, ou melhor, seu engajamento social; e a utilização de análises sistemáticas de textos como método de pesquisa.” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 22).

Durante as duas últimas décadas do século XX, podemos observar o desenvolvimento de pesquisas na área dos estudos do discurso com foco nos vínculos que estes estabelecem com a sociedade e a cultura, consolidando-se com a fundação da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED), que surgiu como um espaço institucional com a proposta de integrar vários grupos em torno de uma identidade comum. Adriana del Carmen Calderón de Bolívar é considerada pioneira dos estudos em análise do discurso latino-americano e fundadora da ALED. Bolívar (2005) aponta que em 1997, Teun van Dijk dedicou o editorial da revista *Discourse & Society* aos estudos do discurso na América Latina, apresentando uma visão geral de tais trabalhos em nossa região. Destaca a autora que esse texto de van Dijk serviu como referência para impulsionar a profusão de pesquisas na área, registrando-se um grande progresso nos estudos do discurso nos países membros da ALED. “O editorial constituiu, assim, um apelo à comunidade internacional para o fortalecimento de laços que só poderiam se traduzir em uma experiência enriquecedora”. (BOLÍVAR, 2005, p. 347).

A contribuição da ALED para expansão dos trabalhos em análise do discurso evidencia-se pelo surgimento de cursos de pós-graduação que contemplam essa linha em países latino-americanos como México, Venezuela, Brasil e Argentina, além das várias publicações desde então.

Outro aspecto digno de nota é o crescente interesse em estudos multidisciplinares, especialmente na perspectiva da análise crítica do discurso, em termos de problemas como racismo, pobreza, abuso de poder, sem descuidar da discussão teórica e preparação da base linguística, como pode ser visto em grupos de trabalho sobre interação em diferentes contextos, o estudo de gêneros e gramática sistêmica funcional (BOLÍVAR, 2007, p. 687, tradução nossa).

A autora ressalta que uma mudança muito importante tem ocorrido nas citações e referências bibliográficas registradas nos trabalhos acadêmicos e nas publicações dos estudos do discurso da América Latina; antes concentravam-se em autores da Europa e Estados Unidos. “Hoje existem muitos nomes latino-americanos que aparecem em teses, livros e artigos de revistas. Além disso, na Revista ALED estamos recebendo mais livros para revisão escritos por nossos parceiros.” (BOLÍVAR, 2007, p. 687). Consideramos muito importante esse destaque feito por Bolívar, por ser uma entrevista veiculada há treze anos, enfocando a valorização de

projetos teóricos sul-americanos que corroboram com a proposta de transposição dos discursos ideológicos e unidirecionais da modernização a partir do Sul Global. Sobre essa temática discorreremos oportunamente mais adiante.

Cabe aqui ressaltar os trabalhos da ACD no Brasil. Registram-se algumas vertentes, dentre as quais as que mais se destacam são: a Análise Crítica do Discurso influenciada pela Linguística Sistêmico Funcional (LSF), defendida pelo inglês Norman Fairclough e a Análise Cognitiva ou Sociocognitiva do Discurso, sustentada pelo holandês Teun Van Dijk. Encontramos a pesquisadora Célia Maria Magalhães (2001) vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Izabel Magalhães (2005), com vínculo com a Universidade de Brasília (UnB) e Carmem Rosa Caldas Coulthard (2001) vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. O fato de que as três pesquisadoras representam as regiões centro-oeste, sul e sudeste, estabelece o local como berço da análise crítica em no Brasil, por se desenvolver com mais intensidade inicialmente. Alguns anos depois destacam-se também Viviane Resende e Viviane Ramalho na mesma região, sendo vinculadas à UnB, tornando a instituição como expoente da ACD no Brasil.

Em continuidade e confirmando as variadas possibilidades e novos caminhos para pesquisas oriundas da ACD, nasce a Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Frente ao trabalho do Grupo de Pesquisa Estudos do Texto e Discurso (GETED), Cleide Emília Faye Pedrosa, pesquisadora e professora associada da mesma instituição, enquanto coordenadora adjunta do grupo de pesquisa GETED, desponta como principal impulsora da nova corrente na região nordeste.

As inquietudes que levaram à criação dessa nova corrente estiveram incentivadas pela procura de novas vias de pesquisa na análise crítica do discurso (ACD). Em concordância com o trabalho transdisciplinar proposto pela ACD, a ASCD surge com uma proposta preocupada com as mudanças sociais e culturais contemporâneas. Os pilares teóricos da nova corrente são principalmente a sociologia aplicada à mudança social (SACO, 2006), a comunicação para a mudança social (GUMUCIO, 2008), os estudos culturais (MATTELART, 2005; HALL, 2005) e os estudos do sujeito e das identidades de Bajoit (2003, 2008). [...] Novos caminhos podem ser inseridos em nossa proposta, como se justifica em toda e qualquer abordagem transdisciplinar como esta se propõe a ser (PEDROSA. 2012, p. 4).

As pesquisas em ASCD apresentam-se na diversidade dos contextos e níveis acadêmicos, os estudos já envolvem o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), evidenciando expansão dessa corrente. Apresentamos aqui apenas os marcos dos trabalhos na área em nosso país.

1.5.1 Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)

Na seção anterior já apresentamos a ASCD como uma abordagem que surgiu no Brasil, região Nordeste, especificamente no estado do Rio Grande do Norte, em 2011, com Pedrosa como principal propulsora da corrente. Encontramos em Damaceno (2013, p. 84): “a ASCD é uma proposta que se anuncia com o objetivo de (re)discutir algumas questões primordiais para ACD, como Sujeito e identidades, tipos de mudanças sociais e culturais, tipos de poder, entre outros”. A ASCD, com efeito, firma-se como uma vertente de crítica discursiva e com caráter transdisciplinar.

Segundo Pedrosa (2012), a ASCD segue o princípio transdisciplinar da Análise Crítica do Discurso (ACD), dialoga e fundamenta-se em áreas da Linguística, como a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Textual, e da Gramática Visual, dialogando fortemente com a Sociologia Aplicada à Mudança Social, com a Comunicação para a Mudança Social e com os Estudos Culturais. Atende, assim, a uma investigação mais ampla e plural no que diz respeito à força do discurso como fonte de mudanças.

A abordagem tem como foco a mudança social e cultural, mas não se confunde com as contribuições da corrente social de Fairclough, adotada por nós em muitos de nossos trabalhos desde que cursamos o doutorado (2005). O cruzamento que faremos com conceitos também advindos dessa corrente de Fairclough, ou mesmo de outras tantas, faz parte do contexto geral da ACD, e não exclusividade da(s) corrente(s), e quando isso ocorrer, apontaremos tal apropriação, pois o diálogo sempre deve ser possível [...]. Consideramos, portanto, que acompanhar as mudanças sociais e culturais não é exclusividade da ACD, ou da Sociologia, ou da Comunicação, ou de qualquer outra área de conhecimento; faz parte do posicionamento de diversas áreas e dos diálogos entre elas na atualidade (PEDROSA, 2012, p. 04).

Conforme afirma Pedrosa (2016), a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) recebe esse nome por seu nascedouro a partir de leituras, principalmente, em Sociologia para a Mudança Social (SMS) e, em Comunicação para a Mudança Social (CMS), além de estudos sobre a Sociologia Aplicada à Mudança Social (SAMS). A ASCD preocupa-se em intensificar pesquisas relacionadas ao poder ou ao abuso de poder, além de “aprofundar os estudos quanto: às mudanças sociais e culturais; aos tipos de poder; aos sujeitos e à constituição de suas identidades.” (PEDROSA, 2016, p.73-74).

Para concretizar a proposta, um caminho para pesquisas da área foi formulado pela ASCD, que não deve se configurar como uma fórmula a ser seguida, mas como orientação a ser direcionada ao objeto de investigação. Neste trabalho, apresentaremos estes aspectos detalhadamente no capítulo metodológico.

Ainda sobre decolonialidade, reconheço que a opção de empreender em pesquisa na área da ACD é uma investidura complexa, e nesse momento aproveito também para transgredir e passar a usar as colocações em primeira pessoa por razões que o próprio contexto por si mesmo explica. Proponho um movimento giratório para encontrar e discorrer sobre o ponto introduzido no subtópico anterior e de certa forma contribuir com a complexidade desse trabalho de pesquisa. Alvitro um diálogo sobre investiduras epistemológicas que vêm participar da construção de um fazer científico com novas lentes.

Começo afirmando que o fato de ser nativa e realizar essa pesquisa no menor estado do Brasil, situado na região nordeste, inevitavelmente me traz a constatação da existência da diversidade cultural e que conseqüentemente remete à colonialidade de saberes do discurso. Utilizando a categorização de Boaventura (2018) estou situada no outro lado da linha abissal. Um local de subalternidade no campo acadêmico por duas razões, por ser analista crítica do discurso no contexto situado na América Latina e por pertencer à comunidade acadêmica da região nordeste do Brasil. Parafraseando Resende (2019), essa colonialidade de forma imediata traduz um espaço que é ocupado por pesquisadoras de discurso latino-americanas em relação aos pares do norte global e remete sobre o poder pensar alternativas teóricas.

Pontuando sobre o conceito de colonialidade que aqui utilizo, aponto o postulado de Viviane Resende: “A colonialidade sobrevive ao colonialismo. A colonialidade se reproduz em livros, nas escolas e universidades, nos padrões culturais e estéticos, no senso-comum” (RESENDE, 2017, p. 21). A autora continua discorrendo:

Como já salientaram pesquisadoras latino-americanas em estudos do discurso como Adriana Bolívar (2010), Laura Pardo (2010) e Neyla Pardo Abril (2016), uma consequência da colonialidade do saber nos estudos do discurso latino-americanos é que a competência no domínio e na aplicação de teorias e métodos vem acompanhada de pouca confiança na validade das próprias ideias, que precisam sempre ser legitimadas pelo pensamento de autores estrangeiros. Entre a referência a uma autora latina e a referência a um estrangeiro, é comum que entre nós se prefira a referência que julgamos capaz de legitimar nosso próprio trabalho junto à comunidade acadêmica local: o estrangeiro (RESENDE, 2019, p. 25).

Sob essa perspectiva, ressalto que a minha situação de colonialidade é dupla e perpassa também na vivência das pesquisadoras nordestinas em relação aos grupos de pesquisas localizados no sul ou centro-oeste do Brasil. E coloco-me aqui como pesquisadora que

reconhece a necessidade de evidenciarmos o outro lado da linha abissal dentro do nosso próprio país e enxergo nesses movimentos o momento de legitimarmos nossos trabalhos não ocupando uma posição de disputa, mas de somatório com as colegas em toda a América Latina e em todo Brasil.

Convém discutir mais um pouco sobre o postulado do sociólogo Santos (2018) na obra *Epistemologias del Sur*, quando apresenta o conceito do pensamento abissal como uma característica da modernidade ocidental, a qual consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem a realidade social em dois universos ontologicamente diferentes. A linha invisível (abissal) que separa o mundo em países desenvolvidos (este lado) e subdesenvolvidos (o outro lado) evidencia as dominações econômicas, políticas e culturais, traduzidas por um lado pela hierarquização dos saberes e, por outro, pela negação da diversidade. No domínio do conhecimento, a ciência e o direito constituem as manifestações mais bem-sucedidas deste pensamento abissal na medida em que definiram, do ponto de vista científico, a distinção entre verdadeiro e falso e, do ponto de vista jurídico, a distinção entre legal e ilegal, impondo, internacionalmente, esta diferenciação através do direito internacional.

Para Santos (2010), superar o pensamento abissal é uma tarefa que exige o reconhecimento de sua persistência para que se possa pensar e agir para além dele em direção a um pensamento pós-abissal, que reflita a partir do outro lado da linha, a partir de uma epistemologia do Sul e confrontando o monoculturalismo do Norte com uma ecologia de saberes. Nesse contexto, a ciência moderna precisa estabelecer relação com outros conhecimentos e ter a consciência que não é a única forma de conhecimento possível. Uma espécie de contra-epistemologia, que nega a existência de uma epistemologia geral e se baseia no reconhecimento de uma pluralidade de conhecimentos que se cruzam entre si. Ressalta o sociólogo que a expressão *Epistemologias do Sul* é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. É hora então de falar e ser ouvido, de escrever e ser reconhecido.

1.6. PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Conforme discorremos, a ACD não é um campo de pesquisa fechado por não se tratar de uma perspectiva teórica homogênea, configurando-se como um grupo de propostas teóricas sobre o discurso, suas relações com a sociedade e de seus enquadres metodológicos para análise

de textos. O olhar dos analistas críticos do discurso vislumbra caminhos para que as situações de assimetria evidenciadas na sociedade sejam modificadas. Assim sendo, é necessário encontrar meios para que a agenda investigativa da ACD seja cumprida e os objetivos propostos sejam alcançados.

Concordamos com Magalhães (2017) quando aponta que analistas críticos do discurso têm utilizado o recurso da transdisciplinaridade como caminho seguro a ser trilhado em suas pesquisas. Nós, pesquisadores ascedianos⁷, reconhecemos as especificidades e limitações da própria área de pesquisa e buscamos o diálogo com outros estudos e investigações, sempre agregando contribuições teóricas distintas. Mas com cautela, para que isso não se confunda com um vale-tudo epistemológico, pois, temos um alicerce fortemente construído em princípios teóricos e continuidades marcantes e suficientes para mantermos a coerência em nosso campo.

Ainda corroborando com Magalhães (2017), a necessidade de empreender análises contextualizadas e textualmente orientadas sempre exige esforço e demanda dedicação, além do domínio das ferramentas que incluem variadas categorias linguísticas articuladas a complexos conceitos teóricos.

Assumimos que a escolha teórica pela ACD se justifica pelo seu compromisso político e social contra as desigualdades e minorias e contra a imparcialidade do analista e do objeto em análise, pois, de acordo com Fairclough (2016), o analista, em ACD, deve assumir ações de resistência à opressão e práticas de contrapoder, não assumindo, portanto, o papel de mero narrador ou cúmplice das injustiças. Prosseguindo nesse caminho, no capítulo seguinte, versaremos sobre os Estudos Surdos e sob o viés da História Cultural, lançaremos um olhar sobre a trajetória do Povo Surdo, arrematando com algumas discussões sobre a(s) cultura(s) e identidade (s) Surda(s).

2. ESTUDOS SURDOS, MESMOS LUGARES, OUTROS OLHARES

O ser Surdo está presente como sinal e marca de uma diferença, de uma cultura e de uma alteridade que não equivale à dos ouvintes (Autor desconhecido).

⁷ Forma de adjetivar os membros participantes do grupo de pesquisa que desenvolvem estudos vinculados à corrente Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso – ASCD.

O dicionário da Língua de Sinais do Brasil⁸, sobre o significado da lexia “estudo”, apresenta a definição: analisar, examinar detidamente (assunto, obra literária, trabalho artístico etc.), aplicar o espírito, a inteligência, a memória para adquirir conhecimentos. Foi exatamente com essa finalidade que a terminologia Estudos Surdos, atualmente muito utilizada por diversos autores da área, surgiu nos movimentos surdos organizados, como uma das ramificações dos Estudos Culturais.

Na década de 1990, um grupo de pesquisadores Surdos⁹ e não surdos, composto por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com o intuito de desenvolver investigações e estudos no campo da Educação de Surdos (LOPES, 2011), sob a coordenação do professor Carlos Skliar¹⁰, constituiu o Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos (NUPPES)¹¹. Dessa forma, com o desenvolvimento de pesquisas e estudos e conseqüentemente o fortalecimento desse Núcleo, através da linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, “abriram-se novos espaços para a entrada da comunidade surda na Universidade” (LOPES, 2011, p. 7). Assim, no cenário brasileiro, Carlos Skliar se torna um dos precursores dessas investigações quando juntamente com seu grupo de pesquisa, começam a aproximar os estudos da surdez ao campo dos Estudos Culturais, denominando essa parceria de ESTUDOS SURDOS (ES).

⁸ Este Dicionário documenta mais de 13 mil sinais em Libras em entradas lexicais individuais, trazendo os verbetes correspondentes ao sinal em português e inglês, a definição do significado do sinal e dos verbetes, ilustrações e a descrição detalhada da forma do sinal, além de exemplos ilustrativos do uso funcional apropriado do verbo em frases e a especificação do escopo de validade geográfica em relação aos estados brasileiros. O Dicionário contém a escrita visual direta do sinal em SignWriting, permitindo ao leitor concentrar-se nos traços distintivos que possibilitam diferenciar sinais semelhantes. É possível ainda encontrar a descrição da etimologia do sinal pela análise dos morfemas que compõem sua estrutura, e uma breve análise do parentesco semântico entre o sinal e outros sinais que compartilham alguns de seus morfemas moleculares. O livro traz ainda a soletração digital em Libras por meio da fonte Capovilla-Raphael, permitindo a composição das palavras escritas e conversão das letras em formas de mão.

⁹ Utilizaremos nesse trabalho sempre a grafia Surdo (com “S” maiúsculo), considerando que Ser Surdo é “reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta (LANE, 2008. p. 284).

¹⁰ O Professor de nacionalidade argentina, Carlos Bernardo Skliar, atuou como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Coordenou o Núcleo de Pesquisa e Políticas em Educação de Surdos (NUPPES), no período de 1997-2006. Atualmente, é Professor Pesquisador Principal da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Argentina.

¹¹ Nas teses e dissertações nacionais localizadas em repositórios digitais a partir do termo Estudos Surdos, a referência ao espaço institucional do NUPPES/UFRGS é recorrente. Repositório da UFRGS disponível em: <https://lume.ufrgs.br/discover>. Acesso em 30 mar. 2022.

Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas, são focalizados e entendidos a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político (SKLIAR, 2005, p. 5).

Trazemos a notação de que a expressão Estudos Surdos adotada no Brasil, é uma tradução de *Deaf Studies*, inicialmente utilizado por pesquisadores de outros países, principalmente nos Estados Unidos (LOPES, 2011). De acordo com a autora, a produção dos *Deaf Studies* surgiu em centros de pesquisa e programas de graduação do Reino Unido e dos Estados Unidos no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980.

Paralelamente por todo Brasil, outros pesquisadores já desenvolviam estudos sobre a surdez e sobre a educação de Surdos, além daqueles filiados ao NUPPES, registrando-se à época uma mobilização, em diversos contextos regionais “para que os surdos fossem vistos e narrados a partir de discursos antropológicos, culturais e linguísticos” (LOPES, 2011, p. 8), em oposição à visão clínica da surdez como uma deficiência. Sob a nomenclatura de Estudos Surdos, as publicações do NUPPES começaram a utilizar como referências, nomes como Lucinda Ferreira Brito, Eulália Fernandes, Regina Maria de Souza, Bárbara Gerner, entre outros que atuavam dentro do mesmo recorte teórico.

Os Estudos Surdos, então, foram lançados como agenda de luta da comunidade surda, contra a interpretação da surdez como uma deficiência e conseqüentemente contra a visão do Surdo enquanto indivíduo deficiente, doente e sofredor. A ênfase das abordagens desses estudos concentra-se nas questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas por reconhecimento, poderes e saberes (LOPES, 2011). Nessa perspectiva, Skliar argumenta que “a construção das identidades não depende da maior ou menor limitação biológica, e sim das complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais” (SKLIAR, 2005, p. 6).

Gládis Perlin (2003), em sua Tese de doutorado, alerta para o fato de que “os Estudos Surdos não se apresentam como uma totalidade homogênea. Eles se dividem em estudos que se aproximam de qualquer campo teórico” (PERLIN, 2003, p. 36). A ênfase dada pela autora surda em relação a esse aspecto, refere-se ao fato de que para a autora, os ES transitam por diferentes territórios “com suas depressões, declives, relevos, cumes, planícies...” (PERLIN, 2003, p. 36), devido à sua complexidade e versatilidade.

A proposta dos Estudos Surdos que concebemos nesse trabalho considera, então o registro, a reflexão heterogênea e rica sobre o engajamento dos próprios surdos que quando articulados lutam por seus direitos e reivindicam para serem vistos e nomeados como sujeitos Surdos e não como sujeitos com surdez. Uma diferença que pode parecer sutil, mas carrega em si a marca da história centrada no sujeito e não na deficiência ou na falta de um sentido; e

sobretudo enfatiza o registro que tem como foco a história contada sob a perspectiva do protagonismo Surdo. A proposta dos ES aqui contemplada é que as identidades surdas “ao invés de apagadas, precisam ser vistas em um novo e complexo contexto” (DORZIAT, 2011, p. 11).

Coadunamos com Lopes (2011), quando reconhece que não há como negar a falta de audição do corpo surdo, mas não podemos continuar assistindo às tramas perversas da exclusão, resultante de políticas de identidades binárias (DORZIAT, 2011) e da prática da construção social da deficiência. Por essas e outras razões que envolvem a necessidade de desestabilizar a visão que faz do surdo uma pessoa à margem do mundo real, conflituoso e contraditório, adotamos nesse trabalho as perspectivas dos ES seguindo na esteira das teorizações culturais e linguísticas. Nos filiamos às propostas contempladas por Skliar (2005) quando estabelece que os ES estão inscritos em território de investigação e de proposições políticas, e que por meio de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos.

Trazemos Perlin (2003) mais uma vez com a ponderação de que os ES apresentam o pressuposto da narrativa do sujeito surdo registrando suas formas de ser surdo em sua alteridade e em sua diferença.

Claro que este espaço dos Estudos Surdos pode ser constituído em conta com as teorias pós-modernas, pós-estruturalistas ou pós-colonialistas ou Estudos Culturais. Nesta produção não importa se entram pesquisadores surdos e ouvintes, mas sua forma narrativa se unifica pela forma de narrar a alteridade, ou inclusive na sua diferença como sujeito surdo com toda sua força de discurso produzindo e refletindo seus objetos de referência, bem como o ser surdo toda sua cultura, necessidades que ele tem, pois deve viver na sociedade ouvinte (PERLIN, 2003, p. 41).

A partir dessas considerações, assumimos o compromisso de evidenciar o protagonismo Surdo, procurando não cair nas oposições do binarismo clássico Surdos/ouvintes¹², propondo a elucidação de narrativas que encaram todos os corpos Surdos ou não-surdos como integrantes da vida social, sendo pessoas diferentes, com possibilidades, limitações, incertezas, dúvidas, emaranhadas em relações de poder que envolvem classe, gênero, religião, etnia, diferenças linguísticas etc. O que não admitimos é que se fechem as portas diante das inúmeras possibilidades humanas, por resistência às recontextualizações. Reconhecemos que existem

¹² A utilização do termo ouvinte nesse trabalho remete às pessoas que não compartilham experiências visuais em contraponto às pessoas surdas. Segundo Quadros (2003, p.89, grifos da autora): “Isso acontece porque o termo **ouvinte** em oposição ao **Surdo** foi uma dicotomia criada pelos próprios surdos intimamente relacionada com a demarcação da diferença.

culturas diferentes e que todas merecem respeito em sua integridade e que qualquer identidade apenas se constitui na alteridade. Argumenta Skliar (2005) que os surdos representam a própria identidade construída na relação com o grupo e com o uso da Língua de Sinais. É sob essa ótica que focaremos as lentes desse trabalho.

No próximo tópico, discorreremos um pouco sobre a história dos Surdos no contexto mundial e no Brasil, de forma diversa àquela que arraigada ao conceito de deficiência, enfatiza uma trajetória de sofrimento, prejuízos e dor. Concentraremos a narrativa nos marcos históricos e culturais de lutas e conquistas do Povo Surdo¹³, prioritariamente contada a partir de perspectivas surdas.

2.1 O POVO SURDO CONTA SUA HISTÓRIA

“É preciso inscrever 1834 entre as grandes datas da história surda. É a data de nascimento da nação surda. É o ano em que pela primeira vez os surdos-mudos se outorgaram um tipo de governo. Isso nunca cessou desde então” (BENVENUTO, 2016, p. 62).

Como alternativa para superar um roteiro histórico marcado pelo protagonismo ouvinte no qual “o Povo Surdo foi narrado através da representação da invalidez” (PERLIN, 2003, p.79), surge o viés da história cultural¹⁴ do Povo Surdo, cuja abordagem oferece uma nova interpretação dos caminhos trilhados, com ênfase na cultura, nos valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como, no engajamento político que movimenta tais questões (STROBEL, 2008). A pauta é desvencilhar-se da “excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador” (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 19) para dar lugar ao sujeito contextualizado, como instrumento histórico no sentido e no significado.

Os relatos históricos tradicionais e marcantes sobre as pessoas surdas apontam registros que na antiguidade eram classificadas como um grupo definido por sua deficiência e pela ânsia de cura e normalização, categorização essa atribuída pelas pessoas que por ter audição,

¹³ Retomamos que o conceito de Povo Surdo consiste em: [...] sujeitos Surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura Surda e quaisquer outros laços (STROBEL, 2008, p. 29).

¹⁴ As temáticas História Cultural e Cultura Surda, serão enfatizadas no tópico seguinte.

consideravam-se “normais”, sendo os Surdos, os anormais, os doentes que por isso mesmo, precisavam ser normalizados para exercerem o direito da convivência em sociedade, e de usufruir o exercício da cidadania. Utilizaremos como referências autores filiados aos Estudos Surdos, preferencialmente, Surdos, para trazermos o registro histórico da trajetória do Povo Surdo, sob uma nova ótica.

Deixamos claro que o propósito não é apresentar uma cronologia detalhada das etapas da história da educação dos Surdos desde seus primeiros registros até os dias atuais. No escopo desse capítulo pretendemos demarcar o momento em que os Surdos iniciam seus movimentos organizados para defender o uso da língua de sinais como sua primeira língua, apresentando uma síntese do registro das transformações de perspectivas em relação à abordagem da surdez e dos Surdos antes e após as proibições no final do século XIX. Acreditamos e defendemos que as línguas de sinais se constituem em elemento fundamental na existência social e política dos Surdos.

As explanações mais corriqueiras que se tem sobre os Surdos, datam dos primórdios da civilização ocidental. Como por exemplo, nas civilizações grega e romana, eram condenados pelo motivo de serem portadores de deficiência e isso custava-lhes a vida. Na Idade Média, quando considerados como débil mental, eram marginalizados por serem portadores¹⁵ de um defeito irreparável. Dessa forma, até o século XVIII, a caricatura (FRANCO, 2014) do Surdo foi sendo construída como um sujeito que “não apresenta inteligência, competência e capacidade ativa de tomar suas próprias decisões e assumi-las” (FRANCO, 2014, p. 41).

Os sujeitos surdos geralmente eram assimilados aos marginais, excluídos da sociedade, como objetos de compaixão ou ainda em um trabalho de esforço de conciliação cristã; então, na época, geralmente nos mosteiros, os monges beneditinos inseriam os surdos em suas atividades manuais, mas em nenhuma intelectual (STROBEL, 2006, p. 248).

No século XVIII, têm-se o registro dos primeiros educadores de surdos: o alemão Samuel Heinick (1729/1790), o abade francês Charles Michael de L’epée (1712/1789) e o inglês Thomas Braidwood (1715/1806), todos esses, ouvintes. Surge nesse período, a possibilidade da comunicação gestual com os surdos, os primeiros registros das línguas de sinais e sua utilização no processo de ensino. É o relato que comumente encontramos. Ao embrenharmos nos ES, onde os Surdos produzem sua história enfatizando suas referências

¹⁵ Terminologia utilizada na época.

representativas, “encontraremos referências que traduzem sua cultura, sua particularidade, sua alteridade, sua diferença, sua identidade, seu modo de ser como povo” (PERLIN, 2003, p. 77).

Em uma primeira interpelação da história (PERLIN, 2003), encontramos registros de Surdos que se desenvolveram cognitivamente ao utilizar a língua de sinais e ao transmitir seu aprendizado a outros pares Surdos, “meio que por acaso” (PERLIN, 2003, p. 77) tornaram-se professores e contribuíram determinantemente com o sucesso dos métodos de ensino por meio da linguagem gestual. “Havia professores que se abocavam na tarefa de comprovar a veracidade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a língua de sinais e o alfabeto manual e em muitos lugares havia professores surdos” (STROBEL, 2006, p. 248).

Destaca-se o nome do professor surdo Ferdinand Berthier (PERLIN, 2003; STROBEL, 2009, 2016; CAMPELLO, 2008; SOUZA; RODRIGUES, 2021), iniciando seu processo educacional com 08 anos de idade no Instituto Nacional de Jovens Surdos-Mudos de Paris (INjS), nascido no ano de 1803 na cidade de Louhans, França. Após formar-se (STROBEL, 2009) passou a lecionar no mesmo local durante mais de 40 anos, seu método de ensino tinha por base a identidade surda e a língua de sinais.

Berthier escreveu vários livros e artigos de história de surdos, defendendo o povo surdo, a língua de sinais, a cultura surda, a educação, sobre artistas surdos e determinados surdos que fazem a poesia em LSF (Língua de sinais francês), também relatou as atrocidades cometidas pelo Povo Esparta contra o Povo Surdo, comentou que o Congresso de Milão “é uma catástrofe para as pessoas surdas de França se as decisões forem aplicadas”. e outros, a obra escrita que mais foi destacado foi a biografia de L’Epeé “*Um surdo antes e depois do abade L’Epeé*”, que resultou o oferecimento de um prêmio especial que era dado anualmente aos sujeitos ilustres da sociedade francesa: ao L’Epeé (STROBEL, 2009, p. 39).

Por volta do ano de 1834, Berthier¹⁶ e outros companheiros Surdos (STROBEL, 2009), Alphonse Lenoir e Claudius Forestier, uniram-se e fundaram um comitê de surdos-mudos composto por dez membros. “A primeira decisão do comitê, na sessão de 15 de novembro de 1834, é a de organizar banquetes anuais para celebrar o nascimento do pai dos surdos-mudos” (BENVENUTO, 2016, p. 64). Após esse primeiro banquete¹⁷, o comitê passou a organizar

¹⁶ Para saber mais, consultar o artigo EDUCAÇÃO DE SURDOS PELO PROFESSOR SURDO, FERDINAND BERTHIER, ENCARANDO DESCONCERTANTES PARADOXOS E LONGEVAS LIÇÕES. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42997/pdf>. Acesso em 02 abr. 2022.

¹⁷ Os banquetes do século XIX, sob alegação de reforçarem os laços sociais, eram um tipo de atividade política, pois, como não havia liberdade para reuniões, os protestos se camuflavam nos banquetes. Os banquetes dos surdos-mudos, eram mobilizações contra os riscos eminentes de proibição da língua de sinais, tinham função política e usavam como pretexto as homenagens ao abade L’Epeé. (*Banquets des sourds-muets, réunis pour fêter les anniversaires de la naissance de l’abbé L’Épée*: relação publicada pela Sociedade Central dos Surdos-Mudos de Paris, Jacques Ledoyen Librairie, Paris, 1842, p. 8). Documento em versão digitalizada nos anexos.

banquetes anualmente, dos quais participavam somente Surdos, muito debatiam sobre política (PERLIN, 2003) e homenagens eram feitas ao abade L'Épée nesses eventos.

Segundo Benvenuto (2016), registros sobre o primeiro banquete foram publicados em jornais da época, tais como: *Le Temps*, *La Chronique de Paris*, *Le Courier français*, *Le National*, *Le Journal des débats*, *La Quotidienne*, *La Gazette de France*, *La Tribune*, *Le Moniteur universel*, *Le Corsaire*, *Le Cabinet de lecture*, *Le Journal de Paris*, *L'Impartial*. Relevante destacar nesse contexto, a mobilização dos Surdos e a organização que assimilaram para reivindicar e definir seus lugares, impondo-se como Nação Surda, tendo esse termo, na época, o significado de afiliação (na etimologia: afiliar + ação) no sentido de união, de afirmarem-se como membros da sociedade, demarcando suas diferenças e assim identificando-se como pessoas inteligentes que partilham interesses comuns, tornando-se visíveis em pleno século XIX. Além da defesa da língua de sinais, a luta também era pelo direito à igualdade.

Os surdos são então responsáveis por uma subversão da ordem no que diz respeito às pessoas falantes: os intérpretes presentes nos banquetes estavam ali para tornar a informação acessível aos ouvintes, uma verdadeira inversão de paradigma. A língua de sinais não pode então ser considerada uma prótese para resolver uma deficiência restrita ao surdo, mas uma língua como outra qualquer e indispensável às interações entre surdos e ouvintes. [...] Enfim, a nação surda se delineia numa política em que suas inteligências, seus esforços e suas ideias iluministas são comuns a todos e cuja força coletiva está a seu serviço. Uma vez o movimento iniciado, a nação surda constitui o terreno fecundo de uma atividade que se diversificará para outros campos da vida dos surdos, para além dos muros das instituições educativas (BEVENUTO, 2016, p. 68).

Encontramos apontamentos em Strobel (2009) e em Souza e Rodrigues (2021) indicativos de que à exceção de muitos nomes que foram aclamados na história ouvintista como heróis educadores dos Surdos e que foram considerados por Berthier como charlatães ou plagiadores (STROBEL, 2009), nota-se que L'Épée é sempre enaltecido, embora haja registros de discordância de Berthier, em relação a algumas de suas façanhas. Relata Strobel (2009) que participavam desses banquetes, Surdos estrangeiros vindos da Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, entre outros países e que após alguns anos, amigos ouvintes também começaram a ser convidados.

Temos então os registros dos primeiros movimentos surdos¹⁸, não narrados na história oficial (PERLIN, 2003), nos quais os Surdos foram se descobrindo como Povo Surdo e Nação

¹⁸ Segundo Perlin (2003, p. 82), “na história oficial, o historicismo não permite narrar o que acontece em 1834, data de início das organizações Surdas. Mas estas narrativas das organizações puderam ser guardadas à margem

Surda. O comitê organizado por Berthier, foi uma estratégia cujo alvo principal era congregar surdos parisienses e de outros países e assim discutirem a possibilidade de “criar associações de surdos combativas contra o método oral e pelo direito ao uso da língua de sinais” (SOUZA e RODRIGUES, 2021, p. 36). A ideia cresceu e seus membros criaram a primeira Associação de Surdos, sendo a “semente para a criação de outras associações dos surdos no mundo todo” (STROBEL, 2009, p. 40).

Figura 1 - Banquete Anual dos Surdos - 1836.



III. 2. The annual banquet of the Deaf on november 26, 1836: a toast to the abbé de l'Épée on the occasion of his 174th birthday.

Fonte: FISCHER, Renate & LANE, Harlan (eds.) *Looking Back – International Studies on Sign Language and Communication of the Deaf*. SIGNUM PRESS. 1993. v.20, apud STROBEL, 2009.

Verificamos que a composição da história dos Surdos na literatura constitui-se paulatinamente por meio da história da educação e sempre foi contada por ouvintes (PERLIN, 2002, p. 16), “é natural que muitos surdos tenham se apropriado dela como se fossem verdades absolutas e as tenham absorvido exatamente como lhes foi dito, isto é, que eles eram deficientes, menos válidos, incapazes”. Com referência em Skliar (1997), temos alusão a dois momentos marcantes na educação dos Surdos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias de predomínio absoluto de uma única **equação** segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral (SKLIAR, 1997, p. 109, grifos do autor).

da história oficial, em Atas que os pesquisadores hoje descobrem nos arquivos do Instituto Nacional de surdos em Paris.

A alusão feita por Skliar à segunda fase, refere-se à ruptura no progresso da educação de Surdos que ocorreu no século XIX, precisamente no ano de 1880 com a realização do Congresso de Milão, na Itália que, reuniu educadores ouvintes de várias partes do mundo para discutirem sobre os métodos utilizados no ensino de pessoas Surdas, tendo sido arduamente planejado (LANE, 1997). Durante seis dias, no período de 06 a 11 de setembro de 1880, as discussões foram acirradas, havia 164 (cento e sessenta e quatro) delegados especialistas ouvintistas¹⁹ (STROBEL, 2009) e os educadores Surdos foram proibidos de participar, apenas 01 Surdo teve acesso, assim, a esmagadora maioria era de ouvintes, majoritariamente italianos e franceses.

Destaca-se o debate entre Alexander Graham Bell, forte influenciador e defensor da obrigatoriedade do método oral puro, justificando a superioridade da fala frente aos gestos, e Edward Miner Gallaudet²⁰ que se declarava veementemente contra o método oral e defende o uso da Língua Gestual, assumindo um papel de destaque em contraponto com as correntes dominantes que derivam do Congresso de Milão. "Nenhuma outra ocorrência na história da educação de surdos teve um grande impacto nas vidas e na educação dos povos surdos. Houve a tentativa de fazer da língua de sinais em extinção" (STROBEL, 2009, p. 33).

Após grandes debates, a maioria votou a favor do método oralista, (STROBEL, 2009) instituindo-se a proibição da utilização da língua gestual. No texto aprovado no Congresso foram registradas oito resoluções²¹ que garantiam a hegemonia do oralismo. Em consequência, o oralismo invadiu a Europa e todo o mundo seguiu as determinações. As escolas demitiram os professores surdos e os alunos Surdos foram obrigados a padronizar as suas identidades para tornarem-se falantes da língua oral.

¹⁹ *Ouvinte*: que ouve; que usa o sentido físico da audição. *Ismo*: movimento; corrente; doutrina; tendência. Etimologicamente pode-se dizer que Ouvintismo é uma corrente ou doutrina do ouvinte. Segundo Skliar, ouvintismo é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte, sendo essa prática nomeada como ouvintista. Para o autor, um tipo de prática colonialista que tem seu marco na crença Iluminista da perfeição. (SKLIAR, 2005, p. 15).

²⁰ **Edward Miner Gallaudet** (05/02 1837 – 26/09/1917), filho de Thomas Hopkins Gallaudet e Sophia Fowler Gallaudet, foi o primeiro presidente da Gallaudet University em Washington, DC (então conhecida como a Instituição Columbia para a Instrução de Surdos e Estúpido e cego de 1864 a 1894 e depois o Gallaudet College de 1894 a 1986) de 1864 a 1910. Biografia disponível em: https://stringfixer.com/pt/Edward_M._Gallaudet. A Universidade Gallaudet é a única universidade do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas surdas. Está localizada em Washington, D.C., a capital dos Estados Unidos. É uma instituição privada, que conta com o apoio direto do Congresso desse país.

²¹ Para acesso às 08 Resoluções, consultar STROBEL, 2009a, p. 33-36. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducaoSurdos.pdf.

Encontramos apontamentos em Souza e Rodrigues (2021) que registram fatos pouco relatados, ocorridos antes de Milão:

Antes de Milão, havia ocorrido o Congresso de Veneza em 1872, época em que os surdos franceses estavam em disputas políticas entre si. O Congresso de Veneza pode ter sido um ensaio do que e como seriam recebidas as decisões ali tomadas: a língua oral foi considerada como o meio mais adequado para o ensino. Aparentemente, pouco efeito teve nas discussões dos surdos sobre o ocorrido em Veneza e, talvez por isso, a Itália, mais especificamente Milão, poderia ter sido considerado um país onde a defesa do método oral poderia se dar sem manifestação local expressiva de surdos (SOUZA e RODRIGUES, 2021, p. 36).

Verificamos a consistência dos fatos acima, na afirmação de Skliar (2005) quando estabelece que o Congresso de Milão constituiu a legitimação oficial do oralismo. Registrou-se como um marco histórico que cristalizou a hegemonia do ouvir e do falar, desdobrando-se em uma série de reformulações nas estruturas, nos currículos e nas metodologias de várias instituições durante um século e que ainda hoje influencia familiares e educadores de Surdos com a visão clínica da necessidade da cura.

Os Surdos passaram décadas isolados de seus pares, convivendo com o impedimento da comunicação gestual. Relatos sobre os horrores e as perseguições que sofreram ao usarem a língua de sinais aparecem contundentemente em livros, filmes e documentários²². Essa é a narrativa comum e corriqueira em textos sobre a história da educação dos Surdos, no máximo encontramos raros comentários que, apesar da proibição, alguns Surdos continuaram a usar algum tipo de linguagem gestual escondidos, por isso, a língua de sinais não se extinguiu. O que pode induzir, no âmbito do senso comum, que as línguas de sinais sobreviveram sozinhas, mas sabemos que uma língua vive em seu uso, se não há circulação da língua pelos falantes, ela morre.

²² Algumas indicações: Filmes: “**Preservation of the Sign Language**”, de 1913, um filme de dois minutos de George Veditz, ex-presidente da Associação Nacional dos Surdos dos Estados Unidos-NAD. Veditz foi um dos primeiros a fazer gravações cinematográficas da American Sign Language, e no filme, ele defende vigorosamente o direito dos surdos de sinalizar em vez de falar. Disponível em: <https://fookembug.wordpress.com/2010/12/28/george-veditz-film-preserved-by-the-library-of-congress/> E seu nome é Jonas (EUA/1979); Mr. Holland – Adorável Professor (EUA/1995); O Milagre de Anne Sullivan (EUA/2000); Black (Índia/2005); Hear Me (Taiwan/2009); The Hammer (EUA/2010); A Família Bélier (França/2014). Livros escritos por Surdos: **O grito da gaivota** (Emmanuelle Laborit); **A surda absurda** (Cece Bell); **Quem é essa tagarela?** (Cris bicudo); **Fiquei Surdo e agora?** (Jhonny surdinho); **Pérolas da minha surdez** (Nuccia de Cicco). Documentários: **O país dos surdos** (1992); **Som e Fúria** (2000); **Sou Surda e não sabia** (2009) **Sou Surdo: não mudo** (2019). Os documentários estão disponíveis na plataforma YouTube.

Esclarecemos que não contestamos nem muito menos negamos a fase obscura da educação dos Surdos durante quase 100 anos, mas seguimos as pesquisas para atender aos propósitos desse tópico.

Minutando outra interpelação da história, Benvenuto (2016) citando Truffaut (1990), apresenta a informação de que por volta de 1870, verificou-se o desenvolvimento do que se chamou imprensa silenciosa, sendo a imprensa feita para e pelos surdos. Em jornais de grande circulação, eram reservados relevantes espaços para a reflexão sobre a educação das crianças surdas, opondo-se ao método do oralismo puro. Segundo a autora, em 1890, entrou em circulação o primeiro jornal de massa dos surdos. Nos últimos anos do século XIX, o jornal perde sua força, pois, os Surdos envelhecem e as novas gerações, educadas pelo método oralista, não conseguem manter essa bandeira de resistência, por não ter acesso às informações em língua de sinais.

Outra forma de resistência dos Surdos foi a realização de Congressos organizados pelos e para os Surdos franceses. “Em 1889, o primeiro é organizado em Paris, pelos surdos franceses, o segundo em Chicago em 1893 e o terceiro novamente em Paris, no ano de 1900. Inúmeras reivindicações foram formuladas” (BENVENUTO, 2016, p. 71). As associações e federações das sociedades de surdos-mudos²³ também continuaram a existir, realizando exposições de obras de arte dos artistas surdos-mudos “No final do século XIX e início do século XX, os artistas surdos expõem na Exposição universal de 1889 e de 1912” (BENVENUTO, 2016, p. 71). Essa forma de mobilização também acaba sucumbindo com o envelhecimento desses Surdos.

A língua de sinais, mesmo banida das salas de aula, resistiu por meio dos Surdos que se juntavam diariamente e que identificaram a emergência de uma nova atividade (BENVENUTO, 2016) que mobilizasse os mais jovens e a nova opção teve como foco o lazer “que se tornará o novo porta-bandeira do movimento surdo na primeira metade do século XX: o movimento esportivo silencioso” (BENVENUTO, 2016, p. 71). Tal mobilização foi ampliada e à época, a prática esportiva em destaque na França era o ciclismo e os Surdos se apropriaram dessa prática da bicicleta no seio das associações esportivas dos ouvintes e em seguida, nas associações surdas.

Segundo Séguillon Didier (2002), as associações de surdos, principalmente de práticas esportivas, sob a forma de um esporte silencioso, passaram a ser o lugar para as interações entre os surdos que “muitas vezes com energia surpreendente, lutavam contra uma normalização

²³ Terminologia utilizada na época.

abusiva”²⁴ (DIDIER, 2002, p. 32). Dessa forma, em resposta ao Congresso de Milão, houve uma verdadeira explosão de organizações associativas de Surdos, sendo esses veementes movimentos no início do século XX, instrumentos para reflexões até os dias atuais, sobre as lutas do Povo Surdo.

Portanto, não há como negar a resistência do Povo Surdo, ela precisa ser evidenciada, divulgada, jamais invisibilizada. Não há como negar o desserviço da imposição dos métodos oralistas para a educação dos Surdos, mas esses fatos não devem ter maior evidência que a resistência. Como reflexo da fase oralista, prevalece até os dias atuais, a visão clínica da surdez que estabelece a oralização como perspectiva prioritária, “pois se entende que somente por meio dessa faculdade o Surdo poderá evoluir satisfatoriamente” (FRANCO, 2014 p. 50). Na contramão dessa perspectiva, encontramos uma instituição de ensino que resistiu às imposições do Congresso de Milão e década após década, fortaleceu-se. Trata-se da *Gallaudet University*, uma universidade privada credenciada pelo governo federal para surdos e deficientes auditivos desde 1864 e não teve seu funcionamento com matrícula prioritária para alunos Surdos, interrompido.

Cento e cinquenta e oito anos atrás, Abraham Lincoln, o 16º presidente dos Estados Unidos, assinou a carta autorizando a *Columbia Institution for the Education of the Deaf, Dumb and the Blind* (Instituto de Columbia para a Educação de Surdos, Mudos e Cegos) a conceder diplomas universitários. A escola foi renomeada como Colégio Nacional para Surdos e Mudos. Hoje, é a vibrante instituição de ensino superior que conhecemos como Universidade *Gallaudet*²⁵. (WEINSTOCK, 2022, tradução nossa).

Nos anos de 1955, o linguista Willian Stokoe²⁶ chegou à Universidade *Gallaudet* para dar aulas de inglês aos alunos Surdos e despertou a curiosidade para aprender e entender o que era conhecido na época como a linguagem dos sinais. Foi o “início de uma trajetória pessoal que culminaria na mudança do estatuto dessa noção, passando pela promoção de uma língua que para muitos ainda era considerada um conveniente, mas inadequado sistema de comunicação, quase um mal necessário” (FRYDRYCH, 2013, p. 20). Na época, o oralismo

²⁴ Texto original: Souvent avec une énergie étonnante, de lutter contre une normalisation abusive. Tradução de Monica de Gois Silva Barbosa.

²⁵ Texto original: *One hundred fifty-eight years ago today, Abraham Lincoln, the 16th President of the United States, signed the charter authorizing the Columbia Institution for the Education of the Deaf and Dumb and the Blind to award collegiate degrees. The school was renamed the National College for the Deaf and Dumb. Today, it is the vibrant institution of higher education we know as Gallaudet University.*

²⁶ William C. Stokoe, Jr. (21/07/1919 – 04/04/2000) foi um estudioso, que pesquisou extensivamente a American Sign Language ou ASL enquanto trabalhava na Universidade Gallaudet no período de 1955 a 1970, trabalhou como professor e foi chefe do departamento de inglês, na Universidade Gallaudet.

ainda predominava na educação de surdos, porém a língua de sinais não havia desaparecido nos Estados Unidos, pois, continuou a ser usada secretamente pelos surdos nos espaços não escolares e pelos próprios professores Surdos dessa Universidade.

Stokoe, à medida que foi se envolvendo com os alunos Surdos no Campus de *Gallaudet*, investiu no contato e na observação das aulas de alguns professores Surdos, sendo na época, uma exceção à regra e começou a estudar com afinco aquela linguagem gestual. Segundo as pesquisas de Frydrych (2013), em 1957, Stokoe participou de um Seminário de Linguística e apresentou uma monografia intitulada: *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf* e com essa publicação, fundava o campo dos estudos das línguas de sinais.

No ano de 1960, a partir do olhar determinado sobre a língua e a comunicação de seus alunos, aprofundou seus estudos e os estudos linguísticos em língua de sinais tiveram um marco, pois, ele demonstrou uma análise descritiva dessa língua, revolucionando a linguística, até então os estudos linguísticos existentes concentravam-se nas análises das línguas orais. Após a publicação acima mencionada, as línguas de sinais, paulatinamente em todos os países inclusive no Brasil, passaram a ser vistas com o *status* de uma língua de fato. As primeiras análises contemplavam os níveis fonológico e morfológico, estabelecendo três parâmetros simultâneos na configuração de um sinal: configuração de mãos, movimento e localização.

Ted Supalla e Carol Padden foram os primeiros linguistas Surdos a estudar a língua de sinais americana na década de 1980. No Brasil, Ana Regina e Souza Campello foi uma das primeiras Surdas a estudar a língua brasileira de sinais, tendo publicado seu primeiro trabalho em 2005 e defendido sua Tese de doutorado em 2008 quando já argumentava:

Portanto, nesse contexto, os sujeitos Surdos precisam constituir outras formas de pensamento, outra **visão**, outro conceito do **olhar**, outra representação do pensar e da constituição da cultura própria e distinta dos não-surdos. Isso leva a criar um novo conceito que pode desmitificar o conceito do sujeito Surdo elaborado pelos **ouvintistas** (CAMPELLO, 2008, p. 460, grifos da autora).

Temos então registros que comprovam a história política e a luta pelo reconhecimento das culturas Surdas e das línguas de sinais, por meio de pesquisas que resultaram em publicações, dissertações e teses, como também através das associações como forma de efetivar as articulações e mobilizações dos Surdos, visto que desde que utilizam a linguagem gestual (firmando-se depois como língua de sinais) sempre estiveram no protagonismo do seu destino, mas a sociedade ouvintista, insiste em não enxergar, literalmente, essa força do Povo Surdo.

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram ‘descobertos’ pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem ‘educados’ e afinal conseguem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ, 2004, p. 3).

Restabelecendo e pondo novamente em foco as narrativas sobre a educação dos Surdos, encontramos registros gerais sobre a história da educação especial sendo dividida em quatro fases (FERNANDES, 2013)²⁷: i. Período de extermínio (Antiguidade até a Idade Média); ii. Período da segregação/institucionalização (Século XII até XVII); iii. Período de integração (Século XVIII até meados do século XX); iv. Período de inclusão (a partir da década de 1960 do século XX).

Estabelecida essa demarcação cronológica, anotamos a terceira interpelação da história com âncora em Perlin (1998, p. 55): “o surdo foi acumulando estereótipos que têm reforçado cada vez mais a hegemonia discriminatória de sua produção cultural. O discurso do poder ouvinte mantém-se firme e controla esses estereótipos”. A autora surda, doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003, ao fazer essa afirmativa, baseia-se em sua experiência de vida, conferindo assim autoridade inquestionável na temática abordada.

Ao entrar em contato com textos de autores Surdos sobre a (própria) “história da educação dos Surdos”, sentimos cada vez mais imperativa a necessidade de nos desvencilharmos das armadilhas históricas sedimentadas em nossas produções teóricas, que em sua maioria insiste na tentativa de evidenciar marcos legais da inclusão como “oportunidades” e benefícios “concedidos” para as pessoas deficientes. Como por exemplo, citamos o ato educativo descrito como prática objetiva e neutra na educação dos Surdos, apesar de sabermos que sempre esteve ideologicamente a serviço do poder instituído e configurado em forma de leis, decretos, portarias etc.

Uma das principais premissas veiculada pelas políticas públicas educacionais no Brasil, utilizada com recorrência nos discursos governamentais, constitui-se como apelo contundente pois contempla as reivindicações por educação democrática, justa e solidária. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos. Dessa forma e sob a

²⁷ A autora apresenta um histórico comentado sobre esses períodos. Artigo disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/download/1519/966/6819>. Acesso em 02 mar. 2022.

perspectiva da inclusão, impulsionada e fortalecida a partir da Declaração de Salamanca²⁸, o sistema educacional brasileiro passou a ser obrigação do Estado (antes configurado como um serviço de assistência, ofertado como forma de amparo àqueles que não podiam pagar), incluindo o atendimento educacional especializado para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Seguindo com o nosso compromisso, nesse tópico e com a finalidade de proporcionar uma visualização dinâmica, apresentaremos abaixo (Quadro 1) um esquema com as principais normas que regem a educação de Surdos no Brasil a partir do século XXI. Optamos em poupar os leitores do exaustivo detalhamento conteudista de cada.

Quadro 2 - Educação dos Surdos no Brasil – Legislação

Legislação	Matéria	Observação
Lei 10.098/2000	Estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida.	Vigente
Lei 10.436/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.	Vigente
Decreto 5625/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.	Vigente
Lei 12.319/2010	Regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.	Vigente
Lei 13.146/2015	institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Vigente
Decreto 9665/2019	Aprova nova Estrutura do Ministério da Educação, inclusive extingue a SECADI – Secretaria de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.	Revogado parcialmente pelo Decreto 10.195/2019
Decreto 10.502/2020	Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Eficácia suspensa pela Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI 6590/2021
Lei 14.191/2021	Insere a Educação Bilingue de Surdos na LDB – Lei 9394/1996.	Vigente

Fonte: Elaborado pela autora.

Indiscutivelmente o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio de comunicação entre as pessoas surdas, estabeleceu um marco para o Povo Surdo do

²⁸ Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 02 mar. 2022.

Brasil, tendo sido por esse reivindicado durante décadas. Cabe aqui, seguindo o viés cultural da história do Povo Surdo, o registro feito por Ana Regina Campello (2019) de um fato pouco divulgado nos trabalhos científicos, em relação à escolha da nomenclatura LIBRAS. A indicação²⁹ foi feita pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS em agosto de 1987 (CAMPELLO, 2019), instituição representativa da comunidade surda, existente até os dias atuais. A autora surda, na época membro da diretoria da FENEIS (gestão 1987-1988), composta por onze membros sendo oito surdos e três ouvintes, destaca que a escolha foi defendida pelos ouvintes com o argumento de que a pronúncia da palavra LIBRAS tinha um efeito sonoro agradável para os ouvintes, revelando a prática ouvintista da época, inclusive em instituições representativas do Povo Surdo. Desse modo, esse “critério foi estabelecido a partir da modalidade auditiva e oral” (CAMPELLO, 2019, p. 94).

Sendo assim, a Libras foi reconhecida com o *status* de língua, mas o que não aconteceu até os dias atuais foi a legitimação da LIBRAS como língua oficial, por isso mesmo ela não é contemplada nos currículos da educação básica. Dessa forma, nas entrelinhas, uma aparente valorização da língua de sinais, revela-se na prática, como desvalorização. A constatação é a de que “a Libras ainda é desconhecida pela maior parte da sociedade e pelos próprios familiares de pessoas surdas” (GUIMARÃES, 2021, p. 5).

Temos presenciado em nosso país, uma série de reformas e projetos educacionais que obviamente giram em torno da legislação vigente em cada época. É notória a articulação do Povo Surdo na reivindicação de seus direitos linguísticos e à educação bilíngue, algumas conquistas têm sido registradas a passos lentos, o que reafirma a persistência dos Surdos; este é um lado da moeda. O outro lado é que o conceito patológico da surdez, a desvalorização da língua de sinais, a falta de profissionais capacitados nas escolas e o processo avesso (MACHADO; MANTOAN, 2020) da inclusão tem dificultado e até impossibilitado a implementação de uma educação bilíngue efetiva.

Foi aprovada uma lei; só que, em que constava essa lei? Permitir aos sujeitos surdos o acesso ao ensino regular; mas onde estavam os professores preparados? Qual era a infraestrutura das portas que eram abertas ao povo surdo nas escolas? O problema é que essas escolas ainda não respeitam essa advertência e continuam tratando os sujeitos surdos como os demais alunos (STROBEL, 2009, p. 111).

²⁹ Maiores detalhes disponíveis em: <https://www.fe.unicamp.br/noticias/historia-da-emergencia-do-campo-das-pesquisas-em-educacao-bilingue-depara-surdos-e-dos>.

Verificamos por meio de diversas pesquisas de estudiosos inscritos nos ES (PEDROSA; ALVES, 2022, ALVES; PEDROSA, 2021; FERNANDES; SANTOS, 2021, PEDROSA et al., 2021; PEDROSA, 2020, OLIVEIRA; BARBOSA, 2019; BRITO, 2018)³⁰ que a sociedade, a família e a escola (com raríssimas exceções) continuam produzindo e reproduzindo práticas colonialistas por meio da manutenção da supremacia ouvinte, encontrando apoio no “fracasso” escolar que é atribuído aos Surdos, da mesma forma que lhe é atribuída a condição de incapaz, de deficiente. Condição essa que somente existe na concepção equivocada (SKLIAR, 2013, p. 11), construída e mantida pelo ouvintismo.

Constata-se que a promulgação de leis e documentos não garante a alteração na visão que se tem do sujeito surdo. Exclusivamente com a adoção de ações positivas será possível uma mudança significativa na relação estabelecida com esse sujeito e a garantia de sua admissão verdadeiramente inclusiva na sociedade (ERNSE, 2018, p. 55).

Dessa forma, as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os Surdos continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos, não apenas no Brasil, mas em diferentes partes do mundo (LANE, 1997). Os padrões de perfeição e normalidade não permitem considerar a capacidade de comunicação do Povo Surdo. O que precisamos enxergar não é a falta do sentido da audição, mas a capacidade de comunicação, essa deve ser a temática central no abissal propósito de utilização dos sentidos físicos. Estamos falando aqui do exercício do poder hegemônico para manutenção do controle sobre o que é legitimado e permitido pela maioria, ou ainda, sobre a inviabilização da ocupação de lugares em territórios já ocupados, demarcados pela jurisdição ouvintista.

Ressaltamos mais uma vez que em resposta, cada vez mais configurados como prática de resistência, os movimentos Surdos emanam do Povo Surdo atuando “em defesa da língua e das identidades Surdas, contudo não de forma restritiva, considerando que as questões se expandem para atender demandas locais, nacionais e internacionais” (PEDROSA; OLIVEIRA; ALVES; BRITO, 2021, p. 51). As autoras citam a Federação Mundial de Surdos (*World Federation on the Deaf – WFD*)³¹, com sede em Helsínquia, Finlândia, que atualmente incorpora cinco continentes representados por cento e trinta e um países como membros ordinários, sendo um deles, o Brasil.

³⁰ Atualmente, existem muitos pesquisadores espalhados por todas as regiões do país, inscritos nos ES, por razões decoloniais. Citamos por amostragem, publicações mais atuais daqueles localizados na região nordeste, no estado de Sergipe.

³¹ Para maiores detalhes, consultar: <https://wfdeaf.org/>. Acesso em 14 abr. 2022.

A mobilização do Povo Surdo constitui-se em agenda primordial, tendo em vista que até hoje, inclusive nas pesquisas dos ES, não foram encontradas evidências de que situações de reconhecimento social de forma ampliada e espontânea, em relação às línguas de sinais e Culturas Surdas, tenham acontecido em qualquer país. O que se tem confirmado com a parceria entre os ES e os Estudos Culturais é que a reivindicação do direito à comunicação em língua de sinais como primeira língua e a defesa de sua cultura, faz do Povo Surdo, uma nação, independente da condição de territorialização. É sobre isso que ponderaremos no tópico seguinte, sob a ótica da história cultural.

2.2 O VIÉS DA HISTÓRIA CULTURAL, UMA ESCOLHA

Por isso, não existem verdades primeiras, apenas os primeiros erros: a verdade está em devir [...] o que sabemos é fruto da desilusão com aquilo que julgávamos saber; o que somos é fruto da desilusão com o que julgávamos ser (LOPES, 1996, p. 254).

Ao escolhermos o viés da História Cultural como fonte dos estudos, assumimos o compromisso de encarar os desafios de um novo campo de pesquisa com possibilidades inacabáveis onde rupturas epistemológicas são necessárias, ou melhor, inevitáveis. Para Bachelard³² (2005), o conhecimento científico se desenvolve elaborando sínteses de pensamentos e são processados por meio de cortes epistemológicos, estes configuram-se como marcas que caracterizam a evolução das ciências e são evidentes no período contemporâneo. Seguindo essa perspectiva, o autor assevera que a ciência deve produzir a cada momento de sua história, suas próprias normas de verdade e seus princípios de refutação para tudo aquilo que é por ela apreendido. Tais mudanças acontecem quando um campo científico ou paradigma dentro do qual a ciência funciona normalmente, não consegue explicar um fenômeno ou fato novo, tendo que ser inteiramente reformulado e substituído por um novo paradigma (BACHELARD, 1996).

Nossas inquietações enquanto pesquisadores ascedianos, nos conduzem a descobertas, às quais alimentam o espírito científico formando-se e reformando-se simultaneamente. Foi trilhando por esses caminhos que encontramos a história cultural, pois, ela se encaixa como campo de investigação da história dos surdos ao enfatizar os aspectos e fatos ocorridos nas

³² Gaston Bachelard (França, 1884 – 1962), epistemólogo, filósofo da ciência, crítico, cientista e poeta. Filho de uma modesta família, ingressa em 1955 na Academia das Ciências Morais e Políticas da França e em 1961, é laureado com o Grande Prêmio Nacional de Letras. Destaca-se ao não aceitar nada em ciência como definitivo.

sociedades, que foram intencionalmente apagados. Assim procuramos contribuir para que as identidades diferenciadas e invisibilizadas, rompam com a questão de serem construídas para durar eternamente.

A história cultural contemporânea parece derivar não apenas do enfraquecimento dos antigos modelos que imperavam nas grandes estruturas da História, mas de um possível suporte que a Antropologia e a Linguística lhes oferecem, mudando os imperativos e, conseqüentemente, favorecendo uma maior consciência acerca da imensa variedade e amplitude das sociedades humanas. Nota-se que as fragmentações acompanham a história cultural, ou seja, os grupos, comunidades, etnias de margens e de fronteiras. E a história é pensada em termos de tensões, relações e conflitos (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 18).

Posto isso, pontuaremos sobre esse novo campo. História Cultural (do termo alemão (*Kulturgeschichte* ou *Kulturhistorik*), dedica-se às diferenças, debates e conflitos das tradições compartilhadas em culturas inteiras (BURKE, 2005). Preocupa-se com o registro do que representa o passado e simboliza nossas raízes, firmando-se como campo de estudo a partir da década de 1970. Desde então, contempla várias pesquisas que estabelecem diálogos com diversas áreas das ciências humanas e sociais. Ressaltamos que nesse estudo, utilizaremos a expressão História Cultural para designar toda historiografia que tem se voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada, não adentrando na especificidade desta ou daquela corrente historiográfica.

Para Pesavento (2005), a História Cultural é o campo do saber historiográfico atravessado pela noção de cultura, que demarcou a virada nos estudos históricos produzidos até então, podendo ser situada às mudanças ocorridas no início dos anos de 1970, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, quando começou a ser vislumbrada a crise dos paradigmas explicativos da realidade. Tais fatos acarretaram rupturas epistemológicas profundas, que por sua vez colocaram em questão os marcos conceituais dominantes na História.

Assim, as principais mudanças epistemológicas decorrentes da História Cultural estão ligadas à reorientação da postura do historiador, para a autora:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p. 39).

Podemos dizer então, que a proposta da História Cultural é compreender fatos acontecidos no passado através de suas representações, adotando como fonte as formas

discursivas e imagéticas pelas quais as pessoas expressam a si próprias e o mundo. Em termos de visibilidade, o que mais sobressai nesse campo é a “a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes” (PESAVENTO, 2005, p. 69).

Sob esse prisma, a História Cultural traduz-se como um movimento internacional, com abertura de áreas e campos de estudo, contribuindo com a quebra de fronteiras, sejam elas de pesquisa ou sejam fronteiras de conceitos e definições sobre as diversas áreas do conhecimento, contribuindo incisivamente para trazer à tona o indivíduo como protagonista, identificando-se como sujeito de sua própria História (PESAVENTO, 2005), refazendo e recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares, rotulados como vulneráveis.

Para uma visualização geral e comparativa entre as formas de representação dos Surdos sob os diferentes prismas históricos, apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 3 - Formas de representação dos Surdos

Historicismo	História Crítica	História Cultural
Os surdos narrados como deficientes e patológicos	Os surdos narrados como coitadinhos que precisam de ajuda para se promoverem, se integrar	Os surdos narrados como sujeitos com experiências visuais
Os surdos são categorizados em graus de surdez	Os surdos têm capacidade, mas são dependentes	As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas
A educação deve ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação	A educação como caridade, surdos precisam de ajuda para apoio escolar, porque tem dificuldades de acompanhar.	A educação de surdos deve ter respeito à diferença cultural
A língua de sinais é prejudicial aos surdos	A língua de sinais é usada como apoio ou recurso	A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística-cultural relativa aos surdos.

Fonte: STROBEL, 2009, p. 32.

Assim, ao inscrevermos esta tese no campo da História Cultural, assumimos o desafio de uma abordagem como uma possibilidade que se lança à provocação de contribuir com a história social dos usos e construções de sentidos do Povo Surdo.

Entre nós, a história cultural não é aquela que contém a feia sina, como acontece atualmente, em que os aportes são registrados em alguns livros, teses e dissertações de forma resumida, elencada, esquematizada, repetindo ao infinito sempre as mesmas peripécias do colonizador. Estas são histórias que sempre trazem o olhar daquele sobre o surdo e que, muitas e muitas vezes, voltam ao passado em que apenas formas de lideranças sobre o corpo surdo são registradas. Dessa forma continuam esquecidos os atores históricos surdos, esquecem-se as subjetividades e as questões que poderiam

muito bem ser registradas dentro dos limites da história cultural. Estes limites se estabelecem pela diferença de identificação histórica e pela diferença de sujeitos e métodos próprios de captação de dados (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 21).

Dessa forma, procuramos nos juntar às pesquisas que destacam os atores históricos Surdos, apagados em suas subjetividades, invisibilizados em suas lutas e que podem ser “registrados dentro dos limites da história cultural” (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 21). Identificamos como inúmeras e instigantes as possibilidades que surgem diante da História Cultural para novas versões dos estudos históricos dos Surdos, partindo da desconstrução dos temas e interpretações ouvintistas, ao descortinamento de novas propostas revelando sempre os sujeitos Surdos no protagonismo de lutas por sua língua e culturas.

Portanto, estamos procurando nos livrar dos centrismos, dos escritos colonizadores que reafirmam a denominação deficiência como característica principal dos Surdos, subtraindo deles suas reais potencialidades, explorando apenas sua impossibilidade de audição, colocando-os numa situação de subalternidade como marginal, periférico, fronteiro à dita normalidade. Temos a intenção de enfatizar os aspectos históricos culturais do Povo Surdo para de alguma forma contribuir com a ruptura da negação de uma cultura simplesmente pelo fato de ser diferente. “Diferente porque se comunica e se relaciona com o mundo de forma diferente do ouvinte. É outra cultura, outra forma de ver e compreender o contexto ao seu redor” (FRANCO, 2014, p. 62), simplesmente uma diferença. Para tanto, no tópico seguinte percorreremos os caminhos que conduzem especificamente às temáticas referentes à cultura surda.

2.3 VAMOS PENSAR EM CULTURA SURDA

Da mesma forma como registram-se as diferentes culturas, a cultura Surda refere-se ao comportamento compartilhado por sujeitos Surdos em experiências comuns trocadas com os seus pares seja nas escolas, nas associações de Surdos ou em encontros informais. Tais práticas originam a identificação de pertencer a um povo distinto, caracterizado por usar a língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização específicos que o representa simbolicamente (PERLIN; STROBEL, 2014).

Compartilhamos em nosso trabalho, com os conceitos de cultura (SILVA; HALL; WOODWARD, 2014; RICHERT, 2006; PERLIN; STROBEL, 2014) que a configuram como

uma construção coletiva, sendo sinônimo de criação, de aprendizagem e de cooperação, continuamente enriquecida e modificada. Dessa forma, em interface também com Sá (2004), reafirmamos que a cultura é um campo de forças subjetivas que dá sentido(s) ao grupo. Coadunamos também com a autora quando assevera que os Surdos pertencem a um grupo minoritário que luta para que sua cultura seja incluída e legitimada no amplo contexto social formado em sua maioria por pessoas ouvintes.

Os elementos culturais, por sua vez, são constituídos na mediação simbólica que torna possível a vida em comum (SÁ, 2004). Sendo assim, a cultura se expressa de diversas formas e uma delas é a linguagem com seus códigos próprios, suas combinações e organização efetivadas no uso de cada língua. Nos acostumamos a vincular as línguas a um espaço geográfico e conseqüentemente sempre que pensamos em línguas, pensamos em territorialização geográfica, pensamos em países ou no máximo em comunidades indígenas. Richert, se coloca diante dessa questão: “Imagino que na falta de um território certo para que a cultura surda se estabeleça e se materialize, passando a existir como uma referência localizada, está uma das dificuldades de apontá-la e de reconhecê-la com tal” (RICHERT, 2006, p. 36).

Na mesma perspectiva, Quadros (2019) defende que Libras é a língua usada no Brasil pelas comunidades surdas. “Ela não possui localização geográfica específica, como acontece com as línguas indígenas” (QUADROS, 2019, p. 25). Seguindo esse prisma, quando falamos de Cultura Surda, precisamos quebrar esse paradigma de origem geográfica e considerar que:

A Língua de sinais é um aspecto fundamental de cultura surda. [...] A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos e que vai levar o surdo a transmitir e a proporcionar-lhe aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008, p. 47).

Desse modo, temos que sob os aspectos culturais, a língua de sinais desempenha um papel importantíssimo, sendo protagonista para aquisição de conhecimentos, para a transmissão dos saberes e valores de geração a geração do Povo Surdo. É por meio dela que as memórias são preservadas e transmitidas. Da mesma forma que no universo ouvinte, onde a atenção concentra-se na voz de quem emite um som, percebendo os detalhes sutis da entonação e forma de falar, a sinalização nos transporta, importa e exporta experiências das mais complexas e diversas narrativas. Os Surdos possuem histórias de vida e pensamentos diferenciados, elaborados em uma língua de modalidade visual-espacial que em sua essência implicam na construção de uma visão de mundo diferente daquela compartilhada no universo sonoro dos

ouvintes. Tal característica os torna peculiar, diferentes, e essa diversidade não deve ser classificada como melhor ou pior.

Corroborando com essa visão, Felipe (2001, p. 38) afirma que os surdos possuem “um modo de apreender o mundo que gera valores, comportamento comum compartilhado e tradições sócio interativas, um *modus vivendi* ao qual denominamos Cultura Surda”. A questão cultural do Povo Surdo envolve assim, a diversidade humana, a construção de identidades, a educação, os hábitos, as tecnologias e os comportamentos específicos dos Surdos, brotando em um panorama particular no qual evidencia-se que há um lugar para a Cultura ouvinte e um lugar para a Cultura Surda. A interface entre as duas é possível, havendo o respeito mútuo, a convivência com a diversidade constitui-se em um cenário multicultural (GESSER, 2012) no qual não há melhores nem piores, há diferentes.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 30).

Até aqui pontuamos que a construção e a manutenção da(s) identidade(s) cultural(is) é (são) produto(s) da interação dos indivíduos, que ao compartilharem informações cotidianas, éticas morais, estéticas, sociais, intelectuais, artísticas, geram significados culturais (GESSER, 2012). A construção da(s) identidade(s) cultural(is) Surdas, da mesma forma está diretamente vinculada à “forma como cada sujeito é inventado, traduzido, interpelado e interpretado no contexto no qual vive” (SKLIAR, 2001, p. 100).

O nó da questão verifica-se quando o conceito de cultura e identidade Surda é constituído em bloco, de forma fechada e estática “enaltecendo-se a homogeneidade e idealizando-se um **surdo padrão**” (GESSER, 2012, p. 98, grifo da autora). Para a autora, quando resistimos a aceitar a infinidade de características que compõem as culturas de um indivíduo, negamos a coexistência contraditória das formas híbridas entre as Culturas Surdas e todas as outras com as quais os Surdos mantêm contato. Encontramos apoio em Hall (2003, p. 34) quando argumenta que “a hibridização e a impureza cultural são condições necessárias para a modernização”. Entendemos assim, que ao falar de identidade(s) e cultura(s), não estamos procurando essências, pois essas construções são permanentemente feitas e refeitas, modeladas e remodeladas; são edificadas situacionalmente em tempos e lugares distintos por conta de seu caráter dinâmico, aberto, plural, multifacetado e fluido (GESSER, 2012, p. 102).

Quando olhamos a surdez no contexto da diferença (e não sob o prisma da deficiência), enxergamos não somente a diversidade, compreendemos que o sujeito Surdo se constrói como um ser social e político por meio de um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que

possui sua própria língua, valores e tradições, compartilham metas comuns e partilham responsabilidades umas com as outras (STROBEL, 2008, p. 31).

Conjeturando as discussões sobre os traços de identificação entre os Surdos, temos que a surdez e a língua de sinais são marcantes, mas não podemos cair na repetição dos discursos acrílicos que colocam a cultura Surda em oposição à cultura ouvinte, precisamos enxergar as diversidades e multiplicidades entre os Surdos. Caso contrário, segundo Gesser (2012):

Estaremos repetindo os traços perversos e melindrosos do discurso hegemônico do processo de normalização, ou seja, criando uma representação do **normal surdo** [...] como aquele que não usa aparelhos auditivos, não oraliza, não transita em outras culturas (em especial a ouvinte), que só usa língua de sinais (GESSER, 2012, p. 236, grifo da autora).

Precisamos considerar e respeitar toda heterogeneidade humana, a diversidade das pessoas Surdas e das pessoas que tendo uma perda auditiva, não se identificam como Surdas, optam pela oralização³³, pelo implante coclear ou outros recursos clínicos e tecnológicos que auxiliam sua comunicação por meio da língua oral. Não podemos desrespeitar o direito de uma pessoa adotar a postura que considere mais adequada à sua forma de vida. Nosso posicionamento nesse trabalho é claramente em defesa da diversidade e optamos pela linha dos ES, sem qualquer juízo de valor às outras correntes.

Ao pensarmos em identidades na forma plural, o princípio da diferença se estabelece como elemento principal, visto que a identidade não é o oposto da diferença, a identidade depende da diferença (SILVA; HALL; WOODWARD, 2014). A questão é que as relações que se constituem entre as diferenças e as identidades “traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder” (SILVA, 2014, p. 81). Posto isso, temos que a identidade e a diferença não são inocentes. É nesse ponto que surgem as marcas da presença do poder como por exemplo nas oposições binárias, “ouvintes” e “surdos”, “nós” e “eles”, “maioria” e “minorias”, evidenciando quais termos são privilegiados. Quem precisa lutar por seus direitos? Quem precisa ser “incluído” é porque na verdade está excluído.

Segundo Silva (2014, p. 83), “normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”. A força das identidades “normais” revela-se quando são marcadas como naturais, desejáveis, deixa de ser uma identidade e passa ser “a identidade” (SILVA, 2014, grifo do autor). Da mesma forma que na supremacia

³³ Destacamos que somente ao próprio surdo consiste o direito de optar ou não pelo treinamento da fala e leitura labial (oralização), situação totalmente inversa àquela em que os métodos oralistas impõem como obrigatória a prática da fala da língua oral às pessoas Surdas como meio de normalização nos padrões ouvintistas.

branca, o negro é o que não é o “desejável”, na supremacia ouvintista, o Surdo é o “anormal”. E assim, na prática social, “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (SILVA, 2014, p. 81), no caso específico, à invisibilidade do Povo Surdo.

Ser Surdo implica na afirmação de não ser ouvinte, ou seja, não compactuar da mesma modalidade de comunicação, nem da mesma língua, nem da mesma trajetória histórica e social em busca da construção de sua identidade e de uma participação ativa na sociedade em que circula. Nas relações contraditórias e desencontradas que a cultura Surda estabelece com uma cultura geral, ouvinte e falante, é que as subjetividades se constroem de várias maneiras. O perigo consiste em “transformar as diversidades em homogeneidades culturais, ou seja, ter uma visão dividida e singular entre **cultura ouvinte** (dominadora), e **cultura surda** (dominada)” (GESSER, 2008, p. 233, grifo da autora). Tal conduta implica em demarcação da surdez apenas na língua de sinais, sem considerar a raça, classe ou gênero (GESSER, 2008), por exemplo.

Coadunamos com a autora quando questiona de que forma e o que podemos afirmar em termos culturais e identitários a respeito do multiculturalismo na surdez e como tem sido abordada a questão da diversidade dentro do grupo surdo (GESSER, 2008). Porém os objetivos que orientam essa Tese, não nos permite adentrar especificamente nos entremeios que envolvem por exemplo, mulheres negras Surdas, indígenas Surdos, homossexuais Surdos, Surdos cegos, Surdos com múltiplas deficiências, entre outras especificidades. Deixamos registrada a importância da discussão da diversidade cultural Surda, considerando a coexistência natural e contraditória das formas híbridas existentes entre as culturas Surdas e ouvintes.

Para arrematar essas questões, utilizaremos uma citação da dissertação do autor Surdo André Richert (2006) quando enfatiza:

A identidade cultural dos surdos vai sempre mudando em relação aos padrões ouvintes de comunicação, relações, significados, pois está em constante atrito com os artefatos culturais do **mund**o ouvinte. Mas ao mesmo tempo os surdos consolidam um forte vínculo através do qual podem se expressar e se encontram em **casa** (RICHERT, 2006, p. 24, grifos do autor).

Posto isso, pontuamos o corpo como um dos locais envolvidos quando estabelecemos fronteiras que definem quem somos e também como espaço que serve de fundamento para as identidades. A autora surda Gladis Perlin em sua Tese de doutoramento, estabelece: “Na clínica o corpo surdo é alvo tido como anormal devido à surdez. Apresentado como o corpo a corrigir [...] o corpo surdo, em termos teóricos foi transportado para o quadro da deficiência” (PERLIN, 2003, p. 38).

Ponderemos que uma pessoa ouvinte pode aprender língua de sinais, ser amigo dos Surdos, compartilhar com o Povo Surdo de suas lutas e se engajar com a causa Surda, pode frequentar as associações e grupos de Surdos, pode ser solidário nos processos reivindicatórios, pode inclusive ser pesquisador e estudioso da área, pode ser aceito pelos Surdos na Comunidade Surda. No entanto, a pessoa ouvinte, ouve! Parece uma constatação simplesmente óbvia, no entanto, para o Povo Surdo:

[...] qualquer ouvinte estará sempre sob suspeita justamente **por não ser surdo**. Será sempre um ouvinte entre surdos, mesmo que conviva anos entre eles. Isso nos leva a pensar na surdez como elemento de um circuito cultural que não pode ser esquecido ou relegado a comparações entre ouvintes e surdos. A surdez pela surdez não existe. (LOPES, 2011, p. 14, grifos da autora).

O destaque que ultrapassa a obviedade, é perceber a diferença Surda na esfera cultural, sem com isso excluir a diferença primordial inscrita no corpo Surdo: o não ouvir (LOPES, 2011). A linha tênue configura-se na demarcação da diversidade, por isso a argumentação dessa Tese concentra-se na **surdez** e não na **falta** da audição, muito menos nos fundamentos de normalização e hegemonia imbricados na conotação dos termos ausência e/ou deficiência.

2.4 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Parem de colonizar os Surdos.
Sueli Segalla³⁴

Iniciamos o capítulo situando esta pesquisa nos Estudos Surdos, justificando a escolha por meio da abordagem do seu surgimento e sua própria conceitualização. Estabelecido que os ES foram lançados como agenda de luta da comunidade surda, contra a interpretação da surdez como uma deficiência e consequentemente contra a visão do Surdo enquanto incapaz e anormal. Prosseguimos narrando como o corpo Surdo ao longo da história, foi invisibilizado devido ao processo colonizador imposto pela hegemonia ouvintista. Como contraponto, apresentamos evidências da constituição reivindicatória do Povo Surdo em busca do controle do seu corpo e de sua decolonialidade³⁵ ouvinte em todo processo histórico desde que começou a utilizar a linguagem gestual como forma de comunicação, até chegar ao status de língua de sinais.

³⁴ Sueli Ramalho Segala, Surda de familiares de três gerações Surdas, bilíngue nativa de duas línguas, LIBRAS e Português, Especialista em Libras e Inclusão de pessoas surdas nas áreas educacionais e empresariais, possui Latu Sensu em Gestão Estratégica de pessoas, Graduada em Letras Português/Espanhol pelo Centro Universitário Sant'Anna, também graduada em Letras LIBRAS pela UFSC no polo da USP, Autodidata, teve contato com 32 línguas de sinais. Atriz e roteirista pela Companhia Arte e Silêncio na área de Libras e surdez. Fragmento retirado da live: “Os surdos ainda são colonizados” publicada em 14/03/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rdvHELwf8iM>. Acesso em 01 fev. 2022.

³⁵ Ver discussões sobre essa temática no capítulo 1 dessa Tese.

Afastando-se dos rótulos de patologização da surdez, os Surdos através das lutas por reconhecimento de sua língua e cultura, afirmam-se enquanto Povo Surdo (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 17-31) e comprovam a equidade da língua de sinais, apesar de se reconhecerem como minoria linguística. Compreendemos que os movimentos decoloniais do Povo Surdo têm crescido a cada década, em busca da garantia de fato e de direito às suas peculiaridades.

Com as elucidações sobre os aspectos culturais (ERSNEN, 2018; SILVA; HALL; WOODWARD, 2014, PERLIN; STROBEL, 2014, STROBEL 2009 e 2008, GESSER, 2008 e 2013; PERLIN, 2003; RICHERT, 2003, entre outros) entendemos que as identificações vão se deslocando ao longo da vida e que conforme os contextos sociais nos quais vivenciamos as experiências, transformam-se constantemente. Tais reflexões nos conduziram à percepção de que não existe uma identidade e sim, identidades em contínuos processos de construção e reconstrução.

Em consonância com uma linha de pesquisa situada no campo não determinista da Análise Crítica do Discurso e filiada à corrente decolonial da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, entendemos que com a mudança discursiva é possível promover mudança social. É nesse sentido que construímos esta Tese pautada nos desafios dos registros da história cultural do Povo Surdo. Acreditamos que podemos contribuir com os processos de visibilidade dos discursos Surdos e com a possibilidade de extinção dos preconceitos em relação à surdez e da supremacia da valorização da palavra falada em detrimento da palavra sinalizada. Por isso, não lamentamos o passado e sim conclamamos: pesquisar (a história cultural), enxergar (a língua sinalizada), informar (novas descobertas), transformar (as práticas hegemônicas), transgredir (ultrapassar as linhas abissais)!

Sob a perspectiva da Luta por Reconhecimento proposta por Axel Honneth (2003) e suas conexões com a pesquisa, versaremos no capítulo em sequência, no qual destacaremos também novas formas de luta do Povo Surdo na era digital e o seu protagonismo na rede social YouTube no período da Pandemia Covid-19.

3. LUTA POR RECONHECIMENTO: afeto, direito e solidariedade

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas [...], julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, esta é produzida pelo homem; ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (SENNETT, 2004, p. 17).

Quando olhamos para a história do Povo Surdo sem aprofundamento crítico, temos a impressão de que nas últimas décadas as conquistas foram grandes, identificamos avanços, principalmente se nos apegarmos à legislação brasileira. Sob esse prisma, “comemoramos” vinte anos da Lei 10.436/2002³⁶ que reconheceu a língua brasileira de sinais como forma de comunicação e expressão das pessoas surdas. E assim começou um “reconhecimento” incompleto. Nas entrelinhas, constatamos que a Libras não foi reconhecida como segunda³⁷ língua oficial do Brasil, embora durante muito tempo, os próprios Surdos tenham entendido dessa forma.

Os problemas decorrentes desse detalhe não só permanecem até hoje, como se ampliaram com o cenário distópico da Pandemia Covid-19. No último capítulo dessa Tese, apresentaremos os discursos Surdos sobre tal situação, *corpus* da pesquisa. O fato é que em relação às lutas do Povo Surdo:

Questões primárias como o direito linguístico e o direito cultural definiram e ainda definem sua luta, indicando um povo que precisa ser respeitado quanto ao uso de sua língua minoritária de cunho viso-espacial, um povo que enfrenta barreira comunicativa dentro de sua própria pátria (PEDROSA; OLIVEIRA; ALVES; BRITO, 2021, p. 51).

As autoras destacam que “o **não lugar** dos Surdos na língua, na cultura e na sociedade” (PEDROSA; OLIVEIRA; ALVES; BRITO, 2021, p. 51. Grifo das autoras), coloca-os em situação de vulnerabilidade. Eis uma das razões que conduzem o Povo Surdo por caminhos de constante luta por reconhecimento.

Nas últimas décadas, o termo inclusão se faz presente nas legislações, nos discursos da mídia e da sociedade de forma geral, mas na prática a exclusão ainda se faz presente nas culturas reguladas por critérios de classificação e por concepções da deficiência como defeito, desvantagem, anormalidade ao invés de percepções sobre a diversidade humana. Sim, não podemos negar que a matrícula de alunos Surdos aumentou nas escolas da educação básica nos últimos vinte anos, mas foi simplesmente isso o que aconteceu. Sobre o modelo de educação inclusiva dos alunos Surdos operacionalizado no Brasil, Quadros (2019, p. 146), constata:

³⁶ Ver Quadro 1 no capítulo Estudos Surdos dessa Tese.

³⁷ Tramita no Senado Federal o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 12/2021 com a seguinte ementa: “Altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil.” Fonte: Agência Senado, disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148537>. Acesso em 04 abr. 2022.

Esse modelo não os vê como membros de um grupo social pertencente à comunidade surda, antes os encara como indivíduos desprovidos de acesso à educação em sua própria língua. [...] Uma criança surda sozinha não consegue ser incluída em uma escola em que todos são ouvintes.

Os discursos contemporâneos frequentemente difundem a ideia de que estamos em um novo tempo, em que a inclusão e a acessibilidade são contempladas, mas as questões de inclusão do Povo Surdo perpassam pela acessibilidade comunicacional. Então, vejamos o que acontece: a Libras não é uma língua oficial no Brasil, não é ensinada nas escolas, pois, não faz parte do currículo escolar; as crianças ouvintes (maioria) e as crianças Surdas (minorias) não aprendem a língua na escola, diante desse contexto não se pode afirmar que há inclusão. Não acontece a troca de experiências, as crianças Surdas não conversam com colegas ouvintes, ficam excluídas das brincadeiras, das negociações das relações, das disputas (QUADROS, 2019) e conseqüentemente, do aprendizado que circula no ambiente escolar.

Podemos dizer que, no mínimo, há uma compreensão equivocada da educação inclusiva, o que para Quadros (2019, p.149) “é um verdadeiro atentado contra o surdo enquanto indivíduo”. Uma das lutas atuais do Povo Surdo corresponde à reivindicação de escolas bilíngues de Surdos. Recentemente, 03 de agosto de 2021, foi sancionada a Lei 14.191/2021 que insere a educação bilíngue de surdos na LDB. Mais uma vez, a legislação atende a reclamação dos Surdos, resta esperar para vermos na prática como será concretizado.

Por fugir do escopo, não trataremos sobre as questões do bilinguismo e da escola bilíngue de Surdos, temática instigante que contempla uma Tese inteira. Pontuamos para destacar que os movimentos Surdos nas duas últimas décadas estiveram voltados para essa luta, o que se deve ao fracasso da inclusão. Como já mencionado no capítulo anterior, quem luta pela inclusão, é porque está excluído.

Mas infelizmente, a inclusão não fracassa apenas na escola; na família e na sociedade tem se revelado uma falácia. O *corpus* da pesquisa trará essa constatação. De maneira geral, em nossa sociedade, não há lugar para as diferenças; a língua oral é imperativa, espera-se que todos se adequem aos seus meios de comunicação, não importando suas especificidades linguísticas. O preconceito linguístico leva ao falso entendimento de que a língua de sinais é incompleta, inferior, e que sequer pode ser comparada às línguas orais. Por essas questões, entre muitas outras, não visualizamos avanços concretos na inclusão do Povo Surdo.

Se vistas como parte das demandas de um grupo social minoritário que requer constituição no grupo abrangente, com sua própria língua, a língua de sinais, a

inclusão e a **diversidade** para os surdos ainda precisam avançar muito em muitos países. Aqui no Brasil não é diferente. [...] Eles têm de ser definitivamente encarados como membros da comunidade surda brasileira (QUADROS, 2019, p.149, grifos da autora).

Constatamos que a sociedade não contribui com o desenvolvimento dos Surdos, à medida em que continua com práticas preconceituosas pautadas no capacitismo³⁸, repetindo discursos hegemônicos ao responsabilizar os próprios Surdos por não serem capazes de se comunicar na língua oral, considerando-os inábeis e limitados, quando a verdadeira limitação está nas condições comunicativas oferecidas ao sujeito Surdo.

Quando uma criança Surda adquire a língua de sinais, sua língua natural, ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua na modalidade escrita (QUADROS, 2019), tornando-se um ser bilíngue. Quando o Surdo é envolvido na comunidade que respeita sua língua e sua cultura, sua identificação acontece de forma íntegra, ao invés de desenvolver identidades criadas a partir da imperfeição dentro dos padrões de normalidade ouvintista.

Nesse cenário, ponderamos sobre o reconhecimento social da Libras e a acessibilidade comunicacional dos Surdos na sociedade de forma geral. Faremos uma discussão sobre esse tema no tópico a seguir, com base na abordagem de Axel Honneth.

3.1. A PROPOSTA DE HONNETH, A ACD E O POVO SURDO

Observamos que o tema reconhecimento social vem sendo destaque no cenário acadêmico por meio de publicações de periódicos, dissertações e teses (ALBORNOZ, 2011; NETO, 2013; FUHRMANN, 2013; MELO, 2014; PENIGASSI, 2020; ROVEDA, 2020; ALVES; PEDROSA, 2017, 2020, 2021, 2022; PEDROSA et al. 2022), e tem sido pontuado em debates políticos e em movimentos sociais de forma geral nas duas últimas décadas. O que podemos verificar é que a crescente demanda dessa matéria surge com incidência principalmente em discussões sobre multiculturalismo e em lutas reivindicatórias de grupos que compartilham ideais de equidade e respeito em suas diferenças.

Na pauta dessa pesquisa, nos concentraremos na abordagem do filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2003). Em debates contemporâneos, os principais autores que desenvolvem trabalhos com a teoria do Reconhecimento, além de Honneth, são a cientista

³⁸ Concepção presente no social, definido como processos e práticas que produzem um padrão típico da espécie humana, considerando todos aqueles que não atendem aos critérios padronizados, como incapazes, inferiores. Segundo Fiona Kumari Campbell (2008) o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência o que o racismo significa para os afrodescendentes ou o machismo para as mulheres: vincula-se com o exercício do poder.

política estadunidense Nancy Fraser e o filósofo político canadense Charles Taylor, apresentando ênfases distintas cada um deles. O último, concentra seus postulados sobre reconhecimento social embasados em fundamentos histórico-filosóficos, partindo de Hegel, igualmente a Honneth, porém com uma reconstrução de forma pessoal e original, tendo a linguagem como eixo principal. Tratando-se de Fraser, suas análises originam-se na tradição Kantiana, e concentram-se nos atuais movimentos sociais e lutas políticas, o que suscitou debates e diálogos com Honneth na discussão de reconhecimento *versus* redistribuição (FRASER; HONNETH, 2003).

Optamos em situar um diálogo com Honneth (2009) através de sua obra **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**, por entendermos que existem pontos de convergência com a ACD e com a esta pesquisa. Um deles refere-se à mesma base de fundamentação teórica originária da Escola de Frankfurt (PEDROSA; OLIVEIRA; ALVES; BRITO, 2021), sendo o autor filiado à terceira geração. Mais uma conexão é que Honneth (2003) insere sua tese na Teoria Crítica Social com a abordagem centralizada na Luta por Reconhecimento (LR).

A ACD é um campo de pesquisa com caráter transdisciplinar, conforme discorremos no capítulo 1, estabelecendo entre outros, diálogos com as Teorias Críticas que da mesma forma que a ACD, “querem transmitir conhecimentos críticos que permitam aos seres humanos emancipar-se de formas de dominação através da autorreflexão”³⁹ (WODAK e MEYER, 2009, p.07). A mesma vertente teórica nos dois campos, conduz ao interesse por situações sociais de desigualdade, opressão, injustiça e desrespeito, não apenas para diagnosticá-las e denunciá-las, mas com o intuito ao mesmo tempo de identificar possibilidades concretas de sobrepujá-las.

Outro ponto confluyente entre a ACD e a LR tem relação com o conceito de reconhecimento proposto por Honneth (2003) visto considerar que nos processos de convívio social as experiências de desrespeito podem influenciar e mobilizar indivíduos e grupos para a ação, ou seja, para uma luta por reconhecimento. Assim, as patologias sociais, observadas na experiência do desrespeito ou do sofrimento, ancoradas na deformação de uma práxis humana constitutiva, pode resultar na superação prática. Para a ACD, as patologias sociais são as desigualdades sociais mantidas pelo poder hegemônico.

³⁹ Texto original: *Critical theories, thus also CDS, want to produce and convey critical knowledge that enables human beings to emancipate themselves from forms of domination through self-reflection.* Tradução de Iris Santos e Josefa Gilvânia Rodrigues, membros de nosso grupo de pesquisa em ASCD.

Em síntese, podemos afirmar que fazer Análise de Discurso Crítica, nos dias de hoje, significa comprometer-se com o labor da interpretação especializada na dimensão da prática social de que nos ocupamos, sempre em perspectiva problematizadora e engajada. Significa, portanto, estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual. Significa, acima de tudo, empreender redes de luta e resistência. (IRINEU, 2020, p.23).

Estabelecidas tais conexões, trataremos da teoria Honnethiana sobre as lutas por reconhecimento. Em sua obra, Honneth (2003), partindo de análises dos textos do jovem Hegel⁴⁰ (inspiração para Honneth), argumenta que os indivíduos constroem suas identidades por meio do reconhecimento, que por sua vez constrói-se de forma intersubjetiva, dialógica e histórica. Quando não se efetiva o seu reconhecimento pelos membros da comunidade onde está inserido, torna-se inviável uma “autorrelação prática positiva”. Assim, os indivíduos procuram estabelecer ou criar novas condições de reconhecimento recíproco, desdobrando-se em uma luta por reconhecimento. Sintetizando, Honneth vê o **reconhecimento** como um meio de conceder identidades ao indivíduo, atribuindo à identidade o sentido de liberdade individual e autonomia.

No capítulo ESTUDOS SURDOS, OUTROS OLHARES, fizemos uma abordagem acerca da agenda de luta do Povo Surdo, ressaltando as questões identitárias e culturais que perpassam pelo reconhecimento de sua língua natural: a língua de sinais. Corroboramos com Skliar (2005), adotando a perspectiva de que os surdos representam as próprias identidades construídas na relação com seus pares por meio do uso da Língua de Sinais. É sob essa ótica, que alinhamos esta pesquisa à teoria apresentada por Honneth, a teoria do reconhecimento intersubjetivo e social.

O filósofo e sociólogo alemão, em sua teoria, considera que as reivindicações dos grupos excluídos e/ou discriminados buscam anular a degradação, o desrespeito e todas as demais formas de opressão simbólicas e aponta como categorias mobilizadoras de tais lutas a dignidade e o respeito, sendo o Reconhecimento a palavra-chave a ser conquistada e incorporada à gramática moral dos conflitos sociais (HONNETH, 2003).

Cabe uma sucinta ponderação sobre o uso da nomenclatura “gramática” que foge das terminologias de conceitos e usos linguísticos e vem sendo utilizada por teorias sociais como por exemplo, a Gramática da Acessibilidade (EBERSOLD, 2020) a Gramática do Tempo (SANTOS, 2010) e a Gramática moral dos conflitos sociais (HONNETH, 2009). Sob tal

⁴⁰ Os escritos de juventude de Hegel fornecem “o maior potencial de inspiração” para a reconstrução do “conceito de uma luta moralmente motivada”. A reconstrução da argumentação de Hegel “conduz a distinção de três formas de reconhecimento, que contêm em si o respectivo potencial para uma motivação dos conflitos”: o *amor*, o *direito* e a *solidariedade*” (HONNETH, 2003, p. 23).

perspectiva, o termo “gramática” desponta como propostas de estudos e análises interpretativas acerca de assuntos específicos. Apresenta em linhas gerais, teorias sobre uma temática com abordagens e olhares transdisciplinares, além de proposituras de mudanças sociais por meio de reivindicações de direitos que na prática são negados às minorias. Fechando esse parêntesis, retomamos à teoria de Honneth.

Ele apresenta uma teoria crítico-social à medida em que se propõe a “dar conta da gramática dos conflitos e da lógica das mudanças sociais, tendo em vista o objetivo mais amplo de explicar a evolução moral da sociedade (WERLE, 2007, p.14). Assim, o aspecto essencial da filosofia Honnethiana em relação ao reconhecimento, traduz-se nas experiências morais dos sujeitos humanos envolvidos em processos de denegação desse conceito, revelando por sua vez, como o conflito na verdade se desvela em lutas por reconhecimento, assumindo uma configuração moral (HONNETH, 2003, p.253-263). Dessa forma, sua ideia configura-se em uma lógica moral dos conflitos sociais.

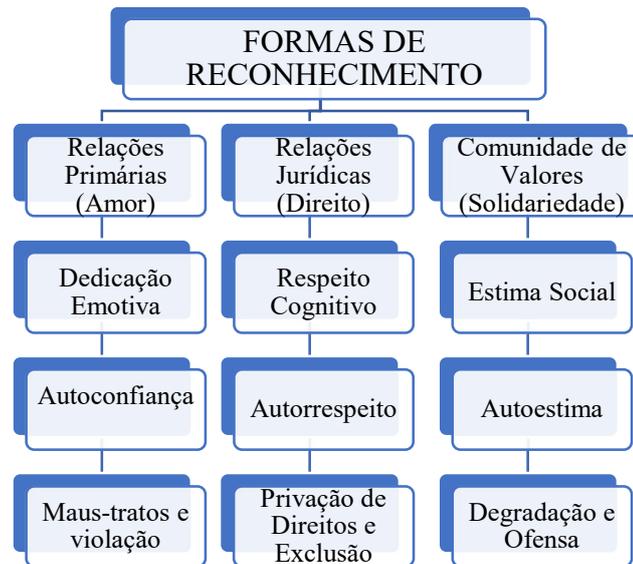
Corroborando com Honneth, ao discorrer sobre essa teoria Neto (2013, p. 54), assevera:

Sentimentos morais, se articulados numa linguagem comum ou se possuidores de potencial para generalização, podem se transformar em mobilização política, movimentos coletivos e lutas sociais. A dinâmica social do reconhecimento, portanto a “gramática dos conflitos sociais”, responde à formulação: desrespeito, luta por reconhecimento e mudança social.

Para Honneth (2003), em busca da autonomia, as realizações individuais acontecem em três domínios essenciais: o afeto, os direitos e a estima social, dos quais advém, respectivamente, a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima. (PEDROSA; OLIVEIRA; ALVES; BRITO, 2021). Dessa forma, a Luta por Reconhecimento respectivamente nas três esferas, é traduzido em resposta ao desrespeito sofrido pelo sujeito.

Vejamos essa proposta resumida em forma de diagrama:

Figura 2 - Estrutura das formas de reconhecimento (HONNETH, 2009)



Fonte: Adaptado de Alves e Pedrosa (2020, p. 223).

Conforme ilustração acima, podemos extrair três princípios integradores da teoria Honnetiana: i) as ligações primárias correspondentes ao amor/afeto; ii) as relações jurídicas referentes à adjudicação de direitos; iii) a comunidade de valores alusiva à solidariedade. Precisamos entender nas entrelinhas, essa tripartição da esfera das relações sociais, que para Honneth (2003) constituem tipos de reconhecimento.

3.1.1 A esfera dos afetos: o amor e a autoconfiança

A primeira esfera se constitui na intersubjetividade por meio das interações emotivas e compõe a estruturação da personalidade dos sujeitos. É tecida no plano dos afetos entre as pessoas próximas, em suas relações primárias, ao que Honneth (2003) nomeou de amor.

Para falar do “amor” não apenas no sentido restrito que o conceito recebeu desde a valorização romântica da relação íntima sexual, recomenda-se primeiramente um modo de emprego neutro o máximo possível: por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filho (HONNET, 2003, p. 159).

Ratificando tais elucidações, e por decisão de pesquisa, adotaremos o termo **afeto** tanto para discorrer sobre essa primeira esfera, como para proceder o desenvolvimento das análises do *corpus* dessa pesquisa quando reportarmos a tal âmbito, exceto em citações literais.

Para fluir com uma intelecção segura sobre a dinâmica do reconhecimento intersubjetivo no circuito afetivo, Honneth (2003) remete à experiência do afeto vivenciada na primeira infância, segundo ele, raiz potencial do amor de si mesmo e da autoconfiança. Como referencial, utiliza as ideias do psiquiatra inglês Donald W. Winnicott⁴¹, cuja teoria psicanalítica concebe o processo de amadurecimento infantil como uma tarefa que só pode ser desenvolvida em comum, por meio da cooperação intersubjetiva de mãe e filho, pois ambos os sujeitos dessa díade estão incluídos no início da vida da criança, no estado de **dependência absoluta**, configurando-se como uma relação simbiótica⁴². “Como a mãe e a criança dependem uma da outra nessa fase de unidade simbiótica, esta só pode chegar a um termo quando ambas obtêm para si um pouco de independência” (ALBORNOZ, 2011, p. 136).

À fase seguinte dessa relação, Honneth (2003) nomeou de **des-adaptação graduada** ou **dependência relativa**, caracterizada pelo fato de que a criança começa a ficar mais tempo distante da figura materna, o que ocorre por conta dos compromissos e exigências de atenção social vivenciadas pela volta à rotina cotidiana da mãe. Dessa forma, a identificação primária e corporal com o bebê começa a fluidificar; é quando da parte do bebê, a ampliação intelectual e dos reflexos condicionados contribuem para seu desenvolvimento cognitivo, resultando no reconhecimento da criança enquanto um ser autônomo. Cabe frisar que a mãe simultaneamente, também passa por um processo de amadurecimento em relação ao exercício da maternidade. Como marco temporal, essa etapa configura-se aproximadamente na idade média de seis meses,

⁴¹ Donald Woods Winnicott (1896 – 1971) - médico pediatra, psiquiatra e psicanalista inglês desenvolveu estudos na área do tratamento de distúrbios psíquicos e de comportamento, em busca de conhecimentos sobre as condições de socialização de crianças, sobretudo na primeira infância. Foi presidente da Sociedade Britânica de Psicanálise por duas gestões, membro da UNESCO e do grupo de experts da OMS. Para constituir sua própria teoria, Axel Honneth debruçou-se também sobre as ideias de Winnicott.

⁴²“O termo simbiose, proveniente dos étimos gregos sym (junto de) e bios (vida), foi originariamente empregado pelas ciências biológicas para designar uma relação funcional estreita, harmônica e produtiva entre dois organismos, os quais interagem de modo ativo visando ao proveito mútuo. A palavra foi tomada por empréstimo da biologia pela pediatra e psicanalista americana Margaret Mahler, a partir de suas pesquisas de observação da relação mãe-bebê. Posteriormente, foi reconhecida na clínica psicanalítica, estudada e modificada, em relação ao seu significado biológico original, por outros autores como Bion (1966/2007), Bleger (1967/2001) e Winnicott (1956/2000). Assim, o conceito de simbiose, que no âmbito da psicanálise se encontra inserido na fenomenologia das relações de objeto, alcançou uma posição de destaque em inúmeros estudos, sendo atualmente encontrado com maior frequência na literatura psicanalítica” (CHATELARD; CERQUEIRA, 2003, p. 258). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19692>.

quando a criança estabelece a capacidade de diferenciar cognitivamente o próprio ego e o ambiente (HONNETH, 2003).

Nesse contexto, em resposta à percepção gradativa da realidade, o bebê desenvolve rapidamente uma disposição para atos agressivos, inicialmente direcionados à mãe (percebida agora como independente), como forma de insurgir-se contra o corpo da mãe (até então vivenciado apenas como fonte de prazer), empregando-lhe golpes, mordidas e empurrões. Quando a mãe sobrevive às suas investidas destrutivas sem revidar, registra-se o deslocamento para um mundo no qual existem ao lado dele, outros sujeitos. Nesse caso, os atos agressivos não expressam uma elaboração negativa de experiências frustrantes; constituem-se no pilar que o conduzirá ao reconhecimento da mãe como um “ser com direito próprio” (HONNETH, 2003, p. 169).

Se a mãe suporta os atos agressivos revelando-se ser capaz de resistência, então a criança se torna capaz de amá-la sem fantasias de onipotência. Nessa etapa, a reconciliação com a figura materna é ainda alimentada de forma simbiótica, agora com a experiência da autonomia, tornando-se capaz de amar a mãe sobrevivente, com afeto. Concebendo dessa maneira o primeiro processo de desligamento da criança resultante de manifestações de comportamento agressivo, revela-se a primeira **luta por reconhecimento**. Ou seja, na forma de uma luta, vivencia o fato de que ela (a criança) depende da atenção amorosa de outra pessoa que existe independente dela, como um ser com pretensões próprias. Se nessa trajetória, configura-se uma delimitação recíproca bem-sucedida, mãe e criança conscientizam-se “dependentes do amor do respectivo outro, sem a necessidade de fundir-se simbioticamente uma na outra” (HONNETH, 2003, p. 170).

Honneth concorda com Hegel ao considerar o amor como sendo o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação desejada reciprocamente, cria a medida da autoconfiança individual, que pode tornar-se base indispensável para a participação autônoma na vida pública (ALBORNOZ, 2011, p. 137).

Dessa forma, Honneth (2003) preconiza que no processo de amadurecimento infantil, a cooperação intersubjetiva entre mãe e filho acontece por meio do mútuo reconhecimento. O que por sua vez conduz à criança para que se reconheça como um ser autônomo. Portanto, essa esfera corresponde à aquisição da autoconfiança.

Com as crianças Surdas, Dalcin⁴³ (2009), em consonância com outros pesquisadores (BEHARES e PELUSO, 1997; MARTINS, 2003; GOLDFELD, 2002) defende que as crianças surdas filhas de pais ouvintes não têm acesso à língua oral, mas que mesmo assim têm garantidas sua “inscrição e inserção no simbólico através da relação estabelecida pela maternagem e pelo código caseiro” (DALCIN, 2009, p. 25). A autora, embora não cite Axel Honneth também apoia-se nas teorias psicanalísticas de Winnicott e aponta aspectos de cooperação intersubjetiva na relação mãe-filho, evidenciando as crianças surdas filhas de pais ouvintes, denominando tais aspectos de “maternagem”.

Concluimos que a relação de maternagem vai suprir a criança da sua primeira língua, a língua materna. E isso se dará independente da língua que for ser usada nesse primeiro momento. A língua materna [seja oral ou de sinais] é que possibilitará a entrada do filho na linguagem, seja ele surdo filho de pais ouvintes ou surdo filho de pais surdos. É uma linguagem compartilhada entre mãe e criança que se dá em um estágio anterior ao da aquisição de uma língua propriamente dita. Neste estágio pré-verbal a mãe não apenas tenta decifrar o que o seu bebê diz, mas, sobretudo, lhe acompanhar naquilo que ele expressa. Isso se dá em vários níveis [...] na mímica, no sorriso, no choro, na vocalização e no gesto (DALCIN, 2009, p. 25).

Assim, a autora compartilha com a argumentação de que o recém-nascido (surdo ou ouvinte) atravessa um período de dependência total no qual necessita de cuidados para garantir sua sobrevivência, papel geralmente desempenhado pela figura materna. Essa relação estabelecida é o insumo para o surgimento da vida psíquica do bebê, revelando-se em situações singulares, como por exemplo quando a mãe amamenta seu filho acontece uma troca de olhares, uma reação aos movimentos, aos choros, aos sorrisos, aos gritos, que são carregados de sentidos e em consequência, estabelecem uma comunicação entre os dois, independente da língua oral. É uma relação única, particular, olhares e gestos de afeto, de amor.

Dessa forma, conforme a teoria em pauta, surge a possibilidade de o bebê elaborar uma imagem de si mesmo e em seguida, estabelecer uma relação com o semelhante. Tal interatividade que se estabelece entre a mãe e o bebê, são transformadas em linguagem. Sendo assim, especificamente nessa fase, não faz diferença se a criança é surda ou ouvinte, se a mãe é surda ou ouvinte, a comunicação se estabelece em vários níveis afetivos, independente da aquisição de uma língua formal propriamente dita. Entendemos, portanto, que na esfera do afeto, os bebês surdos e ouvintes, experenciam os mesmos estágios de desenvolvimento. No

⁴³ Gladis Dalcin, Mestra em Psicologia, graduada em psicologia, desenvolveu suas pesquisas para elaboração de dissertação de mestrado, intitulada “Um Estranho no Ninho: Um Estudo Psicanalítico da Constituição do Sujeito Surdo”, no ano de 2005, na Universidade Federal de Santa Catarina.

tópico seguinte, adentraremos na segunda esfera, equivalente às relações jurídicas alusivas ao direito.

3.1.2. A esfera do direito: a justiça e o respeito

A segunda dimensão do reconhecimento reporta-se às relações jurídicas⁴⁴, que por meio de normas, estabelecem direitos e garantias fundamentais a todos os seres humanos. Esse aparato, por sua vez, foi determinado e formalizado ao longo do tempo constituindo um conjunto de preceitos conquistados com o avanço das sociedades, sendo hoje positivados em forma de direitos inerentes aos indivíduos. Em razão disso, geralmente são atrelados às concepções de direitos universais e direitos humanos, representando conquistas históricas do ordenamento jurídico.

podemos conceber como direitos, grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional (HONNETH, 2003, p. 216).

Enquanto na forma de reconhecimento do afeto, o subsídio advém da teoria psicanalítica de Winnicott, na forma das relações jurídicas, além de seguir com os fundamentos de Hegel e Mead, o aporte conceitual é encontrado em Feinberg⁴⁵ (1980) para inscrição de que o reconhecimento jurídico se encontra com a conquista do autorrespeito. “Viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de constituir um autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 196).

Sob a perspectiva normativa de um outro generalizado, Honneth (2003) estabelece que o reconhecimento enquanto pessoas de direito, nos conduz à segurança do cumprimento social de algumas de nossas aspirações. Para isso é imprescindível reconhecer os direitos dos demais membros da coletividade, da mesma forma, como detentores de direitos. Configura-se assim, o direito como a relação de uma pessoa com outra, o elemento universal do ser livre, uma relação

⁴⁴ “Relação jurídica é a relação social, entre pessoas, regulada pelo Direito; é o vínculo entre pessoas ou grupo de pessoas, regulado por norma jurídica” (GARCIA, 2021, p. 61).

⁴⁵ Joel Feinberg (1926-2004) filósofo político e jurídico americano. Desenvolveu seus estudos nos campos da ética, teoria da ação, filosofia do direito e filosofia política, direitos individuais e autoridade do estado. Propôs um experimento mental no qual projeta um estado fictício em uma sociedade onde predomina em alto nível a consideração recíproca, à qual denominou "Nowheresville", inserindo também nessa organização social, além de uma consciência de obrigações morais, um sistema de direitos objetivos, segundo seu ensaio, imprescindíveis, por considerar que o respeito ao outro, configura-se por meio do respeito aos seus direitos (HONNETH, 2003, p. 196).

em que se reconhece enquanto pessoa de direito e membro de uma comunidade jurídica. Por essas vias institucionais, firmam-se os processos de formação do sujeito.

Um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade: a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo, desse modo é o que podemos chamar de **autorrespeito** (HONNETH, 20003, p. 197, grifo nosso).

Posto isso, temos na concepção de Axel Honneth (2003), que o reconhecimento recíproco dos atores sociais nos processos de formulação de suas identidades, se estabelece pela compreensão histórica das instituições com potencialidade de garantia da liberdade em seus estabelecimentos prático-políticos. Trata-se, portanto, do reconhecimento intersubjetivo das identidades no alcance institucionalizado do progresso social; um estado de autonomia comunicativa a partir da luta social e dos processos práticos-conflitivos de natureza humana.

Segundo Roveda (2020), quando observamos a evolução da história do direito, constatamos que no século XVIII existiam os direitos liberais da liberdade; no século XIX, os direitos políticos de participação; e os direitos sociais de bem-estar registram-se a partir do século XX. A autora discorre sobre a evolução das sociedades através da esfera jurídica, para confirmar a teoria de Honneth (2003) em relação ao progresso social institucionalizado. “De modo geral, essa evolução mostra a integração do indivíduo na comunidade e a ampliação das suas capacidades, que caracterizam a pessoa do direito” (ROVEDA, 2020, p. 57).

Nessa esfera do reconhecimento, temos que os atores sociais somente adquirem sentimentos de autorrespeito, à medida em que são reconhecidos como autônomos e percebem-se moralmente imputáveis: “Só com a formação de direitos básicos universais, uma forma de autorrespeito dessa espécie pode assumir o caráter que lhe é somado quando se fala em imputabilidade moral como cerne, digno de respeito, de uma pessoa” (HONNETH, 2003, p. 195).

Com base nesses pressupostos, temos que na modernidade, o direito corresponde à possibilidade do reconhecimento do outro, do diferente, como uma pessoa livre e igual a todas as outras; e a partir do momento em que entendemos os outros enquanto pessoas dotadas de direito, também nos percebemos da mesma forma (PANIGASSI, 2020). Dessa maneira, nos tornamos seguros do cumprimento social de determinadas pretensões.

A teoria Honnetiana evoca, nesse momento, a necessidade de provas empíricas para a comprovação de tais correlações conceituais por meio de experiências vivenciadas. Sob essa perspectiva, o autorrespeito configura-se como a autorrelação prática (figura 02, p.79) mais

complexa, tendo em vista que se torna uma grandeza perceptível quando manifestada em sua forma negativa, ou melhor, quando os atores sociais “sofrem de maneira visível com sua falta” (HONNETH, 2003, p. 197).

Dessa maneira, o autorrespeito pode ser percebido ao empreendermos comparações empíricas com situações vivenciadas por grupos de pessoas, cujo comportamento geral possibilita inferências acerca das formas de representação simbólica da experiência do desrespeito. Assim como Honneth (2003) destaca a complexidade dessa esfera, também aponta uma saída prática apresentada pelos “casos em que os próprios grupos atingidos, debatem publicamente a privação dos direitos fundamentais, sob o ponto de vista de que, com o reconhecimento denegado, se perderam também as possibilidades do autorrespeito individual” (HONNETH, 2003, p. 198).

Com o intuito de retratar suas concepções no âmbito da esfera do direito, apresenta a situação histórica das discussões do movimento negro por direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960, quando representaram por meio de seus discursos (uso da linguagem) o significado psíquico que o reconhecimento jurídico possui para o autorrespeito de grupos excluídos: “sempre se discute nas publicações correspondentes que a tolerância ao subprivilégio jurídico conduz a uma sentimento paralisante de vergonha social, do qual, só o protesto ativo e a resistência poderiam libertar” (HONNETH, 2003, p. 198). Encontramos aqui, o foco da nossa pesquisa que será constatado na apresentação e análise do *corpus*.

A sapiência dos direitos faz emergir no indivíduo a consciência de se autorrespeitar, sopesando que ele também merece o respeito de todos os outros. Por meio do reconhecimento jurídico, os atores sociais (nessa pesquisa, os Surdos) podem se considerar como atores sociais capazes de partilhar com os outros, os atributos (língua de sinais e cultura Surda) que os capacitam para a participação do reconhecimento defendida por Honneth (2003) e assim, respaldados na autonomia, encontrar caminhos para reforçar suas condições intersubjetivas de conduzir sua própria vida.

[...] se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (HONNETH, 2003, p. 216).

Portanto, não se pode inferir que se trata de uma teoria da justiça, pois embora o direito seja considerado como um padrão de reconhecimento intersubjetivo, apresenta limitações que o tornam incipiente na teoria da luta por reconhecimento de Honneth, para uma ideia mais ampla de reconhecimento social. Para poderem conquistar uma auto relação firme e sólida, “os

sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198). É nesse sentido que o reconhecimento jurídico se efetivará de acordo com a respectiva estima social. Essa abordagem será contemplada no subtópico seguinte.

3.1.3 A esfera da comunidade de valores: solidariedade

De forma distinta do reconhecimento jurídico, a esfera da comunidade de valores aponta para uma preocupação com os aspectos da vida social que não são objetos de direitos, contudo são necessários seja para os indivíduos, seja para a sociedade; a solidariedade. A forma de reconhecimento por estima requer um meio social que considere “as diferenças de capacidades e qualidades entre sujeitos humanos, fundamentando os vínculos intersubjetivos” (ALBORNOZ, 2011, p. 140).

No entanto, da mesma maneira que a relação jurídica, a estima social da forma que hoje é configurada, desenvolveu-se historicamente até o ponto de não caber mais nas condições-limite das sociedades articuladas em formas fechadas de estratificação social nas quais não havia possibilidade de ascensão, como na sociedade feudal. A mudança estrutural teve sua marca na transição dos conceitos de **honra** e de **origem** relacionados ao lugar social obtido por nascimento, para as categorias **reputação** e/ou **prestígio** social, hoje referentes ao resultado da participação individual.

Albornoz (2011), com base em Axel Honneth, afirma que a transformação dinâmica da estima social se registrou paulatinamente à medida em que a afirmação da autonomia dos indivíduos foi sendo conquistada até chegar ao conceito-síntese de *status* social, ligado às características da atividade e à dinâmica do reconhecimento intersubjetivo. Ainda que em circunstâncias diferenciadas e em outros tempos, os atores sociais tentam conquistar e medir seu valor social. De acordo com Honneth (2003), uma tensão especial da sociedade em tempos modernos, carrega a organização da estima social de forma que a submete de modo duradouro a um conflito cultural, pois:

nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força

simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (HONNETH, 2003, p. 207).

Dessa forma, podemos afirmar que a rede dinâmica da estima social não se realiza apenas no registro da prática intersubjetiva do reconhecimento das capacidades e realizações individuais, mas na dinâmica dos grupos que representam formas de vida, como afirmação e conquista de estima social, configurados atualmente como movimentos sociais.

Sobre os aspectos da autorrelação prática que tal experiência de reconhecimento conduz, é traduzida em sentimento de orgulho do grupo ao qual o indivíduo se identifica, reverberando em honra coletiva. Nessa instância, as formas de interação assumem o caráter de relações solidárias, e assim, de modo recíproco, independente dos modos distintos de vida de cada membro, desenvolve-se a estima de maneira simétrica. A solidariedade, nesse caso, se aplica às relações de grupo que se originam na experiência de circunstâncias desafiadoras, negativas.

É o que acontece, por exemplo, com os Surdos colocados em situações vulneráveis por conta da falta de acessibilidade comunicacional; em concordância com um objetivo prático e predominante, geram um horizonte intersubjetivo de valores, no qual cada um aprende a reconhecer o significado das capacidades e propriedades do outro. No caso da solidariedade quando é externa ao grupo, se traduz num cuidado ativo direto com o bem-estar alheio – cuidado baseado num interesse afetivo e não meramente racional.

Tal mecanismo de estima simétrica, converge com a pauta desta tese, quando aborda um acontecimento coletivo, qual seja, a promoção de eventos virtuais (*lives*), por iniciativa de instituições educacionais de alguma forma envolvidas com os processos educacionais de Surdos. Trata-se, portanto, de uma situação negativa de privação de direitos que foi capaz de instituir relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais circunstanciais. “Na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se uma nova estrutura de valores que permite aos sujeitos estimarem-se mutuamente por realizações e capacidades que antes não tinham importância social” (HONNETH, 2003, p. 209-210).

A efetivação da rede dinâmica da estima social preconizada na teoria Honnetiana, proporciona uma mudança na relação prática do próprio indivíduo consigo mesmo, passando a se autorreferenciar com respeito social, com sentimento de autoestima e autonomia. Equivalem, assim, às expressões paralelas dos conceitos atribuídos à rede afetiva e à rede jurídica de reconhecimento, “autoconfiança” e “autorrespeito”, respectivamente.

Em tempos da modernidade tardia, podemos aferir a solidariedade ao pressuposto dos movimentos sociais, inclusive os movimentos virtuais dos últimos dois anos, visto que

despertam o interesse coletivo em prol de objetivos comuns, tornando a autorrelação prática da autoestima, realizável.

Por não ser configurada como uma teoria utópica, onde todas as hipóteses positivas se realizam, Honneth apresenta uma contraversão, considerando o que acontece quando nas três esferas, relações primárias, jurídicas e de solidariedade não se efetivam os modos de reconhecimento. No subtópico seguinte, abordaremos sobre essa faceta da teoria em pauta.

3.1.4. As formas de desrespeito

Após apresentar os estágios para a efetivação do reconhecimento, Honneth (2003) argumenta sobre uma inversão do processo, ou seja, expõe contextos em que o desrespeito se concretiza, revelando-se em práticas negativas que respectivamente:

1. afetam a integridade corporal e em consequência atingem a autoconfiança;
2. destroem a possibilidade do autorrespeito e dos princípios de igualdade e por meio da denegação de direitos promovem a exclusão;
3. assolam a autoestima quando se efetivam a humilhação, degradação e desvalorização dos modos de vida individuais ou coletivos.

Sendo exposto às experiências negativas, que ameaçam suas identidades, os sujeitos desenvolvem uma força motriz em seu processo de desenvolvimento na sociedade, ao identificar que a atitude de outros sujeitos violou os princípios de afeto, direito e solidariedade. Emerge, então, um impulso motivacional que se torna gerador dos movimentos reivindicatórios sociais à medida em que se constituem em lutas por reconhecimento.

A primeira forma de desrespeito é relacionada com a primeira esfera do reconhecimento: as relações primárias, de afeto. Honneth (2002, p. 214) aponta que o desrespeito “sinaliza a denegação ou a privação de reconhecimento, na medida em que coloca em a risco a integridade corporal de uma pessoa”. O autor exemplifica esse tipo de violação pelo estupro e pela tortura, quando a pessoa é privada da oportunidade de dispor livremente do seu corpo e experimenta além da dor física, o sentimento de estar indefesa e totalmente vulnerável, à disposição do poder do outro, comprometendo assim seu senso de realidade. Essa forma de desrespeito causa os impactos mais profundos na pessoa, abala inclusive a

autoconfiança que possivelmente já havia sido conquistada na infância, pois perde naquele momento, a sua autonomia.

A segunda forma de desrespeito acontece quando há a subtração de direitos legitimados, aos quais, a pessoa como membro de uma sociedade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional (HONNETH, 2003). Como exemplificação, o autor apresenta uma configuração radical de denegação de direitos, a escravidão. A pessoa perde a sua prática de se relacionar consigo mesmo e com o outro, pois não há interação com iguais direitos, está exposta a uma privação do convívio social como membro igual, compromete assim, o seu autorrespeito.

Tal privação remete à exclusão social nos tempos modernos, quando o sentimento de não possuir o *status* social que lhe assegure a interação igualitária com os demais membros da comunidade, limita violentamente a autonomia pessoal. “Significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (HONNETH, 2003, p. 217). Emparelha-se assim experiências da perda de direitos propiciada pelo exercício de poder do outro, golpeando também o reconhecimento do respeito cognitivo, resultando na aparente incapacidade de articulação com os outros de modo igual. A incapacitação é aparente porque se esse direito não for negado, todos interagem na sociedade de modo igual.

A terceira manifestação de desrespeito configura-se no âmbito da degradação das formas de vida ou modos de crença. Representa a humilhação, a desvalorização de estilos de vida individuais ou coletivos; trata-se da violência depreciativa do modo de ser e de estar no mundo. A participação em relacionamentos intersubjetivos é inviabilizada e conseqüentemente, abala a autoestima. Essa privação de valores no âmbito da autorrealização, implica em perda das identidades, pois a aceitação social do seu modo de ser, torna-se impossível.

Enfim, a ausência da estrutura de reconhecimento nas três esferas (afeto, direito e solidariedade), desencadeia a humilhação e a deflagração dos desajustes e patologias sociais (FUHRMANN, 2013). A negação na forma primária das relações (o afeto) acarreta a insegurança emocional e física comprometendo a autoconfiança – premissa psíquica para o desenvolvimento das demais formas de autoestima. A privação dos direitos (relações jurídicas) impede o pleno exercício da cidadania, resultando na invisibilidade social. A rejeição intersubjetiva e social (comunidade de valores/ relações de solidariedade) do seu modo de vida e de suas especificidades, desencadeia a desvalorização da pessoa, seja no grupo de convivência familiar ou institucional, inibindo o sentimento de autoestima necessário para o convívio em sociedade.

Considerando esses argumentos de Honneth (2003), desvelamos que as patologias sociais se desenvolvem em ambientes socialmente injustos e se originam circunstancialmente

de práticas inadequadas dos modos de reconhecimento. “A inadaptação às normas sociais, de modo geral, se apresenta na forma de comportamentos de risco, violências e conflitos urbanos, intolerâncias, exclusão e degradação social” (FUHRMANN, 2013, p.180).

Posto isso, podemos compreender que a teoria Honnetiana estabelece um nexo entre lutas por reconhecimento e experiências de desrespeito, denegação e degradação do reconhecimento afetivo, jurídico e solidário, respectivamente. Por fim, Honneth (2003) evidencia que se o rebaixamento e a humilhação chegam a colocar em risco as próprias identidades, podem servir de base para as demandas de reconhecimento, havendo nessas formas de desrespeito um potencial impulso para o surgimento das lutas sociais.

Contextualizando com a temática central dessa pesquisa, vemos que os Surdos travam constantemente lutas diárias por serem desrespeitados, enfrentam sentimentos individuais de humilhação e menosprezo, despertando anseios coletivos de justiça social, culminando em conflitos e deflagração de lutas reivindicatórias. Os registros confirmam: “Aos surdos, ao longo de sua história, foram negados o direito à educação, foi imposto o uso da fala, o oralismo. A desvalorização de sua língua, a língua de sinais, levou a educação dos surdos a uma grande defasagem em sua aprendizagem formal” (PEDROSA et al., 2021, p.65); “A exclusão e opressão que os surdos vivenciam são históricas” (GARCÊS; MAIA, 2009, p. 85).

Emerge nesse contexto, a luta por reconhecimento do Povo Surdo, conforme a teoria Honnetiana, motivada pela ausência da estrutura de reconhecimento nas três esferas: na esfera do afeto (privação de contato com sua língua natural, degradação e ofensa); na esfera jurídica (privação do direito à acessibilidade comunicacional) e na instância da estima social (desvalorização de sua língua e culturas). A exclusão e opressão que os surdos vivenciam são históricas.

No tópico seguinte, abordaremos sobre os conflitos, que segundo Honneth, são gerados pelas experiências de desrespeito.

3.2. O CONFLITO EM HONNETH E OS CONFLITOS LINGUÍSTICOS

A temática do conflito em Honneth (2003), está diretamente vinculada à violação das condições de reconhecimento que afetam a identidade e a capacidade de autorrealização. Exatamente quando as humilhações, sob as formas de violação e desrespeito, atingem as próprias identidades, colocando-as em risco, o impulso pela busca do reconhecimento, tem como base o conflito.

Na esfera das relações afetivas, o conflito interno visa a colocar necessidades recém-desenvolvidas ou que ainda não foram levadas em conta. Apela-se, nesse caso, ao amor mutuamente testemunhado entre mãe e filho, com a finalidade de obter um tipo de atenção diferente ou mais amplo do que até então tivera. Na esfera do direito, o conflito está baseado na ideia de igualdade e visa a mostrar que os grupos antes excluídos merecem ser legalmente reconhecidos. Na esfera social, o conflito leva os indivíduos ou os grupos a promoverem atividades e capacidades que até então eram descuidadas ou subvalorizadas. A finalidade do conflito, aqui, é exigir tanto uma estima social maior quanto uma justa redistribuição de recursos materiais (ARAÚJO NETO, 2020, p. 325).

Posto isso, temos que os conflitos assumem diferentes formas nas três esferas (afeto, direito e estima social) e em qualquer uma delas, sua motivação é o não reconhecimento de determinadas pretensões ou o desrespeito. Dessa maneira, as experiências de desrespeito configuram-se como o alicerce da luta por reconhecimento e revelam o papel central que o conflito assume no modelo da teoria crítica Honnetiana. Cada forma de reconhecimento, por sua vez, permite o desenvolvimento da “autorrelação prática positiva” (HONNETH, 2003, p.272) e por conseguinte, “o grau de autorrealização positiva cresce com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito” (HONNETH, 2003, p.272).

Percebemos então, que a concepção de Honneth (2003) na gramática moral dos conflitos sociais, constitui-se na sequência “desrespeito, luta por reconhecimento e mudança social” resultando no desenvolvimento lógico dos movimentos coletivos – conflitos. Uma síntese pertinente sobre este postulado acerca da lógica dos conflitos, pode ser encontrada em Rúrion Melo (2014, p. 24): “a ideia básica é a de que sentimentos morais, quando articulados numa linguagem comum, podem motivar as lutas sociais”.

Cabe esclarecer que o nexos de conflito aqui adotado, não compartilha com o entendimento de conflito como luta, discórdia, choque, revolta, nem mesmo vincula-se aos tradicionais conflitos em torno da redistribuição econômica, de propriedades ou de salários e empregos. A abrangência do termo “conflito” nesta pesquisa, baseada na proposta de Honneth (2003) diz respeito aos novos conflitos sociais que se expandiram para outro patamar e envolvem diferentes causas com objetivos diversos; corresponde às mobilizações e às formas de ação política, às mediações e transformações sociais com temáticas plurais. Como exemplos de tematizações atuais podemos citar o feminismo, as políticas de gênero, os movimentos LGBTQIA+, os movimentos indígenas, os movimentos sociais e políticos, os movimentos de minorias étnicas, religiosas e culturais, bem como os movimentos por direitos linguísticos.

A questão do conflito se manifesta a partir do momento em que as pautas políticas dos grupos minoritários almejam uma pretensão de efetividade, de concretização de seus objetivos. Apesar de tais demandas não adquirirem simpatia, consenso inicial do chamado “grande público”, as questões implícitas que elas trazem ajudam no aperfeiçoamento dos mecanismos de participação política. Honneth, nesse sentido, percebe essas contribuições das minorias atuais discutindo essa problemática do conflito em sua filosofia. (ARAÚJO NETO, 2020, p.324).

Sendo assim, inferimos que a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003), materializada pelo conflito, é uma manifestação em forma de ação social pela qual as relações entre os atores sociais podem alcançar progressivamente o respeito e o crescimento tanto da sua socialização quanto da própria individuação. Nesse ponto, encontramos o foco da nossa tese, qual seja, as reivindicações do Povo Surdo nas lutas por seus direitos de acessibilidade comunicacional durante a pandemia covid-19, registradas na Plataforma *YouTube* por meio de *lives*. No subtópico seguinte abordaremos sobre essas novas formas de luta do Povo Surdo.

Em prosseguimento com a pauta do conflito em Honneth (2003) que trata da violação das condições de reconhecimento, sobretudo quando as relações de reconhecimento deixam de existir, surge uma espécie de fôlego que enseja motivações e articulações para as lutas sociais. No caso do Povo Surdo, objeto desta pesquisa, o que se configura é um conflito linguístico por meio das lutas por direitos linguísticos que reverberam na inacessibilidade comunicacional. Semelhantes conflitos revelam-se de forma geral nas demais minorias linguísticas, submetidas às violações dos seus direitos, seja pela ação ou pela omissão dos Estados nacionais na contemporaneidade (SILVA; ABREU, 2020). Os autores referem-se à denegação de direitos das comunidades indígenas, de imigração, de refugiados e demais grupos cujos idiomas que muitas vezes sequer possuem estatuto jurídico no ordenamento dos países nos quais habitam.

O conceito de conflito linguístico, não apresenta um consenso entre os seus pesquisadores, contudo, consideramos o postulado de que “o conflito linguístico, tampouco o contato linguístico, podem ocorrer entre línguas, mas sim entre os falantes destas línguas” (ABREU; SILVA; SANTOS, 2021, p. 6942). Sob essa mesma perspectiva, Nelde (1996, p. 292), esclarece: “conflitos linguísticos surgem do confronto entre diferentes padrões, valores e estruturas de atitude, e forte influência de autoimagem, da criação, educação e consciência de grupo”. Evidenciamos assim, a convergência desses conceitos com o conflito de Honneth (2003).

Chamamos a atenção para o fato de que tais conflitos – linguísticos - circulam transversalmente entre as diversas áreas das relações sociais, no entanto, geralmente passam despercebidos por não gerarem, necessariamente, um embate declarado, violento e de grandes proporções (SILVA; ABREU, 2020). Dessa forma, considerando a dinâmica e complexa

circulação de funcionamento e uso das línguas, são muitas vezes estabelecidas como ferramentas de poder de uns sobre outros. Ou seja, constituem-se em relações de poder das majorias linguísticas sobre as minorias linguísticas, sendo as últimas, comumente invisibilizadas, fato que ocorre com o Povo Surdo e a língua de sinais⁴⁶. Vejamos um exemplo dessa afirmativa.

Conforme já delimitado, a tessitura dessa tese desenvolveu-se durante o período pandêmico Covid-19, quando a população mundial se deparou com uma situação emergencial de forma global. Nesse contexto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH⁴⁷, publicou a Resolução N°01/202048 a qual, versa sobre a Pandemia e os Direitos Humanos nas Américas. O documento legal apresenta um conjunto significativo de recomendações aos Estados interamericanos, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos humanos vinculados aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, contemplando os grupos minoritários e vulneráveis, a exemplo das pessoas em situação de privação de liberdade, das mulheres, das crianças e adolescentes, pessoas LGBTQI+, afrodescendentes, pessoas com deficiências e das comunidades indígenas.

Destacamos aqui apenas parte do documento, por exclusivo interesse de convergência com os objetivos desta pesquisa, que trata das questões pertinentes à construção de políticas linguísticas que levam em consideração a vulnerabilidade das pessoas com deficiência. O item 80 recomenda: “Adotar estratégias acessíveis de comunicação a fim de informar em formatos acessíveis sobre evolução, prevenção e tratamento” (CIDH/RES/01/2020, p. 18). Não é feita nenhuma menção, em todo o documento, às línguas de sinais, são recomendadas adoções de “estratégias acessíveis de comunicação” que podem contemplar ou não as línguas de sinais. Também não há registro específico referente à acessibilidade comunicacional em relação aos cuidados de saúde do Povo Surdo nem mesmo às comunidades surdas das Américas.

Deparamo-nos então, com o fato de que as línguas de sinais ainda não galgaram visibilidade no âmbito da maior corte de Direitos Humanos das Américas. Por fugir do escopo dessa pesquisa, não nos aprofundaremos nessa temática, apenas sugerimos investigações mais profundas, por ser tão cara ao Povo Surdo e aos direitos e políticas linguísticas das minorias.

⁴⁶ Temática amplamente discutida no capítulo 2 dessa tese.

⁴⁷ CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um agente supranacional de proposição de políticas linguísticas, especialmente no que tange à proteção das línguas autóctones no continente americano (ABREU; SILVA; SANTOS, 2021, p. 6938).

⁴⁸ Resolução 01/2021/CIDH disponível na versão português brasileiro em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>.

Pontuaremos a seguir sobre as novas formas de luta do Povo Surdo diante de contextos atuais de denegação, perda de direitos, privações de acessibilidade e degradações, abrangendo considerações sobre os avanços tecnológicos que reverberaram na difusão de um ciberespaço, instrumentalizado pela informática e pelos protocolos da rede internacional de computadores – internet.

3.3. OS AMBIENTES VIRTUAIS E AS ATUAIS FORMAS DE LUTA DO POVO SURDO

Os avanços tecnológicos proporcionaram uma transição nas formas de fazer a vida cotidiana em torno de valores anteriormente centrais para o atual protótipo social de engajamento com as tecnologias digitais por meio do uso de mídias sociais e sites de compartilhamento de conteúdo. Tais práticas configuram-se atualmente como um aspecto cotidiano e comum da vida, ao ponto de algumas pessoas não conseguirem imaginar sua existência sem tais recursos tecnológicos.

Cabe destacar que adotamos, nesse trabalho, a concepção de tecnologias defendida por Schlindwein (2014, p. 31) em sua Tese de doutoramento: “implicam uma forma de conhecimento que está conectada às relações e atividades sociais bem como a objetos tecnológicos”. Corroboramos com o entendimento de que os recursos tecnológicos (internet, notebook, tablet, smartphome) integram-se na dinâmica das relações sociais, assumindo um lugar de destaque na vida dos atores sociais nos âmbitos da produção e distribuição de informação e da mesma forma na transformação das informações em conhecimento por meio da interação humana.

Assim, consideramos que a relação estabelecida entre a sociedade e as tecnologias se efetiva numa dinâmica de mútua influência (SCHLINDWEIN, 2014). Vivemos e convivemos com a realidade virtual em que pessoas, meios, mensagens, narrativas, todos são interligados digitalmente, imediatamente, confluindo de forma síncrona ou assíncrona. Segundo Garcês e Maia (2009), os diferentes modos de participação e engajamento dos atores sociais, dentro de específicos ambientes virtuais na Internet, são importantes processos, que se imbricam na luta por reconhecimento na contemporaneidade.

questões controversas e combatem estigmas ou preconceitos. A informação pode servir para pautar discussões sociais ou engendrar novos sentidos na esfera pública. Pode também arregimentar novas pessoas para suas lutas ou fornecer a imagem de uma instituição consolidada (GARCÊS; MAIA, 2009, p. 89).

No caso do Povo Surdo, a internet mostra-se como um meio de comunicação particularmente importante, pois enquanto minoria linguística, configura-se como público com raras oportunidades em grandes cenários de discussão, justamente pela particularidade de sua língua natural ser a língua de sinais. Sendo assim, o acesso progressivo dos Surdos às novas formas de comunicação propiciadas pelas tecnologias digitais via web avançou independente das políticas públicas e da situação minoritária em que ocupa no mundo, onde a maioria é ouvinte. Por meio dos canais digitais, os Surdos visualizam uma oportunidade de ser “produtores e veiculadores de suas próprias narrativas” (GARCÊS; MAIA, p. 85).

As múltiplas linguagens permitidas e a comunicação em rede possibilitam que um maior número de pessoas possa se comunicar de maneiras diferenciadas e com sujeitos diversos, revelando que a diferença pode ser enriquecedora. Sob tais aspectos, as tecnologias digitais têm contribuído de forma efetiva como um meio de ampliação do exercício da cidadania dos Surdos, visto que favorece sua participação social por meio da comunicação *online* em sua primeira língua, facilitada pela internet e principalmente, de forma independente.

Retomando o segundo capítulo desse trabalho, ESTUDOS SURDOS, OUTROS OLHARES (pag. 44), vimos que até o final do século XX, o exercício de cidadania dos surdos dependia unicamente de um aparato legal que reconhecesse seus direitos à inclusão social e educacional, **concedendo-lhes** acessibilidade comunicativa. Carvalho (2021) destaca a diferença entre a cidadania expressa por meio das leis, ou seja, no papel, e a cidadania cotidiana, sendo a última conquistada no dia a dia, no exercício da vida prática e resultado de muita luta. Exatamente o caso do Povo Surdo ao longo da história, tendo aparentemente conquistado o direito ao exercício da cidadania por meio da legislação (Lei 10.436/2002 – Lei da Libras no caso do Brasil), mas ainda com a necessidade de lutar, diariamente, contra o preconceito linguístico e pelo direito à acessibilidade comunicacional nos diversos setores da sociedade civil.

Além do intercâmbio de informações, as plataformas digitais consolidam-se como meio de conferir significado às experiências particulares e às reivindicações consideradas fundamentais e que geralmente não são abrangidas pela maioria dos membros da sociedade. Esse formato de manifestação e participação social ampliou-se em 2020, quando o número de usuários aumentou consideravelmente devido à pandemia Covid-19 que resultou na quarentena

como medida de proteção à saúde como tentativa de controle do vírus. Houve uma transformação drástica na vida das pessoas.

O isolamento social, então, entre outros efeitos, proporcionou um progressivo aumento de conexões por meio de redes de internet. Participando desse mesmo contexto, encontramos o Povo Surdo, obviamente vivenciando a mesma rotina de restrições da quarentena, mas de forma diversa, “enfrentando barreiras comunicacionais em diversos serviços, já que são uma minoria linguística” (SANTOS et al., 2021).

Diante dessa realidade, a possibilidade de participação nas comunidades *online* como forma de acesso à informação, configura-se como um direito de cidadania. Segundo Correia e Pereira (2022), descobriu-se que o principal meio de combate à Covid 19 é a prevenção. As notícias e informações sobre a nova doença, os cuidados e novos hábitos de higiene foram fundamentais para evitar o contágio e controlar a disseminação do vírus. Na mídia digital (meios de comunicação que envolvem a internet) e na mídia tradicional (jornais impressos, canais de rádio, TV), as informações privilegiam a língua oral. Vejamos o que dizem as autoras profissionais da saúde:

As dificuldades de comunicação e de difusão das informações podem prejudicar ainda mais a assistência à saúde de pessoas surdas, o que pode ocasionar ações equivocadas, promover medo e insegurança e prejudicar o desenvolvimento de ações de prevenção da doença. (CORREIA; PEREIRA, 2022, p. 3).

Nesse contexto, observamos que a crise pandêmica aprofundou as desigualdades pré-existentes em todo mundo, ressaltando-se àquelas referentes às pessoas com diferenças, em nosso escopo, os Surdos. Configurado assim, o desrespeito na forma de denegação do direito de acesso à informação em sua primeira língua, emerge no Povo Surdo o impulso motivacional (HONNETH, 2003) gerando os movimentos reivindicatórios virtuais durante o período da pandemia.

A participação dos Surdos através das redes sociais apresentou um considerável aumento, inicialmente para transmitir informações em língua de sinais aos seus pares, por meio de vídeos produzidos por *YouTubers* Surdos em seus canais individuais, e em seguida a participação em eventos remotos – *lives* – promovidos por canais institucionais dessa mesma plataforma *online* que viabiliza a publicação gratuita de vídeos. Estes últimos correspondem ao *corpus* da pesquisa.

Considerando que a acessibilidade do Povo Surdo corresponde prioritariamente a questões linguísticas, abrimos um espaço para tratar dessa temática no subtópico seguinte.

3.4 UM DIÁLOGO SOBRE O CARÁTER MONOLÍNGUE DO BRASIL

Situados num campo de pesquisa transdisciplinar (ACD/ASCD) conforme demarcado no primeiro capítulo dessa tese, a conjugação de diálogos teóricos que reforcem o posicionamento crítico que defendemos, torna-se essencial. Nesse ponto, acessaremos o campo da Linguística Aplicada e a vertente do Direito Linguístico, antes, porém, lembramos sobre a condição dos Surdos no Brasil: “convivem com duas línguas em seu cotidiano (social e educacional), a Libras, sua língua natural, e o português, língua vernácula do país” (ALVES; PEDROSA, 2021, p. 276), constituindo-se como bilíngues, por determinação legal⁴⁹.

No âmbito das questões legais sobre temáticas linguísticas, encontramos em Abreu (2020, p. 1) ponderações sobre a forma exitosa de como os ideais republicanos em nosso país consolidaram a noção de “um povo de uma só cultura e de uma só língua”, ignorando a diversidade linguística e cultural existente desde os primórdios do Brasil. O autor nos chama a atenção para o fato de que nessa trajetória em busca de uma homogeneidade imaginária as línguas indígenas foram configuradas de forma folclórica e cerca de aproximadamente 15 línguas de imigração foram totalmente ignoradas.

O Brasil atualmente é reconhecido pela sua inércia em matéria de proteção aos direitos linguísticos e que, por conta disso, vem protagonizando um dos maiores massacres linguísticos da humanidade, pois das cerca de 1500 línguas existentes no território brasileiro no século XVI, temos hoje pouco mais de duas centenas de línguas, muitas delas em claro sinal de enfraquecimento, coexistindo com a língua portuguesa, que foi alçada à condição de língua oficial a partir da Constituição de 1988 (ABREU, 2020, p. 2).

Sob essa perspectiva e, considerando os aspectos históricos que envolvem a promoção da língua portuguesa no Brasil, em nome da unidade nacional iniciada no século XIX e em detrimento de qualquer outra possibilidade de reconhecimento da diversidade linguística existente, nos deparamos com a cruel realidade de que em termos gerais, a sociedade brasileira estruturou seus pilares políticos, sociais e jurídicos alicerçados na ideia de que o Brasil é um país monolíngue, dessa forma “não precisa, como em outros Estados, garantir direitos linguísticos para além daqueles vinculados ao seu idioma oficial” (ABREU, 2020, p. 4).

⁴⁹ Determinado pela Lei 10.436/2002.

Mais uma vez remetemos ao segundo capítulo, no ponto em que apresentamos o Quadro 02 (pag. 60) sobre a legislação que regulamenta a educação de Surdos no Brasil e pontuamos que práticas colonialistas continuam se reproduzindo na medida em que o aparato legal não garante de fato a acessibilidade comunicacional do Povo Surdo, submetendo-o assim, a uma educação que privilegia o ensino da língua portuguesa, enquanto a Libras ainda não é contemplada no currículo das escolas brasileiras.

Posto que acabamos de ponderar que a sociedade brasileira se sustenta em pilares de nação monolíngue, desconsiderando e desvalorizando o uso de outras línguas orais (folclorizando as línguas dos povos indígenas e anulando as línguas de imigração), encontramos uma explicação para a falácia da Lei 10.436/2002 que reconheceu a Libras “como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas”, mas não a oficializou como segunda língua oficial do Brasil.

Em relação ao conjunto de normas jurídicas que regula todos os fenômenos da vida política e social (JÚNIOR, 2011, p. 142), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 13, considerava juridicamente ponto pacífico o fato do país ser monolíngue. “Prova disso é a inexistência de debates doutrinários acerca da matéria nos livros de direito constitucional” (ABREU, 2020, p. 14). Como anunciamos nesse mesmo capítulo, tramita no Senado Federal um projeto de Emenda Constitucional com a requisição para incluir a Libras como idioma oficial do Brasil. No mínimo, o Povo Surdo quebra o caráter inquestionável do país ser monolíngue.

Sob a ótica das práticas sociais, vivemos em uma nação plurilíngue paralela à nação juridicamente monolíngue, deflagrando desajustes sociais que desencadeiam movimentos de lutas por reconhecimento, segundo a teoria Honnetiana, visto que a diversidade cultural no mundo atual, cada vez mais se torna visível, e essa realidade não é uma particularidade do Brasil.

De acordo com os estudos de Walsh (2009), desde os anos 1990, a América Latina registra atenção para a diversidade étnico-cultural e essa atenção surge da necessidade cada vez maior de promover ações positivas entre distintos grupos sociais, inclusive na parte jurídica, através de regulamentações que promovem o combate à discriminação, racismo e exclusão. Além disso, há uma preocupação com a formação de cidadãos conscientes da existência da diversidade e capazes de trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento, contribuindo com a construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural (OLIVEIRA; BARBOSA, 2019, p. 231).

Em relação à terminologia plural, Schlindwein e Rocha (no prelo) postulam sobre a translíngua e as práticas translíngues, problematizando inclusive as nomenclaturas adotadas em amplitude como “língua materna”; “primeira língua”; “monolinguismo”. Segundo as autoras, esses termos tendem a propiciar um reducionismo e um apagamento de falares existentes em experiências de vida diferenciadas, inclusive quando considerado o chamado “bilinguismo na prática”, que parte da noção de duas situações monolíngues em convivência, visão criticada por Schlindwein e Rocha (2023, no prelo).

Em suas ponderações, as autoras se opõem à ideia da existência de um bilinguismo como resultado linear da soma de duas situações monolíngues em convivência, geralmente marcada por uma política colonialista sobre o fenômeno da linguagem humana, política essa que tem sido observada na condução de questões relacionadas ao Povo Surdo no Brasil. A proposta translíngua, com base em autores como Blommaert e Backus (2013), Pennycook (2017) e Li Wei e Lyons (2017), defende que o conhecimento linguístico/semiótico – chamado de repertório – é acumulado pelas experiências de cada indivíduo, sendo composto por tudo aquilo que viu, aprendeu e conhece em sua vivência sociocultural como um “grupo de práticas constantemente em movimento, tanto temporalmente quanto fisicamente” (SCHLINDWEIN; ROCHA, p. 11, no prelo).

No caso dos surdos brasileiros, há consenso (CORREIA; BARBOSA; OLIVEIRA, 2018; QUADROS 2019; OLIVEIRA; BARBOSA, 2019; DORZIAT, 2011; GESSER, 2011, ALVES; PEDROSA, 2022) que a maioria não tem acesso a Libras na infância, pois, seus pais são falantes de uma língua oral, configurando como sua primeira forma de interação, a língua gestual caseira (KUMADA, 2012) para atender à necessidade básica de comunicação, sendo o contato com a Libras de forma tardia (SALLES et al., 2004). A reflexão em pauta é como se configura essa aquisição da língua, considerando as particularidades de cada Surdo.

Dessa forma, na discussão, Schlindwein e Rocha consideram tais nomenclaturas (língua materna, primeira língua, segunda língua) como problemáticas, visto que refletem visões monolíticas e monolíngues nos processos de aquisição de linguagem e respectivamente na construção de sentidos e visões de mundo. Um debate sobre essas ponderações traz à baila, inclusive a temática da educação bilíngue dos Surdos, inserida à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente, antes incluída como parte da educação especial, temática instigante, mas que não abrange o alcance dessa tese.

Sobre as práticas translíngues, Schlindwein e Rocha fundamentadas nas teorias de Blommaert e Rampton (2011), postulam que as línguas nomeadas, como por exemplo a Língua

Portuguesa do Brasil, o Italiano, o Inglês, o Alemão, configuram-se como construções ideológicas situadas no contexto histórico do surgimento dos Estados-Nações do século XIX. Corroborando, assim com os pressupostos de Abreu (2020) no tocante aos aspectos políticos de unificação territorial com cunho homogeneizador visando a supremacia de uma nação por seu caráter monolíngue.

Diante das ponderações aqui pontuadas, podemos conferir que os *status* linguísticos das línguas supremas dos Estados-Nações no período dos séculos XIX e XX, inclusive o Português Brasileiro, diante de um contexto determinante, assumiram um caráter político em detrimento aos aspectos linguísticos que contemplam a diversidade cultural. Dessa forma, as línguas se estabilizaram como instrumento de controle e poder. Em contraponto a esse caráter hegemônico, a perspectiva da translinguagem critica a compreensão engessada, evidentemente abalizada por uma política colonialista sobre o fenômeno da linguagem humana.

Como reflexão sobre a Libras, podemos asseverar que no contexto brasileiro, é a primeira língua a propor uma alteração constitucional em relação ao caráter monolíngue que confere supremacia à língua portuguesa. Isso se deve ao fato de que a Libras foi reconhecida como Língua **Brasileira** de Sinais. O Povo Surdo, que estabelece a comunicação por meio da Libras, tem nacionalidade brasileira, não pode continuar sendo um estrangeiro em sua pátria, sem acessibilidade comunicacional.

3.5 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Iniciamos esse capítulo pontuando reflexões sobre a inclusão dos Surdos em nosso país, as quais apontam para uma incompletude efetiva à medida em que existem documentos legais que lhes asseguram direitos de acessibilidade comunicacional, mas no cotidiano revelam injustiças e práticas inadequadas que por sua vez remetem à exclusão seja no âmbito familiar, educacional ou social.

Diante desse panorama, propomos uma discussão sobre a in (ex)clusão do Povo Surdo no Brasil à luz da teoria da Luta Por Reconhecimento postulada por Axel Honneth (2003) que argumenta ser o reconhecimento um meio pelo qual os atores sociais podem constituir e desenvolver suas identidades. O autor utilizando conceitos teóricos que perpassam pela intersubjetividade, elucida de que modo as pessoas elaboram seus processos de identificação, sendo estes construídos através da interação social.

Evidenciamos então, que a concepção de Honneth (2003) na gramática moral dos conflitos sociais, constitui-se na sequência “desrespeito, luta por reconhecimento e mudança social” resultando no desenvolvimento lógico dos movimentos coletivos. Estes, são materializados sob a forma dos novos conflitos sociais que se expandiram no patamar que envolvem diferentes causas com objetivos diversos e corresponde às mobilizações e às formas de ação política, às mediações e transformações sociais com temáticas plurais.

Abordamos sobre a temática do conflito em Honneth (2003), diretamente vinculada à violação das condições de reconhecimento que afetam a identidade e a capacidade de autorrealização. Exatamente quando as humilhações, sob as formas de violação e desrespeito, atingem as próprias identidades, colocando-as em risco, o impulso pela busca do reconhecimento, tem como base o conflito. Nesse ponto, vimos que os conflitos linguísticos se configuram no contato entre os falantes de duas línguas diferentes que convivem na mesma sociedade. Sob a lente dos conflitos linguísticos, visualizamos que muitas vezes, constituem-se relações de poder das majorias linguísticas sobre as minorias linguísticas, sendo as últimas, comumente invisibilizadas, fato que ocorre com o Povo Surdo e a língua de sinais, e que se tornou mais evidente no período pandêmico covid-19.

Na sequência, estabelecemos conexão com as duas partes anteriores do capítulo ao propormos um rápido diálogo com os diferentes modos de participação e engajamento dos atores sociais Surdos em ambientes virtuais na Internet, destacando a importância desses processos e em seguida dialogamos com a Linguística Aplicada e com a vertente do Direito Linguístico sobre questões linguísticas em nosso país.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS, MESMOS LUGARES, NOVOS OLHARES

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p.140).

Consideramos o capítulo metodológico um “raio x” das teses e dissertações, momento em que o pesquisador expõe tudo o que, como (com suas razões e seus porquês) e quando foi feito durante sua jornada de estudos, o que implica em sua própria exposição. Ao relatar sobre os “caminhos” percorridos, não devemos ser prolixos para não perdermos o foco, muito menos sintetizar ou omitir os relatos das etapas do percurso, o que acaba mecanizando o texto. Muitas vezes os objetivos que elencamos no início, precisam ser repensados, temos que substituir os planos que fizemos antes com tanta certeza. Isso acontece porque a cada passo dado, os conhecimentos evoluem, nos transformamos e vislumbramos novas possibilidades, novos caminhos. A tarefa é árdua, complexa e necessária.

Iniciamos a empreitada de escrever sobre nossa “longa viagem” (DUARTE, 2002, p. 140) com uma rápida, mas reflexiva abordagem sobre os conceitos de método e metodologia. Todo pesquisador tem a liberdade de escolher a teoria e o método para realizar seu trabalho, não deixando de lado a relevância de aspectos como a coerência, originalidade, a confiabilidade e a criatividade em todo o percurso. Sob essa perspectiva, para desenvolver trabalhos de investigação científica é essencial um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (GIL, 1999, p. 26) para que os objetivos propostos sejam alcançados. Essa confluência, configura-se como método científico.

Seguindo esse nexos, chegamos ao conceito de método científico como sendo um conjunto de processos e/ou operações mentais que são agregados nos trabalhos de pesquisa e oferecem as bases lógicas à investigação (LAKATOS; MARCONI, 1993). Resumindo, o método é a linha de raciocínio que guia o processo da pesquisa. É “um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento” (PRODANOV, 2013, p. 24). É o caminho para seguirmos a viagem. Para percorrer esse caminho, existem opções de trilhas e estradas, precisamos observá-las e avaliar quais nos encaminham ao destino pretendido, pois elas traduzem as metodologias. Assim, a metodologia em nível prático e aplicado, “examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação” (PRODANOV, 2013, p. 14).

Para esta viagem, escolhemos e nos ancoramos nas estradas da Análise Crítica do Discurso – ACD sob as trilhas da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso - ASCD como fio condutor dos caminhos a serem percorridos, por nos oferecer suporte teórico e metodológico para o alcance dos objetivos de pesquisa, os quais apresentaremos no tópico seguinte. Cabe ressaltar que analistas críticos do discurso “têm feito da transdisciplinaridade

uma vereda segura à qual comumente recorrem no desenvolvimento de suas pesquisas” (MAGALHÃES, 2017, p. 59). A autora assevera que não nos fechamos em caminhos e opções de métodos únicos, distante disso, buscamos diálogos com outros campos de estudos, trabalhos e pesquisas, visto que reconhecemos os limites e especificidades da própria área.

Dessa forma, procuramos agregar contribuições teóricas distintas, pois a transdisciplinaridade na ACD “advém de sua própria origem, de sua concepção de discurso, de seu caráter crítico, de sua visão dialética, e de suas possibilidades metodológicas” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 68). Com esse fundamento, as pesquisas em ACD são guiadas por seu próprio objeto, é o caso desse trabalho.

Retomando a metáfora utilizada na epígrafe desse capítulo, durante o empreendimento dessa “longa viagem”, percorremos diversas trilhas, tivemos que nos desviar de algumas por percebermos que eram atalhos enganosos, fizemos alguns retornos e contornos até adquirirmos conhecimentos (não em completude, pois para o pesquisador tal posição é impraticável) que permitiram chegar às escolhas teóricas e metodológicas que orientam essa tese em suas análises. Será sobre as opções feitas que versaremos no tópico seguinte.

4.1 SOBRE AS ESCOLHAS E OS PRIMEIROS PASSOS DA JORNADA

Para falarmos de escolhas e sobre os primeiros da jornada, pontuar que a primeira delas foi a ACD, aos termos contato com obras, textos de teses e dissertações da área, e que simultaneamente a opção pela corrente brasileira ASCD nos levou ao processo seletivo do doutorado, nesse momento é considerado importante pela autora dessa tese, apesar da obviedade e embora já tenha assinalado sobre as razões dessa predileção, no tópico “A escolha pela Análise Crítica do Discurso”. A delimitação da temática que envolve o Povo Surdo e acessibilidade comunicacional, foi o segundo passo, também com os motivos já explicitados na introdução desse trabalho. A âncora teórica sob a ótica da teoria de Axel Honneth (2007), Luta por Reconhecimento e dos Estudos Surdos pelo viés cultural (ERNSEN, 2018; SILVA; HALL; WOODWARD, 2014; FRANCO, 2014; LOPES, 2007; STROBEL, 2009, 2008, 2006; PERLIN, 2003, 1998, SKLIAR, 2001) sequenciaram as escolhas em consonância aos interesses da ACD/ASCD.

Para os propósitos de uma análise discursiva crítica, não é indispensável coroar novos modelos de análise de dados. Ao contrário, desejamos ventilar possibilidades que possam sustentar o exame articulado de um fenômeno social e seus efeitos discursivos (IRINEU, 2020, p. 23).

Desde a sua fundação e, principalmente, nas últimas décadas, marcadas por acirradas transformações econômicas, sociais e culturais (denominada por Giddens de modernidade tardia⁵⁰), a ACD como campo de pesquisa que se interessa em investigações críticas, pode contribuir com os processos reflexivos que envolvem as relações de poder e os interesses em jogo na hegemonia dos discursos. Daí a importância de revelar percepções equivocadas de alguns deles e de suas naturalizações. Esse é o efeito desmistificador da ADC nas relações desiguais de poder por meio da linguagem, em que o discurso é ideologicamente trabalhado (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p.73).

Considerando tais primazias, da pesquisa, a escolha metodológica adotada é do tipo qualitativo-interpretativista, seguindo postulados (CUNHA, 2021; BATISTA JR; SATO; MELO, 2018; PARDO, 2015; PEDROSA, 2012; MAGALHÃES, 2017) da área. Coadunamos com o entendimento de que o pesquisador deve ser um observador do mundo (PARDO, 2015, p. 280), sem, contudo, confundir-se com um mero espectador, mas assumindo uma postura de examinar com atenção e minúcia as interações entre os eventos, as práticas e as estruturas sociais com o intuito de adquirir compreensões amplas dos problemas sociais e de procurar maneiras para contribuir com alternativas de intervenção para redução das injustiças sociais.

Nesse contexto, outra escolha marcante, nesse trabalho, refere-se ao uso do termo metodologias no plural, considerando que o caráter multimetodológico da pesquisa qualitativa nos permite fazer uso de diversos métodos, técnicas e combinações analíticas (PARDO, 2015). A autora justifica tal estruturação pelo fato da complexidade dos objetos de estudos que emergem nos últimos tempos. Assim, vislumbramos nesses argumentos, um encaixe da nossa pesquisa, bem como, consideramos também a oportunidade de um potencial desenvolvimento dos métodos mistos em pesquisa ao combinar as perspectivas qualitativas e quantitativas para fornecer possibilidades analíticas diversificadas.

⁵⁰ Considerado um dos mais importantes sociólogos britânicos do século XXI, Anthony Giddens destaca-se ao refletir sobre o sentido da sociedade em que vivemos atualmente. Em seu livro *Modernidade e Identidade*, analisa os aspectos da transformação na concepção de identidade a partir do rompimento com uma ordem dita tradicional. O autor não segue a indicação feita por outros autores que nomeiam a sociedade contemporânea como pós-moderna ou pós-industrial. Propõe a terminologia **modernidade tardia ou reflexiva** para indicar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda se encontram presentes na realidade atual. Para o autor, modernidade tardia ou reflexiva é um processo de mudanças ininterruptas que afetam as bases da sociedade ocidental. Para apropriação da temática, indicamos a leitura completa: GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

No entanto, apesar da relevância dos dados quantitativos apresentados ao procedermos com a descrição do processo de seleção e sistematização do *Corpus*, identificamos esta pesquisa como qualitativa-interpretativista, sendo esse o foco que baliza as análises, num movimento direcionado aos objetivos estabelecidos e às questões investigadas. Encaramos com afinco a complexidade proposta nesse trabalho, a fim de procedermos com criticidade em nossas análises e contribuirmos com a agenda de lutas por reconhecimento do Povo Surdo, conforme objetivos descritos no próximo tópico.

Para arrematar esse tópico, urge a necessidade de voltarmos a pontuar e evidenciarmos a escolha em situar a pesquisa no âmbito dos estudos decoloniais. Essa nova perspectiva, na ACD, iniciou-se em 2010 com a influência da pesquisadora argentina María Laura Pardo (vide tópico “um giro decolonial pela América Latina”) e da venezuelana Adriana Bolívar. Algumas correntes começam a despontar no Brasil, referenciada formalmente em Resende (2019, p. 147):

É central compreendermos que as universidades, de modo geral, são espaços forjados pela exclusão. Os eixos do ser, do poder e do saber descritos por Foucault (2010) devem ser ressignificados a partir de nossa experiência como pesquisadoras do Sul. Nessa perspectiva, esse enquadre das ordens de discurso pode favorecer investigações em diálogo com o pensamento decolonial.

Sob esse enfoque, situamos esta pesquisa como decolonial, por ser inserida em uma corrente da ACD latino-americana, brasileira e nordestina (ver tópico “E por falar em decolonialidade, vamos dar mais um giro”), a saber, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso - ASCD. Tal escolha se justifica pelo compromisso político e social contra as desigualdades e contra a imparcialidade do analista e do objeto em análise (PEDROSA, 2012) dessa corrente. Com base nesses fundamentos, no tópico seguinte delimitaremos as questões de pesquisa e apresentaremos os objetivos que orientaram todo o estudo.

4.2 DEFININDO AS QUESTÕES DE PESQUISA E OS OBJETIVOS

4.2.1 Questões de pesquisa

Tendo como motivação questionamentos que nos inquieta e nos instiga, pretendemos promover uma discussão sob a perspectiva da luta por reconhecimento do Povo Surdo, enquanto atores sociais. Formulamos então algumas questões com o propósito de respondê-las com a efetivação dessa pesquisa:

1. Quais formas de reconhecimento foram socio discursivamente acionadas pelos atores sociais surdos para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19?
2. Que atores sociais se constituem na esfera da justiça e da solidariedade, considerando os eixos sincrônicos e diacrônicos de seus discursos?
3. Como os atores sociais surdos, como base no sistema da avaliatividade da gramática sistêmico funcional, expressam suas subjetividades?
4. De que forma uma pesquisa com base na ACD, sob a âncora da ASCD, pode contribuir efetivamente com as lutas dos atores sociais - Povo Surdo - e com a efetividade de ações afirmativas para garantia de seus direitos?

4.2.2 Objetivo Geral

Analisar criticamente, ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), os discursos dos Atores Sociais Surdos, em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da covid-19 a partir do seu protagonismo em vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*, evidenciando as reivindicações pelos direitos linguísticos, culturais, reconhecimento e respeito do Povo Surdo.

4.2.3 Objetivos Específicos

- Identificar nos discursos dos atores sociais surdos quais formas de reconhecimento foram socio discursivamente constituídas para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional.

- Identificar, nos discursos dos atores sociais da esfera jurídica e da esfera da solidariedade, as subjetividades evidenciadas nos eixos sincrônicos e diacrônicos.

- Analisar, com base no sistema da avaliatividade da linguística sistêmico-funcional, as subjetividades dos atores sociais.

- Contribuir, a partir da ACD/ASCD e dos Estudos Surdos, com a agenda de lutas por reconhecimento do Povo Surdo.

Para alcançar tais objetivos propostos, que nos conduzirão às reflexões sobre as questões de pesquisa e às contribuições efetivas com a agenda de luta do Povo Surdo e da comunidade surda, percorreremos algumas trilhas metodológicas, sendo estas como uma base para o desenvolvimento dos passos durante a pesquisa, conforme apresentaremos no tópico seguinte.

4.3 DEFININDO AS TRILHAS METODOLÓGICAS

A ACD sob a vertente da ASCD, conforme já demarcado nessa pesquisa, foi a âncora para o desenvolvimento da geração de dados, configuração do *corpus* e em sequência, para as análises do presente trabalho. Pardo (2015) nos traz que a metodologia é a forma de encarar uma investigação do início ao fim e que pode incluir diversos métodos para analisar um determinado objeto de estudo.

Também já delimitamos que estamos subscritos na abordagem qualitativa e interpretativista. Sob esse último aspecto, encontramos apoio nos seis postulados que Cunha (2021, p. 58) propõe sob a ótica de Prodanov e Freitas (2013); Flick (2007); Martins e Resende (2017), quais sejam: 1) Preza pela qualidade e não pela quantidade de dados; 2) Discute um contexto social específico; 3) Pesquisa de base fenomenológica, subjetivista e interativa; 4) Trabalha costumeiramente com o caráter indutivo de hipóteses; 5) Pesquisa de base aplicada; 6) Multiplicidade de métodos.

Reforçamos que a multiplicidade dos métodos e o caráter transdisciplinar da ACD e da ASCD não devem ser confundidos com um “vale-tudo”, ao contrário, temos a continuidade contemplada em diversas pesquisas em ACD/ASDC, como por exemplo: WODAK E MEYER, 2009; BESSA, 2016; PEDROSA, 2012; 2013; 2018; DAMACENO, 2013; BRITO, 2018; RODRIGUES, 2020; CUNHA, 2021. Em relação à organização dos estudos em ASCD, Pedrosa (2013) formulou alguns passos para orientação dos pesquisadores, que foram recentemente atualizados por Cunha (2021). A propositura apresenta quatro passos aqui resumidos e adaptados no quadro abaixo.

Quadro 4 - Etapas de Decisão da pesquisa

<p>1º Passo: Produzir reflexões preliminares</p> <p>Decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica;</p> <p>Estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão;</p> <p>Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo;</p> <p>Formular hipóteses e inquietações;</p> <p>Projetar objetivos de pesquisa.</p> <p>NOTAÇÕES: A decisão de fazer uma pesquisa crítica vem antes da formatação de uma pesquisa em si. O pesquisador precisa ter o anseio de contribuir com uma questão social, a fim de superá-la. Com clareza, é preciso saber o que pretende investigar. É preciso uma reflexão do pesquisador para saber se a pesquisa pode ou não resultar em uma contribuição.</p>
<p>2º Passo: Pré-análise</p> <p>Definir estratégias;</p> <p>Reconhecer interfaces transdisciplinares;</p> <p>Eleger categorias analíticas;</p> <p>NOTAÇÕES:</p> <p>Já que é uma abordagem transdisciplinar, é basilar que haja a associação de diferentes campos, conceitos e autores. A apropriação dos conhecimentos é fundamental. Categorias sociais e linguísticas precisam ser elencadas. Não são categorias predefinidas, mas que encaminharão uma observação analítica. Tais categorias gramaticais e discursivas elencadas devem ser as mais recorrentes e regulares no conjunto do(s) discurso(s) observado(s), a fim de viabilizar a compreensão das questões discursivas e sociais da pesquisa.</p>
<p>3º Passo: Análise</p> <p>Identificar os sentidos às questões sociais;</p> <p>Vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas;</p> <p>Promover diálogos.</p> <p>NOTAÇÕES: Devem ser abordados os aspectos vinculados às práticas discursivas e sociais, tais como: ideologias, hegemonias, poderes, discriminações, preconceitos, relações institucionais, agentes... Aspectos situacionais mais amplos que contribuem para construção de significações. É imprescindível para o pesquisador estabelecer o diálogo entre análise dos dados com os conceitos trabalhados no aporte teórico da pesquisa. As teorias apresentadas precisam fazer sentido ao se atrelar com os dados, justificando as suas utilizações.</p>
<p>4º Passo: Pós-análise</p> <p>Reflexão final sobre o trabalho</p> <p>NOTAÇÕES: O desafio do pesquisador na fase final é lançar um novo olhar sobre o problema social, propondo soluções, superação ou diminuição – mudanças sociais - para a questão estudada. É válido pontuar sobre a contribuição do trabalho para a causa estudada ou para outros trabalhos posteriores, formando um processo de mudança iniciado.</p>

Fonte: Cunha (2021, p. 51-53) Versão resumida e adaptada pela autora.

Em relação às análises, a proposta da ACD é percorrer entre categorias que vão do linguístico ao social. O grande desafio então é estabelecer ligação entre práticas discursivas e práticas sociais. O percurso analítico sugestivo que a Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) propõe ao investigador, com base em Cunha (2021), revela-se como

importante orientação nas mais variadas pesquisas da área. Coadunamos também com Magalhães (2017) quando defende que a ACD realiza o objetivo de transcender a divisão entre a pesquisa inspirada pela Ciência Social e a pesquisa inspirada pela Linguística. Temos assim um arcabouço capaz de prover uma análise sistemática de dados textuais para o mapeamento de conexões entre as escolhas linguísticas de atores ou grupos sociais e categorias sociais mais amplas, como hegemonia e ideologia.

Para empreender tais tarefas, precisamos entender que “as práticas discursivas envolvem uma diversidade de elementos: os textos e seus tipos, os gêneros discursivos, os níveis da linguagem, as escolhas lexicais, as figuras de linguagem, etc.” (MAGALHÃES, 2017, p. 139). A autora aponta que para cada situação, um determinado uso da linguagem pode ser mais apropriado ou desejado que outros. Desse modo, por compreender o texto como um instrumento essencial para as análises, tendo como ferramenta as marcas lexicais observadas nos discursos observados, a ASCD tem preferência em trabalhar com as categorias analíticas baseadas na Análise Discursiva Textualmente Orientada – ADTO.

Por meio da ADTO, o texto é definido como unidade do discurso e da comunicação, que se integra funcionalmente ao sistema aberto da vida social e representa relações de luta e conflito na sociedade (WODAK, 2001), ao mesmo tempo em que age sobre ela através de processos de transformação. A ADTO está fundamentalmente ocupada em explorar a conexão entre recursos linguísticos utilizados em textos reais e mecanismos simbólicos de poder. O apoio para procedermos com as análises no nível linguístico, em forte interface com a ACD/ASCD, tem origem na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) proposta por Michel Halliday. Tratemos sobre essa perspectiva.

4.3.1 Situando a Linguística Sistêmico Funcional como suporte de análise

A LSF, teoria funcionalista que se fundamenta nos pressupostos teóricos do linguista Michael Halliday (2004), considera a língua como ferramenta pragmática, tendo em vista que as escolhas léxico-gramaticais que mobilizamos, ao produzir um texto, são frutos de uma sucessão de fatores extralinguísticos inerentes do contexto de cultura e situação em que estamos inseridos. Nesse sentido, a aproximação teórica com a ACD/ASCD torna-se ainda mais pertinente dada à maneira problematizadora com a qual esta abordagem dos estudos discursivos entende as manifestações da linguagem nos diversos domínios sociais. Destrinchando, para a

LSF a compreensão linguística é o uso que fazemos da língua em situações comunicativas determinadas.

Mais especificamente, essa teoria é “sistêmico” pelas relações entre uso e sistema. Ou seja, nós usuários da língua encontramos um sistema linguístico estruturado enquanto língua (gramática) e no qual podemos fazer escolhas nesse mesmo sistema (sistema de uso); e por conseguinte, é “funcional” porque se trata de usos linguísticos que fazemos “funcionar” a sociedade em gêneros diversos (CUNHA, 2021, p. 18).

Assim, na perspectiva sistêmico funcional, a linguagem é um recurso para fazer e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar papéis sociais; e não apenas como uma estrutura (sistema) ou como materialidade (representação gráfica). Por isso, o estudo da língua deve ser orientado pela questão social, aspecto crucial para as pesquisas filiadas à ASCD (PEDROSA, 2012; 2013; CUNHA, 2021). Por sua vez, o ambiente social em que o uso da língua é registrado (onde acontece), influencia a semântica textual.

Considerando essa natureza semântico-funcional da língua, a LSF qualifica três categorias funcionais descritas como metafunções: ideacional (linguagem usada para relatar as experiências e representações do mundo); interpessoal (envolve as relações sociais); textual (organização do texto, do tema/rema e coesão textual). Tais funções são assim, construídas por meio das escolhas léxico-gramaticais (HALLIDAY, 2004) e suas propriedades representam a experiência humana em suas formas de significar o texto como um conjunto expressivo. Para a LSF, a função da língua é mais importante que sua forma, e em sua funcionalidade, a língua utiliza todos esses níveis linguísticos (léxico, semântico, sintático e pragmático) ao mesmo tempo.

Sob essa ótica, o uso linguístico é ancorado a partir das metafunções que atendem às necessidades dos falantes ao utilizar a sua língua (HALLIDAY, 2004). Essas metafunções mostram como a linguagem é organizada funcionalmente em termos de significados. O sentido de ideacional está relacionado à visão de mundo e às experiências (conteúdos e ideias) e da lógica (relação entre as ideias). O sentido de interpessoal está vinculado às relações sociais entre os participantes do discurso. Por fim, o sentido de textual está relacionado à organização da mensagem e à sua associação ao texto.

Martin e White (2004) aprofundaram os estudos de Michael Halliday e desenvolveram a teoria da avaliatividade. O Sistema de Avaliatividade, estudado na Gramática Sistêmico-

Funcional⁵¹ (GSF) - está ligado à metafunção interpessoal, visto que as avaliações presentes nos textos estabelecem relações de troca entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte. Nesta pesquisa, selecionamos o **Sistema de Avaliatividade** como categoria de análise, ancorados na consolidação de Martin e White (2004), por entendermos que se enquadra no escopo do significado interpessoal análogo às relações sociais e atitudes entre o falante e ouvinte, contextualizando em nessa pauta: entre o sinalizador (Surdo protagonista) e visualizador (ouvintes ou Surdos que assistem os vídeos).

O sistema de Avaliatividade estabelece um conjunto de significados interpessoais “que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 11). A avaliatividade é constituída por três principais sistemas que por sua vez envolve subsistemas conforme quadro abaixo.

Quadro 5 - Sistemas e Subsistemas da Avaliatividade

SISTEMAS	SUBSISTEMAS (campos semânticos)
ATITUDE	Afeto (emoções, sentimentos positivos ou negativos) Julgamento (comportamento humano, como?) Apreciação (valor social e estético de coisas, produtos e atitudes)
ENGAJAMENTO (COMPROMISSO)	Enunciados Monoglóssicos Enunciados Heteroglóssicos ou Dialógicos
GRADAÇÃO	Intensidade (Força) Precisão (Foco)

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Vian Jr; Souza; Almeida (2010).

O engajamento é associado “às origens de nossas atitudes” (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 34), correspondem às articulações das vozes para expressar as opiniões no discurso, no sentido de aferir o envolvimento dos interlocutores em relação ao que está sendo avaliado e divide-se em Monoglossia (relacionado com o dialogismo Bakhtiniano – sem o

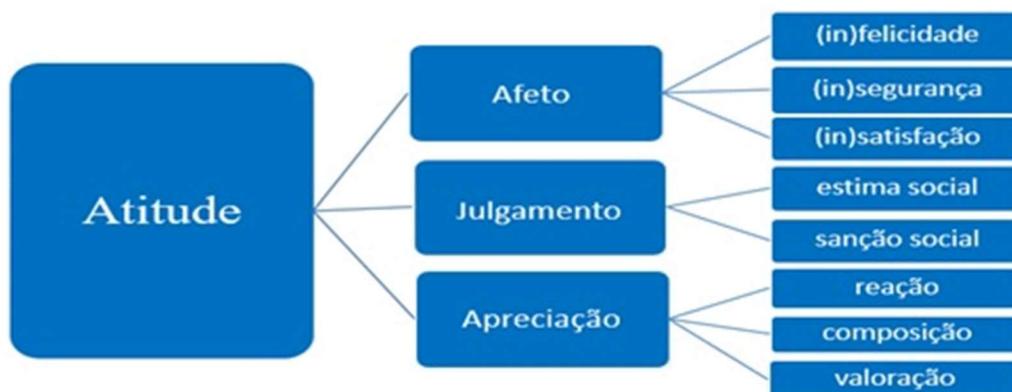
⁵¹ Cabe uma rápida pontuação sobre a LSF e a GSF, ambas elaboradas por Halliday. A LSF se refere a uma concepção teórica mais ampla acerca da linguagem verbal, assumida como semiótica social e com manifestação do comportamento social e sua gama potencial de significados. A GSF, por sua vez, foi concebida na busca por uma gramática que extrapolasse o nível da frase para explicar nossas relações sociais e criasse significados. Assim, a GSF, depois aprofundada por Martin e White, corresponde à teoria da lexicogramática, concebida como um recurso para a produção, organização e manifestação de significados, o que a torna uma rede interconectada de escolhas linguísticas significativas. Simplificando, “a GSF se refere “aos estudos, análises e descrições relativos ao estrato das formas, isto é, aspectos lexicogramaticais”, já a LSF “se refere aos estudos relacionados a todos os estratos.” (VIAN JR. 2014, p. 424).

reconhecimento de alternativa dialógica) e Heteroglossia (com reconhecimento de alternativa dialógica).

A gradação consiste num recurso que exprime a intensidade (força) e a precisão (foco) dos significados presentes na atitude e no engajamento. “É o subsistema de avaliação escalar, de questões de tamanho, força, proximidade e é expresso em graus de positividade e negatividade” (CRUZ, 2012, p. 55). Traduz desde os sentimentos mais intensos até os menos intensos.

Em relação ao Sistema Atitude, no qual concentraremos as análises do corpus, apresentamos a figura abaixo como uma visão panorâmica dos seus subsistemas:

Figura 3 - Subsistemas da Avaliatividade



Fonte: Santos (2016, p. 38).

O campo semântico Afeto tem a função de expressar as emoções no discurso; trata-se do registro dos sentimentos positivos (felicidade/segurança/satisfação) e negativos (infelicidade/insegurança/insatisfação). O Julgamento é empregado para representar as avaliações emitidas no discurso e referem-se aos significados relacionados ao comportamento social de alguém, classificados como Estima Social, aqueles considerados positivos remetem à admiração enquanto que os negativos, à crítica; e como Sanção Social se refere às regras e aos regulamentos mais ou menos estabelecidos por regras legais ou morais envolvendo questões de moralidade e legalidade, geralmente presente na escrita como documentos legais, por exemplo. O campo apreciação por sua vez, refere-se à realização da avaliação, positiva ou negativa, através de processos mentais e atributos, relacionando-se com o valor estético das coisas, produtos e atitudes (CRUZ, 2012, p. 48). Podem apresentar gostos e desgostos, dependendo da

reação que as coisas (objetos, filmes, programas de tv, peças teatrais, etc) causam nos atores sociais.

Convém destacar que a abordagem aos estudos da avaliatividade, nessa tese, será semanticamente⁵² orientada por entendermos ser a melhor forma de contemplar a diversidade linguística. Sendo assim, corroboramos com os autores quando asseveram: “[...] a opinião expressa, seja ela por meio de Apreciação ou Julgamento, nem sempre será reconhecida através de elementos léxico-gramaticais específicos e expressivamente atitudinais” (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 122).

As possíveis conexões estabelecidas entre as ciências sociais críticas, por intermédio da LSF e da ACD/ASCD, procuram refletir a respeito de linguagem em uso na sociedade, não as percebendo como uma dicotomia, em que perdura a ideia de sobreposição, mas sim como elementos que costuram a performance cultural de uma língua. Por isso, é necessário entendermos como os diversos discursos se relacionam, promovendo uma estrutura linguística específica. Em síntese, as ideologias que perpassam as manifestações linguísticas são objetos complexos para estudos.

Tendo em vista que o objetivo central desse estudo é analisar criticamente, ancorados na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), os discursos do Povo Surdo, em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia covid-19 a partir do seu protagonismo em vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*, , evidenciando, nessa conjuntura, as reivindicações por seus direitos, reconhecimento e respeito, é mister tratarmos da contextualização em realização ao *corpus*, sua fonte e as respectivas categorias de análise.

4.4 O *CORPUS*, SUA FONTE E PECULIARIDADES

Conforme caracterizada no item 5.1, esta pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativista. Do mesmo modo enquadra-se no modelo analítico sistêmico-funcional pois, segundo Vian Jr. (2017, p. 188) sugere uma perspectiva holística e contextual nas relações socioculturais onde os participantes envolvidos fazem uso da linguagem “a partir de seus distintos estratos (grafofonológico, lexicogramatical ou semântico-discursivo) e a partir de

⁵² O *corpus* dessa pesquisa foi originalmente emitido pelos Surdos em Língua Brasileira de Sinais, por isso o procedimento das análises contemplará o campo semântico. Detalharemos essa questão no capítulo seguinte.

diferentes perspectivas metafuncionais (ideacional, interpessoal e textual)” constituem representações significativas em seus processos de comunicação. Dessa forma, a LSF provê instrumentos teóricos e metodológicos para análises de tais práticas discursivas “a depender das questões de pesquisa e também da área em que se insere o/a pesquisador/a no campo de estudos da linguagem” (VIAN JR. 2017, p. 189).

Como a proposta é analisar criticamente os discursos do Povo Surdo, em relação aos desafios enfrentados durante a pandemia covid-19, o *corpus* foi constituído a partir do de vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*. Justificamos a escolha por consideramos que a plataforma virtual *YouTube* tem sido utilizada pelo Povo Surdo no Brasil, como meio de comunicação e inclusive de luta por reconhecimento (ver capítulo 3, p. 72). Assim, elegemos essa plataforma digital como o ambiente virtual fonte para construirmos e constituirmos o *corpus* da pesquisa/tese.

Na busca de percorrer um caminho que nos conduza ao alcance dos objetivos, iniciamos a pesquisa com base em um termo chave para busca e seleção de vídeos que foram produzidos e postados durante o período inicial da pandemia até o mês de realização da busca, ou seja, entre março/2020 e janeiro/2022. O termo utilizado foi: “desafios+surdos+pandemia+covid-19”.

A primeira etapa da busca na plataforma *YouTube*, foi feita em canais de *YouTubers* surdos e o resultado foi um total de 06 (seis) vídeos que abordam tangencialmente a temática escolhida. Decidimos então ampliar o campo da pesquisa dentro da mesma plataforma fonte dos dados para mais um campo de vinculação dos vídeos, contemplando vídeos produzidos e postados por canais de instituições públicas e/ou particulares, como por exemplo, Universidades e Associações, além de canais jornalísticos que publicaram vídeos sobre Surdos. Assim, identificamos vídeos com o formato de *lives* que contemplam as palavras-chave: “desafios+surdos+pandemia+covid-19.”

Como resultado nos três campos, chegamos ao primeiro panorama.

Quadro 6 - Panorama de vídeos – Etapa I

Campos de vinculação	Quantidade	Relevância para a pesquisa
Canais de <i>YouTubers</i> Surdos	06	Abordagem tangencial
Canais jornalísticos	44	Abordagem tangencial
Canais institucionais	122	Abordagem tangencial e Abordagem relevante
Total de vídeos	172	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas na Plataforma *YouTube*.

Dessa forma, identificamos 172 (cento e setenta e dois) vídeos, assim distribuídos: vídeos em canais de *YouTubers* Surdos - 06 (seis); vídeos em canais institucionais – 122 (cento e vinte e dois); vídeos em canais jornalísticos - 44 (quarenta e quatro). Os seis vídeos disponibilizados nos canais de *YouTubers* Surdos e os quarenta e quatro dos canais jornalísticos foram descartados por apresentarem abordagens de forma tangencial à temática central da pesquisa.

Diante do quantitativo de material encontrado, percebemos a necessidade de iniciarmos a definição dos critérios de seleção que desempenharam a função de filtro visando unicamente contemplar os objetivos da pesquisa. Os critérios utilizados foram os seguintes:

1. Vídeos que tivessem registro acima de 100 (cem) visualizações⁵³;
2. Vídeos que contemplassem o protagonismo do discurso dos Surdos utilizando como forma de comunicação a Língua Brasileira de Sinais⁵⁴ – Libras.

Após a aplicação desses filtros, procedemos a tarefa de assistirmos aos vídeos correspondentes. Então, identificamos que os vídeos abordavam temáticas diversificadas, dentre as quais destacam-se por perfazer maior quantidade: acessibilidade comunicacional, uso de máscaras, ensino remoto, crianças surdas, saúde mental, orientações e informações sobre o coronavírus envolvendo os cuidados de higienização para evitar a contaminação. Noventa por cento dos vídeos apresentam a duração média de uma hora de projeção, chegando nove vídeos a atingirem mais de duas horas e um vídeo com mais de três horas. Temos assim um total de

⁵³ Dados estatísticos do último Censo Demográfico revelaram que 9.717.318 pessoas em 2010, apresentavam alguma perda auditiva, equivalente a 5,1% de toda população brasileira. Destacamos o fato que esses dados não esclarecem detalhes sobre o uso da Libras por essas pessoas nem tratam de suas identidades, a pesquisa considerou apenas a deficiência auditiva. Por essa razão, consideramos nessa pesquisa que dentro do quantitativo impreciso de pessoas Surdas em nosso país, 100 visualizações para os vídeos disponibilizados no YouTube, correspondem dentro desse universo, um número relevante. No contexto, não há espaço para comparações com o quantitativo de visualizações de vídeos protagonizados por ouvintes que utilizam a língua portuguesa na modalidade oral. Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>. Acesso em 08 abr. 2022.

⁵⁴ Todos os fragmentos foram emitidos em LIBRAS. Importante destacar que todos os vídeos foram selecionados independente da presença de intérpretes de Libras que fazem o vozeamento dos surdos, bem como não foi critério a legenda em língua portuguesa. Noventa por cento dos vídeos selecionados apresenta legenda automática ou fixa, ou ainda a participação do tradutor/intérprete de Libras procedendo com o respectivo vozeamento em língua portuguesa na modalidade oral.

aproximadamente cento e quarenta horas que foram disponibilizadas para assistirmos todos os vídeos pela primeira vez. Após esse período, identificamos a necessidade de aplicação de mais alguns critérios visando a viabilidade da seleção de recortes que atendessem aos objetivos da pesquisa e tornasse possível o procedimento das análises.

Segundo Bauer e Gaskell (2008), o primeiro aspecto a ser considerado por pesquisadores em ciências sociais em seus processos de construção de *corpus* é que a dimensão do corpus na pesquisa qualitativa deve considerar o esforço envolvido na geração de dados, na análise e o número de representações que se pretende caracterizar. Destacam os autores que o tempo é primordial, uma vez que há uma tendência de se coletar tanto material que se torna inviável lidar com ele, o que resulta na criação de verdadeiros porões de dados, materiais coletados e nunca de fato utilizados na pesquisa.

Evidentemente os autores não renunciam à necessidade da representatividade de um *corpus*, no entanto, indicam que a total representação é utópica, tendo em vista não propriamente a dificuldade de se proceder um desenho desse *corpus*, mas de tornar esses materiais comparáveis e acessíveis à análise. Sob essa perspectiva, Bauer e Aarts (2008) sugerem a utilização da tipologia desenvolvida por Barthes (2006) quando se refere à relevância, homogeneidade e sincronicidade dos materiais que configuram o *corpus*. Tipologia exposta no quadro abaixo:

Quadro 7 - Critérios para Construção do *Corpus*

Critérios para Construção do <i>Corpus</i> em pesquisa qualitativa	
Relevância	Grau de importância e convergência do material aos propósitos da pesquisa
Homogeneidade	Padrão de um mesmo tipo de material
Sincronicidade	Intersecção histórica dos materiais

Fonte: Adaptado pela autora com base em Bauer; Aarts (2008).

Os critérios de relevância concernem à composição de materiais que se baseiam no conhecimento prévio do pesquisador e são por ele considerados pertinentes aos propósitos da pesquisa, devendo seguir também aos critérios de homogeneidade e de sincronicidade, necessitando que a seleção contemplada apresente o mesmo tipo de material, obedeça a um ciclo temporal.

Constatamos ao longo caminho que a seleção de *corpus* para a pesquisa qualitativa configura-se de fato como um processo cíclico (BAUER; AARTS, 2008). Preliminarmente

procedemos a seleção e ao verificarmos a variedade de materiais encontrados, compreendemos a necessidade de redefinir o desenho do *corpus* e de elegermos critérios que considerassem a relevância, homogeneidade e sincronicidade e ao mesmo tempo coadunassem com os objetivos de pesquisa. Tivemos assim a composição do *corpus* configurada como um sistema definido em três etapas, quais sejam: selecionar, analisar essa seleção e selecionar de novo, conforme proposto por Bauer e Aarts (2008).

A amostragem selecionada e apresentada na característica de *corpus* desse trabalho de pesquisa pretende suscitar reflexões coerentes com a representação do Povo Surdo, elucidando situações vivenciadas e expressas em seus discursos através de canais da plataforma *YouTube* durante o período de pandemia, tendo como limite o mês de janeiro/2022 quando encerramos a primeira fase da geração de dados. Por meio dos critérios atribuídos, entendemos que as escolhas feitas nos permitiram atender ao princípio da representatividade, postulados por Barthes (2006) e Bauer e Aarts (2008).

Em primeira instância identificamos quais vídeos seriam úteis para a pesquisa de forma preliminar, elaborando um mapa inicial (Quadro 04) com a consciência de que naturalmente, seria alterado na etapa de filtragem seguinte. No passo seguinte, chegamos a uma seleção de cinquenta e cinco vídeos veiculados por canais institucionais⁵⁵. Sobre essa decisão metodológica, explicamos na sequência.

Ancorados em Minayo (2017), definimos mais um critério para avançarmos na definição do *corpus*. Para a autora, em termos gerais, os pesquisadores qualitativos mais experientes “trabalham com o propósito de dar corpo a sua pesquisa e torná-la defensável. Por isso, preocupam-se menos com a generalização e as generalidades e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão” (MINAYO, 2017, p. 9), colocando esses diferentes aspectos à luz das teorias que fundamentam as indagações de sua pesquisa.

A autora aborda uma temática controversa, o uso do critério **saturação** em pesquisa qualitativa, por meio de um ensaio sobre amostragem nesse tipo de pesquisa, com base em Bertaux, 1981; Cresswell, 1998; Morse, 2000, 2008 e Minayo, 2012, 2015. Os estudos postulam que a saturação envolve o lapso temporal onde o investigador consegue compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo (MINAYO, 2017), de modo que a inclusão de novos estratos sociais não acrescenta novos elementos de modo que a inclusão de novos estratos

⁵⁵ Um quadro com panorama geral de todos os 55 vídeos com seus respectivos links, instituições proponentes, data de postagem e tempo de duração faz parte dos Anexos desse trabalho.

sociais não acrescenta novos elementos à pesquisa (BAUER; AARTS, 2008). Dessa forma, o processo de saturação de uma pesquisa revela-se enredado entre os propósitos do estudo e a redundância e/ou repetição de um mesmo padrão de significados. Ou seja, o momento de interromper a construção do *corpus* resulta da escassez de novas contribuições ao escopo da pesquisa.

Seguindo essa propositura, os processos de significação são sempre complexos e dinâmicos, envolvendo grande diversidade de material. Por conta disso, o pesquisador deve manter-se em processo reflexivo e crítico constantemente durante toda a construção do *corpus* e de todo seu trabalho. “O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo – que também é sujeito – em todas as suas conexões e interconexões” (MINAYO, 2017, p. 10).

Pautados justamente na lógica do objeto deste estudo e nas conexões e interconexões que o envolvem, verificamos então, após assistirmos aos vídeos pela terceira vez, que havia uma rarefação de novas contribuições ao escopo da pesquisa, aliada à repetição do mesmo padrão de significados. Assim, tomamos a decisão metodológica de adicionar mais um critério - o da saturação. Chegamos à terceira etapa da seleção com o total de vinte e três vídeos com relevância para constituição definitiva do *corpus*.

Após a aplicação da pesquisa aleatória inicial com as palavras-chave, e dos critérios já mencionados (relevância, homogeneidade e sincronicidade), optamos por selecionar instituições de ensino superior, cujos ambientes são majoritariamente ocupados por pessoas ouvintes e que promoveram eventos remotos contemplando a temática base desta tese. Logo, as instituições constantes no quadro abaixo, compõem a fonte do *corpus* desta pesquisa e classificam-se como Instituições de Ensino Superior, sendo 08 Universidades Públicas Federais e 01 Universidade Privada. Dentre elas, apenas 01 (UFCSPA) não oferta o curso de graduação Letras Libras. O que nos motivou a utilizar esse critério metodológico de seleção foi a iniciativa, dentro do recorte da situação pandêmica (2020-2021), que tais organizações tiveram de promover a comunicação por meio de eventos on-line que contemplaram a inclusão do Povo Surdo em suas pautas.

Adotamos aqui a classificação de Thompson (2002) sobre a comunicação

Classifiquei a comunicação como um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos [...] Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão, para os outros, os indivíduos geralmente empregam um **meio técnico**. O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou

por meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor. (THOMPSON, 2002, p. 26-27).

Desse modo, as instituições de ensino superior assumem o papel de veículo para comunicação utilizado pelos Atores Sociais Surdos e a Plataforma *YouTube* desempenha a função de meio técnico empregado. Apresentamos abaixo, um quadro panorâmico com a identificação (*link*) de cada vídeo e os respectivos veículos que promoveram as comunicações.

Quadro 8 - Panorama dos vídeos selecionados

Nº	INSTITUIÇÃO	LINK PARA ACESSO
01	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	https://www.YouTube.com/watch?v=zvsi3aoo5_M
02	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. <i>UFCSPA</i>	https://www.YouTube.com/watch?v=krsmnRXzeBs
03	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN	https://www.YouTube.com/watch?v=jKaz4NmhHpg
04	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS (1)	https://www.YouTube.com/watch?v=jIXkSZGcsAE
05	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS (2)	https://www.YouTube.com/watch?v=VqDYUV2eWVs&list=PLXk5Z4phZNNBczut8veq4KipYSAmHJIAY&index=14
06	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR	https://www.YouTube.com/watch?v=SkAvvE8vXCU
07	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL	https://www.YouTube.com/watch?v=pyOWuaSYgSM
08	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	https://www.YouTube.com/watch?v=X0FA7OWoN0o
09	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR e UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA/RS	https://www.YouTube.com/watch?v=0JBZEIQxbwk
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI	https://www.YouTube.com/watch?v=4YjPT56TUpo

Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas realizadas.

Ressaltamos que outras instituições de renome e atuação inquestionável em nosso país que historicamente defendem as políticas linguísticas e culturais em favor do Povo Surdo, a exemplo do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, promoveram vários eventos online durante o período de pandemia, contudo as temáticas e discussões abordadas não eram compatíveis com os objetivos.

Convém ressaltar que os vídeos foram acessados pela primeira vez no período entre 03/01/2022 e 31/01/2022, sendo assim, os dados referentes ao número mínimo de visualizações,

primeiro critério para seleção, correspondem ao que estava disponibilizado na Plataforma *YouTube* nesse período. Obviamente quando forem visualizados em datas posteriores, o quantitativo de visualizações terá sofrido alterações.

Percorridas as etapas de seleção dos vídeos, prosseguimos a caminhada rumo à próxima tarefa. Por questões metodológicas, seria impossível contemplar no *corpus* todos os discursos na íntegra, tendo em vista que o vídeo com menor tempo de duração corresponde a quarenta e seis minutos. Portanto, foram feitos recortes correspondentes a fragmentos dos discursos dos Surdos que participaram com protagonismo nas *lives*, sob o único critério de atender aos objetivos da presente tese.

Assim, após o procedimento da seleção de recortes dos discursos pronunciados em Libras, a etapa seguinte configurou-se exaustiva e árdua pela complexidade que envolve os processos de tradução entre línguas. A tarefa empreitada teve a finalidade de proceder com a tradução dos fragmentos pronunciados em Libras para a língua portuguesa na modalidade escrita e dessa forma constituir o *corpus*. Consideramos três aspectos que analisamos como fundamentais, quais sejam, i. a relevância dos discursos emitidos na L1 dos Surdos; ii. a acessibilidade dos textos (registrados nos discursos em Libras) na forma escrita da língua portuguesa, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; iii. o fato de que a Libras, oficialmente ainda é uma língua ágrafa, com propostas de sistemas gráficos em construção⁵⁶. Sopesamos ser relevante abrir um breve parêntese para pontuar sobre a tarefa da tradução entre línguas.

4.4.1 Considerações sobre a peculiaridade da tradução intermodal

Sobre as implicações da tradução de língua de modalidade visual-gestual e uma língua de modalidade oral-auditiva, Rodrigues (2018) defende o uso da terminologia **processos intermodais**, em oposição àqueles que ocorrem dentro de uma mesma modalidade linguística - intramodal. O autor distingue os dois tipos de atividade por considerar que “embora esses processos compartilhem várias características, eles são operacional e cognitivamente

56 “As escritas de Línguas de Sinais surgiram para registrar as funções metalinguísticas presentes na comunicação em LS com a intenção de evitar inferências, e tem como pretensão resgatar, de forma impressa, todos os elementos visualmente sinalizados no espaço” (NASCIMENTO, 2019, p. 84). Sobre o histórico e propostas dos sistemas de escrita das línguas de sinais, consultar: <https://docplayer.com.br/107396466-Os-sistemas-de-escrita-de-sinais-no-brasil.html> e <http://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/index>.

diferentes⁵⁷” (RODRIGUES, 2018, p. 294, tradução nossa). Partindo dessa diferenciação, o autor discorre sobre a questão da modalidade em relação à categorização dos processos translacionais e interpretativos intermodais e sobre os impactos da modalidade sobre eles.

No tocante à tradução intermodal, Segala (2010) em sua dissertação de mestrado, com base em Jakobson (1995), aponta para a especificidade de que tal prática envolve uma tradução intersemiótica (entre diferentes signos) e que “torna-se relevante observar as relações existentes entre os sentidos, os meios e os códigos envolvidos no processo” (SEGALA, 2010, p. 29). O autor destaca o fato de que a tradução de pensamentos em signos implica em canais e linguagens que possibilitem a socialização desses pensamentos e assim permitam “o intercâmbio de mensagens entre o homem e o mundo à sua volta” (SEGALA, 2010, p. 29). Portanto, cada sistema de signos é constituído conforme sua especificidade peculiar, permitindo a articulação contígua com os sentidos humanos ao produzir as mensagens que reproduzem os significados, perfazendo assim a prática comunicativa entre as pessoas.

Considerando tais conceitos, destacamos as peculiaridades que envolvem a tradução intermodal e intersemiótica. De acordo com o postulado de Segala (2010), tais modalidades de tradução exigem que o tradutor tenha raízes culturais e experiência na vida social nas duas línguas envolvidas “deve conhecer profundamente as várias nuances das duas culturas, encarando não só a estrutura linguística, mas também a vida cultural” (SEGALA, 2010, p.31). Tendo em vista o compromisso com o escopo da tese, aparte, apresentamos tal temática de forma pontual.

Sob esse aspecto, concebemos o nosso trabalho no registro dos discursos dos Surdos, disponibilizados em língua de sinais vídeos (textos visuais), na língua portuguesa (textos escritos) como uma tarefa de tradução, ancorados no conceito apresentado por Rodrigues (2018, p. 304), embasado em Hurtado Albir (2005, p.41) entendendo-o como: “[...] processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto por meio de outra língua e que se elabora dentro de um contexto social e com uma finalidade específica⁵⁸” (tradução nossa).

Rodrigues (2018) prossegue em suas ponderações salientam que os modos de implementação e as demandas geradas pelos processos de tradução interlinguística, dividem-na em no mínimo duas variedades diversas, a saber, a tradução e a interpretação. Por conta do

⁵⁷ Texto original: “*They are operationally and cognitively different*” (RODRIGUES, 2018, p. 294).

⁵⁸ Texto original: “*Interpretative and communicative process that consists of reformulating a text through the means of another language and that is elaborated within a social context and with a specific purpose*” (ALBIR, 2005, p. 41).

foco da pesquisa, não aprofundaremos a temática que envolve as diferenças e semelhanças entre tradução e interpretação.

Situamos então a Libras como língua fonte (sendo o Surdo o emissor) e a língua portuguesa na modalidade escrita como língua alvo. Para Rigo (2015), o desenvolvimento da tradução, implica em quatro aspectos relevantes:

- i) os elementos sociolinguísticos que tangem o emissor, compreendendo o local onde o emissor sinaliza; ii) que contextos lhes constitui; iii) sua cultura, língua e identidades; iv) posição que ocupa, seu papel social perante seu grupo de convívio (RIGO, 2015, p. 466).

Ressaltamos que a própria participação em um evento social (*live*) promovido por instituições de ensino superior enquanto veículo de comunicação confere tanto um *status* intelectual diferenciado, quanto afere sua representatividade como referência no Povo Surdo.

Constatamos durante toda a vida pesquisadora, a escassez de trabalhos publicados (seja em periódicos ou em teses e dissertações) que apresentem à sociedade de forma geral, registros de textos originalmente produzidos em Libras e acessíveis em língua portuguesa escrita. Reputamos, portanto, a relevância do protagonismo Surdo nas *lives* durante a pandemia da covid-19 como um instrumento político-social de garantia à expressão, argumentação e luta por reconhecimento, através de sua manifestação discursiva na prática social. Enquanto membros da comunidade surda sergipana, entendemos também a tradução desses discursos, constitutivo instrumento político na promoção da inclusão social do Povo Surdo, nos diversos âmbitos, inclusive no privilegiado meio acadêmico, estando em consonância com a ACD/ASCD.

Apesar da relevância da temática da tradução, não podemos aprofundar as discussões aqui pontuadas, por fugir do foco dessa pesquisa, da mesma forma não poderíamos deixar de registrar tal interpelação, pertinentemente inferida. No subtópico seguinte, pontuaremos sobre os procedimentos tradutórios adotados para a composição do *corpus*.

4.4.2 Procedimentos de tradução

Os estudos em relação à tradução ainda são escassos no meio acadêmico, principalmente quando envolvem a tradução de uma língua oral e uma língua de sinais ou vice-versa, caso específico da pesquisa, muito embora tais pesquisas venham “ganhando espaço na academia”, afirmam Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021, p. 67). Conforme já apresentado, um dos critérios iniciais para a seleção do *corpus*, foi o protagonismo do Povo Surdo em discursos

veiculados em sua primeira língua – Libras. Assim, para que fosse possível a análise da materialidade linguística e a análise discursiva, foi imprescindível o registro da tradução dos discursos gerados em Libras, para a Língua Portuguesa⁵⁹ na modalidade escrita, configurando-se como uma tradução interlinguística e intermodal.

Os procedimentos adotados nesse trabalho foram pautados nos pressupostos de Jakobson (1995); Halbir (2005); Rodrigues (2018) e Segala (2010), conforme abordagem no subtópico imediatamente anterior. Dessa forma, no processo de tradução interlinguístico e intersemiótico empregado, consideramos a gramática da língua fonte (Libras) e da língua alvo (Português Brasileiro escrito), utilizando estratégias mentais com o objetivo de transpor as especificidades culturais, levando em conta os significados, ou seja, a tradução do sentido.

Complementando o suporte teórico acerca da temática tradução, trazemos uma importante contribuição de Silva e Silva (2019) quando afirma que “não existe tradução perfeita, assim como não existe comunicação perfeita. [...] O essencial é transmitir o sentido – e o sentido está no uso – e na forma – por estar ligada ao sentido –, do modo mais idiomático possível” (SILVA e SILVA, 2019, p. 327).

Buscamos então, tornar a tradução dos discursos em Libras para a versão do Português Brasileiro na modalidade escrita, o mais próximo possível de sua versão original e para isso, aliamos as bases teóricas mencionadas às contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Michael Halliday (2004) cujos conceitos teóricos, como ferramenta de análise para uma orientação descritiva e discursiva dos Estudos da Tradução”, têm sido utilizados e expandidos. (Morinaka, 2010, p.73)

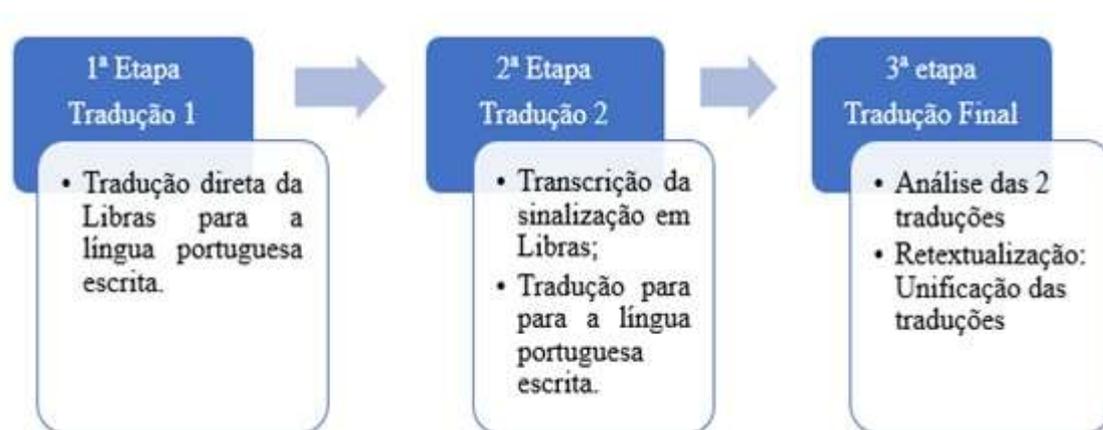
A utilização da teoria sistêmico-funcional em Estudos da Tradução é feita através da perspectiva da (re)textualização e da agnação. Significados que são escolhidos do eixo paradigmático e que são colocados em primeiro plano (textualizados) representam como as coisas e os fatos são percebidos dentro de um determinado sistema linguístico. Quando esses significados são traduzidos para outros sistemas linguísticos, os tradutores privilegiam alguns significados em detrimento de outros significados para a criação de uma representação no texto original e que, portanto, transforma-se em um potencial da linguagem. (MORINAKA, 2010, p. 83).

⁵⁹ O termo “Língua Portuguesa” sempre que utilizado nessa tese, corresponde ao português utilizado no Brasil e para evitar a exaustiva repetição, em alguns momentos foi adotado como sinônimo, o termo Português Brasileiro.

A proposta permite contextualizar a linguagem e seu uso dentro da sociedade, partindo-se do conceito de (re)textualização que envolve a escolha (agnato ou agnação⁶⁰) e a organização de significados já textualizados em uma língua para outra língua. Nesta pesquisa, assim como nos estudos de Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021), escolhemos realizar as traduções considerando as semelhanças semânticas e léxico-gramaticais que existem entre a Libras e a língua portuguesa na modalidade escrita, de acordo com os pressupostos acima mencionados, por contemplarem pertinentes contribuições às pesquisas que possuem a idiossincrasia de envolvimento entre duas línguas de modalidades diferentes simultaneamente.

Dessa forma, o processo de tradução dos fragmentos selecionados para composição do *corpus* inicialmente foi elaborado pela autora da tese⁶¹, na segunda etapa, por um tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais e a terceira etapa, foi elaborada pelos dois profissionais com a finalidade de unificar as duas traduções, como forma de validação da tradução, cujo quadro com os registros compõem o anexo 3 desse trabalho. Para melhor compreensão das etapas dos procedimentos de tradução, elaboramos o seguinte esquema:

Figura 4 - Etapas do procedimento de tradução



Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro momento, descrito no item 4.4 deste capítulo, foi denominado 1ª etapa na qual foi elaborada a tradução 1, o segundo momento – 2ª etapa, foi realizado por um profissional tradutor intérprete de Libras de forma independente da primeira fase e sem audição do

⁶⁰ Agnação, de acordo com Matthiessen (2001), é a semelhança entre algumas expressões no sistema multidimensional da linguagem.

⁶¹ As etapas da tradução foram redefinidas após sugestão da Profa. Dra. Ana Regina de Souza e Campello para procedimento de validação das traduções por um profissional atuante na área da tradução, na ocasião da qualificação do doutoramento.

vozeamento presente em alguns vídeos. Contemplou duas fases, na primeira foi realizada uma transcrição termo-a-termo da sinalização da língua-fonte (Libras), utilizando as palavras da língua portuguesa como empréstimo linguístico e na segunda fase, foi elaborada a contextualização dos discursos em língua portuguesa na modalidade escrita, correspondente à tradução 2 (vide anexo 3).

No terceiro momento, a pesquisadora teve acesso à transcrição e à tradução 2 e o segundo tradutor teve acesso à tradução 1, cada um analisou separadamente os fragmentos e assistiram novamente aos recortes dos vídeos selecionados. Em ambos os casos foram analisados os seguintes itens nas duas línguas: escolha dos termos em língua portuguesa; adequação linguística; termos específicos e suas variações linguísticas; elementos sociolinguísticos; contextos constitutivos; culturas, línguas e identidades envolvidas no processo.

O passo seguinte foi o compartilhamento das propostas de registro unificado, efetuado em concordância entre os dois tradutores, foram feitos os ajustes necessários para o procedimento da escolha de algumas expressões devido tanto à transculturalidade envolvida no processo quanto aos aspectos semânticos e idiomáticos das duas línguas, de maneira que a tradução unificada representasse a forma mais próxima possível dos discursos originais produzidos em Libras. Em seguida, chegou-se à versão final das traduções, a qual compõe o *corpus* dessa tese.

Dessa forma, o procedimento da tradução de cada fragmento adotou os preceitos teóricos aqui elencados, na medida em que reformulou um texto emitido em Libras (língua fonte) por meio da língua alvo (português brasileiro), considerando o contexto social em que foram originalmente pronunciados e com a finalidade específica de compor o *corpus*, resultando no que chamamos de retextualização, correspondente à versão final da tradução. Posto isso, urge retomar a caracterização do *corpus* da pesquisa no tópico seguinte.

4.4.3 Caracterização e Sistematização do corpus

Para retomarmos, assinalamos a importância da sistematicidade em pesquisa, pois segundo Prodanov (2013, p.17) configura-se como uma parceira da coerência, revela os esforços do pesquisador desempenhando a temática de forma ampla sem, contudo, esgotá-la,

por serem todos os temas inesgotáveis. Sob essa perspectiva, trataremos da sistematização e caracterização do material constituinte do *corpus*, ao que nomeamos de Etapa IV.

Com o intuito de apresentar o *corpus* de maneira didática definimos como estratégia metodológica, sempre com o foco principal em contemplar os objetivos da pesquisa, que inicialmente os dez vídeos selecionados serão caracterizados em quadro e em seguida apresentaremos os processos de sistematização e codificação dos discursos (textos visuais traduzidos para a língua portuguesa escrita). A ordem disponibilizada no quadro abaixo, corresponde a mesma sequência utilizada no Quadro 8 (pag. 117).

Quadro 10 – Contextualização dos vídeos

Vídeo N°	Instituição – veículo de comunicação	Título da <i>live</i>	Data da Publicação
01	UFBA	Dificuldades enfrentadas pela pessoa surda em situação de Pandemia	Mai/2020
02	UFCSPA	Coronavírus: Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva: existe acessibilidade na pandemia?	Mai/2020
03	UFRN	Ensino de Língua Portuguesa para Surdos na Pandemia	Julho/2020
04	UFS 1	Saúde Mental com os Surdos nesta Pandemia	Ago/2020
05	UFS 2	Libras em Ação: Expressões não manuais e a Comunicação na Pandemia	Ago/2020
06	UFSCAR	A Comunidade Surda e a Pandemia	Dez/2020
07	UFAL	Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em tempo de pandemia	Março/2021
08	UFG	Comunidade surda na pandemia	Mai/2021
09	UFP/UNIPAMPA/RS	WEBNÁRIO NSNSN - Acessibilidade para Surdos Pós-Pandemia	Set/2021
10	UNIASSELVI	Desenvolvimento científico de temas relacionados à educação de surdos na pandemia	Set/2021

Fonte: Elaborado pela autora

Destacamos que embora as *lives* estejam disponíveis no *YouTube*, sendo de fácil acesso a todas as pessoas, não nos interessa, nessa pesquisa, identificar e caracterizar os Surdos protagonistas, pois, consideramos a representatividade do Povo Surdo, conforme já configurado em parágrafos anteriores, sem, contudo, personificá-los individualmente. Visto que não trabalhamos com a pessoa empírica e sim, com os discursos produzidos socialmente pelos Atores Sociais Surdos. Partimos do pressuposto de que os atores sociais se identificam uns com

os outros. O ator social é consciente de si e do outro, possuindo a sua visão do mundo onde está inserido (DUBAR, 2005) e são constituídos discursivamente. Por tais razões, nos quadros 8 e 10, identificamos as instituições (configuradas como veículo de comunicação) e não os sujeitos Surdos, logo, o *corpus* não se refere às pessoas em particular, mas ao Povo Surdo em geral.

Para contextualização do momento pandêmico em que as *lives* foram promovidas pelas instituições, estabelecemos metodologicamente dois períodos: o primeiro corresponde ao ano de 2020, momento em que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a “Pandemia Mundial” no dia 11 de março, instalando-se um cenário de insegurança com transformações inéditas e drásticas nas rotinas de todas as pessoas. O mundo literalmente parou diante da nova realidade e desde o mês de fevereiro/2020 a maior parte da população brasileira foi bombardeada com informações oficiais, notícias e reportagens sobre o novo coronavírus, destacamos que esse conteúdo e suas respectivas atualizações não chegavam na mesma medida às pessoas surdas. Estas, ficaram dependentes de ações voluntárias de pessoas ouvintes que se comunicam em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para ter acesso às informações e explicações sobre a nova realidade que ainda era indefinida e anunciada mundialmente, situação vivenciada pela autora da tese e evidenciada no capítulo seguinte, por meio dos fragmentos.

As seis primeiras *lives* constantes no *corpus* foram promovidas pelas instituições entre os meses de maio a dezembro/2020, quando novas terminologias ou termos pouco usuais, foram incorporadas ao vocabulário diário da maioria da população brasileira falante da língua portuguesa: quarentena, coronavírus, covid-19, pandemia, período de incubação, distanciamento social, isolamento, autoisolamento, entre outros. Nesse período, ficou evidenciada a condição de vulnerabilidade dos falantes da Língua Brasileira de Sinais, tendo em vista que “as informações a respeito da pandemia Covid-19 oferecidas à comunidade surda não são eficazes, quando comparadas com a oferta de informações na mídia para pessoas ouvintes” (PAIVA; CARDOSO; SILVA, 2021, p. 100).

O segundo período corresponde ao ano de 2021, cabendo comentar que sem intencionalidade, as *lives* selecionadas foram publicadas concomitantemente nos meses de março e setembro/2021. No mês de janeiro, os processos de imunização no Brasil foram iniciados⁶², momento em que a pandemia continuava ativa e a circulação de informações nos canais de televisão e nas redes sociais, inclusive com orientações sobre as vacinas, continuavam

62 Maiores detalhes disponíveis em: http://ba.corens.portalcofen.gov.br/ha-1-ano-brasil-aplicava-1a-dose-da-vacina-contr-a-covid-19_67938.html. Acesso em 15 out. 2022.

veiculadas apenas na língua oral do país. No mês de abril, segundo a Fundação Oswaldo Cruz⁶³, a média diária de mortes por covid-19 no Brasil chegou a 3mil. Com o avanço da vacinação, podemos acompanhar com esperança a queda dos óbitos que no mês de setembro, segundo a mesma fonte, foi correspondente a média diária de 670, inclusive com registros de menor patamar no número de casos desde o início da pandemia.

Após esse breve contexto sobre as fases em que as *lives* constantes no quadro 09 foram idealizadas e realizadas de forma *on-line* na plataforma *YouTube*, refirmamos contemplando sua veiculação em Libras, por meio do protagonismo do Povo Surdo, prosseguimos com as próximas etapas da pesquisa.

Buscando alinhar os fragmentos dos vídeos às questões e objetivos de pesquisa, procedemos à organização dos textos em temáticas. Para esse passo, pautados na LSF, recorremos a mais um critério que correspondeu à regularidade semântica registrada nos discursos selecionados, com base em 23 (vinte e três) fragmentos considerados elegíveis que constituem o *corpus* final da tese e contemplarão as respectivas análises.

Na etapa seguinte da codificação, enumeramos os recortes dos discursos em Libras presentes nos vídeos selecionados, correspondendo à série de 01 a 23, para os quais estabelecemos a utilização da abreviatura “Frag” (Fragmento do discurso). Ex: FRAG/01 ... FRAG/12, etc. Por fim, com o intuito de disponibilizar uma visualização mais didática, a codificação para cada fragmento seguirá a seguinte ordem: Nº do Fragmento / Sigla da Instituição/ Data da publicação no formato MÊS-ANO.

Figura 5 - Exemplo de codificação



Fonte: Elaborado pela autora.

63 Dados disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/retrospectiva-2021-conheca-as-principais-noticias-de-setembro>. Acesso em 15 out. 2022.

Dessa forma, alinhados à temática central: Desafios de Acessibilidade Comunicacional durante a Pandemia, para procedermos à codificação, criamos o esquema acima onde foram contempladas as abreviaturas dos nomes das instituições à qual cada vídeo está vinculado na projeção do *YouTube* ver Quadro 8 (pag. 117) e as respectivas datas em que foram realizadas.

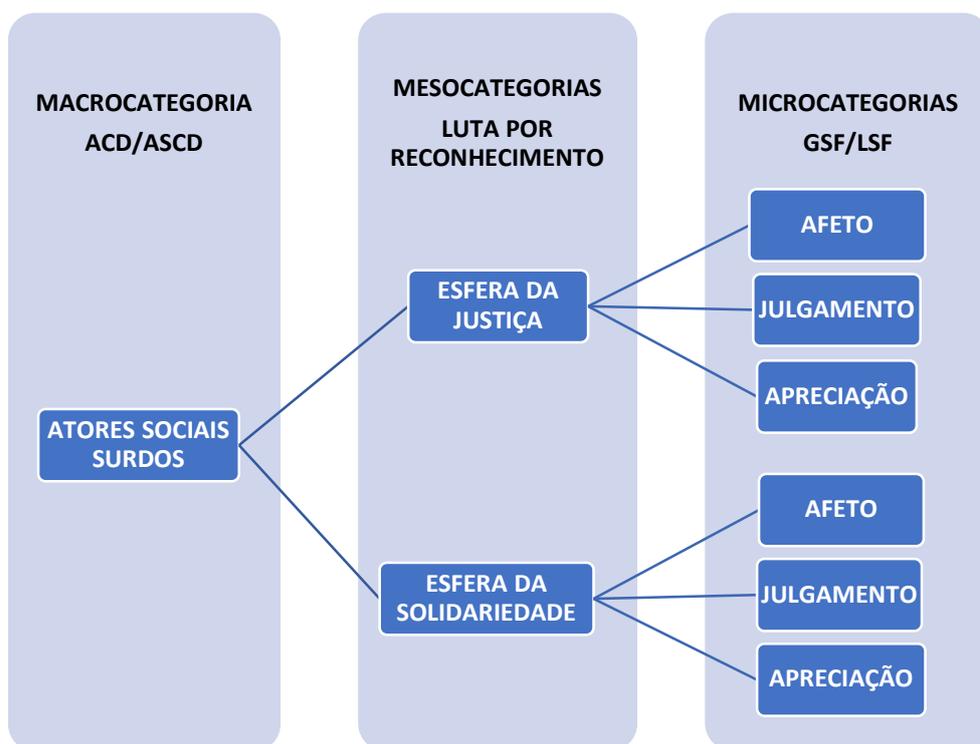
4.5 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Conforme destacado no primeiro capítulo dessa tese, temos consciência que a opção em desenvolver pesquisas em ACD/ASCD é um trabalho complexo, principalmente, por sua natureza potencialmente transdisciplinar, apresentando interpretações que emergem de distintos modelos de pesquisa, mas que mantêm características em comum; o que exige estudo para além do campo da Linguística do discurso.

Enquanto campo de estudos, a ACD é ligada pelo compromisso de acreditar nas pessoas e em seu poder de transformação social, e, corroborando com Irineu (2020, p. 14), à coragem de assumir a crítica “como arte de fazer-se crítica; à coragem para criticar os próprios limites da Linguística tradicional e dialogar transdisciplinarmente com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes, a Educação, a Comunicação, a Administração, a Saúde e tantos outros campos de diálogo”. Associamos a essa postura crítica, a iniciativa da professora Cleide Emília Faye Pedrosa, fundadora da corrente ASCD, em desenvolvimento, como uma abordagem sob a perspectiva de provocar novos caminhos e a induzir avanços à ciência, especificamente aos estudos críticos da linguagem.

Pautados no propósito de orientar as questões de pesquisa que nos inquietam desde o início da nossa “longa viagem”, no percurso da trilha final, sob a perspectiva de construir nas análises, diálogos com as teorias basilares, apresentamos a figura abaixo, como forma de situar os leitores em relação à vinculação das teorias às categorias definidas.

Figura 6 - Categorias de Análise



Fonte: Elaborada pela autora.

Portanto, utilizaremos como categoria macro os Atores Sociais, baseados na Teoria da Representação Social proposta por Theo Van Leeuwen (1997, 2008), nos estudos de Dubar (1997) e de CUNHA (2021). Segundo Melo (2012), uma das abordagens teóricas mais utilizadas em pesquisas da ACD, muitas vezes em interface com outras correntes, como é o caso desse trabalho. A essência da proposta de van Leeuwen está na representação dos atores sociais nos discursos, podendo ser representados por pessoas individuais e/ou por grupos, assim como refere-se à sua forma de inclusão e exclusão nos discursos, ambas registradas por meio das escolhas dos termos utilizados na língua dos respectivos produtores do discurso.

Destacamos que nesta pesquisa, os **Atores Sociais** - macrocategoria – são os Surdos constituídos discursivamente (por ações individuais – os discursos de cada Surdo; e por ações coletivas – os eventos promovidos pelas instituições). Sob essa perspectiva, os Atores Sociais, são nomeados **Atores Sociais Surdos** visto que são constituídos discursivamente e representam as temáticas abordadas nos fragmentos dos discursos analisados, ancoradas pela teoria Honnetiana.

No tocante ao campo sócio discursivo, promoveremos um diálogo com a **Luta por Reconhecimento** (HONNETH, 2003), no sentido de contribuir com atualizações na pauta

multidisciplinar da ACD/ASCD, e configuram-se como uma mesocategoria⁶⁴. Pois segundo Melo (2018, p. 200), pesquisas em ACD representam um desafio para si mesma em cada análise em que é aplicada, pois precisa ser constantemente revisitada. O suporte para esse empreendimento em busca de respostas às questões de pesquisa e ao alcance dos objetivos definidos, terá como fio condutor as categorias linguísticas do Sistema de Avaliatividade da LSF (VIAN JÚNIOR, 2010) nos seus subsistemas: **Afeto**, **Julgamento** e **Apreciação**, considerando as contribuições de outros autores que desenvolvem estudos com base nessa teoria e sem anular os outros subsistemas, aos quais podemos recorrer durante as análises.

O sistema de avaliatividade, possibilita ao pesquisador analisar ocorrências avaliativas interpessoais nos discursos, ou seja, de que modo os falantes (sinalizantes) se posicionam e/ou avaliam uma situação, um objeto, uma pessoa, uma entidade, entre outros. Dessa forma, será um valioso suporte para analisarmos a materialidade linguística presente no discurso dos Surdos, no que tange aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia covid-19, assim, configurando-se como microcategoria no procedimento das análises.

4.6 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Iniciamos com uma analogia sobre os caminhos de uma pesquisa e as trilhas de uma longa viagem. Traçamos nossa rota tomando de imediato algumas decisões em relação aos primeiros passos da jornada e em seguida apresentamos as questões de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos. Classificamos então a pesquisa do tipo qualitativa-interpretativista.

Prosseguindo, tratamos da forma adotada para coletar os discursos dos Surdos em Libras, fazendo uma interpelação sobre a tradução entre línguas. Sobre os passos metodológicos, resolvemos seguir o roteiro de Cunha (2021). Versamos brevemente sobre a peculiaridade da tradução intermodal e em seguida. Comentamos também sobre as peculiaridades da tradução, esclarecendo que nos processos de tradução o que acontece não é

⁶⁴ Adotamos neste trabalho, o significado etimológico do termo meso: do Latim medius, meio, o que está entre duas partes, intermediário, relacionado ao Grego meso = entre.

uma transferência e sim uma transformação via tradutor, leitor ou ambos. Trata-se de substituições que se produzirá e reproduzirá de alguma forma o discurso original protagonizado.

Apresentamos algumas decisões, pontuamos sobre o estabelecimento de critérios para definirmos o *corpus* e também detalhamos os procedimentos de sistematização e codificação utilizados. Por fim, apresentamos de forma sucinta, as categorias de análise elencadas para esse estudo, propondo links entre elas, pois no discurso, todas acontecem simultaneamente.

Dessa forma buscamos, por meio do arcabouço teórico, um diálogo igualitário, contudo, a fim de procedermos as análises, as teorias deram origem a categorias que foram configuradas pelo grau de abrangência: Macrocategorias, Mesocategorias e Microcategorias,

No capítulo seguinte, contemplaremos o procedimento das análises dos vinte e quatro fragmentos selecionados, com base nas categorias definidas, percorrendo do nível social ao linguístico e/ou vice-versa, na medida em que o processo envolve relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e entre o discurso e os recursos semióticos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, p. 2).

Longe da pretensão de chegarmos a conclusões finais, realizaremos as análises à luz das teorias abordadas, nessa tese, com a consciência de que “tudo o que fazemos em ciência deve poder ser refeito por quem duvide” (PRODANOV, 2017, p. 17).

5 PAUTA PANDÊMICA: ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS DE LUTA POR RECONHECIMENTO DO POVO SURDO

Um papagaio fazia parte da família, eu ficava intrigada porque todos falavam mais com o papagaio do que comigo. (VILHALVA, 2004, p. 13).

Como assinalamos até aqui, a configuração do *corpus* dessa pesquisa foi desenhando-se paulatinamente conforme fomos definindo os critérios, alinhando-os às questões de pesquisa, aos objetivos e às bases teóricas. Em coerência ao que destacamos no capítulo anterior, os mesmos lugares foram vistos com novos olhares, os caminhos foram percorridos até chegarmos neste ponto, quando procuramos ancorar os passos seguintes que nos conduziram ao alcance dos objetivos, trabalhando os pontos de convergências no diálogo entre as categorias analíticas, as teorias abordadas e as práticas sociais correlatas.

Considerando que o aporte teórico ACD/ASCD tem como característica a abordagem transdisciplinar, propomos a associação de diferentes campos, conceitos e autores. Assim, as

categorias sociais e linguísticas elencadas, não foram categorias predefinidas, mas que encaminham uma observação analítica, conforme proposta de Cunha (2021). Ressaltamos que as categorias gramaticais e discursivas elencadas seguiram, entre outros descritos no capítulo metodológico (Cap. 4, p. 97), os critérios de relevância, homogeneidade e sincronicidade com base em Bauer; Aarts, (2008), além da regularidade semântica identificada (HALLIDAY, 2004) nos fragmentos selecionados.

As questões de pesquisa, os objetivos definidos e a base teórica abordados nessa pesquisa, têm nos conduzido a um exame do *corpus* de forma mais profundamente possível da realidade social e vice-versa. Dessa forma, a pesquisa conta com três categorias de análise que se entrelaçam e dialogam constantemente, pontuaremos sobre cada uma delas separadamente, apenas como forma de clareza na explicação.

As categorias foram elencadas a partir de distintos campos teóricos com a proposta de articulação entre as mesmas, proporcionando um constante diálogo transdisciplinar, com base na ACD e em sua vertente de pesquisas decoloniais ASCD. A primeira, delineada como macrocategoria **Atores Sociais Surdos** - da ACD - Representação dos Atores Sociais com base em van Leeuwen (1997, 2008); Dubar (1997) e Cunha (2021); a segunda, demarcada como mesocategoria, a Luta por Reconhecimento alicerçada na teoria de Axel Honneth (2003); a terceira, nomeada como **Atitude, Gradação e Engajamento** – da LSF/GSF teoria proposta por Halliday (2004) e aprofundada por seus discípulos, correspondem ao Subsistema da Avaliatividade (VIAN JR, 2010; 2009; GOUVEIA, 2009; FUZER e CABRAL, 2014), sob a perspectiva de microcategoria, proporciona sustentação linguística nesse inovador percurso analítico. A seguir, uma breve apresentação da forma como será contemplada cada categoria, já iniciando as análises.

5.1 OS ATORES SOCIAIS

Longe dessa teoria ser um conceito uniforme, pertencente a uma área específica, as definições e reflexões sobre atores sociais nos remetem aos campos da psicologia, sociologia, educação e estudos linguísticos. Sendo assim, visivelmente a temática oferece elementos teóricos para uma tese completa. Considerando que categorizarmos em os objetivos o Povo Surdo como atores sociais, propomos um diálogo com as outras duas categorias: Sistema de

Avaliatividade e as Esferas do Reconhecimento. Para tanto, abordaremos as ponderações do sociólogo francês Claude Dubar (2005, 2006) e do linguista, semioticista e cineasta neerlandês-australiano, Theo van Leeuwen (1997, 2008).

Contemplando os pressupostos de van Leeuwen (1997, 2008), encontramos o conceito de atores como uma representação da língua. Partindo dessa conjectura, o autor desenvolveu a teoria da representação social no discurso, relacionando as pesquisas sobre a representação dos atores sociais com a Linguística. Contribuiu dessa forma, com a identificação no discurso verbal de estratégias linguísticas utilizadas para categorizar as pessoas e suas práticas sociais, através de categorias sóciosemânticas.

O autor investigou e mapeou as formas como as práticas sociais se transformam em discursos acerca delas mesmas, evidenciando questões ligadas ao poder, à ideologia e à hegemonia abordadas pela ACD. Aspectos caros para as análises. No entanto, van Leeuwen não contemplou as questões sociais ligadas às identidades, encontramos em Claude Dubar, de certa forma, uma complementação teórica para as análises que ensejamos, vejamos como isso foi constatado.

Os estudos de Dubar (2005, 2006) foram desenvolvidos à luz da sociologia, implicam em relações interpessoais, integração e adaptação em diferentes grupos, nos conduzindo para o conceito de identidades, que por sua vez suscita um processo de socialização. A concepção apresenta identidade como resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos variados processos de socialização que concomitantemente constroem os indivíduos e definem as instituições (2005, 2006).

Seguindo essa perspectiva, a socialização revela-se como um “processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades” (DUBAR, 2006, p. 17) que por sua vez são conectadas às variadas esferas das atividades que cada indivíduo encontra durante sua vida e das quais “deve aprender a tornar-se ator” (op. cit.).

É ao estudar ações coletivas (ou organizadas) como elaborações sociais e ao reconstituir os **mundos** dos atores (simultaneamente suas visões do mundo e suas categorizações da ação) que se tem mais chance de reconstituir e compreender os processos de socialização que permitem a coordenação das ações e a negociação dos **mundos** que sempre são mistos de interesses e de valores. Esses processos de socialização produzem identidades de atores que não se reduzem nem a habitus de classe nem a esquemas culturais. (ibidem, p.18, grifos do autor).

Portanto, essa teoria se recusa a reduzir os atores sociais a uma “categoria” predeterminada, seja por fatores socioeconômicos, por sua origem social ou sociocultural, a

abordagem central refere-se à maneira pela qual esses atores se identificam uns com os outros. Assim, cada ator (consciente de si e do outro) possui a sua visão do mundo onde está inserido. Nessas relações, não se considera apenas um contexto dado, pois cada um tem sua história, sua trajetória subjetiva, além das atuais parcerias contextuais. Cada ator pode assumir formas diversas, bem como diversas são as maneiras de se expressar.

Tal visão de procedimentos de análises pelo viés sociológico, apresenta dois eixos de identificação de uma pessoa considerada ator social: um eixo sincrônico (contexto da ação) e um eixo diacrônico (trajetória subjetiva, socialmente construída), havendo possibilidades de articulação entre os dois. É assim que constituímos as categorias de análise, articulando e relacionando as identidades Surdas construídas (por ações individuais – os discursos de cada Surdo; e por ações coletivas – os eventos promovidos por instituições) e manifestadas nos discursos do *corpus* dessa pesquisa, em diálogo com as esferas do reconhecimento (relações jurídicas e da comunidade de valores – solidariedade) e com o sistema de avaliatividade por meio das emoções consideradas em processos históricos e em contextos simbólicos através da linguagem.

Sob essa perspectiva, na fase de idealização das análises, configuramos a categoria **atores sociais** nas esferas das **relações jurídicas e da comunidade de valores – solidariedade**, imbricadas com as instâncias do **afeto**, do **juízo** e da **apreciação**, estabelecendo uma interlocução com a categoria linguística avaliatividade, obviamente por termos identificado no *corpus* um elo forte e recorrente entre as três.

Por decisão metodológica, convencionamos apresentar os fragmentos selecionados que compõem o *corpus* subdivididos da seguinte forma: **Atores Sociais Surdos e a Esfera da Justiça** e **Atores Sociais Surdos e a Esfera da Solidariedade**, em diálogo demarcado com as outras duas categorias. Adotaremos também uma sequência temporal, com o intuito de contextualizar o momento pandêmico em que as *lives* foram publicadas na Plataforma *YouTube* procedendo, assim, a apresentação dos fragmentos correspondentes a cada categoria, por períodos referentes às datas de suas realizações, podendo ser agrupadas no caso de abordagens que abrangem campos semânticos semelhantes. Os períodos situam-se entre os meses de maio/2020 a setembro/2021, conforme detalhamento feito no capítulo metodológico.

5.2 A LUTA POR RECONHECIMENTO

Identificamos durante as discussões nos capítulos teóricos, bem como no metodológico, que a Luta por Reconhecimento (LR) perpassa por toda a tese. Tal constatação foi paulatinamente tornando-se evidente, até consolidar-se na fase da geração de dados para configuração do *corpus*.

Assim, já configurada como mesocategoria analítica, contemplada na formatação de **Atores Sociais Surdos na esfera da Justiça e Atores Sociais Surdos na esfera da Solidariedade**, retomamos de forma sucinta as discussões do capítulo 4. A teoria proposta por Axel Honneth, aponta três princípios integradores: as ligações emotivas fortes; a adjudicação de direitos e a orientação por valores - solidariedade.

O primeiro é concretizado com base no afeto, expresso nas relações de amor e são fundamentais para a estruturação da personalidade dos atores sociais. Destacando que tais relações são analisadas sob a ótica psicanalítica de Donald Winnicott, Honneth (2003) focaliza a efetivação dessa esfera nas analogias das relações experienciadas entre mãe e filho, pontuando que se transformam durante o desenvolvimento da criança, iniciando com uma fase de total dependência, passa pela dependência relativa culminando com o estabelecimento da autonomia, quando mães e filhos sobrevivem independentes e sozinhos. Procede assim, o desenvolvimento da autoconfiança dos atores sociais em si mesmos, no outro e no mundo. Considerando que as teorias psicanalíticas fogem do domínio teórico tanto da pesquisadora quanto do grupo de pesquisa da ASCD, as relações da esfera do amor não compõem as categorias de análise por isso não foi contemplada nos objetivos definidos.

As relações jurídicas – de direito - configuram-se como o segundo princípio e pautam-se nas concepções morais universalistas estabelecidas na modernidade; tem como pilar o sistema jurídico, que por sua vez, deve expressar e garantir direitos universais para todos os membros da sociedade, sem admitir privilégios e gradações, muito menos exclusões. Quando tudo acontece dentro desses parâmetros, por meio do direito, os atores sociais se reconhecem reciprocamente como seres humanos providos de igualdade e partilham a participação em todas as instâncias da sociedade em formações discursivas.

Dessa maneira, constitui-se o autorrespeito. Patamar em que os atores sociais têm a consciência de respeito a si próprio, pois merece o respeito de todos os outros (HONNETH, 2003). O autor esclarece que esse estágio de igualdade, só é atingido por meio de lutas por reconhecimento e enfrentamentos para construção dos direitos civis, políticos e sociais, voltados para configuração de cidadãos de igual valor.

O terceiro princípio acontece no âmbito das relações de solidariedade, possibilitando uma vivência orientada por uma comunidade de valores, onde os atores sociais experienciam

a valorização de suas peculiaridades. “Para chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos, precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social” (HONNNETH, 2003, p. 198). Somente nessa esfera os atores sociais referem-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas.

Distante de ser uma teoria utópica, como a princípio possa parecer, Honneth (2003) associa a cada esfera, três formas de desrespeito, respectivamente: i) aquelas que afetam a integridade corporal, comprometendo sua autoconfiança básica; ii) a denegação de direitos que elimina o autorrespeito pois impõe o sentimento de não possuir o *status* de igualdade; iii) a autoestima é afetada pelas referências negativas de valor, vivenciadas. Quando acontece o desrespeito e a degradação, a integridade dos atores sociais é comprometida, impedindo a sua realização de forma ampliada.

Honneth destaca que as experiências de não reconhecimento e de desrespeito podem causar lesões psíquicas capazes de desconstruir a identidade de uma pessoa, tendo em vista que pode ferir a autocompreensão positiva de si próprio.

Diante das referências negativas, o rebaixamento e a humilhação são inevitáveis e ameaçam a constituição das identidades. Mas Honneth (2003) desperta para o fato de que o desrespeito pode da mesma forma, reverter-se em impulso motivacional para lutas sociais. Para ele, luta social é o processo “no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (op. cit. p. 257).

Identificamos nesse contexto, a LR dos atores sociais Surdos, quando reivindicam acessibilidade comunicacional por meio de sua primeira língua – Libras, pois sem a efetividade desse direito universal à informação e à comunicação, sofrem denegação e privação no âmbito da esfera do direito.

Conforme anunciamos no capítulo anterior, apresentamos a proposta de análise baseada no tripé teórico: ACD/ASCD – Atores Sociais, Luta por Reconhecimento, no campo sóciodiscursivo e o Sistema de Avaliatividade/LSF sob o viés analítico dos subsistemas Afeto, Julgamento e Apreciação prioritariamente, no campo linguístico para as quais trazemos as categorias **Atores Sociais Surdos na Esfera da Justiça e Atores Sociais Surdos na Esfera da Solidariedade**. Pontuamos que as categorias se entrelaçam, devido à natureza do *corpus* e dos objetivos da tese. Ponderemos sobre a terceira categoria no subtópico que segue.

5.3. A AVALIATIVIDADE

A categoria responsável por dar conta da parte linguística neste trabalho é o sistema de avaliatividade⁶⁵ (HALLIDAY, 2004; MARTIN e WHITE, 2004) que se insere na vertente de análise crítica do texto como instrumento de análise de elementos intra e extralinguísticos que se relacionam e constituem a produção discursiva.

Em sua configuração, a avaliatividade se subdivide em três campos de interação: **Atitude, Engajamento e Gradação**. O campo da atitude apresenta três classificações como subsistemas: **o afeto** - recurso com a finalidade de expressar emoções no discurso, sejam elas positivas ou negativas; **o julgamento** – evidencia a avaliatividade das atitudes das pessoas, em relação ao seu caráter e ao modo como se comportam, são avaliações que podem conduzir a pessoa a ser elevada ou rebaixada socialmente; **a apreciação** é a instância em que o foco é o objeto da avaliação, revela reação quando o objeto de algum modo chama a sua atenção, em relação ao equilíbrio, à complexidade e ao valor, ou seja, o quão relevante o objeto/situação parece.

Para exemplificar a aplicabilidade desses sistemas e subsistemas, trazemos o quadro abaixo:

Quadro 9 - Características principais dos subsistemas da ATITUDE

SUBSISTEMAS	AFETO	APRECIÇÃO	JULGAMENTO
NUANCES			
AVALIAÇÃO E FOCO	Emoções Foco no avaliador	Forma, aparência, composição de objetos, fenômenos naturais, processos e performances Foco no avaliado	Comportamentos humanos Foco no avaliado
CATEGORIAS	Positivo/Negativo	Positivo/Negativo	Positivo/Negativo

⁶⁵ No capítulo metodológico, enfatizamos sobre os subsistemas da LSF.

	Autoral e Não Autoral	Reação/Composição e Valor social	Estima social Sanção social
QUESTÃO E LINGUAGEM	“Como se sente em relação a isto?” Linguagem emocional	“O que você acha disso?” Linguagem estética	“Como você julga este comportamento?” Linguagem ética

Fonte: Adaptado pela autora com base em Halliday (2004); Martin e White (2004).

Ressaltamos que esses três modos, **afeto**, **juízo** e **apreciação** são essencialmente interligados, visto que todos relacionam-se à expressão de sentimentos. A distinção entre eles é que no **afeto**, os sentimentos são identificados como reações humanas a um certo estímulo, por isso o foco está no falante (sinalizante); no **juízo** e na **apreciação** os sentimentos são institucionalizados e sendo assim, o foco da avaliação concentra-se nas propriedades do objeto, fenômeno/situação/pessoas avaliadas.

Para finalizar as ponderações sobre essa categoria, destacamos que um fator relevante para as análises consiste em explorar trilhas que nos conduzam ao entendimento das emoções em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados pelos atores sociais Surdos durante a pandemia da covid-19. Durante as pesquisas para constituir o *corpus*, identificamos recorrência significativa de relatos de experiências predominantemente coletivas, nos quais os participantes (atores sociais Surdos) compartilham suas emoções e expõem episódios, vivências, construindo sentidos e dessa forma ressignificam suas lutas por reconhecimento através da Avaliatividade discursiva. Assim, temos estabelecido o diálogo entre as três categorias.

5.4 OS ATORES SOCIAIS SURDOS

Os Atores Sociais Surdos assim denominado nessa tese remetem a três teorias: à teoria dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1997, 2008; DUBAR, 2004); à Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004; MARTIN e WHITE, 2004; VIAN JR, 2010) e à Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2003). A proposta é uma interação entre elas, considerando que existem pontos comum entre as mesmas. Assim, a essência das análises consiste em direcionar um olhar transdisciplinar para o *corpus*, seguindo a pauta de pesquisas em ACD.

As análises linguísticas apoiam-se principalmente no subsistema atitude da Avaliatividade que envolve opinião, avaliação, emoção, comportamentos e posicionamentos em relação a eventos, fatos e episódios. Todavia, não anularemos os demais subsistemas, aos quais recorreremos quando julgarmos necessário, visando enriquecer as análises. Segundo Martin e White (2004), a atitude engloba significados por meio dos quais os textos e seus sinalizantes⁶⁶ conectam valores subjetivos ou avaliações a participantes e processos com referência a respostas emocionais ou a sistemas de valores culturalmente orientados.

Concomitantemente as análises sóciodiscursivas embasam-se na esfera das relações de justiça (aspectos vinculados aos objetos de direitos) e de solidariedade (aspectos vinculados à rede dinâmica de estima social – relações de grupo) da teoria Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2003) e obviamente na categoria atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997, 2008; DUBAR, 2004), considerando as formas como as práticas sociais são evidenciadas e transformadas nos discursos acerca delas mesmas.

5.4.1. ATORES SOCIAIS SURDOS NA ESFERA DA JUSTIÇA

Ressaltamos que as análises são pautadas no domínio semântico dos textos originalmente produzidos em Libras, os procedimentos de tradução para língua portuguesa escrita estão descritos no corpo⁶⁷ deste trabalho. Nesse ponto, trazemos ao foco os excertos selecionados em forma de exemplos, para início das análises. Iniciaremos com os fragmentos que identificamos na esfera da justiça, segundo a teoria honnetiana.

EXEMPLO 1:

FRAG01/UFBA/MAI-2020: *“Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido, será que posso mandar whatsapp? Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele”.*

⁶⁶ Considerando que o *corpus* é constituído em sua totalidade por discursos pronunciados exclusivamente em Libras, doravante utilizaremos o termo **sinalizante** ao invés de falante (exceto em citações diretas) para deixar inequivocadamente demarcado que os textos foram originalmente registrados em língua de sinais.

⁶⁷ Ver detalhamento no capítulo 4 dessa tese: Caminhos metodológicos.

No mês de maio/2020 os índices registrados de casos de covid no Brasil chegavam ao patamar de 100mil e o número de óbitos por dia⁶⁸ ultrapassava 400, muitas pessoas perdiam a vida antes mesmo de serem atendidas em unidades de saúde, a superlotação aumentava e as dificuldades para o acesso aos serviços de saúde ficavam ainda mais complicadas em todo país, principalmente para os grupos vulneráveis. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) – publicou a Recomendação 036/2020⁶⁹ indicando medidas de distanciamento social restritivas (lockdown=confinamento) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de covid-19 e com taxa de ocupação dos serviços em níveis críticos.

Dentro desse contexto, o FRAG01/UFBA/MAI-2020 da *live* intitulada “Dificuldades enfrentadas pela pessoa surda em situação de Pandemia”, evidencia sua identidade cultural: “*eu surdo*” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2014; RICHERT, 2006; CAMPELLO, 2008; PERLIN; STROBEL, 2014), configurando-a como construção coletiva. Em seu discurso, fica claro que a reafirmação da cultura se revela como um campo de forças subjetivas que dá sentido(s) ao grupo (SÁ, 2004). Dessa forma, demarca também uma situação de vulnerabilidade, visto que o Povo Surdo pertence a um grupo minoritário que luta para que sua cultura seja incluída e legitimada no amplo contexto social formado em sua maioria por pessoas ouvintes.

O discurso revela-se como uma dimensão da prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) à medida em que o ator social surdo situado nesta esfera, por meio da semiose das práticas sociais, “age, representa e identifica a sua forma de existir no mundo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 97). Vemos então a materialização da prática discursiva na forma da linguagem (MAGALHÃES, 2001), nesse caso, registrada em língua de sinais, em um contexto que aborda um problema social - “*Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele*” - do ser Surdo vivenciando o contexto pandêmico de forma diferente. “Diferente porque se comunica e se relaciona com o mundo de forma diferente do ouvinte. É outra cultura, outra forma de ver e compreender o contexto ao seu redor” (FRANCO, 2014, p. 62).

Sob essa perspectiva, temos que a linguagem desempenha um papel fundamental nas experiências (individuais ou coletivas), representada pelos atores sociais como indivíduos socialmente organizados por meio do protagonismo de grupos que revelam em seus discursos

⁶⁸ O número de casos diários e mortes por COVID-19 pode ser acessado em: <https://covid.saude.gov.br/> e em: <https://www.tudocelular.com/tech/noticias/n154352/coronavirus-brasil-mundo-relatorio-covid-19.html>. Acesso em 03 nov. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em 03 nov. 2022.

as formas sociopolíticas de poder e manifestação, visto que revelam as posições que ocupam, onde e como estão situados (VAN LEEUWEN, 2008). Nesse aspecto, o autor estabelece que o compartilhamento de uma ideia por meio da manifestação verbal, significa confirmar um vínculo social e respectivamente uma identidade.

Ao mesmo tempo que demarca a identidade e o problema social do Povo Surdo em um momento de crise mundial na saúde, o FRAG01/UFBA/MAI-2020 demonstra sua preocupação “*como vou fazer? [...] como serei atendido?*”, traz ao debate público a situação de privação do Povo Surdo aos seus direitos fundamentais, revela a consciência do reconhecimento denegado, por meio de experiências vivenciadas de forma negativa, ou seja, temos o registro de “quando os atores sociais sofrem de maneira visível com a falta da autorrelação prática” que se configura no acesso aos direitos e garantias fundamentais de todos os seres humanos (HONNETH, 2003, p. 197). O discurso em pauta revela a consciência de que a língua de sinais não é utilizada nos serviços de saúde, por ser língua minoritária, embora não tenha sido explicitamente dito, está implicitamente pressuposto em seus questionamentos.

Nessa formulação, podemos também estabelecer, com base no Sistema da Avaliatividade (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2010), especificamente no subsistema atitude, que no FRAG01/UFBA/MAI-2020, as emoções são registradas no que se refere ao campo semântico do afeto, de forma negativa. Revela preocupação, insatisfação e insegurança em relação à situação de isolamento social (por morar sozinho e por comunicar-se em uma língua minoritária) no contexto pandêmico. No campo da apreciação, a categorização é também negativa “*Como eu vou fazer?*”, “*Como serei atendido...*” revela que a língua de sinais não tem prestígio, não tem valor social, a maioria das pessoas não se comunica em Libras, logo, o ator social sabe que terá problemas para estabelecer a comunicação no caso de precisar de atendimento nos serviços de saúde.

Considerando as dificuldades comunicacionais enfrentadas pelos Surdos em seu história (PEDROSA, 2019; PEDROSA; ALVES; OLIVEIRA, 2021; PERLIN, 2008; CAMPELLO, 2008; SANTOS, 2021; STROBEL, 2006, entre outros) é justificável o julgamento negativo que FRAG01/UFBA/MAI-2020 apresenta em relação ao uso da Libras pelas pessoas ouvintes, ao mesmo tempo em que aciona o subsistema Engajamento (VIAN JR, 2010) quanto estabelece um enunciado Heteroglóssico, ao enunciar questionamentos sobre a situação de ser Surdo e necessitar de atendimento que será feito por pessoas ouvintes, no sentido linguístico, o procedimento verificado é de expansão dialógica, quem pergunta espera uma resposta.

Ao mesmo tempo, o falante assume uma postura engajada a partir da consciência de sua condição de usuário de uma língua minoritária. Quando discursivamente, fica evidenciado que

o Povo Surdo tem preocupação e insegurança sobre a necessidade de atendimento aos serviços de saúde, é porque há em sua memória, registros de experiências negativas.

É nesse sentido que identificamos os eixos sincrônico e diacrônico (DUBAR, 2006) imbricados, considerando que o Surdo se torna ator social, constituindo-se discursivamente na prática social (*live*), expressando sua identidade cultural, revelando sua visão do mundo onde está inserido, em sincronia com o momento pandêmico. Concomitantemente é conectado à sua trajetória de vida, que lhe remete à memória de experiências vivenciadas e consciente de si, enquanto minoria linguística, expressa preocupação e incerteza em relação ao seu atendimento (acesso) nos serviços de saúde. Realidade que é reafirmada pelo *FRAG02/UFBA/MAI-2020*.

EXEMPLO 2:

FRAG02/UFBA/MAI-2020: “É preciso avançar nas tecnologias de acessibilidade para surdos e surdo cego, ainda mais. Imagine a dependência que há em buscar serviços essenciais para essas pessoas, agora na pandemia”.

Podemos ver nesse excerto uma reivindicação por acessibilidade comunicacional para “*surdo e surdo cego, ainda mais*” e somos remetidos ao subsistema de Gradação que é parte constituinte dos valores do afeto, julgamento e apreciação, construindo níveis maiores ou menores (CRUZ, 2012). Nesse trecho específico, a gradação opera na escala de intensidade, quando destaca que o surdo-cego necessita “*ainda mais*”, deixando evidente que a necessidade desses atores sociais é mais intensa. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que reivindica o direito à acessibilidade, demonstra solidariedade, tipificada em relações de grupo que se originam na experiência de circunstâncias desafiadoras, negativas (HONNETH, 2003). No caso em pauta, tais relações estão manifestadas discursivamente num cuidado ativo direto com o bem estar alheio – cuidado baseado num interesse afetivo, o que revela o entrelaçamento entre os aspectos discursivos e sociais, evidenciando afinamento analítico com a ASCD que preza pelo empenho dos pesquisadores em estabelecer conexões entre a linguagem e a estrutura social (PEDROSA, 2018).

O *FRAG02/UFBA/MAI-2020*, aponta a situação de vulnerabilidade do grupo em questão: “*Imagine a dependência que há em buscar serviços essenciais para essas pessoas, agora na pandemia*” que corresponde à avaliatividade das atitudes das pessoas, em relação ao

modo como se comportam (VIAN JR, 2010), situando-se no substistema do Julgamento. O julgamento referente à estima social aborda avaliações que podem levar os atores sociais a serem elevados ou rebaixados socialmente, no caso, classificando-se no âmbito da tenacidade, quando se efetivam relações de dependência. Embora não tenha sido afirmado de forma explícita, verificamos que o *FRAG02/UFBA/MAI-2020* envolve a reprovação da atitude da sociedade que não utiliza a língua de sinais para se comunicar com os falantes da Libras, quando ressalta a “*dependência*” do Povo Surdo para ter acesso aos direitos no atendimento em serviços de saúde durante a pandemia.

O trecho “*É preciso avançar nas tecnologias de acessibilidade para surdos e surdo cego, ainda mais*”, nos remete à concepção de tecnologias como “uma forma de conhecimento que está conectada às relações e atividades sociais bem como a objetos tecnológicos (SCHLINDWEIN, 2014, p.31). Logo, “*é preciso*” que as tecnologias se integrem às dinâmicas dos contextos de pandemia instaurados e contemplem a acessibilidade para Surdos e surdos-cegos, nos âmbitos da produção e distribuição de informação.

Percebemos então, que o poder linguístico se manifesta como determinante na definição de políticas públicas e revelam conflitos linguísticos entre a maioria e as minorias linguísticas, submetidas às violações dos seus direitos, seja pela ação ou pela omissão dos Estados nacionais na contemporaneidade (SILVA; ABREU, 2020). O fato é que a linguagem media as relações humanas e mobilizam relações assimétricas de poder. É nesse ponto que os Atores Sociais Surdos estão constituídos discursivamente nesta pesquisa (por ações individuais - em cada discurso e por ações coletivas – *lives*, à medida em que fornecem subsídios importantes para os estudos de fenômenos representativos (VAN LEEUWEN, 2008), aqui especificamente os desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados pelo Povo Surdo no período pandêmico.

Os exemplos a seguir estão agrupados por abordarem o contexto dos desafios da acessibilidade comunicacional no âmbito familiar e terem sido pronunciados no primeiro período da pandemia da covid-19 estabelecido neste trabalho, conforme delimitado no capítulo metodológico.

O panorama da pandemia da covid-19 no Brasil revela que o número de óbitos teve um pico no mês de maio/2020, registrou um leve recuo em junho/2020, apresentou nova alta em julho/2020 e depois a curva começou a recuar até o final do mês de outubro/2020. Em novembro, durante a primeira quinzena os números estabilizaram. Em dezembro, o número de casos voltou a subir e havia previsão de aumento na curva do número de óbitos.

Diante desse cenário de incertezas, orientações sobre as formas de prevenção, cuidados com higiene e uso de álcool em gel, uso de máscaras, distanciamento social, isolamento de

infectados, pesquisas sobre vacinas eram veiculadas diariamente e transmitidas pelos meios de comunicação, sendo os canais de TV aberta os mais acessados pela população em geral.

EXEMPLO 3:

FRAG03/UFCSPA/MAIO-2020: “Os surdos assistem as reportagens sobre covid na TV e não tem legenda, às vezes entendem, às vezes não; eles perguntam pra família; respondem sinalizando resumidamente ou não sabem língua de sinais e eles ficam sem informação, agora em isolamento principalmente o surdo que não tem acesso à internet, ele está sem comunicação”.

EXEMPLO 4:

F05/UFRN/JULHO-2020: “Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação [...] Agora imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família, sem acesso à internet, sem a possibilidade de ir para a escola, é terrível essa realidade”.

EXEMPLO 5:

FRAG06/UFS1/DEZ-2020: “Quando em casa as crianças surdas perguntam o que está acontecendo, os familiares não têm paciência para explicar, repassar as informações corretas. Se informam, é bem resumido”.

Observamos o registro de denúncias em *FRAG03/UFCSPA/MAIO-2020* no tocante à falta de acessibilidade na programação de TV e à falta de interação em casa, em família, um sentimento de frustração por não poder estabelecer a interação e a comunicação em seu próprio lar, demarcando o momento de isolamento da pandemia. Diversas pesquisas inscritas nos Estudos Surdos pelo viés da ACD (PEDROSA; ALVES, 2022, ALVES; PEDROSA, 2021; FERNANDES; SANTOS, 2021; PEDROSA et al., 2021; PEDROSA, 2020, OLIVEIRA; BARBOSA, 2019; BRITO, 2018.) constatam que a sociedade e a família dos Surdos continuam produzindo e reproduzindo práticas colonialistas por meio da manutenção da supremacia ouvinte, Dessa forma, as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os Surdos continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos, não apenas no Brasil, mas em diferentes partes do mundo (LANE, 1997).

O excerto F05/UFRN/JULHO-2020 reafirma: “*Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação*”, revela que padrões de perfeição e normalidade não permitem considerar a capacidade de comunicação do Povo Surdo. O reconhecimento é um conceito normativo (HONNETH, 2003), dessa forma, ao reconhecer o Surdo como portador de uma deficiência, a família e a sociedade atribuem-lhe o *status* normativo de incapaz, sendo assim, a falta do sentido da audição torna-o impossibilitado de estabelecer a comunicação e acomoda os ouvintes no sentido de não aprenderem a língua de sinais.

Ao mesmo tempo visualizamos um apelo: “*e isso poderia facilitar na interação*”, pois o que precisamos enxergar não é a falta do sentido da audição, mas a capacidade de comunicação, essa deve ser a temática central no abissal propósito de utilização dos sentidos físicos. Estamos falando aqui do exercício do poder hegemônico para manutenção do controle sobre o que é legitimado e permitido pela maioria (VAN DIJK, 2008), ou ainda, sobre a inviabilização da ocupação de lugares em territórios já ocupados, demarcados pela jurisdição ouvintista (FRANCO, 2014).

Ainda no mesmo trecho identificamos o Julgamento feito pelo ator social F05/UFRN/JULHO-2020 em relação ao comportamento da parentela: “*Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação*”. Fica evidente que uma Atitude, um comportamento que “*poderia facilitar na interação*”, não é assumido pelos familiares do Povo Surdo, o que conduz ao seu rebaixamento, pois o resultado é a falta de interação entre ouvintes e Surdos no ambiente familiar.

Na afirmativa: “*não tem legenda, às vezes entendem, às vezes não*”, demonstra a denegação do direito linguístico (Lei 10.436/2002) e do direito à acessibilidade comunicacional (Lei 10.098/2000), além de reafirmar a condição de vulnerabilidade do Povo Surdo durante a pandemia em relação à falta de acesso às informações, visto que “*às vezes entendem, às vezes não*”. O discurso em pauta corrobora com Guimarães (2021, p. 5): “a Libras ainda é desconhecida pela maior parte da sociedade e pelos próprios familiares de pessoas surdas”.

Na sequência argumentativa, “*não tem legenda [...] e eles ficam sem informação*” do FRAG03/UFCSPA/MAIO-2020 no campo do julgamento fica evidente a avaliação das atitudes das pessoas ouvintes que adotam o comportamento negativo de denegação do direito (HONNETH, 2003) ao acesso à comunicação por meio da legenda e aponta uma consequência dessa conduta: “*e eles ficam sem informação*”, trazendo à tona a questão da sanção social (VIAN JR, 2010) pois os ouvintes por meio desse procedimento inadequado, condenam o Surdo à desinformação.

Quando o F05/UFRN/JULHO-2020 sugere: “*Agora, imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família, sem acesso à internet, sem a possibilidade de ir para a escola, é terrível essa realidade*”, a avaliação é proposta no campo do afeto, indicando emoções negativas que remetem ao abandono, à insatisfação e infelicidade. Pois “*é terrível essa realidade*” do Povo Surdo em isolamento e sem informações completas sobre a situação pandêmica, reforçada pelo FRAG06/DEZ-2020: “*os familiares não têm paciência para explicar, repassar as informações corretas. Se informam, é bem resumido*”. Fica demarcado desafio da falta de acessibilidade às informações sobre a pandemia da covid-19 do Povo Surdo durante a pandemia.

Prosseguindo com a empreitada analítica à luz da LSF por meio do Sistema de Avaliatividade no campo do afeto, que nos permite acessar o imaginário em relação às emoções reveladas no discurso (GOMES, 2020), o trecho “*Agora, imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família*”, nos sugere idear sobre as experiências de insatisfação, insegurança e exclusão do Povo Surdo em um momento de crise.

Ressaltamos que o momento do FRAG06/DEZ-2020, em dezembro de 2020 os casos de covid-19 voltaram a atingir alto patamar, registrando mais de 6 milhões acumulados desde o início da pandemia e o número diário de óbitos configuravam uma média de quase 700 mortes diárias. Lembramos que desde o registro do primeiro óbito no Brasil (março/2020), já decorriam seis meses e o discurso dos Atores Sociais ainda registravam falta de informação sobre a pandemia.

Havia uma situação de crise sanitária mundial e diversos países anunciavam uma crise econômica, o Brasil estava inserido nesse contexto, logo, em dialogismo, acionamos o eixo sincrônico (DUBAR, 2004) no trecho “*Agora, imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família*”. Adotamos para o termo crise, o conceito de “fase difícil vivida por um grupo ou um indivíduo [...] que “remete a uma ruptura de equilíbrio entre diversos componentes; [...] uma perturbação de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da identidade” (DUBAR, 2004, p. 14).

Apoiados nesta teoria, identificamos uma crise de identidade no Ator Social Surdo, quando verificamos que além da falta de interação em sua casa, os Surdos vivenciaram uma situação inusitada: “*sem a possibilidade de ir para a escola, é terrível essa realidade*”. Sob essa perspectiva, articulamos o eixo diacrônico desse ator social em sua trajetória subjetiva, socialmente construída, que nos permite constatar a interrupção em seu fluxo cotidiano, impactando assim, sua experiência individual e/ou na dinâmica do grupo do Povo Surdo. Por

isso, o Ator Social Surdo foi incisivo: “*Agora, imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família*”.

Proseguimos com outros fragmentos dos Atores Sociais Surdos identificados classificados no âmbito da esfera da Justiça, por serem referentes à adjudicação de direitos.

EXEMPLO 6:

FRAG07/UFS2-AGO/2020: “De um lado tem os surdos e do outro lado os ouvintes. Pelo fato de ouvirem, os ouvintes facilmente tiveram acesso às informações, aos conhecimentos em tempo pandêmico, e em relação aos surdos? Os prejuízos comunicacionais impostos pela inacessibilidade causaram muita irritabilidade, ansiedade, parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem”.

No início de sua argumentação, *FRAG07/UFS2-AGO/2020* demarca literalmente a diferença entre ser Surdo e ser ouvinte: “*De um lado tem os surdos e do outro lado os ouvintes*”, para enfatizar o privilégio dos ouvintes no acesso às informações durante a pandemia: “*Pelo fato de ouvirem, os ouvintes facilmente tiveram acesso às informações, aos conhecimentos em tempo pandêmico*”. Fica assim, evidenciada a vantagem em relação à acessibilidade comunicacional das pessoas que ouvem e utilizam a língua oral e confirma as ponderações feitas por Abreu (2020) sobre a cruel realidade de que em termos gerais, a sociedade brasileira estruturou seus pilares políticos, sociais e jurídicos alicerçados na ideia de que o Brasil é um país monolíngue: “O Brasil é atualmente reconhecido pela sua inércia em matéria de proteção aos direitos linguísticos” (ABREU, 2020, p.02).

É sobre isso que trata o discurso do *FRAG07/UFS2-AGO/2020*, sobre sentir-se do “outro lado” da linha invisível – abissal – que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que divide a realidade social em dois universos ontologicamente diferentes, separados pela negação da diversidade (SANTOS, 2018). As notícias e informações na mídia digital e tradicional foram veiculadas privilegiando a língua oral, língua da maioria, estabilizada em nosso país como instrumento de controle e poder sendo a única língua oficial até este momento.

No trecho seguinte do fragmento em análise: “*Pelo fato de ouvirem, os ouvintes facilmente tiveram acesso às informações, aos conhecimentos em tempo pandêmico*”, identificamos o subsistema atitude com apreciação positiva pela escolha do termo “facilmente” no tocante à avaliação da acessibilidade de comunicação dos ouvintes. Ainda nesse trecho, identificamos claramente o registro do abalo do autorrespeito, pois não lhe foi concedido o mesmo *status* que aos outros atores sociais, no caso, os ouvintes. O que implica na “perda da

capacidade de se referir a si mesmo como um parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (HONNETH, 2023, p. 217).

Diante da situação vivenciada durante a pandemia, *FRAG07/UFS2-AGO/2020* revela em seu discurso, um conflito linguístico “*De um lado tem os surdos e do outro lado os ouvintes*”.

A questão do conflito se manifesta a partir do momento em que as pautas políticas dos grupos minoritários almejam uma pretensão de efetividade, de concretização de seus objetivos. Apesar de tais demandas não adquirirem simpatia, consenso inicial do chamado “grande público”, as questões implícitas que elas trazem ajudam no aperfeiçoamento dos mecanismos de participação política. Honneth, nesse sentido, percebe essas contribuições das minorias atuais discutindo essa problemática do conflito em sua filosofia (ARAUJO NETO, 2020, p. 324).

Conforme discutimos no capítulo 3, os conflitos linguísticos revelam-se nas minorias linguísticas submetidas às violações dos seus direitos, circulam transversalmente nas diversas relações sociais e geralmente passam despercebidos por não gerarem embates violentos (SILVA; ABREU, 2020). No caso, a violência acontece do outro lado, no lado invisibilizado, a inacessibilidade comunicacional configura-se como uma violência ao direito de acesso às informações, sobretudo no momento em que as orientações sanitárias eram para distanciamento social. Por isso o *FRAG07/UFS2-AGO/2020* questiona: “*e em relação aos surdos?*” e ao interrogar, nos remete linguisticamente ao subsistema do engajamento, no leque do sistema da avaliatividade, associado às origens de nossas atitudes. Corresponde às articulações das vozes para expressar as opiniões no discurso, no sentido de aferir o envolvimento dos interlocutores em relação ao que está sendo avaliado (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA, 2010).

Dentro do subsistema engajamento, a pergunta do trecho analisado indica um caráter heteroglóssico, pois apresenta a possibilidade de dialogismo, chega a ecoar como um convite: “*e em relação aos surdos?*”, conduz à reflexão sobre a situação do Povo Surdo que utiliza uma língua gestual-visual para se comunicar, língua desconhecida e ignorada pela maioria da sociedade brasileira, visto que a história de desrespeito ao surdo e sua especificidade como minoria linguística abrangem várias fases de sua história (STROBEL, 2009), sendo demarcada nesta pesquisa, também no período pandêmico.

Na sequência, o *FRAG07/UFS2-AGO/2020* afirma: “*Os prejuízos comunicacionais impostos pela inacessibilidade causaram muita irritabilidade, ansiedade, parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem*”. Inicialmente identificamos o subsistema de atitude com avaliação negativa, os termos escolhidos evidenciam o peso das emoções negativas: “*muita irritabilidade, ansiedade, parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem*”. Ainda no mesmo trecho, estendemos as análises ao subsistema de gradação, quando o ator social avalia

as consequências da falta de informações no período pandêmico, para isso faz uso da gradação por meio da força, através da intensificação “*causaram muita irritabilidade...*” e continua usando a intensidade “*eu lembro muito bem*” reforçando que as reações emocionais negativas não foram esquecidas, deixaram marcas profundas em sua vida. As emoções reveladas, sob a ótica do subsistema do afeto, são negativas e intensas: infelicidade, insatisfação e insegurança, “*parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem*”.

Em relação a estes desafios e entraves durante a pandemia de covid-19, vivenciados pelo Povo Surdo, vemos que aprofundaram as desigualdades nos processos de acessibilidade comunicacional dessa parcela da população, em comparação à maioria ouvinte.

Surdos, quando comparados a ouvintes, usam serviços de saúde com menos frequência, justamente pela dificuldade de acolhimento e entendimento nos espaços. Como consequência, tendem a procurar as unidades de saúde quando a doença já está instalada, ou seja, para tratamento. O principal meio de combate da COVID-19 corresponde à prevenção. Para isso, o provimento de condições financeiras à população para favorecer o distanciamento social, assim como o acesso à informação, é primordial. Além disso, as dificuldades de comunicação e de difusão das informações podem prejudicar ainda mais a assistência à saúde de pessoas surdas, o que pode ocasionar ações equivocadas, promover medo e insegurança e prejudicar o desenvolvimento de ações de prevenção da doença (CORREIA; PEREIRA, 2022, p. 3).

Por estas razões, o *FRAG07/UFS2-AGO/2020* ao escolher os termos para comparação da situação vivenciada entre surdos e ouvintes durante a pandemia, é fortemente marcado: “*De um lado tem os surdos e do outro lado os ouvintes*”. Pontuamos aqui sobre o apagamento do Povo Surdo na Resolução nº01 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, visto que o documento não faz qualquer menção às línguas de sinais nem mesmo à acessibilidade comunicacional em relação aos cuidados de saúde do Povo Surdo nas Américas. Ressaltamos que a Resolução nº01/CIDH, intitulada: Pandemia e Direitos Humanos, foi aprovada e publicada no dia 10 de abril de 2020 e em seu texto introdutório revela preocupação com a plena garantia dos direitos humanos nas Américas às populações vulneráveis e pessoas com deficiência, durante a crise de emergência sanitária – pandemia covid-19.

Para a grande maioria dos humanos, a sua identidade principal é a sua língua, a sua cultura, a sua nação ou a sua etnia, que eles estão prontos a defender através de qualquer meio. Para a maioria, o reconhecimento destes passa pela constituição, pelo reconhecimento oficial e pela defesa do seu Estado-nação e/ou da sua comunidade cultural. (DUBAR, 2004, p. 29)

Logo, podemos estabelecer um diálogo da esfera da justiça (HONNETH, 2003) com os eixos sincrônico e diacrônico proposto por Dubar (2004). Os pressupostos da teoria Honnetiana

instituem que as relações jurídicas quando efetivadas, convergem no desenvolvimento do autorrespeito “consciência de se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003, p. 195). Esse sentimento de igualdade diante dos membros de uma sociedade é construído historicamente.

O apagamento das línguas de sinais em um estatuto jurídico sincronicamente vinculado ao período de pandemia da covid-19, coloca o Povo Surdo em desigualdade diante dos membros ouvintes da sociedade das Américas, por conseguinte, instaurando um marco diacrônico em seu processo histórico. Destacamos aqui a convergência com os estudos em ACD/ASCD, no tocante ao compromisso e empenho em pesquisar, identificar e expor “a desigualdade social e a forma como ela é expressa em discursos legitimadores a fim de promover a equidade social” (PEDROSA, 2018, p. 459).

Posto isso, em continuidade aos fragmentos dos atores sociais da justiça, verificamos que no mês de dezembro/2020, a situação de falta de acesso às informações, continuavam:

EXEMPLO 7:

FRAG08/UFSCAR-DEZ/2020: “Não há garantia de acesso completo às informações, seja na internet, por meio dos textos lidos, pela ausência da janela de interpretação. E ainda acham que a legenda na TV garante o acesso. Sabemos que existem lacunas e essas intempéries causam nos surdos irritabilidade e estresse.

Acionamos o Sistema de Avaliatividade na categoria da atitude, destacando o afeto que corresponde à construção das emoções (bons ou maus sentimentos) dos atores sociais (VIAN JR 2010). No trecho “*essas intempéries causam nos surdos irritabilidade e estresse*” o *FRAG08/UFSCAR-DEZ/2020*, denota situação de aflição, infelicidade, insatisfação e insegurança. Recorremos também à subcategoria julgamento que descrevem os sentimentos vivenciados pelos atores sociais, para analisarmos o trecho: “*E ainda acham que a legenda na TV garante o acesso*”, caracterizando o comportamento de sanção social, reprovando a atitude das pessoas ouvintes que não respeitam o direito à acessibilidade do Povo Surdo por meio da língua de sinais e disponibilizam a legenda automática nos programas de televisão como forma de acessibilidade.

“*Não há garantia de acesso completo às informações, seja na internet, por meio dos textos lidos, pela ausência da janela de interpretação*”, aponta o descumprimento da Lei da Acessibilidade (Lei 10.098/2000). Pois para os Surdos, “a tradução para Libras, é uma das

escassas e viáveis ferramentas de acesso linguístico para obtenção de informações” (SILVA et al., 2021, p. 2). As escolhas dos termos são diferentes do *FRAG07/UFS2-AGO/2020*, mas a denúncia de violação e de negação dos direitos de acessibilidade durante a pandemia, coincidem.

Os discursos do *FRAG07/UFS2-AGO/2020* e do *FRAG08/UFSCAR-DEZ/2020*, revelam a falta de acessibilidade nos meios de comunicação no tocante ao respeito à língua de sinais, primeira língua dos Surdos. O detalhamento das formas disponibilizadas para acesso à informação comprova a exclusão, visto que são pautadas na língua oral, seja na forma oralizada ou escrita. Tendo em vista que o discurso se encontra sempre inserido em uma prática social de maior ou menor intensidade e articula a nossa narrativa e ações (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018), no trecho “*Sabemos que existem lacunas*”, podemos estabelecer um diálogo entre o discurso da prática social dos atores sociais Surdos, que aqui destacam a questão linguística, com a teoria de Honneth (2003): “a forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade enraizada nas estruturas da língua”; sendo assim, para que se efetive “a reprodução da vida social, a busca da compreensão mútua graças a língua, representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo” (HONNETH, 2003, p. 538). Logo, se existem lacunas e “*não há garantia de acesso completo às informações*”, verificamos a denegação dos direitos linguísticos do Povo Surdo.

Como já reafirmamos algumas vezes, a presente pesquisa é inserida na ACD enquanto ciência crítica, que por sua vez, em seu contexto histórico prima pela justiça e equidade (ALVES; PEDROSA, 2021), por isso trazemos os discursos dos atores sociais protagonizados durante a pandemia covid-19, como forma de promover a visibilidade das denúncias de violações de direitos vivenciadas pelo Povo Surdo nesse período.

Em continuidade a essa perspectiva, seguimos com as análises dos próximos fragmentos, agrupados por abordarem o mesmo campo semântico, correspondente a acessibilidade em programações de televisão e por terem sido publicados no mesmo mês do segundo período da pandemia da covid-19 (Março/2021).

EXEMPLO 08:

FRAG09/UFAL/MAR-2021: “Imagine a importância que há nas informações, e o surdo precisar pedir a um parente para explicar os fatos que passam na TV, isso é ruim, é chato. Não foi respeitado na pandemia”.

EXEMPLO 09:

FRAG10/UFAL/MAR-2021: “Os surdos têm a curiosidade e querem assistir os programas de TV mas não tem acessibilidade em Libras. A inacessibilidade comunicacional causa um prejuízo, desde o passado até na atualidade, na pandemia”.

EXEMPLO 10:

FRAG11/UFAL/MAR-2021: “Quando a covid começou a atingir o pico, várias emissoras de TV noticiavam em português, língua oral, e vários surdos foram prejudicados em todo Brasil pela falta de interpretação em língua de sinais”.

O mês de março/2021 foi assinalado como um dos meses mais fatais da pandemia no Brasil, quando no dia 19/03/21, já haviam sido registradas mais de 35 mil mortes e no final do mês, a média de mortes era de 2403/dia. O processo de vacinação para covid-19 acontecia de forma lenta nas aplicações, recebendo a primeira dose os profissionais de saúde, idosos e pessoas com comorbidades. A falta de planejamento coordenado na aquisição internacional e de produção local das diversas plataformas de vacina, foram consideradas causas do atraso considerável em relação à países desenvolvidos, como Estados Unidos, Israel e Reino Unido.

Nesse cenário que mudou significativamente a rotina das pessoas em todo o mundo, as informações transmitidas pelas diversas mídias desempenharam papel crucial para a compreensão do contexto vivenciado. Diante desse panorama, o *FRAG09/UFAL/MAR-2021*, por meio do seu discurso, utiliza em seu discurso, um argumento reflexivo: *“Imagine a importância que há nas informações, e o surdo precisar pedir a um parente para explicar os fatos que passam na TV, isso é ruim, é chato”*. A LSF por meio do Sistema de Avaliatividade, do subsistema atitude (campo semântico do afeto), nos permite realizar as análises além do significado tradicional do termo “afeto”, pois a proposta aborda não apenas os meios pelos quais os falantes codificam abertamente o que eles apresentam como suas próprias atitudes, além disso, permite acessar aqueles meios pelos quais eles ativam indiretamente posturas avaliativas e posicionam os leitores para operacionalizar suas próprias avaliações (GOMES, 2020).

O trecho *“Imagine a importância que há nas informações”* propõe que formemos uma imagem mental sobre a relevância das informações naquele momento pandêmico. Além disso, sugere que avaliemos a situação vivenciada pelo Povo Surdo: *“e o surdo precisar pedir a um*

parente para explicar os fatos”. Dessa forma, somos direcionados a sair da zona de conforto enquanto ouvintes, para projetarmos mentalmente a realidade do Povo Surdo, sem acesso às informações, na dependência “*de um parente para explicar os fatos*”. Comumente, a maioria das pessoas ouvintes não elabora essa reflexão espontaneamente, em movimento de alteridade.

Em seguida, *FRAG09/UFAL/MAR-2021 expressa diretamente seu sentimento: “isso é ruim, é chato*”. Revela incômodo, insatisfação, infelicidade, sentimentos negativos. E ainda na continuidade do mesmo fragmento: “*Não foi respeitado na pandemia*”, uma denúncia é feita, o Povo Surdo e a língua de sinais não foram considerados. Coerente com nossa inserção em pesquisa crítica, não procedemos as análises com uma proposta exclusivamente científica da linguagem, assumimos uma postura de engajamento visando contribuir com a exposição e combate de situações opressoras do Povo Surdo.

Quando se trabalha com uma abordagem crítica do discurso, podemos pensar também em uma abordagem da vida social, sendo preciso considerar as coerções estruturais das variadas práticas sociais nas quais estamos inseridos. Devemos considerar, simultaneamente, nossa capacidade de agir e, sobretudo, de refletir e de resistir, para que possamos perceber o objetivo principal dessa prática, que é a denúncia de relações de poder e de opressão, a fim de possibilitar uma sociedade equitativa em que todos tenham direitos iguais. (ALVES E PEDROSA, 2022, p. 8).

Sob essa perspectiva, os excertos *FRAG09/UFAL/MAR-2021: “Não foi respeitado na pandemia*”; *FRAG10/UFAL/MAR-2021: “Querem assistir os programas de TV mas não tem acessibilidade em Libras. A inacessibilidade comunicacional causa um prejuízo*”, e o *FRAG11/UFAL/MAR-2021: várias emissoras de TV noticiavam em português, língua oral, e vários surdos foram prejudicados em todo Brasil pela falta de interpretação em língua de sinais*”, revelam a falta de respeito com a língua de sinais e com o Povo Surdo, denunciando que “*foram prejudicados em todo Brasil pela falta de interpretação em língua de sinais*”. Tais prejuízos aqui expostos, “politizam e revelam a necessidade de medidas coletivas para eliminar obstáculos que impedem a inclusão social” (HONNETH, 2003, p. 360) dos atores sociais Surdos, como membros integrais da sociedade.

Em consonância com os compromissos da ACD/ASCD, por meio dos exemplos 08, 09 e 10, registramos a denúncia do descumprimento da Lei 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida que em seu Artigo 19, determina: “os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção” (BRASIL/2002, Lei 10.098). Esta infração ao estatuto legal,

impactou negativamente e causou prejuízos ao Povo Surdo, conforme confirmado nos fragmentos constantes dessa tese.

Os prejuízos ocorridos durante a pandemia, no trecho “*desde o passado até na atualidade, na pandemia*” remetem o FRAG10/UFAL/MAR-2021 ao processo histórico do Povo Surdo registrado pelos Estudos Surdos: “A exclusão e a opressão que os surdos vivenciam são históricas [...] consideravam os surdos inferiores” (PERLIN, 2003). Compreendemos assim que, em resposta à supremacia ouvintista, o Povo Surdo tem deslocado suas lutas por reconhecimento ao longo da história, conforme os contextos sociais vivenciados, em busca da efetivação de seus direitos linguísticos e peculiaridades culturais.

Verificamos que, o recorte “*desde o passado até na atualidade, na pandemia*” age como dispositivo para acesso ao eixo diacrônico, referente ao registro da trajetória subjetiva socialmente construída (DUBAR, 2004), evidenciada pelo FRAG10/UFAL/MAR-2021 em sua discursividade enquanto protagonista na *live* intitulada “Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em tempo de pandemia”, representando o Povo Surdo.

Destarte, prosseguimos com as análises dos discursos (*corpus*) com base nos conceitos teóricos da pesquisa, seguindo um movimento que contempla as orientações metodológicas e as estratégias analíticas basilares adotadas: “tanto a discursividade deve ser justificada linguisticamente quanto a análise linguística pode justificar a discursividade” (CUNHA, 2021, p.53). Na sequência, os atores sociais surdos continuam reafirmando a falta de acessibilidade comunicacional na TV.

EXEMPLO 11:

FRAG12/UFAL/MAR-2021: “A importância da janela de interpretação em Língua de Sinais na TV favorece o acesso às informações e isso é garantido na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, nos artigos 63 a 73, mas na prática não acontece.

EXEMPLO 12:

FRAG13/UFAL/MAR-2021: “Esse prejuízo que a inacessibilidade comunicacional na TV causa para os surdos no Brasil é deprimente. Será que esse descaso vai continuar?”

O excerto FRAG12/UFAL/MAR-2021: “*A importância da janela de interpretação em Língua de Sinais na TV favorece o acesso às informações e isso é garantido na Lei 13.146 de julho de 2015, nos artigos 63 a 73, mas na prática não acontece*”, inicialmente, por meio da instância do afeto, aciona um sentimento positivo de satisfação: “*favorece o acesso*” que também ocorre quando menciona a garantia em um documento legal: “*isso é garantido na lei...*”, podemos então observar uma emoção positiva de segurança, pois teoricamente o direito à acessibilidade tem garantia legal.

Porém, na continuidade do discurso, o ator social aciona o subsistema da apreciação que trata da reação quando o objeto/fenômeno de algum modo chama sua atenção, em relação à sua complexidade e relevância (VIAN JR, 2010). O FRAG12/UFAL/MAR-2021 aborda o desequilíbrio entre o fenômeno (estatutos jurídicos) e a situação prática (vivência) na vida do Povo Surdo, por isso a apreciação é negativa, uma lei que não é aplicada na sociedade, causa prejuízos, como já foi dito em fragmentos anteriores.

Identificamos também o julgamento, esfera que evidencia a avaliatividade do comportamento humano, ele é negativo, remete à sanção social à medida em que a atitude das pessoas é de negação do direito à acessibilidade: a “*janela de interpretação em Língua de Sinais na TV*” que “*favorece o acesso*” não é disponibilizada, o que desmonta o sentimento impresso na afirmativa inicial, revela então emoções negativas de infelicidade, insegurança. O ator social demonstra insatisfação, frustração, decepção pois se está “*garantido na Lei*” a expectativa é de que se efetive na prática. Inclusive, ele demonstra conhecimento do estatuto jurídico, seu discurso é detalhista, é preciso: “*Lei 13.146 de julho de 2015, nos artigos 63 a 73*”.

Ainda sobre o exemplo 11, o Ator Social Surdo revela ter uma visão do mundo onde está inserido, considera o contexto histórico do estatuto jurídico que diacronicamente remete ao ano de 2015 em sincronia com o momento atual, para circunstanciar a prática inadequada e excludente, ou melhor, a falta da prática da lei da inclusão, que trata entre outros itens, da acessibilidade comunicacional por meio do uso da janela de interpretação em língua de sinais. Após seis anos que a lei foi sancionada, “*na prática não acontece*”, trata-se de uma denúncia da inefetividade da Lei 13.146/2015.

Constatamos que de forma implícita, ou seja, indireta, houve indicação de omissão do Estado, pois, se uma lei não é cumprida deve haver sanção para os infratores, caso contrário, as injustiças e as diferenças sociais aumentam, causando a exclusão. Por isso, entendemos que esses discursos denunciam sobre as barreiras na informação, revelam que há um entrave, um obstáculo no recebimento das mensagens de informação e orientação por meio dos sistemas de

comunicação e de tecnologia da informação e que nenhuma providência foi tomada pelos órgãos responsáveis pelas garantias de acessibilidade comunicacional do Povo Surdo.

Mais grave ainda nesse caso, é quando observamos que a omissão do Estado favorece a naturalização da falta de acessibilidade comunicacional dos Surdos, a inércia não é neutra, ao contrário, favorece a manutenção da exclusão histórica do Povo Surdo. Enquanto pesquisadora filiada à ACD/ASCD, é um dever explicitar nas análises uma postura de criticidade e de denúncia das injustiças sociais. O caráter crítico da relação dialética entre discurso e prática social é traduzido por Resende (2011) como uma relação dialética transformacional, ou seja, essa prática pode contribuir para a mudança social.

Em continuidade das análises, o fragmento *FRAG13/UFAL/MAR-2021* reporta a uma parte do título dessa tese, evidenciando a criticidade implícita no discurso do ator social Povo Surdo. O trecho aponta o registro sobre os prejuízos causados pela falta de acessibilidade comunicacional dos Surdos, continua a ser contundente. Nesse caso, remete à subcategoria do afeto (Sistema de Avaliatividade) que expressa os sentimentos e emoções, explicitamente demarcados de forma negativa: “*Esse prejuízo que a inacessibilidade comunicacional na TV causa para os surdos no Brasil é deprimente*”. O *FRAG13/UFAL/MAR-2021* transmite a experiência de sentimentos ruins “*é deprimente*”, denota infelicidade, insatisfação com a situação e responsabiliza a inacessibilidade por essa bagagem negativa.

Nesse ponto, acessamos a análise linguística pelo julgamento por meio da sanção social, equivalente à crítica moral, relacionada às avaliações do comportamento das pessoas frente às leis e normas. A avaliação feita pelo *FRAG13/UFAL/MAR-2021* é de reprovação. Os atores sociais responsáveis pela garantia da acessibilidade comunicacional pra o Povo Surdo, não cumprem as determinações legais que tratam do direito de acesso às informações. O momento vivenciado é de sofrimento em meio a uma crise de saúde mundial e seus direitos foram negados.

De acordo com os pressupostos teóricos da Luta por Reconhecimento, existe um conteúdo cognitivo nas reações emocionais negativas que podem informar ao ator social uma injustiça para a qual ele não reage de forma neutra. Dessa forma é acionado um gatilho para potencial luta política por direitos, estimulado pelos impulsos morais (HONNETH, 2003). É com esse tipo de reação que na sequência, *FRAG13/UFAL/MAR-2021* questiona: “*Será que esse descaso vai continuar?*” Após a constatação dos prejuízos que a falta de acessibilidade acarreta, a pergunta (que não é retórica e sim reflexiva) revela a consciência de que a falta de respeito, o descuido e abandono em relação ao Povo Surdo precisa ser questionado em defesa da garantia de sua identidade, em defesa de sua língua e cultura.

No mesmo trecho inferimos uma atitude de julgamento que se volta para os recursos de avaliação de comportamento (VIAN JR, 2010) e no caso, origina o conceito de sanção social. A pergunta remete à preocupação com avaliação do comportamento dos ouvintes: “*Será que esse descaso vai continuar? A sociedade vai permanecer com a atitude de indiferença e displicência em relação ao Povo Surdo e à língua de sinais? Acionando a análise pelo viés sociológico, identificamos na discursividade do Ator Social Surdo que a exclusão é socialmente construída, é marcante em sua trajetória e por isso a preocupação com sua continuidade.*”

Dessa forma, O *FRAG13/UFAL/MAR-2021* traduz indignação em um movimento reflexivo. Reafirmamos então, o postulado das ciências críticas, assumindo o compromisso de fomentar na sociedade, reflexões sobre sentidos implícitos, que por vezes são naturalizados em situações cotidianas. Na mesma perspectiva, a ACD/ASCD assume uma posição de engajamento para construir ações que visem o empoderamento e a conscientização daqueles que se encontram em situações de opressão (PEDROSA; ALVES, 2022, p. 8).

O próximo exemplo reporta à *live* intitulada “A comunidade surda na pandemia”, realizada no mês de maio/2021, logo após mudanças na política do enfrentamento da pandemia de forma mais assertiva no sentido de priorização da imunização contra a covid-19, com ações efetivas na aplicação das doses das vacinas. Os casos de registro da doença continuavam com alta incidência, porém, os índices de letalidade começavam a se estabilizar, mantendo relação diretamente proporcional com o aumento da imunização da população.

Nesse contexto, a pandemia da covid-19 já havia afetado, direta ou indiretamente, a vida de milhões de pessoas em todo o mundo e segundo dados do Ministério da Saúde, aproximadamente 16 milhões de brasileiros já haviam sido infectados com o registro de mais de 450 mil óbitos acumulados. Os serviços de emergência em saúde no Brasil, continuavam com superlotação.

EXEMPLO 13:

FRAG17/UFMG/MAI-2021: Devido ao desinteresse dos familiares em aprender língua de sinais, os surdos correm risco em alguns locais e são expostos às situações constrangedoras, isso é grave.

Identificamos o acionamento do subsistema do julgamento referente ao comportamento humano, podendo ser de estima ou sanção social. No trecho do *FRAG17/UFMG/MAI-2021*: “*Devido ao desinteresse dos familiares em aprender língua de sinais*” verifica-se a sanção

social. Remete à reprovação da atitude dos familiares que não se interessam em comunicar-se com os Surdos por meio da língua de sinais, não têm interesse em aprender.

Ao mesmo tempo, aponta a consequência dessa atitude negativa: “*Devido ao desinteresse dos familiares [...] os surdos correm risco em alguns locais e são expostos às situações constrangedoras, isso é grave*”. Dessa forma, também a avaliatividade ocorre no campo do afeto, a emoção é negativa, revela insatisfação com os familiares e isso causa insegurança, os Surdos são expostos, correm riscos. Na sequência, o trecho “*isso é grave*” remete à gradação, recurso que exprime a intensidade, a força dos significados para intensificar ou minimizar a força da avaliação. Nesse caso, a consequência foi intensificada, o grau de negatividade foi acionado em alta escala.

A discursividade revela a exclusão do Povo Surdo, que por falta de comunicação “*correm risco em alguns locais e são expostos às situações constrangedoras, isso é grave*”. Trata-se de uma inferência acerca da representação simbólica da experiência do desrespeito (HONNETH, 2003). Verificamos a complexidade da representação por meio do discurso (uso da linguagem) do significado psíquico que o reconhecimento possui para o autorrespeito de grupos excluídos, que por sua vez “*conduz a um sentimento paralisante de vergonha social, do qual, só o protesto ativo e a resistência poderiam libertar*” (HONNETH, 2003, p. 198).

Nesse contexto em que o Ator Social Surdo revela que o desrespeito à sua língua afeta sua integridade e em consequência atinge sua autoconfiança, remete à teoria honnetiana cujos pressupostos das formas de desrespeito na esfera da justiça, revelam que as práticas negativas “*assolam a autoestima quando se efetivam a humilhação, a degradação e desvalorização dos modos de vida individuais ou coletivos*” (HONNETH, 2003, p. 217).

Privado da interação, o Ator Social Surdo é excluído socialmente, não possui o *status* social que assegura o intercâmbio igualitário com os demais membros não-surdos da comunidade, emparelhando-se à perda de direitos propiciada pelo poder do outro, no caso, aquele que detém o poder da comunicação pelo uso da língua majoritária. Efetiva-se dessa forma a desvalorização da língua de sinais, do estilo de vida, da cultura do Povo Surdo, representa humilhação, violência depreciativa do modo de ser e de estar no mundo.

Os dois exemplos a seguir foram retirados da *live* “Acessibilidade para Surdos Pós-Pandemia”, realizada em setembro/2021. Neste mês, como resultado consequente da vacinação nacional, a partir do início de julho de 2021, a média móvel de óbitos por covid-19 iniciou queda linear e sustentada, mantendo relação diretamente proporcional com o aumento da imunização populacional que dados oficiais apontaram redução de 67% da mortalidade em

comparação ao primeiro semestre do mesmo ano. Continuavam as orientações em relação às medidas protetivas como uso de máscara, higienização das mãos e distanciamento social.

EXEMPLO 14:

FRAG20/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021: “A acessibilidade ainda não existe nas programações de TV. Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir”.

EXEMPLO 15:

FRAG21/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021: “É necessário que a acessibilidade se expanda, precisamos ter acesso ao que está acontecendo na atualidade. Mas como acesso as informações sendo surdo? É difícil, é difícil, é muito difícil, é difícil”.

No âmbito da avaliatividade, acionando o subsistema da atitude, identificamos emoções negativas no campo do afeto, há insatisfação: *“ainda não existe [...] Eu não tenho”*, revela a privação do direito à acessibilidade. Constatamos também no trecho *“ainda não existe”* uma formulação que ativa a trajetória subjetiva do Ator Social Surdo, fica evidenciada em sua experiência social, a falta da acessibilidade, ela não existe *“ainda”*, ou seja, no mundo em que está inserido, essa ausência é contínua. Podemos inferir que essa constatação sugere um efeito de cansaço.

Além disso, podemos estabelecer umnexo entre a teoria honnetiana, e a experiência de desrespeito e degradação à medida em que a falta de acessibilidade causa a privação do direito de escolha, *“Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir”*. Impedido do pleno exercício da cidadania, o enfrentamento da humilhação é degradante, chega a colocar em risco a própria identidade (HONNETH, 2003), visto que a desvalorização inibe o sentimento de autoestima necessário para o convívio em sociedade.

No FRAG21/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021: *“Mas como acesso as informações sendo surdo? É difícil, é difícil, é muito difícil, é difícil”*, identificamos o subsistema de atitude com apreciação negativa como modo de avaliar as condições não favoráveis à acessibilidade. Além disso, estendemos a análise ao subsistema de gradação, pois o ator social avalia a dificuldade no acesso às informações, e, para isso, faz uso da gradação por meio da força, através da intensificação pela repetição do termo *“É difícil”*.

No trecho “*É necessário que a acessibilidade se expanda, precisamos ter acesso ao que está acontecendo na atualidade*”, há evidência que quando o rebaixamento e a humilhação causadas pela privação de direitos, chegam a colocar em risco as próprias identidades, podem servir de base para as demandas de reconhecimento, emergindo nas formas de desrespeito, um potencial impulso para o surgimento das lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

EXEMPLO 16:

FRAG19/UFPF/UNIPAMPA/SET-2021: “Agora com a pandemia, muitas lives são feitas no YouTube, Instagram, Facebook com temas muito legais e eu tenho interesse em temas sobre problemas psicológicos, autoestima e tantos outros. Mas essas lives não têm legenda nem intérprete, então não tem como acompanhar”.

EXEMPLO 17:

FRAG24/UNIASSELVI/SET-2021: “Os surdos estão se sentindo oprimidos, não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde. No Brasil se fala de inclusão, mas não tem inclusão para os surdos, só em poucos lugares, mas no geral NÃO tem acessibilidade comunicacional”.

Observamos a ativação do campo semântico do afeto, empregado para expressar sentimentos negativos de infelicidade e insatisfação: “*Os surdos estão se sentindo oprimidos*” imprime situação de rebaixamento, dominação, injustiça, violência. Além do afeto, a gradação é também evidenciada, o termo opressão tem força, é contundente. Com essa afirmação o Ator Social Surdo evidencia também consciência de si e do outro, expressa sua visão do mundo do qual se sente excluído.

No contexto dessa prática discursiva, a grave situação de pandemia permanecia no Brasil. Muitas pessoas já haviam perdido a vida, o risco de contaminação ainda era iminente e os serviços de atendimento à saúde continuavam sobrecarregados. O *FRAG24/UNIASSELVI/SET-2021 “Os surdos estão se sentindo oprimidos, não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde”* revela um significado intersubjetivo intenso. A opressão é causada pelo desrespeito à especificidade linguística do Povo Surdo. Vivemos numa sociedade em que a língua oral é imperativa, a alternativa para o Surdo estabelecer uma comunicação com os ouvintes e ter acesso aos serviços básicos de saúde, é a intermediação de

um profissional tradutor intérprete de língua de sinais. “*não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde*” é a realidade opressora.

Ainda sobre o FRAG24/UNIASSELVI/SET-2021: “*No Brasil se fala de inclusão, mas não tem inclusão para os surdos*” também aciona sentimentos negativos como a frustração. A inclusão é um direito do Povo Surdo que não se efetiva, não há comprovação de correlação conceitual com a prática vivenciada. Sendo assim, manifestada de forma negativa, a inclusão torna-se uma experiência frustrante. A falta do intérprete, a falta da inclusão, a falta do uso da língua de sinais, oprime o Povo Surdo. “*Só em poucos lugares*” não é suficiente. A denegação de direitos é constatada.

Quando fazemos uma avaliação, escolhemos o quanto queremos enfatizá-la, podemos aumentar ou diminuir o grau do que estamos avaliando. No trecho “*no geral NÃO tem acessibilidade comunicacional*” verificamos a intenção de amplificação da negação. A gradação é o recurso utilizado para situar os fenômenos de acordo com a intensidade com que ocorrem. Cabe a informação de que em língua de sinais, a gradação ocorre por meio da intensificação do sinal. No discurso original em Libras, o Ator Social Surdo utilizou tal recurso para acionar a força na gradação. No FRAG24/UNIASSELVI/SET-2021, identificamos também a intensificação pela repetição “*não tem intérpretes [...] não tem inclusão [...] NÃO tem acessibilidade*”, por meio desse recurso, verificamos que a intensidade da ocorrência da privação dos direitos é marcante em sua discursividade.

No FRAG19/UFPF/UNIPAMPA/SET-2021: “*Agora com a pandemia, muitas lives são feitas [...] com temas muito legais e eu tenho interesse [...] Mas essas lives não têm legenda nem intérprete, então não tem como acompanhar*”, também ativamos o afeto, as emoções são negativas, de insatisfação; os sentimentos são de frustração, privação do direito à acessibilidade comunicacional, o Ator Social Surdo tem interesse, mas por faltarem os recursos que promovem a acessibilidade, ele é impedido “*então não tem como acompanhar*”.

Podemos observar que todos os exemplos apresentados até aqui, reportam à adjudicação de direitos. Em seus discursos, os Atores Sociais Surdos revelam uma memória intersubjetiva que aciona sentimentos negativos. Tais ocorrências negativas acumuladas em sua trajetória socialmente construída, impõem o sentimento de não possuir o status de igualdade, a autoestima é afetada. Registramos então, o desrespeito e a degradação, a integridade é comprometida, diante dessas referências negativas de valor, vivenciadas.

Para Honneth (2003) diante de situações de rebaixamento e humilhação, as identidades ficam ameaçadas e da mesma forma que esses sentimentos afetam a integridade, podem

reverter-se em impulso motivacional para lutas sociais. A história cultural do Povo Surdo revela uma trajetória marcada pelas lutas por reconhecimento de sua língua e cultura, afastando-se dos rótulos de patologização da surdez e reagindo sempre à visão colonizadora imposta pela hegemonia ouvintista. A agenda de luta contra a interpretação da surdez como deficiência e consequentemente contra o espectro de incapacidade, é a marca da trajetória do Povo Surdo. Durante o enfrentamento da pandemia covid-19, vimos que não foi diferente.

5.4.2 ATORES SOCIAIS SURDOS NA ESFERA DA SOLIDARIEDADE

Com base na teoria de Honneth (2003), para quem a luta social é o processo pelo qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro. Dessa forma, estas experiências “podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.257). Encontramos nos discursos dos Atores Sociais Surdos do *corpus* desta pesquisa, registros desses movimentos, que Honneth (2003) nomeia de esfera da comunidade de valores ou solidariedade.

Adotaremos nesta pesquisa, a terminologia solidariedade para seguirmos com as análises sob a ótica desta esfera, em paridade com as categorias já anteriormente definidas.

EXEMPLO 18

FRAG014/UFAL/MAI-2020: “Precisamos nos mobilizar, surdos em geral, para lutar por acessibilidade em língua de sinais. Ter o apoio dos ouvintes, é importante”.

A mobilização do Povo Surdo em sua trajetória foi socialmente construída em defesa de sua língua e cultura, o *FRAG014/UFAL/MAI-2020* vem confirmar a continuidade dessa pauta em tempos de pandemia: *“Precisamos nos mobilizar, surdos em geral, para lutar por acessibilidade em língua de sinais”*. A reivindicação pela valorização da Libras e pela disponibilização da janela de interpretação nas programações de televisão, nas redes sociais,

sempre são ativadas. No trecho “*Ter o apoio dos ouvintes, é importante*”, o Ator Social Surdo reconhece a importância de contar com o apoio dos ouvintes na mobilização.

Aliados a essa agenda de luta, enquanto pesquisadora ancorada na ACD/ASCD, assumimos uma posição “de engajamento para construir ações que visem o empoderamento e a conscientização daqueles que se encontram em situações de opressão. (PERDORSA; ALVES, 2022, p.08). Sob essa perspectiva, nos alinhamos à Luta por Reconhecimento revela-se como elemento a partir do qual as identidades individual e coletiva se constituem e se movem (HONNETH, 2003).

Acionamos também a função social dos recursos do Sistema da Avaliatividade por possuir habilidade em termos de alinhar pessoas em uma negociação em curso, na vida da comunidade, além de expressar sentimentos (VIAN JR 2010). O subsistema que nos oferece tal recurso, é o Engajamento por meio do enunciado monoglóssico: “*Precisamos nos mobilizar, surdos em geral*”, verificamos o posicionamento do Ator Social Surdo, elaborando uma negociação e partilhando a mesma visão de mundo.

EXEMPLO 19

FRAG015/UFAL/MAI-2020: “Não podemos mais continuar as nossas lutas isoladamente. Nosso esforço deve ser em conjunto, porque a acessibilidade se dá de diferentes formas, ainda mais quando estamos em tempos de pandemia”.

Segundo Honneth (2003) o reconhecimento recíproco refere-se à solidariedade no âmbito da comunidade de valores e corresponde à satisfação da necessidade de estima social que lhe permita referir-se positivamente às suas capacidades e propriedades. Dessa forma, a solidariedade é uma espécie de “relação interativa em que os atores sociais se interessam reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que se estimam entre si de maneira simétrica” (HONNETH, 2003, p. 209).

É exatamente sob essa perspectiva que o *FRAG015/UFAL/MAI-2020 se manifesta: “Nosso esforço deve ser em conjunto, por que a acessibilidade se dá de diferentes formas, ainda mais quando estamos em tempos de pandemia”.* Por meio do subsistema da gradação, que trata dos recursos para intensificar ou minimizar a força da avaliação. “*Nosso esforço*” potencializa a participação, é necessário o empenho para lutar pela acessibilidade. Em seguida outra gradação que aciona força: “*ainda mais*”, inferimos que se é necessário haver esforço para reivindicar os direitos de acessibilidade, em tempos de pandemia, “*ainda mais*”.

Essa forma de reconhecimento implica um contexto de vida social no qual os membros constituem uma comunidade de valores orientada por concepções de objetivos comuns, que são culturalmente definidos e intersubjetivamente vinculados (HONNETH, 2003). Sob essa perspectiva de cooperação, cada ator social, consciente de si e do outro, tem a sua própria visão do mundo onde está inserido, sua bagagem histórica em diacronia com as subjetividades diversas (DUBAR, 2004). E em movimentos de construção, desconstrução e reconstrução, cada ator assume formas diversificadas de compartilhamento de lutas coletivas, “*num esforço conjunto*” em busca de respeito e reconhecimento.

EXEMPLO 20

FRAG016/UFG/MAI-2020: “*O que eu posso dizer é que na questão de acessibilidade o que salvou e acalmou o surdo foi o WhatsApp, a troca de informações nos grupos. E os ouvintes e surdos que também fazem vídeos e repassam as informações*”.

Acionando o sistema da avaliatividade, por meio da atitude, identificamos emoções positivas no campo do afeto: “*o que salvou e acalmou*” revela satisfação, felicidade. Também constatamos no campo do julgamento relacionado ao comportamento humano, uma avaliação positiva, de aprovação, admiração que remete à estima social.

No trecho “*O que salvou e acalmou o surdo foi o whatsapp, a troca de informações nos grupos. E os ouvintes e surdos que também fazem vídeos e repassam as informações*”, estabelecemos um nexos com a teoria da luta por reconhecimento, Honneth (2003) pontua sobre solidariedade como sendo uma relação interativa onde reciprocamente as pessoas se interessam por seus modos distintos de vida, pois se estimam de maneira simétrica. Essa concepção se refere às relações de grupos que compartilham experiências difíceis, e dentro do contexto desafiador desenvolvem uma estima simétrica, fundada em relações solidárias (PEDROSA, 2021).

Constatamos assim, que durante a pandemia da covid-19, tal mecanismo de estima simétrica, na esfera da solidariedade (HONNETH, 2003) foi efetivado por meio da relação interativa em atividades remotas – *lives*, promovidas por pessoas ouvintes na Plataforma *YouTube* com o protagonismo do Povo Surdo, ambiente onde a língua de sinais e a língua oral compartilhou uso simétrico, promovendo a acessibilidade comunicacional entre os dois grupos envolvidos.

Em conexão com a teoria de Dubar (2006), observamos que em seu processo identitário, o Povo Surdo vivenciou uma forma diferente de interação com o mundo ouvinte onde sua língua é sempre excluída dos eventos sociais. Dessa forma, houve uma articulação entre os eixos sincrônico e diacrônico.

EXEMPLO 21

FRAG018/UFG/MAI-2020: Em relação à acessibilidade, estamos melhorando, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais sobre o risco de não usar máscaras e não lavar as mãos.

Utilizando o recurso da atitude, identificamos emoções positivas no campo do afeto: “*estamos melhorando*” revela satisfação, felicidade. Também constatamos no campo do julgamento relacionado ao comportamento humano, uma avaliação positiva, de aprovação, admiração que remete à estima social: “*pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais*”.

Inferimos que se trata de uma mudança de situação. Antes a conjuntura era negativa, de privação de direitos, sem acessibilidade. A alteração aconteceu com a instituição da solidariedade: “*hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais*”. Portanto, relações espontâneas de interesse solidário foram estabelecidas, ultrapassando as barreiras atitudinais. De acordo com a teoria honnetiana, quando experiências difíceis de grandes privações, uma nova estrutura de valores se origina, estimulando os atores sociais a estimarem-se mutuamente por meio de “realizações e capacidades que antes não tinham importância social” (HONNETH, 2003, p. 210).

No trecho “*Em relação à acessibilidade, estamos melhorando, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias*”, o *FRAG018/UFG/MAI-2020* remete à sua memória subjetiva e faz um movimento de desconstrução e reconstrução de sua identidade (DUBAR, 2006): “estamos melhorando [...] hoje”. Antes não havia acessibilidade, interação, hoje melhoramos, a interação em língua de sinais é possível em alguns eventos na rede social. Ocorre então, uma articulação entre os eixos sincrônico e diacrônico no processo de identificação do Ator Social Surdo. O mesmo recurso é acionado no exemplo seguinte, o *FRAG22/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021*: “*Nós surdos somos minoria*”.

EXEMPLO 22

FRAG014/UFAL/MAI-2020: “Precisamos nos mobilizar, surdos em geral, para lutar por acessibilidade em língua de sinais. Ter o apoio dos ouvintes, é importante”.

No início do fragmento, o *FRAG22/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021* identifica-se com o Povo Surdo e como minoria: “*Nós surdos somos minoria*”, embora não esteja explícito no texto, o Ator Social Surdo refere-se à minoria linguística, falante da língua de sinais, obviamente por ser Surdo. Dessa forma, aciona a sua identidade linguística e cultura e no final afirma: “*precisamos de visibilidade para acessibilidade*”, podemos inferir que se o ator social precisa de acessibilidade, é porque esse direito não se efetiva e também se a visibilidade é fator condicionante, ele tem consciência de não ser visto pela maioria.

O trecho “*é muito importante a realização dessas lives para que as pessoas saibam o que está acontecendo conosco nessa pandemia*”, confirma a interpretação de que as pessoas precisam saber que o Povo Surdo não tem acessibilidade, durante a pandemia está vivenciando uma situação diferente da situação das pessoas ouvintes.

Ao mesmo tempo, revela o reconhecimento da iniciativa solidária e promoção do evento remoto, é importante para que o Povo Surdo seja visto, a sociedade precisa saber que eles existem e precisam de acessibilidade comunicacional, fazem parte de uma minoria invisibilizada.

Em relação à avaliatividade, acionamos o subsistema da apreciação que enfoca os recursos utilizados na avaliação dos produtos materiais e/ou eventos (VIANJ JR, 2010). No trecho “*é muito importante a realização dessas lives*”, o Ator Social Surdo exprime uma reação positiva, atribuindo um valor social: “*é muito importante*”. Podemos também inferir o uso da gradação que operacionaliza a avaliatividade por meio de categoria “força” demarcam a intensidade. Nesse caso, a intensidade é positiva: “*é muito importante*”.

EXEMPLO 23

FRAG23/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021: “Nesse momento agradeço pela oportunidade em participar como palestrante desse evento organizado para uma semana, abordando a acessibilidade em tempo pandêmico”.

Acionando a avaliatividade, o subsistema do afeto permite inferir que o *FRAG23/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021*, no trecho: “*Nesse momento agradeço pela oportunidade*” expressa emoção positiva, vinculada a sentimentos de satisfação e felicidade.

Além disso, vamos além e por meio da gradação identificamos a reação foi positiva, indicando estima social.

O último exemplo do *corpus* remete à solidariedade em tempos de pandemia. Os Atores Sociais Surdos estimam-se mutuamente quando comungam realizações de interesses fundados em relações solidárias (PEDROSA, 2021). É a forma do reconhecimento recíproco que se refere ao respeito às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças; é um valor socialmente definido das propriedades diferenciais dos indivíduos que contribuem para a implementação dos objetivos culturalmente definidos. A definição desse valor pressupõe um conjunto de valores intersubjetivamente partilhado de maneira universal – a comunidade de valores/solidariedade (HONNETH, 2003).

Dessa forma também acionamos os eixos sincrônicos e diacrônicos pelo viés sociológico da categoria dos atores sociais, que se articulam para constituir o processo de desconstrução e construção dos Atores Sociais Surdos: “*Nesse momento agradeço pela oportunidade em participar [...]*” desta vez compartilhando experiências solidárias em um contexto de crise pandêmica com privações diversificadas. Quando situações cruciais são vivenciadas, os atores sociais se reconhecem reciprocamente como seres humanos providos de igualdade e partilham a participação em todas as instâncias da sociedade em formações discursivas.

Os procedimentos de análise conduziram este estudo à configuração dos Atores Sociais Surdos como Atores Sociais da Justiça e Atores Sociais da Solidariedade, constituídos discursivamente no *corpus* da pesquisa.

5.5 PONDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Buscamos por meio das categorias de análise, contribuir, a partir da agenda de lutas do Povo Surdo e com os processos de mudanças sociais e culturais pelas quais passam nossa sociedade, em relação à efetivação das suas lutas por direitos e respeito durante o período pandêmico. Efetivamente, por meio do registro das situações de desafio de acessibilidade comunicacional vivenciadas pelo Povo Surdo durante a pandemia e reveladas em seus discursos, denunciemos sua situação desprivilegiada enquanto minoria linguística.

Foram apresentadas as categorias linguístico-sócio-discursivas identificadas em dois contextos (esfera da justiça e esfera da solidariedade) e nomeadas **Atores Sociais da Justiça e**

Atores Sociais da Solidariedade, agrupadas de acordo com a natureza das recorrências discursivas encontradas no *corpus* da pesquisa. Abaixo, evidenciamos um resumo das análises.

Quadro 10 - Resumo das Análises - Atores Sociais da Justiça

SUBSISTEMA GSF	EXEMPLOS	COMENTÁRIOS ANALÍTICOS GERAIS LINGUÍSTICO SÓCIO DISCURSIVO
AFETO	<p><i>FRAG24/UNIASSELVI/SET-2021 “Os surdos estão se sentindo oprimidos”</i></p> <p><i>FRAG01/UFBA/MAI-2020: “Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido?”</i></p>	<p>Emoções negativas de Insatisfação, infelicidade e insegurança</p> <p>Situação de vulnerabilidade social e exclusão – denegação de direitos</p> <p>Memória de sua trajetória de exclusão ativa a informação que na sociedade a maioria das pessoas não usa Libras.</p>
JULGAMENTO	<p><i>F05/UFRN/JULHO-2020: “Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação”.</i></p>	<p>Julgamento negativo: Sanção social Rebaixamento, falta de interação no ambiente familiar</p>
APRECIÇÃO	<p><i>FRAG20/UFPR/UNIPAMPA/SET-2021: “A acessibilidade ainda não existe nas programações de TV. Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir”.</i></p>	<p>Julgamento negativo: a composição dos programas não é acessível</p> <p>Privação de direitos de liberdade de escolha</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 11 - Resumo das Análises - Atores da Solidariedade

SUBSISTEMA GSF	EXEMPLOS	COMENTÁRIOS ANALÍTICOS GERAIS LINGUÍSTICO SÓCIO DISCURSIVO
AFETO	<p><i>“Nesse momento agradeço pela oportunidade em participar como palestrante desse evento organizado para</i></p>	<p>Emoções positivas: satisfação, agradecimento</p>

	<i>uma semana, abordando a acessibilidade em tempo pandêmico”.</i>	Reconhecimento mútuo Solidariedade
JULGAMENTO	<i>FRAG018/UEG/MAI-2020: “Em relação à acessibilidade, estamos melhorando, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais”</i>	Julgamento positivo: estima social Articulação entre os eixos sincrônico e diacrônico no processo de identificação
APRECIÇÃO	<i>FRAG018/UEG/MAI-2020: Em relação à acessibilidade, estamos melhorando, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais</i>	Apreciação positiva: composição de eventos com uso da língua de sinais

Fonte: Elaborado pela autora.

Alinhados aos postulados teóricos selecionados, defendemos nossa tese ancorados nas ciências críticas assumindo o compromisso de fomentar na sociedade, reflexões sobre sentidos implícitos, que por vezes são naturalizados em situações cotidianas. Acreditamos que a provocação de temáticas **invisíveis** em relação ao Povo Surdo (minoridade linguística), possa de alguma forma acionar alguns gatilhos e contribuir com sua trajetória de lutas. Tendo em vista que a ACD/ASCD “assume uma posição de engajamento para construir ações que visem o empoderamento e a conscientização daqueles que se encontram em situações de opressão (PEDROSA; ALVES, 2022, p. 8).

6 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

Esta tese a partir de uma análise crítica, ancorada na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso - ASCD, vinculada em sua origem à Análise Crítica do Discurso – ACD, buscou uma reflexão sobre a problemática da acessibilidade comunicacional do Povo Surdo durante a pandemia da covid-19. Empreendemos uma composição de pesquisa com a finalidade de contribuir com as lutas por reconhecimento do Povo Surdo, evidenciando suas denúncias de denegação dos direitos linguísticos e reivindicações pelos direitos culturais, reconhecimento e respeito.

O texto foi dividido em seis capítulos; sendo que a primeira parte concentrou-se nos três primeiros, onde contemplamos a base teórica considerada relevante e essencial suporte para atingirmos

os objetivos e respondermos as questões de pesquisa, apresentando uma breve configuração da ACD, ao tempo em que assumimos que a escolha teórica pela ACD justificou-se pela identificação com seus pressupostos de compromisso político e social contra as desigualdades e minorias e contra a imparcialidade do analista e do objeto em análise. Definimo-nos enquanto pesquisadora decolonial situada no nordeste brasileiro, como forma de contribuição com os movimentos que buscam legitimar, nossos trabalhos, num somatório com colegas que desenvolvem estudos nessa pauta, na América Latina e no Brasil.

Na sequência da primeira parte, apresentamos um capítulo sobre os Estudos Surdos, demarcamos a História do Povo Surdo pelo viés cultural e narramos como o corpo Surdo, ao longo do tempo, foi invisibilizado devido ao processo colonizador imposto pela hegemonia ouvintista. No terceiro capítulo, propomos uma discussão sobre a in (ex)clusão do Povo Surdo no Brasil à luz da teoria da Luta Por Reconhecimento, postulada por Axel Honneth, que argumenta ser o reconhecimento um meio pelo qual os atores sociais podem constituir e desenvolver suas identidades. Propomos um rápido diálogo com os diferentes modos de participação e engajamento dos Atores Sociais Surdos em ambientes virtuais na Internet, destacando a importância desses processos e em seguida dialogamos brevemente com a Linguística Aplicada e com a vertente do Direito Linguístico, pontuando problemáticas enfrentadas pelas minorias linguísticas, inclusive, sobre a temática dos conflitos linguísticos.

Iniciamos a segunda parte da tese com o capítulo orientador versando sobre os caminhos metodológicos empreendidos. Nele, traçamos a rota, definimos as questões de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos e classificamos então a pesquisa como sendo tipo qualitativa-interpretativista. Discorremos sobre os passos metodológicos empreendidos para a geração de dados e sobre os critérios utilizados para composição do *corpus*. Por fim, apresentamos as categorias de análise elencadas para esse estudo, propondo diálogos entre elas, pois na prática discursiva, todas acontecem simultaneamente, complementando-se e suplementando-se mutuamente.

Enfim, no quinto capítulo, por meio das categorias de análise propostas, analisamos o *corpus* da tese composto por vinte e três exemplos que correspondem aos fragmentos gerados, constituídos discursivamente em Libras pelos Atores Sociais Surdos. Os procedimentos de análise realizados envolveram relações dialéticas entre as teorias, os discursos, os recursos semióticos e as práticas sociais, percorrendo caminhos trilhados entre o linguístico e o social.

Durante todo o percurso da pesquisa, seguimos as orientações dos objetivos definidos pelas problematizações acerca dos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados pelo

Povo Surdo durante a pandemia da covid-19, evidenciando as reivindicações pelos direitos linguísticos, culturais, reconhecimento e respeito do Povo Surdo.

Elencaremos as cinco questões que orientaram, motivaram e nos conduziram ao entendimento da problemática identificada, articulando-as com os objetivos.

1. Quais formas de reconhecimento foram acionadas socio discursivamente pelos atores sociais surdos para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19?

Objetivo específico: Identificar nos discursos dos atores sociais surdos quais formas de reconhecimento foram socio discursivamente constituídas para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19.

Para verificarmos as possibilidades de resposta deste questionamento, nos apoiamos na teoria da luta por reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais, proposta por Honneth (2003), cujo postulado considera que a identidade é constituída pelo reconhecimento intersubjetivo, estabelecido em três esferas: na esfera do amor, nas relações pessoais com vínculo afetivo; na esfera jurídica-moral, nas relações de direito, justiça e autorrespeito; e na esfera da estima social, nas relações de solidariedade.

Pontuamos que por razões de afinidade com os objetivos da pesquisa, selecionamos as duas últimas esferas. Assim, identificamos, por meio das análises do *corpus* deste estudo, que as formas de reconhecimento acionadas pelos Atores Sociais Surdos para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19, correspondem às Relações Jurídicas, referentes à adjudicação de direitos e às Relações de Solidariedade, alusiva à solidariedade.

Dito isso, reafirmamos que em consonância com as pesquisas em ACD/ASCD concebemos a linguagem como prática social que emerge da relação dialética entre um evento discursivo particular e as situações, instituições e estruturas sociais em que estão inseridas, ou seja, considera essencial o contexto de uso da linguagem em que está inserido o discurso, tanto na fala, quanto na escrita (WODAK, 2004). Desse modo, por compreender o texto como uma construção discursiva foi essencial para as análises, tendo como ferramenta as marcas nos discursos observados, a ASCD, à semelhança da corrente dialético-relacional, tem preferência em trabalhar com as categorias analíticas baseadas na Análise Discursiva Textualmente Orientada – ADTO (PEDROSA, 2012; 2013; CUNHA, 2021).

Logo, para alcançar as respostas à problemática da pesquisa, firmamos o empreendimento das análises com a concepção de linguagem como prática social, o que permitiu o entrelaçamento entre os aspectos discursivos, sociais e as respectivas teorias basilares, evidenciando afinamento analítico com a ASCD que preza pelo empenho dos pesquisadores em estabelecer conexões entre a linguagem e a estrutura social (PEDROSA, 2018).

Dessa forma, evidenciamos, por meio dos discursos dos Atores Sociais Surdos, a denegação dos direitos à acessibilidade comunicacional, resultando no desrespeito à diversidade linguística e cultural do Povo Surdo. Observamos uma patologia social (HONNETH, 2003), visto que as experiências de desrespeito e sofrimento dos Atores Sociais Surdos revelam uma deformação na práxis humana, ou seja, quando as relações sociais estão marcadas pelas desigualdades e mantidas pelo poder hegemônico, no caso, o poder da maioria ouvinte e da língua majoritária do país.

A falta de acessibilidade às informações e orientações sobre a situação pandêmica, acirraram as dificuldades de comunicação dos Atores Sociais Surdos pelo descumprimento das leis de acessibilidade, potencializando os desafios comunicacionais do Povo Surdo em tempos de crise sanitária mundial. Segundo esses estatutos jurídicos vigentes no Brasil, a veiculação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e de imagens deve contemplar o uso da língua de sinais e assegurar a acessibilidade comunicacional do Povo Surdo.

Diante da privação de direitos, os Atores Sociais Surdos foram excluídos à medida em que sua língua natural de modalidade visual motora foi esquecida. O apagamento da língua de sinais foi constatado, não apenas pela falta da janela de interpretação nos veículos de comunicação visual, tendo sido também obliterado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH na Resolução 01/2020. O documento trata da importância dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos nas Américas em situações extremas, especificamente a pandemia da covid-19.

Ficou nitidamente constatado pela discursividade que para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional dos Atores Sociais Surdos durante a pandemia da covid-19, as formas de reconhecimento ativas em sessenta e nove por cento do *corpus* estão vinculadas ao **desrespeito, privação de direitos e exclusão** na esfera das **relações jurídicas**. Em escala bem menor, correspondendo a trinta por cento, a **estima social e autoestima** como autorrelação prática no âmbito da Comunidade de Valores, **esfera da Solidariedade**.

2. Como os atores sociais Surdos, com base no sistema da avaliatividade da Gramática Sistêmico Funcional, expressam suas subjetividades?

Objetivo Específico: Analisar, com base no sistema da avaliatividade da Gramática Sistemico Funcional, as subjetividades dos atores sociais Surdos.

A Avaliatividade foi articulada como microcategoria de análise nesse trabalho de pesquisa, por ser um sistema caracterizado como interpessoal ao nível da semântica do discurso, oferecendo mecanismos diversos para que atribuamos diferentes avaliações aos mais diferentes aspectos de nossas atitudes (VIAN JR, 2010). Dessa forma, foi possível identificar, a partir da perspectiva sistêmico-funcional da linguagem, os diferentes recursos utilizados pelos Atores Sociais Surdos ao expressarem suas subjetividades em relação aos desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados durante a pandemia da covid-19.

Assim, por sua aplicabilidade, representou um valioso suporte para analisarmos a materialidade linguística presente no discurso dos Atores Sociais Surdos, visto que, inclusive, permitiu estabelecer diálogo com as demais categorias.

Dentre os campos de interação do Sistema da Avaliatividade da Gramática Sistemico Funcional – GSF, o fio condutor acionado para as análises dessas microcategorias foi o subsistema da **Atitude: Afeto, Julgamento e Apreciação** pois envolvem opinião, avaliação, emoção, comportamentos e posicionamentos em relação a eventos, fatos e episódios. Entretanto, não anulamos os outros subsistemas, aos quais recorremos pontualmente durante as análises, como por exemplo, o Engajamento e a Gradação.

Verificamos que em relação à expressão das subjetividades, no campo do afeto, diretamente ligado às emoções, os registros materializados **pelos Atores Sociais Surdos na esfera da justiça** foram de emoções negativas. De forma explícita evidenciaram sentimentos de angústia, tristeza, depressão, irritabilidade, estresse, ansiedade, constrangimento, preocupação e abandono. Revelaram infelicidade, insatisfação e insegurança. De forma implícita, ou seja, indireta, referem-se aos sentimentos que possuem significados ideacionais, as manifestações discursivas foram sugestões para que as pessoas ouvintes acessem o imaginário para compreensão da situação vivenciada pelo Povo Surdo.

Utilizando esse recurso linguístico, os **Atores Sociais Surdos na esfera da justiça**, evidenciam as diferenças linguísticas do Povo Surdo (falante da língua de sinais) diante da maioria da população ouvinte (falantes da língua oral). A constituição discursiva revela que a experiência, por eles vivenciada durante a pandemia da covid-19, foi constrangedora, humilhante, degradante. Para que uma pessoa ouvinte, falante da língua oral, entenda, precisa idealizar o Ser Surdo, imaginar-se sem acesso às informações naquele momento pandêmico.

O campo do Julgamento, categoria semântica da atitude pelo viés da análise linguística, permite a elaboração das avaliações do comportamento das pessoas: crítica ou elogio, condena ou aplaude a conduta em relação às ações, aos ditos, às crenças e às motivações de um grupo. O julgamento é dividido em dois tipos: estima social - admiração, elogio; e sanção social - reprovação, condenação (VIAN JR, 2010).

Identificamos que em relação à expressão das subjetividades, no campo do julgamento que os registros materializados pelos **Atores Sociais Surdos na esfera da justiça** foram negativos, de sanção social. Remetem à reprovação, condenação da atitude da sociedade, de forma direta os veículos de comunicação que promoveram a divulgação das informações sobre a pandemia da covid-19, os direitos linguísticos do Povo Surdo, não respeitaram as leis sobre acessibilidade comunicacional. Também em relação aos familiares dos **Atores Sociais Surdos na esfera da justiça**, as avaliações na discursividade indicam valores negativos, atribuindo reprovação e condenação aos familiares do Povo Surdo que não se comunicam em Libras.

Nitidamente compreendemos que os julgamentos em relação ao comportamento das pessoas no tocante à acessibilidade comunicacional do Povo Surdo, é excludente. Verificamos inclusive, que esse processo é histórico e que continuou durante a crise pandêmica, agravando a situação por eles vivenciada. O campo da Apreciação permite construir avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos; abrange as reações dos falantes e as avaliações da realidade. Na apreciação verifica-se, similarmente ao julgamento, uma institucionalização dos sentimentos. Porém,

As subjetividades, expressas pelos **Atores Sociais da Justiça**, foram negativas, as reações foram de impactos negativos, causaram desgosto e prejuízos para o Povo Surdo. As avaliações referem-se aos programas de TV que veicularam notícias sobre a pandemia da covid-19; em relação à sua composição não foram acessíveis aos Surdos, não tinham a janela de interpretação em Libras, por isso os conteúdos eram complexos, exibidos na língua oral; no tocante ao valor, as informações foram consideradas muito importantes, mas a avaliação foi negativa, visto que socialmente eram exclusivas, não foram veiculadas para o Povo Surdo.

As expressões subjetivas materializadas nos discursos constituídos pelas opiniões dos **Atores Sociais da Justiça** nos encaminham a refletir sobre o cumprimento das leis em nosso país, os estatutos jurídicos (Lei 10.098/2000 e 13.146/2015) estabelecem que a veiculação das programações nos meios de radiodifusão deve contemplar a janela de interpretação em língua de sinais, o que significa acessibilidade para o Povo Surdo, mas na prática, ela não se efetiva. Logo, se uma lei não é cumprida, é um caso de denúncia.

Identificamos que a expressão das subjetividades nos registros discursivos materializada pelos **Atores Sociais da Solidariedade** corresponde a trinta por cento do *corpus* da pesquisa. No campo do afeto, diretamente ligado às emoções foram positivas, evidenciaram sentimentos de **reconhecimento e estima social**. De forma explícita evidenciaram sentimentos de felicidade, satisfação e segurança.

Constatamos que as subjetividades expressas pelos **Atores Sociais da Solidariedade**, foram positivas, à medida em que impulsionaram uma força motriz (HONNETH, 2003), gerando movimentos reivindicatórios durante a pandemia da covid-19. No campo da Apreciação, avaliações referem-se aos pares surdos e a grupos de ouvintes que promoveram eventos na forma remota – *lives*; em relação à sua composição, foram veiculadas em língua de sinais com a tradução em língua portuguesa oral e/ou tinham a janela de interpretação em Libras, por isso os conteúdos, contemplaram a acessibilidade; no tocante ao valor, as informações foram consideradas muito importantes, com avaliação foi positiva, visto que socialmente promoveram a acessibilidade, considerando as duas línguas, a língua portuguesa e a Libras.

No campo do julgamento que os registros materializados pelos **Atores Sociais da solidariedade** no *corpus* foram de estima social, considerados positivos, revelaram sentimentos de **admiração, elogio, aprovação e reconhecimento**.

3. Como os atores sociais se constituem na esfera da justiça e da solidariedade, considerando os eixos sincrônicos e diacrônicos de seus discursos?

Objetivo específico: Identificar, nos discursos dos atores sociais surdos da esfera jurídica e da esfera da solidariedade, as subjetividades evidenciadas nos eixos sincrônicos e diacrônicos.

Os atores sociais, constituídos discursivamente, foram representados como **Atores Sociais da Justiça e Atores Sociais da Solidariedade**. Verificamos a existência dessas duas macrocategorias de atores que foram definidas durante as análises do *corpus*, em processo de recontextualização, a partir das teorias de Van Leeuwen (1997, 2008), Dubar (2005, 2006) e Honneth (2003).

As duas categorias foram definidas, considerando a interface entre a concepção de atores sociais como uma representação social no discurso, contemplando as pessoas e suas práticas sociais através de categorias sóciosemânticas (VAN LEEUWEN, 1997, 2008) e a

concepção de que cada indivíduo, conectado às variadas esferas de suas atividades durante a vida, aprende a tornar-se ator, num processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades (DUBAR, 2006). Seguindo essa perspectiva, em diálogo com a teoria da Luta por Reconhecimento, para nomeá-los, contemplamos as esferas da justiça e da comunidade de valores – solidariedade.

As contribuições de van Leeuwen (1997, 2008) foram fundamentais para a proposta de recontextualização apresentada nas análises do *corpus* desta pesquisa. Para o autor, os discursos. A proposição de que os atores sociais atuam como representação da língua, foi um aporte essencial, por meio da sua teoria da representação social no discurso relacionando-a com a linguística, especificamente com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e com a Gramática Sistêmico Funcional (GSF) de Halliday.

Segundo Leeuwen (1997, 2008), o compartilhamento de uma ideia por meio da manifestação verbal, significa confirmar um vínculo social e respectivamente uma identidade. Sob essa ótica, a palavra-chave é **escolha**. No sentido da seleção de alguns termos da língua ao invés de outros, que os atores sociais fazem quando elaboram e partilham seus discursos.

Nessa perspectiva, a linguagem desempenha um papel fundamental nas representações das experiências (individuais ou coletivas) das pessoas e é nesse ponto em que se representam como atores sociais (indivíduos socialmente organizados). Ao fazer escolhas de determinadas palavras e estruturas para representar suas experiências, os atores fornecem subsídios importantes para os estudos de fenômenos representativos, o que verificamos com clareza no *corpus* da pesquisa. Evidenciamos assim, a relevância dessa abordagem que se configurou como ferramenta de análise - macrocategoria das práticas sociais transformadas em discursos do Povo Surdo acerca dos desafios de acessibilidade comunicacional durante o período de pandemia.

As questões sociais ligadas às identidades, foram contempladas ao estabelecermos uma conexão com os estudos de Dubar (2005, 2006), desenvolvidos à luz da sociologia; implicam em relações interpessoais, integração e adaptação em diferentes grupos, nos conduzindo para o conceito de identidades, que por sua vez suscita um processo de socialização cuja abordagem central refere-se à maneira pela qual os atores sociais se identificam uns com os outros. Assim, cada ator (consciente de si e do outro) possui a sua visão do mundo onde está inserido.

Para complementar a recontextualização proposta, acionamos as contribuições da Luta por Reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais (HONNETH, 2003), ativando seus princípios integradores por meio das formas de reconhecimento.

Dessa forma, constituímos as categorias de análise, articulando e relacionando as identidades Surdas constituídas discursivamente (por ações individuais – os discursos reflexivos de cada Surdo em sua trajetória; e por ações coletivas – os eventos promovidos por instituições), o que nos permitiu chegar à resposta do terceiro questionamento desta pesquisa.

Identificamos que os **Atores Sociais da Justiça** foram constituídos por meio de suas subjetividades articulando as denúncias no momento coletivo de crise pandêmica com suas trajetórias de exclusão. As marcas nos discursos situadas no **eixo sincrônico** revelam as **identidades surdas como minoria linguística, falta de interação - exclusão no âmbito da família e na sociedade, denegação de direitos de acessibilidade comunicacional - omissão do Estado** e da **sociedade**, durante a pandemia da covid-19 e remetem a sentimentos de **opressão, ansiedade, angústia, estresse, insegurança e abandono**.

Em articulação com o **eixo diacrônico** os discursos analisados confirmam a **trajetória de lutas por reconhecimento da língua de sinais, cultura e respeito do Povo Surdo**, revelam falta de **acessibilidade comunicacional** desde o passado, com agravamento na situação pandêmica. Tal articulação confirma a **exclusão histórica**, revela sentimentos de **opressão, ansiedade, angústia, estresse, insegurança e abandono** e ativa movimentos de **enfrentamento, denúncia e reivindicação dos direitos denegados**.

No tocante aos **Atores Sociais da Solidariedade**, as subjetividades manifestadas identificam também a articulação entre os eixos sincrônico e diacrônico. As marcas discursivas no **eixo diacrônico** revelam a trajetória marcada pela **falta de acessibilidade comunicacional** e **exclusão** em movimento de reconstrução, ativado pelo **reconhecimento social** – participação nas *lives* com ouvintes. Dessa maneira, elaboram a **reconstrução de suas identidades** compartilhando com a sociedade a importância do uso da língua de sinais e evidenciam os aspectos culturais do Povo Surdo – **eixo sincrônico**. Constituem-se **Atores Sociais da Solidariedade** que despertam intersubjetivamente sentimentos de **respeito e bem-estar social** baseados na **estima mútua**, por meio da autorrelação prática efetivada nas *lives*, evento em que as duas línguas (Libras e Língua Portuguesa) foram contempladas em pé de igualdade.

4. **De que forma uma pesquisa com base na ACD, sob a âncora da ASCD, pode contribuir efetivamente com as lutas dos atores sociais - Povo Surdo - e com a efetividade de ações afirmativas para garantia de seus direitos?**

Objetivo Específico: Contribuir, a partir da ACD/ASCD e dos Estudos Surdos, com a agenda de lutas por reconhecimento dos atores sociais - Povo Surdo – e com a efetividade de ações afirmativas para garantia de seus direitos.

A escolha do arcabouço teórico para esta pesquisa pautou-se pelo compromisso político e social contra as desigualdades e minoria, especificamente o Povo Surdo – minoria linguística - e contra a imparcialidade do analista e do objeto em análise. A ACD é um campo de pesquisa transdisciplinar e contempla em seus objetivos, denúncias de relações opressivas. Dessa forma, o olhar dos analistas críticos do discurso vislumbra caminhos para que as situações de assimetria evidenciadas na sociedade sejam modificadas. Assim, sendo é necessário encontrar meios para que a agenda investigativa da ACD seja cumprida e os objetivos propostos sejam alcançados.

Em consonância com tal princípio, a ASCD preocupa-se em intensificar pesquisas relacionadas ao poder ou ao abuso de poder, além de priorizar e aprofundar os estudos com temáticas que contemplem grupos de minorias sociais e de vulneráveis, mudanças sociais e culturais, e constituição de identidades dos sujeitos.

Pontuaremos as contribuições que, julgamos, esta pesquisa ofereceu para a Análise Crítica do Discurso e para a corrente Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso. Inicialmente contribuímos para a o enriquecimento da ACD/ASCD no campo teórico enquanto proposta de pesquisa inserida nos Estudos Surdos e em sua agenda de luta. Abordamos o viés da história cultural, demarcando como o corpo Surdo foi inviabilizado devido ao processo colonizador imposto pela hegemonia ouvintista. Outra contribuição teórica foi o postulado da Luta por Reconhecimento – a gramática dos conflitos sociais de Axel Honneth (2003), semeando assim, nessa área de pesquisa a discussão sobre a exclusão do Povo Surdo durante a pandemia da covid-19.

No campo metodológico, indicamos a recontextualização das categorias de análise, a partir das teorias de Van Leeuwen (1997, 2008), Dubar (2005, 2006) e Honneth (2003), com o propósito de contribuir com outras pesquisas da área no sentido de ampliar as possibilidades de análises sob novos primas de interpretação.

No tocante à efetividade de ações afirmativas para a garantia dos direitos do Povo Surdo, apresentamos algumas denúncias: o descumprimento das leis de acessibilidade pelos serviços de radiodifusão no Brasil quanto à divulgação de notícias e orientações sobre o pandemia da covid-19; o apagamento das línguas de sinais na Resolução 01/2020 que versa sobre a Pandemia e os Direitos Humanos das Américas, no âmbito na Corte Interamericana dos Direitos Humanos

(CIDH); os sentimentos de opressão e abandono do Povo Surdo durante os primeiros da pandemia da covid-19.

Mais uma contribuição referente às ações afirmativas para a garantia dos direitos do Povo Surdo foi o próprio *corpus* da tese, que em sua composição contemplou o protagonismo do Povo Surdo constituído discursivamente em Libras - sua primeira língua, em respeito aos seus direitos linguísticos e culturais.

Por fim, registramos os desafios de acessibilidade comunicacional enfrentados pelo Povo Surdo durante a pandemia covid-19, relatados pelos próprios Surdos.

Diante dessas contribuições, a investidura deste trabalho de pesquisa, enquanto atividade acadêmica, insere-se também como atividade social em defesa dos direitos do Povo Surdo enquanto minoria linguística. Esperamos que o esforço acadêmico investido seja uma ferramenta útil na aplicação em futuras pesquisas para que as relações entre pessoas Surdas e pessoas ouvintes se estabeleçam de forma menos assimétrica.

A título de sugestão, indicamos que outros estudiosos cultivem a semente plantada neste trabalho e possam avançar em pesquisas engajadas na agenda de Lutas por Reconhecimento do Povo Surdo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo Nascimento. **O Direito Fundamental ao acesso à justiça na própria língua: incursões acerca do princípio da igualdade em matéria processual.** Athenas - Ano IX - Vol. I - 2020 (Jan-Dez) - ISSN 2316-1833. Disponível em: https://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano9_vol1_2020_artigo10.pdf. Acesso em 06 jun. 2022.
- ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 127-143, jun., 2011.
- ALVES, Juliana Barbosa; PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Temática do Enem 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda.** Revista Espaço, n. 53, jan./jun. 2020, p. 215-235. ISSN: 2525-6203. DOI: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i53.655>. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/655/704> Acesso em: 02 jun. 2022.
- ARAUJO, Carolina Lopes; CARMO, Eliane Almeida do; FRAGA, Raiza Gomes. **Percursos de jovens pesquisadores em investigação qualitativa interdisciplinar embasada na análise de discurso crítica (ACD) com o auxílio do software Nvivo®.** In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 7., 2018, Fortaleza. Atas. Fortaleza: UNIFOR; UAEM; Ludomedia, 2018. p. 154-163. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1725>. Acesso em 20 de ago. de 2020.
- BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico.** Lisboa: Edições 70, 1996.
- BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas.** Ijuí: Unijuí, 2006.
- BARROS, Solange Maria de. **Bases filosóficas da análise de discurso crítica.** In: José Ribamar Lopes Batista Jr., Denise Tamaê Borges Sato, Iran Ferreira de Melo (Orgs) *Análise de Discurso Crítica para linguístas e não linguístas.* 1 ed. São Paulo: Parábola. 2018. p. 36 – 47.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 39-63.
- BENVENUTO, Andrea; Séguillon, Didier. **Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos.** Revista Moara – Edição 45. 2016. Estudos Linguísticos ISSN: 0104-0944 65.

BESSA, Décio (2016). **Análise de discurso crítica: história e perspectivas**. In: Kallarrari, Celso. – Bessa, Décio. - Pereira, Aline Maria dos Santos (Orgs). Estudos linguísticos e formação docente. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

BOLÍVAR, Adriana. **Estudos do Discurso na Venezuela e América Latina: Um compromisso social, político e acadêmico**. Entrevista a Oscar Iván Londoño Zapata. Revista Discourse & Society, 1(4) 2007, p 681-700.

BOLÍVAR, Adriana. **Los estudios del discurso em américa Latina hoy**. In: HARVEY, Anamaria (org). **Em torno al discurso**. Contribuciones de America Latina. Santiago, Chile. Ediciones Universidad Catolica de Chile, 2005.

BRASIL. Lei 14.191, de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Decreto 10.502/2020 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Decreto 5626/2005 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Decreto 9665/2019 – disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9665.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Lei 10.098/2000 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Lei 10.436/2002 – disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110435.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Lei 12.319/2010 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em 04 fev.2022.

BRASIL. Lei 13.146/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 04 fev. 2022.

BRITO, Maiane Vasconcelos de. Dissertação de Mestrado: **Discurso do sujeito surdo sobre sua educação: contribuições da abordagem sociológica e comunicacional do discurso**. Dissertação de mestrado PPGL/UFS.2018, 143p.

BURKE, PETER. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Análise do discurso anglo-saxônica e semiótica social crítica**. In: Ferreira, Raimundo Ruberval, Rajagopalan, Kanavillil. (Orgs.) Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso. Campinas, SP. Pontes Editores, 2016, p. 199-224.

- CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação dos surdos**. Tese doutorado- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91182?show=full> Acesso em 01 fev. 2022.
- CAPOVILLA, Fernando César. et. all. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil. A Libras em suas mãos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Edição: 4ª revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro**. In: *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. Edson Rosa de Souza. (org) - São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.
- CENCI, Angelo Vitório. (2013). **Reconhecimento, Conflito E Formação Na Teoria Crítica De Axel Honneth**. *Educação E Filosofia*, 27(53), 323–342.
<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v27n53a2013-p323a342>
- CHOULIARAK, L. e N. FAIRCLOUGH. 1999. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press. Apud MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. Volume 21. Delta: Especial 1-9, 2005.
- CORREIA, Luana Paula de Figueredo; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Atenção à saúde de pessoas surdas em tempos de pandemias por coronavírus**. *Rev Brasileira de Enfermagem*. 2022;75 Edição Suplementar 1 <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1036e20201036> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5QdLMrwXvLJwGfPk3CBJWbk/?lang=en> Acesso em 06 jun. 2022.
- CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da. **A Avaliatividade em pareceres de revista científica de Linguística: uma perspectiva sistêmico-funcional**. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, LAEL, 2012.
- CUNHA, João Paulo Lima. **“Kd o Pai Dessa Criança?!”: Uma Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso de Atores Sociais Pais de Crianças com Síndrome de Down**. Tese de doutorado, PPGL: UFS, 2021.
- DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Sujeitos e atores sociais nas representações discursivas de docentes da rede estadual de ensino em Sergipe: uma análise crítica em tempos de Ideb**. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Março/ 2002, p. 139-154.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação.** Versão em língua portuguesa. Tradução de Catarina Matos. Edições Afrontamento. Coleção Caleidoscópio3, 2006. ISBN 972-36-0835-9.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

.EBERSOLD, Serge. **Pratiques inclusives, approche polycentrée et accessibilité.** Revista Educação Especial. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X52845>. 2020 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347112433_Pratiques_inclusives_approche_polycentree_et_accessibilite/fulltext/5fe4af9e45851553a0eac373/Pratiques-inclusives-approche-polycentree-et-accessibilite.pdf?origin=publication_detail Acesso em 30 abr. 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>. Acesso em 10 ago. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2.ed., 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse.** Textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis. The critical study of language.** 2. Ed. Harlow: Pearson, 2010.

FAYE PEDROSA, Cleide Emília. **A Socioanálise e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: caminhos de análise em Análise Crítica do Discurso.** Trabalho apresentado na mesa-redonda da ABRALIN: Análise Crítica do Discurso e os caminhos de análise. VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística. Natal: UFRN, 30/01 – 02/02/2013.

FAYE PEDROSA, Cleide Emília. **Pesquisa em identidades surdas: “narrativas do eu”.** Trabalho apresentado no 25º Jornada Nacional do GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste), 1 a 4 de outubro de 2014. UFRN: Natal, 2014.

FELIPE, Tânia Amaro. **LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do professor.** Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial.** Curitiba: Ibepex, 2013.

FRANCO, Telma. **Bullying contra Surdos. A manifestação silenciosa da resiliência.** Editora Appris. Curitiba-PR, 2014

FOWLER, Roger. **Sobre a Linguística Crítica.** Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 207-222, 2004.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. **O Estatuto Linguístico das Línguas de Sinais: A Libras sob a ótica Saussuriana.** Dissertação De Mestrado – UFRGS 2013 - Instituto de Letras -Programa de Pós-Graduação em Letras Área:

FUHRMANN, Nádía Lucia. **O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição: a origem dos conflitos sociais a partir da teoria de Axel Honneth**. Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 33, mai./ago. 2013, p. 170-203.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Lutas por Reconhecimento dos Surdos na Internet: Efeitos Políticos do testemunho**. Revista de Sociologia e Política v.17, nº34. Out 2009, p.85-101.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Introdução ao estudo do direito. Teoria Geral do direito**. Editora Juspodivm. 8ª ed., 2021.

GESSER, Audrei. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 47, n. 1, p. 223–239, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645205>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, Ayila Reis; BARBOSA, Monica de Gois Silva; COSTA, Edivaldo Da Silva. **O uso da tecnologia assistiva no desenvolvimento linguístico-cognitivo do ensino de língua portuguesa para surdo: uma revisão de literatura**. Anais do 1º encontro Nacional de Formação de Professores – ENFOPE – Universidade Tiradentes, 2017.

GOMES, Ingrid Chagas. O SUBSISTEMA DE ATITUDE NO DISCURSO DE CINCO PROFESSORAS DE LETRAS QUE ATUAM FORA DA ÁREA ESPECÍFICA DE FORMAÇÃO EM CATALÃO-GO. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão,GO. 2020, 147p.

GONTIJO, Túlio Adriano Alves; BARROS, Solange Maria de; MARQUES-SANTOS, Lucas Eduardo. **Representações Surdas na Desconstrução de Práticas Ouvintistas: Um estudo crítico-discursivo**. 1.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; SANTOS, Karine David Andrade; DANTAS; Nadja Pereira; SILVA, Joilson Pereira da. **Bullying, apoio social e sentido de vida: relato de discentes surdas**. Revista Sinalizar, Goiânia, 2021, v.6: e67536 | ISSN: 2448-0797 DOI:10.5216/RS. v6.67536.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 2004.(3. ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen).

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IRINEU, Lucineudo Machado (org.) et al. **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave / Organizadores: Lucineudo Machado Irineu, Adriana dos Santos Pereira, Ametista de Pinho**

Nogueira Silva, Ana Lorena dos Santos Santana, Fernando Henrique Rodrigues de Lima e Suellen Fernandes dos Santos; Prefácio de Viviane Vieira. – 1. ed.– Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

JAKOBSON, Roman. **Os aspectos linguísticos da tradução**. 20.ed. *In*: Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1995.

JÚNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª Ed. Editora Podivm, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência. A comunidade Surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997

LOPES, Alice Tibeiro Casimiro. **Bachelard: o filósofo da desilusão**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v.13, n.3, p248-273, 1996.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **Educação e Inclusão: entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb, 2020.

MAGALHÃES, Izabel. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Izabel Magalhães, André Ricardo Martins, Viviane de Melo Rezende. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, 260p.

MAGALHÃES, Izabel. **Introdução à análise de discurso crítica: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada 21:Delta:Especial 1-9.2005**.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social**. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 40 (3): p. 1335-1346, set-dez 2011. Disponível em: [revistas.gel.org.br > estudos-linguisticos > article > download_](http://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/) Acesso em 10 de ago. de 2020.

MELO, Iran Ferreira de. Histórico da análise de discurso crítica. *In*: **Análise de Discurso Crítica para linguístas e não linguístas**. José Ribamar Lopes Batista Jr., Denise Tamaê Borges Sato, Iran Ferreira de Melo, org. – 1 ed. São Paulo: Parábola. 2018. 224p.

MELO, Iran. Ferreira. Por uma análise crítica do discurso. *In*: MELO, Iran Ferreira de. (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2012.

MELO, L. B. & Gomes, M. J. (2013). **As interações sociais dos surdos na internet - mapeamento sistemático da literatura**. In Atas da VIII Conferência Internacional de Tecnologias da Informação e Comunicação – Challenges 2013 (pp. 1077-1091). Braga: Centro de Competência TIC do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

MELO, Rurion. **Da teoria a praxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº15. Brasília,

setembro - dezembro de 2014, pp. 17-36. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141502>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. ISSN 2525-8222.

NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza. O Signwriting como Suporte para o Desenvolvimento na Leitura em Língua Portuguesa como Segunda Língua. 2018. _____. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) / Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

NETO, José Aldo Camurça de Araújo. **A filosofia do reconhecimento: As contribuições de Axel Honneth a essa categoria**. *Kínesis*, Vol. V, nº 09 (Edição Especial), Julho 2013, p. 52-69.

OLIVEIRA, Alzenira Aquino de. BARBOSA, Monica de Gois Silva. **Contribuições da Linguística Aplicada para o ensino de Português para Surdos**. *Caderno Seminal Digital*, nº 36, v. 36 (JUL-DEZ/2020) – e-ISSN 1806-9142 DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2019.55878> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/download/55878/35821> Acesso em 17 fev. 2022.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Formalismos na Linguística: Uma reflexão crítica**. In: MUSSALIM, F., BENTES, A.C. - Organizadoras. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. vol 3. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 219-251.

PARDO, Maria Laura. **Metodologia De La Investigación Em Linguística: Reflexiones y propuesta**. *Revista da ABRALIN*, v.14, n.2, p. 271-288 jul./dez., 2015.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **Os estruturalismos funcionais**. In: _____. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 115-134.

PEDRO, Emília. **Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos**. In: PEDRO, Emília. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 19-46.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **A Socioanálise e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: caminhos de análise em Análise Crítica do Discurso**. Trabalho apresentado na mesa-redonda da ABRALIN: Análise Crítica do Discurso e os caminhos de análise. VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística. Natal: UFRN, 30\01 – 02/02/2013.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social**. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em www.ascd.com.br. Acesso em 06 jan. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise Crítica do Discurso e a proposta da corrente nacional: Da abordagem às primeiras pesquisas.** In: **Estudos linguísticos e formação docente.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 69-100.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise crítica e abordagem sociológica e comunicacional do discurso.** Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 03. 2012 – Livro de Minicursos e Oficinas.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Construção da identidade interseccional: Uma análise crítica do discurso sobre mudanças sociais e discursivas de/para mulheres surdas.** Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 21 Número 2. p. 165 -177. 2019.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Entre a Inclusão e a Exclusão: Caminhos Da Educação de Surdos no Brasil.** Muiraquitã, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 7, n. 2, 2019.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **O acolhimento que exclui: análise dos discursos sobre o (não-quase) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior.** Práticas pedagógicas e docentes na contemporaneidade: um (re)pensar dos processos de ensinar e aprender numa perspectiva emancipatória. DOI:10.23899/9786589284260.4.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa, OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; CUNHA, João Paulo Lima. **Direitos Humanos Interculturais e Educação de Surdos: Uma leitura sob a lente da Análise Crítica do discurso** in: BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (organizador). *Arte: multiculturalismo e diversidade cultural 2.* Ponta Grossa-PR: Atena, 2021. pp. Formato pdf. ISBN 978-65-5983-531-7 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.317210410> Disponível em: https://cdn.atenaeditora.com.br/artigos_anexos/Cap7_75d23c04bd1bfc74f65f1eaa0a7424ab8fe8e265.pdf Acesso em: 31 maio 2022.

PEDROSA, Cleide Emilia Faye; ALVES, Juliana Barbosa. **“Luta Por Reconhecimento”: Análise Crítica dos Discursos do Povo Surdo Sobre a Temática do Enem 2017.** 2020, p. 1-20. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/download/655/704>. Acesso em 13 jan. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa. **“Luta por reconhecimento”: análise crítica dos discursos do Povo Surdo sobre a temática do ENEM 2017.** Revista Sinalizar, v. 7, p. 1-36, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v7.70195>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/70195>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; VIEIRA, Fernanda Figueiredo. **A luta por reconhecimento do povo surdo: ações afirmativas por sua língua, cultura e identidades.** Revista Philologus, ano 28, n. 82, p. 26 41, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./mai. 2022. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/619>. Acesso em: 02 maio de 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; ALVES, Juliana Barbosa; BRITO, Maiane Vasconcelos de. **A (in)efetividade de políticas públicas: uma análise linguístico-sociodiscursiva de reivindicações e denúncias dos Surdos quanto à sua educação** in: *Cenários atuais dos estudos linguísticos da Libras [livro eletrônico] /*

Organizadores Leandro Andrade Fernandes, Lucas Eduardo Marques-Santos. – Tutóia, MA: Diálogos, 2021.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; OLIVEIRA, Alzenira Aquino de; ALVES, Juliana Barbosa; BRITO, Maiane Vasconcelos de. **A (in)efetividade de políticas públicas: uma análise linguístico-sóciodiscursiva de reivindicações e denúncias dos Surdos quanto à sua educação** in: FERNANDES, Leandro Andrade; MARQUES-SANTOS, Lucas Eduardo (Org.). **Cenários Atuais dos Estudos Linguísticos da LIBRAS**. Tutóia: MA. Diálogos, 2021, p. 47-64.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; ALVES, Juliana Barbosa. **“Luta por reconhecimento”: análise crítica dos discursos do Povo Surdo sobre a temática do ENEM 2017**. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 7, 2022. DOI: 10.5216/rs.v7.70195. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/70195>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. SOLIDARIEDADE EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA LEITURA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO. In: José Ricardo Carvalho; Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin; Isabel Cristina Michelan de Azevedo; Monica Fontenelle Carneiro. (Org.). *Agir de linguagem na escola e na universidade*. 1ed. São Luís: EDUFMA, 2021, p. 213-230.

PENIGASSI, Pedro Luís. **Axel Honneth e Nancy Fraser: dilemas entre o reconhecimento e a redistribuição**. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 231-246, jul./dez. 2020. e-ISSN: 2358-4238 DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i2.14695> 237.

PERLIN, Gladis. **Histórias de vida surda: identidades em questão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PERLIN, Gladis. **O Ser e o Estar Sendo Surdo: Alteridade, Diferença e Identidade**. Tese doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **História cultural dos surdos: desafio contemporâneo**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 132p.

PEZATTI, Erotilde Goreti. **O Funcionalismo em linguística**. In: MUSSALIM. F., BENTES. A.C. - Organizadoras. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 165-219.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras. Linguística para o ensino superior**. Vol. 5 1ª edição. Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Muller de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão.** Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003.

RAMALHO, Viviane.; RESENDE Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: O texto como material de Pesquisa.** Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1. Campinas, SP. Pontes Editores. 2011.

RESENDE, Viviane de Melo e Ramalho, Viviane. **Análise do discurso crítica.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.) **Decolonizar os estudos críticos do discurso/Campinas,** SP: Pontes Editores, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução.** In: Melo, Iran Ferreira. (org.). Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo. **Decolonizar os estudos críticos do discurso.** Viviane de Melo Resende (Org.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2011.

RICHERT, André Ribeiro. **A mídia televisiva sem som (manuscrito) Dissertação de mestrado.** Programa da Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2006.

RIGO, Natália Schleder. **Tradução de Libras para Português de Textos acadêmicos: Considerações sobre a prática.** Cadernos de Tradução. Florianópolis, SC. V.35(2). Julho-Dezembro de 2015. Publicação quadrimestral da Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET/Universidade Federal de Santa Catarina. p. 428-478. Acessível em: DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p458>. Acesso em 26 abr. 2022.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Translation and signed language: highlighting the visual-gestural modality.** Cadernos de Tradução. Florianópolis, SC. V.38(2). Maio-agosto de 2018. Publicação quadrimestral da Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET/Universidade Federal de Santa Catarina. p. 294-319. Acessível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294> Acesso em 26 abr. 2022.

RODRIGUES, Josefa Gilvânia Barbosa Souza. **O processo de inclusão dos estudantes surdos no Instituto Federal de Sergipe: uma análise sob a perspectiva da abordagem sociológica e comunicacional do discurso /Dissertação de mestrado; orientadora, Cleide Emília Faye Pedrosa.** São Cristóvão, SE, 2020.

ROVEDA, Daniela. **Direitos Humanos sob o Olhar das Lutas Por Reconhecimento: Da Teoria Crítica ao Direito Internacional do Reconhecimento.** Revista Humanidades e Inovação v.7, n.20 – 2020, pp. 54-67.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al (Orgs) . **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília: Ministério da Educação, 2004

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, S. K. da S. de L., Silva, Q. P. da, Mendes, N. F. O., Rezende, R. C. F. de. **Surdos e acesso à informação: antes, durante e após a pandemia da covid-19**. *Holos – II Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. Ano 37(v.3), 1-12. 2021.

SANTOS, Rafael Nascimento; Paiva, SCHEILA Farias de; SORDI, Claudia; ANDRADE, Luana Foroni, SANTOS, Jorge Fortes dos. **Adaptação Transcultural da escala multidimensional de suporte social percebido para a língua brasileira de sinais (LIBRAS)** in: *Reações Físicas, Cognitivas, Psicológicas e Comportamentais como Indicadores de Saúde à Pandemia COVID-19: Um retrato Luso-Brasileiro*. CAMPOS, Luís Antonio Monteiro (org.). Curitiba, Brasil. Editora CRV, 2021. 328p. ISBN digital 978-65-251-1210-7 ISBN físico 978-65-251-1212-1 DOI 10.24824/9786525111212-1.

SCHLINDWEIN, Ana Flora. (2014). *You tell stories, we click on them: ciberliteratura(s) e novas experiências na criação de histórias. brasileiro* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.935242>.

SCHLINDWEIN, Ana Flora; ROCHA, Daniele Silva. **Libras e tecnologia: práticas translínguas na produção de YouTubers surdos**. *Dossiê DELTA Educação de Surdos, letramentos e translinguagens*. v.39, fascículo 1, 1º trim 2023. No prelo.

SEGALA, Rimar Ramalho. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação de Mestrado. UFSC/Trindade/Florianópolis. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94582/283099.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 abr.2022.

SÉGUILLON, Didier. **Du Langage Des Signes À L'apprentissage De La Parole Ou L'échec D'une Réforme**. Didier Séguillon. *Staps*, nº58. 2002, pp.21-34. ISSN 0247-106X DOI 10.3917/sta.058.0021. Disponível em: https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=STA_058_0021

SILVA, Oneide Marques da; EVANGELISTA, Vanessa Alves dos Santos; SOARES, Zilma Cardoso Barros. **A realidade da educação de surdos no cenário pandêmico em duas escolas públicas da rede estadual de Guaraí**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e302101523360, 2021. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.2336>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23360/20045/273148> Acesso em 06.jun.2022.

SILVA, Oneide Marques da; EVANGELISTA, Vanessa Alves dos Santos; SOARES, Zilma Cardoso Barros. **A realidade da educação de surdos no cenário pandêmico em duas escolas públicas da rede estadual de Guaraí**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, e302101523360, 2021. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.2336>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23360/20045/273148> Acesso em 06 jun. 2022.

SILVA, Tadeu Tomaz da (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 3ª ed., 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Epistemologias del Sul*. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (org). Edições Almedina S.A. Coimbra, 2010.

SOUZA, Regina Maria de; RODRIGUES, José Raimundo (Org). **Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para o nosso presente**. Curitiba: CRV, 2021. 156p. Coleção Físico: A história é a de quem conta: narrativas de autores surdos esquecidos pela história – Vol. 2. ISBN 978-65-251-1775-1 DOI 10.24824/978652511864.2

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STROBEL, K. **Educação de surdos**. 2009. Disponível em: <http://www.Libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

STROBEL, Karin Lilian. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Publicação em língua portuguesa. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Editora Vozes. 5ª Ed. Petrópolis 2002. ISBN 85.326.2079-5.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Teun. A. van Dijk; Judith Hoffnagel Karina Falcone, org. São Paulo. Contexto. 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E. R. (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VIAN JR., Orlando. **Linguística Sistêmico-Funcional**. In: GONÇALVES, A. V; GÓIS, M. L. de Sousa. (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

VIAN JR., Orlando. **O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação**. In: ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira, SOUZA, Anderson Alves de; VIAN JR., Orlando (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 19-29.

VIAN Jr., Orlando. **O sistema de Engajamento**. In: ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira, SOUZA, Anderson Alves de; VIAN JR., Orlando (Orgs.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 31-40.

VIAN JR., Orlando. SOUZA, Maria Medianeira de. **Linguística Sistêmico-Funcional e suas contribuições à pesquisa linguística no contexto brasileiro**. Odisseia, Natal, RN, v. 2, n. esp., p. 185-203, 2017.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silêncio**. Petrópolis: Arara Azul, 2004. (Coleção Cultura e Diversidade.)

WALSH, Catherine (2009). “**Interculturalidad crítica y educación intercultural**”. (Conferência apresentada no Seminário Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). In <https://docs.google.com/document/d/1GLTsUp2CjT5zIj1v5PWtJtbU4PngWZ4H1UUkNc4LI dA/edit>. Acesso em 18 jul. 2020.

WEINSTOCK, Robert. **Happy birthday, Gallaudet!** www.gallaudet.edu. Disponível em: <https://www.gallaudet.edu/news/happy-birthday-gallaudet/>. Acesso em 09 abr. 2022.

WODAK, Ruth, **Do que trata a ADC – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos**. Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, v. 4, n. esp. P. 223-243. 2004 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237217555_DO_QUE_TRATA_ACD_. Acesso em 15 ago.2021.

WODAK, Ruth.; MEYER, Michael. **Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology**. In: Wodak, R.; Meyer, M. (eds.). *Methods of Critical Discourse Studies*. Sage: London, (2015), p. 1-22. https://www.researchgate.net/publication/284725833_Critical_discourse_studieshistor_y_agenda_theory_and_methodology. Acesso em 18 ago.2021.

ANEXOS

ANEXO I LISTA DE VÍDEOS

VÍDEO 01

INSTITUIÇÃO: UFBA

DATA: MAIO/2021 VISUALIZAÇÕES: 1833 DURAÇÃO:01:35:54

TÍTULO: Dificuldades enfrentadas pela pessoa surda em situação de Pandemia

LINK PARA ACESSO: https://www.youtube.com/watch?v=zvsi3aoo5_M



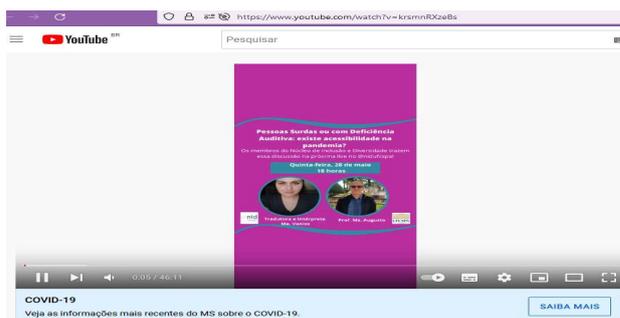
VÍDEO 02

INSTITUIÇÃO: UFCSPA

DATA: MAIO/2020 VISUALIZAÇÕES: 183 DURAÇÃO: 00:46:11

TÍTULO: Coronavírus: Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva: existe acessibilidade na pandemia?

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=krsnmnRXzeBs>



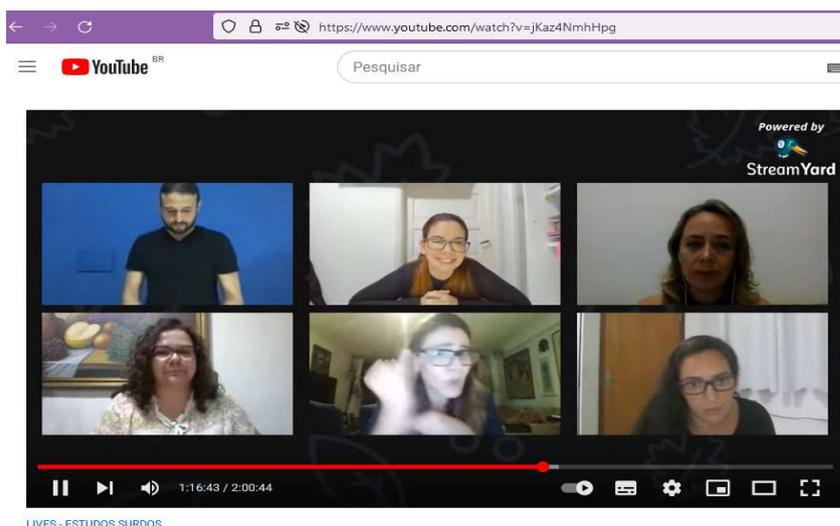
VÍDEO 03

INSTITUIÇÃO: UFRN

DATA: JULHO/2020 VISUALIZAÇÕES: 3832 DURAÇÃO:02:00:44

TÍTULO: Ensino de Língua Portuguesa para Surdos na pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=jKaz4NmhHpg>



INSTITUIÇÃO: UFS 1

DATA: AGOSTO/2020 VISUALIZAÇÕES: 663 DURAÇÃO:01:16:05

TÍTULO: Saúde Mental com os Surdos nesta Pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=jIXkSZGcsAE>



VÍDEO 05

INSTITUIÇÃO: UFS (2)

DATA: AGOSTO/2020 VISUALIZAÇÕES: 601 DURAÇÃO:01:49:15

TÍTULO: Libras em Ação: Expressões não manuais e a Comunicação na Pandemia

LINK PARA ACESSO:

<https://www.youtube.com/watch?v=VqDYUV2eWVs&list=PLXk5Z4phZNNBcut8veq4KipYSAmHJIAy&index=14>



Proporção das imagens: tentar deixar as proporções corretas

VÍDEO 06

INSTITUIÇÃO: UFSCAR

DATA: DEZEMBO/2020 VISUALIZAÇÕES: 654 DURAÇÃO:00:25:17

TÍTULO: A comunidade Surda e a pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=SkAvvE8vXCU>



VÍDEO 07

INSTITUIÇÃO: UFAL

DATA: MARÇO/2021 VISUALIZAÇÕES: 586 DURAÇÃO:02:00:46

TÍTULO: Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em tempo de pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=pyOWuaSYgSM>



VÍDEO 08

INSTITUIÇÃO: UFG

DATA: MAIO/2021 VISUALIZAÇÕES: 143 DURAÇÃO:00:46:31

TÍTULO: Comunidade Surda na Pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=X0FA7OWoN0o>



VÍDEO 09

INSTITUIÇÃO: UFPR/UNIPAMPA

DATA: SETEMBO/2021 VISUALIZAÇÕES: 739 DURAÇÃO:03:06:40

TÍTULO: Webinário NSNSN: Acessibilidade para Surdos Pós-pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=0JBZEIQxbwk>



VÍDEO 10

INSTITUIÇÃO: UNIASSELVI

DATA: SETEMBO/2021 VISUALIZAÇÕES: 336 DURAÇÃO:00:51:36

TÍTULO: Desenvolvimento científico de temas relacionados à educação de surdos na pandemia

LINK PARA ACESSO: <https://www.youtube.com/watch?v=4YjPT56TUpo>



Semana Internacional da Difusão da Cultura Surda

Tema da live de hoje:
Desenvolvimento científico de temas relacionados à educação de surdos na pandemia

A padronização da língua de sinais no Brasil geraria uma perda de características culturais da língua?

1ª LIVE SIDCS - Desenvolvimento científico de temas relacionados à educação de surdos na pandemia

ANEXO II
PANORAMA GERAL DA PESQUISA

VÍDEOS DESCARTADOS (TODOS FORAM ASSISTIDOS PELA PESQUISADORA)

REPORTAGENS E CANAIS DE TV – TEMÁTICA PANDEMIA TANGENCIADA

CANAL	Data da postagem	DURAÇÃO	MOTIVO			LINK
			TANGENCIA	SEM SURDOS	FALHAS VÍDEO	
MGTV	MAIO/2021	00:03:45	X			https://www.youtube.com/watch?v=xINPNZkAr-0
CASALIBRAS	OUT/2020	01:48:20	X			https://www.youtube.com/watch?v=F2T1eT5zOgM
CAS WILSON LINS	SET/2020	01:21:46	X			https://www.youtube.com/watch?v=nQ5UIAm1Nh0
INST ANIZIO TEIXEIRA	SET/2020	00:59:30	X			https://www.youtube.com/watch?v=KwwKb-In0cc
CONFEITA LIBRAS	SET/2020	00:56:40	X			https://www.youtube.com/watch?v=F3qHXFsmLrQ
RECORDTV	AGO/2020	00:03:03	X	X		https://www.youtube.com/watch?v=bwn9MYuWsYU

TVOD –OLHOS D'ÁGUA	AGO/2020	00:05:32	X			https://www.youtube.com/watch?v=bkBWa4iUIQc
TOTAL DE VÍDEOS: 07		TOTAL APROX DE TEMPO: 05h30min				

INSTITUIÇÕES – UNIVERSIDADES /ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SURDOS / CAS -

CANAL	Data da postagem	DURAÇÃO	MOTIVO			LINK
			SEM COMENTÁRIO RELEVANTE	SEM SURDOS	FALHAS VÍDEO	
IFSSULDEMINAS	ABR/2021	01:49:49	X			https://www.youtube.com/watch?v=Ku1A1aM0_ks
UFACTV	JUN/2021	01:44:45				https://www.youtube.com/watch?v=QtrvtgPSVOQ
IFPB2	JUN/2021	01:28:45		X		https://www.youtube.com/watch?v=PRWjxTYjtDg
EWERTON CARLOS	NOV/2021	02:26:19	X			https://www.youtube.com/watch?v=F1pDX1UAD6Q

LETRAS/UFRJ	AGO/2021	02:14:00	X			https://www.youtube.com/watch?v=Tywls9WvNHo
FUNAD/PARAIBA	SET/2021	00:47:00	X			https://www.youtube.com/watch?v=NNhYiAMuXJk
CASALIBRAS	JUL/2020	02:21:15	X			https://www.youtube.com/watch?v=Um2yUMJW8kc
DIREITO DA PESSOA COM DEFICIENCIA/PR	SET/2021	00:53	X			https://www.youtube.com/watch?v=OqOe923XUkY
DELI/UFS	SET/2020	01:33:28	X			https://www.youtube.com/watch?v=YSHAUTTeKFw
REDSURDOS	MAR/2021	00:08:30			X	https://www.youtube.com/watch?v=rvESY3Paz24
IFSPARANÁ/UMUARAM A	OUT/2020	02:00:00				https://www.youtube.com/watch?v=Y9UX7tcH33c
TILS/JR	SET/2020	01:06:50	X			https://www.youtube.com/watch?v=q35td93ydto
YOUTUBE UNILASALE	MAR/2021	01:20:35	X			https://www.youtube.com/watch?v=QgWnzgDepdk
ENCONTROS UNIVERSITÁRIOS2021/ UFC	NOV/2021	00:46:38	X			https://www.youtube.com/watch?v=5lsDp9P22U8

IELL LIBRAS	SET/2020	02:15:40	X			https://www.youtube.com/watch?v=ZcLLbvmP66c
EWERTON CARLOS	JUL/2021	01:35:55	X			https://www.youtube.com/watch?v=jLPdXAnxAOI
UNIASSELVI	SET/2021	01:10:45	X			https://www.youtube.com/watch?v=T-96ayGkAMk
INST ANIZIO TEIXEIRA	SET/2020	01:05:44	X			https://www.youtube.com/watch?v=cJeiKzZzp2c
TOTAL DE VÍDEOS: 18		TOTAL APROX DE TEMPO: 18h				

LIVES DESCARTADAS POR NÃO ESTAREM VINCULADAS A UM CANAL INSTITUCIONAL:

TODAS TANGENCIAM A TEMÁTICA PANDEMIA

Data da postagem	CANAL	DURAÇÃO h/min/seg	LINK
JAN/2021	AMODAMUDA	00:04:55	https://www.youtube.com/watch?v=d59lg8XYhrk
JUL/2021	LDSSLBRAS/DESPERTAR DO SILÊNCIO	01:56:21	https://www.youtube.com/watch?v=xpoSHR1dqJo&t=1711s
JUL/2020	O MÉTODO SER	00:59:28	https://www.youtube.com/watch?v=fgNuCX-cs88
NOV/2020	MOVIMENTO LEGENDA NACIONAL	00:25:02	https://www.youtube.com/watch?v=8GkOn_HYqoQ

TOTAL DE VÍDEOS: 04	TOTAL APROX DE TEMPO: 03h30min
---------------------	--------------------------------

PANORAMA PARA VALIDAÇÃO DOS VÍDEOS DE INSTITUIÇÕES COM RECORTES RELEVANTES PARA A PESQUISA

Nº VÍDEO	Data da postagem	CANAL	DURAÇÃO h/min/seg	LINK
01	NOV/2021	DELI/UFS	02:01:56	https://www.youtube.com/watch?v=z9MAhCHICAE
02	OUT/2021	CAS/BH	01:34:18	https://www.youtube.com/watch?v=3bLkAFk7_JQ
03	SET/2020	SELI EDUC E INCLUSÃO	00:22:20	https://www.youtube.com/watch?v=b6vqx-Mp_wc
04	MAR/2021	NEAPIE CARAPINA – GOVERNO ES	01:07:00	https://www.youtube.com/watch?v=D750BxgyEqI
05	SET/2021	FORUM BILINGUE GOIÁS	02:06:21	https://www.youtube.com/watch?v=e0Bk3T49U2Q
06	DEZ/2020	UFSCar	00:25:17	https://www.youtube.com/watch?v=SkAvvE8vXCU
07	AGO/2021	PORTUGUESL2/D ESU/INES	01:39:01	https://www.youtube.com/watch?v=_qNo_g_PP5o
08	MAR/2021	LETRASLIBRAS/ LPL2/UFRN	02:00:44	https://www.youtube.com/watch?v=jKaz4NmhHpg

09	MAR/2021	NEEDI/UFAL	02:00:46	https://www.youtube.com/watch?v=pyOWuaSYgSM
10	AGO/2020	DELI/UFS	01:16:05	https://www.youtube.com/watch?v=jIXkSZGcsAE
11	SET/2021	CAS CURITIBA	00:50:00	https://www.youtube.com/watch?v=G0ARUeqIXjw
12	SET/2021	CIA UFPR	03:06:40	https://www.youtube.com/watch?v=0JBZEIQxbwk
13	MAI/2021	CAS GOIANIA	04:53	https://www.youtube.com/watch?v=y1Rp9mZDnJg
14	ABR/2021	IRES/MACEIO	1:14:33	https://www.youtube.com/watch?v=A8rbnM0Llqc
15	JUL/2020	UFSCAR	2:01:40	https://www.youtube.com/watch?v=63_aLfHMwak
16	JUL/2021	INES/DDHCT	01:19:12	https://www.youtube.com/watch?v=j2MLDUcUups
17	JAN/2022	CURSO DE LETRAS/UFAL ARAPIRACA	01:09:13	https://www.youtube.com/watch?v=5eWBV2xCbd0
18	AGO/2020	DELI/UFS	01:49:15	https://www.youtube.com/watch?v=VqDYUV2eWVs&list=PLXk5Z4phZNNBczut8veq4KipYSAmHJIAy&index=14
19	MAI 2021	TV UFG	00:43:21	https://www.youtube.com/watch?v=X0FA7OWoN0o
20	MAI/2021	ANUNCIAR:TEM PODE CUIDAR – CAEE/SE/ JUIZ DE FORA	01:30:35	https://www.youtube.com/watch?v=UT1D30495ok
21	MAI/2020	UFCSPA	00:46:11	https://www.youtube.com/watch?v=krsmnRXzeBs NÃO TEM LETRAS LIBRAS

22	MAI/2020	TV UFBA	01:35:54	https://www.youtube.com/watch?v=zvsi3aoo5_M
23	AGO/2020	CONEF UNIMONTES	01:46:57	https://www.youtube.com/watch?v=0g8d9QV3Jo0 NÃO TEM LETRAS LIBRAS
24	SET/2020	INST ANÍZIO TEIXEIRA / SEC EST EDUC BAHIA	01:25:06	https://www.youtube.com/watch?v=NIEglhoXWkw
25	SET/2020	SELI	00:57:25	https://www.youtube.com/watch?v=_Zjv1MK7JLs
26	Jul/2020	SIDCEVENTO/ UNIASSELVI	00:51:36	https://www.youtube.com/watch?v=4YjPT56TUpo
TOTAL DE VÍDEOS: 26			TOTAL APROX DE TEMPO: 35 horas	

Total de vídeos assistidos: 55

TOTAL ESTIMADO DE HORAS PARA SELEÇÃO DAS LIVES: 65 horas

*Além desse tempo, após a primeira seleção, todos os 26 vídeos foram assistidos mais 2 vezes: a 2ª vez para selecionar os recortes, a 3ª vez para fazer a transcrição da sinalização para a língua portuguesa escrita.

ANEXO 3

QUADRO TRADUÇÕES DOS FRAGMENTOS

FRAGMENTO N°/ INSTITUIÇÃO/DATA	TRADUÇÃO PESQUISADORA	TRANSCRIÇÃO INTÉRPRETE	TRADUÇÃO INTÉRPRETE	TEXTO FINAL(RETEXTUALIZAÇÃO)
	FASE 1	FASE 2	FASE 2	FASE 3
FRAG/01 UFBA MAIO2020	<i>Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido, será que posso mandar whatsapp? Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele</i>	<i>SOZINHO AQUI SALVADOR SOZINHO ACONTECER DOR PEITO COSTAS TOSSIR COISAS COMO IR LIGAR ESCREVER CELULAR VALOR É PROBLEMA COMO? WHATSAPP? PODER? PRECISAR PENSAR</i>	<i>Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido, será que posso mandar whatsapp? Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele.</i>	<i>Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido, será que posso mandar whatsapp? Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele.</i>
FRAG/02 UFBA MAIO2020	<i>Precisam ser desenvolvidas tecnologias para a acessibilidade, não apenas para os surdos, mas também para os surdos cegos por exemplo. Eles ficam dependentes para esses serviços, agora na pandemia.</i>	<i>ENTÃO POR ISSO PRECISA AVANÇAR TECNOLOGIA AREAS TAMBEM SURDOCEGO COMO LIGAR CHAMAR, SURDO CEGO PIOR BARREIRAS ACESSIBILIDADE SERVIÇOS AGORA PANDEMIA</i>	<i>É preciso avançar na acessibilidade para surdos e surdo cego, mais ainda. Imagine a dependência que há em buscar serviços essenciais para essas pessoas, agora na pandemia.</i>	<i>É preciso avançar nas tecnologias de acessibilidade para surdos e surdo cego, ainda mais. Imagine a dependência que há em buscar serviços essenciais para essas pessoas,</i>

<p>FRAG/03 UFCSPA MAIO/2020</p>	<p><i>O surdo assiste as reportagens sobre covid na TV e não tem legenda, nós perguntamos pra família; respondem sinalizando resumidamente ou não sabem língua de sinais e ele fica sem informação, principalmente o surdo que não tem acesso à internet, ele está sem comunicação.</i></p>	<p><i>ÀS VEZES OK, ÀS VEZES NÃO, FAMÍLIA PACIÊNCIA PARECE NÓS FAMÍLIA PACIÊNCIA NÃO, SABER SINAIS NÃO. NÓS EXEMPLO PESSOA (CL) SURDO COMUNIDADE CASA SAIR SAIR AMIGOS FAMÍLIA DEIXAR DEIXAR AGORA PRESO CASA SURDO VER O QUE FALAR BOBAGEM TV FALAR ENTREVISTA LEGENDA ENTENDER-NÃO, [BOIA]1-PERGUNTAR-2 O QUE FALAR? 2-BOBAGEM-1... [BOIA-2] LÍNGUA DE SINAIS RESUMIR.</i></p>	<p><i>Os surdos assistem as reportagens sobre covid na TV e não tem legenda, eles perguntam pra família; respondem sinalizando resumidamente ou não sabem língua de sinais e ele fica sem informação, principalmente o surdo que não tem acesso à internet, ele está sem comunicação.</i></p>	<p><i>Os surdos assistem as reportagens sobre covid na TV e não tem legenda, às vezes entendem, às vezes não; perguntamos pra família; respondem sinalizando resumidamente ou não sabem língua de sinais e eles ficam sem informação, agora em isolamento principalmente o surdo que não tem acesso à internet, ele está sem comunicação.</i></p>
<p>FRAG/04 UFRN JULHO/2020</p>	<p><i>Fico muito triste porque sei da situação das crianças surdos que estão em casa sozinhos, lembra minha família, ninguém usa Libras, não têm com quem conversar. Não existe troca linguística em casa, nunca existiu e agora com a pandemia ficou muito pior, o que existe é uma grande barreira comunicacional na família.</i></p>	<p><i>PORQUE SURDO FAMÍLIA APRENDER-NÃO LÍNGUA DE SINAIS. LÍNGUA DE SINAIS INTERAÇÃO JUNTO PERFEITO-NÃO SURDO APRENDER MAIS PALAVRA APRENDER PORTUGUÊS POSSÍVEL PAI MÃE FAMÍLIA CONVERSAR ENSINAR IMPOSSÍVEL SE INTENET NÃO-TER, TER INTERAÇÃO FAMÍLIA, LINGUA DE SINAIS NADA BARREIRA, NÃO-TER INTERNET, BARREIRA, NÃO</i></p>	<p><i>Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação, se os pais aprendessem, os surdos poderiam aprender mais palavras em português, seria possível o aprendizado. Agora imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família, sem acesso a</i></p>	<p><i>Os parentes dos surdos não aprendem língua de sinais e isso poderia facilitar na interação. Agora imagine a vida dos surdos na pandemia sem essa interação em língua de sinais com a família, sem acesso à internet, sem a possibilidade de ir para a escola, é terrível essa realidade.</i></p>

		<i>TER ESCOLA COVID HOJE, INTENSO PIOR.</i>	<i>internet, sem a possibilidade de ir para a escola, é terrível essa realidade.</i>	
FRAG/05 UFS -1 AGOSTO/2020	<i>Quando em casa as crianças surdas perguntam o que está acontecendo, os familiares não têm paciência para explicar, repassar as informações corretas. Se informam, é bem resumido.</i>	<i>CRIANÇAS SURDAS PERGUNTAR O QUE ACONTECER. SENTIR-MUITO SURDO SENTIR-MUITO INTENSIDADE ENTENDER-NÃO PACIÊNCIA-NÃO FAMÍLIA É IMPORTANTE INFORMAÇÃO</i>	<i>Quando em casa as crianças surdas perguntam o que está acontecendo, os familiares não têm paciência para explicar, repassar as informações corretas. Se informam, é bem resumido.</i>	<i>Quando em casa as crianças surdas perguntam o que está acontecendo, os familiares não têm paciência para explicar, repassar as informações corretas. Se informam, é bem resumido.</i>
FRAG/06 UFS-2 AGOSTO/2020	<i>As barreiras comunicacionais causaram fortes prejuízos para os surdos, diferente dos ouvintes, nesse tempo de covid-19, causaram sentimentos que parecem ser de ansiedade e depressão. Eu lembro muito bem.</i>	<i>EXEMPLO, SURDO COMO COVID, OLHAR LADO AQUI (ESQUERDO) SURDO, LADO AQUI (DIREITO) OUVINTE PERFEITO OUVIR, CONHECIMENTO INFORMAÇÕES, SABER, INDORMAÇÕES-OUVIDO (CL) CONHECIMENTO-AUMENTAR, VEM LADO (ESQUERDO. BARREIRAS COVID BARREIRAS ANGÚSTIA PREJÚZO PARECER DEPRESSÃO ANSIEDADE PREJUÍZO, LEMBRAR, ESQUECER NÃO.</i>	<i>Podemos exemplificar de duas formas: de um lado os surdos e do outro lado os ouvintes. Pelo fato de ouvirem, os ouvintes facilmente tiveram acesso às informações, aos conhecimentos em tempo pandêmico, e em relação aos surdos? Os prejuízos comunicacionais impostos pela inacessibilidade causaram muita irritabilidade,</i>	<i>De um lado tem os surdos e do outro lado os ouvintes. Pelo fato de ouvirem, os ouvintes facilmente tiveram acesso às informações, aos conhecimentos em tempo pandêmico, e em relação aos surdos? Os prejuízos comunicacionais impostos pela inacessibilidade causaram muita irritabilidade, ansiedade, parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem.</i>

			<i>ansiedade, parecendo sintomas depressivos, eu lembro muito bem.</i>	
FRAG/07 UFSCAR DEZEMBRO/2020	<i>A falta de comunicação é para os surdos durante a pandemia, a falta de acesso à todas as informações na TV, internet, legendas... criam uma lacuna na cabeça dos surdos e tem causado ansiedade e stress.</i>	<i>INFORMAÇÕES NÃO-SABER INFORMAÇÕES. POR EXEMPLO INTERNET ELA INTERNET TEXTO INTENSO, TV QUADRO INTERPRETAÇÃO FALTA, LEGENDA ELA GARANTIR-NÃO TUDO NÃO. ALGUMAS FALHAS OBSERVAR SÃO CORTES [L-A-C-U-N-A] FALTAR, FALTAR, FALTAR, ISSO JÁ ABSORVER ANSIENDADE, PARECE IRRITAÇÃO ABSORVER.</i>	<i>Não há garantia de acesso por completo às informações, ou seja, na internet, por meio dos textos lidos, pela ausência da janela de interpretação, e ainda acham que a legenda televisiva garante o acesso. Sabemos que existem lacunas e essas intemperes causam nos surdos irritabilidade e estresse.</i>	<i>Não há garantia de acesso completo às informações, seja na internet, por meio dos textos lidos, pela ausência da janela de interpretação. E ainda acham que a legenda na TV garante o acesso. Sabemos que existem lacunas e essas intempéries causam nos surdos irritabilidade e estresse.</i>
FRAG/ 08 UFAL MARÇO/2021	<i>Enquanto surdos, é importante termos acesso às informações, mas isso não foi respeitado na pandemia, precisamos pedir a um parente para explicar. Isso é ruim, é chato.</i>	<i>IMAGINAR SURDOS IMPORTÂNCIA VER INFORMAÇÕES TV RUIM PEDIR FAMÍLIA DEPENDER CHATO. RESPEITAR SURDO NÃO PANDEMIA</i>	<i>Imagine a importância que há nas informações e o surdo precisar pedir a um parente para explicar o fato, isso é ruim, é chato.</i>	<i>Imagine a importância que há nas informações, e o surdo precisar pedir a um parente para explicar os fatos que passam na TV, isso é ruim, é chato. O surdo não foi respeitado na pandemia.</i>
FRAG/09 UFAL MARÇO/2021	<i>Os surdos têm a curiosidade e querem assistir os programas de TV mas não tem acessibilidade em Libras. Estamos sentindo a perda das informações na pandemia</i>	<i>PREDICADOS... BARREIRA SENTIR PENSAR PASSADO ATÉ DIAS ATUAIS DIVULGAÇÃO COMEÇAR CURIOSO SURDO QUERER</i>	<i>A inacessibilidade comunicacional causa um prejuízo, desde o passado.</i>	<i>Os surdos têm a curiosidade e querem assistir os programas de TV mas não tem acessibilidade em Libras. A inacessibilidade comunicacional causa um prejuízo, desde o passado até na atualidade, na pandemia.</i>

		<i>ASSISTIR TV ACESSO NÃO TER</i>		
FRAG/10 UFAL MARÇO/2021	<i>Nessa época de coronavírus, muitas informações estão sendo veiculadas pela mídia e os ouvintes têm acesso, mas os surdos estão perdendo, isso a nível nacional</i>	<i>TER ACONTECER TEMPO COVID ESPALHAR ACONTECER ESPALHAR TV DIVULGAÇÕES EXPLICAÇÕES FALADAS EM PORTUGUÊS ORAL. ENTÃO, INTERROGAÇÃO SURDOS, ENTENDER TER PREJUÍZO SURDOS VÁRIOS PREJUDICADOS BRASIL TAMBEM.</i>	<i>Quando a covid começou atingir o pico, várias emissoras de TV noticiavam em português e vários surdos se viam prejudicados em todo Brasil pela falta de interpretação.</i>	<i>Quando a covid começou atingir o pico, várias emissoras de TV noticiavam em português e vários surdos foram prejudicados em todo Brasil pela falta de interpretação.</i>
FRAG/11 UFAL MARÇO/2021	<i>O direito à acessibilidade linguística dos surdos é garantido pela Lei 13.146/2015 nos artigos 63 a 73. A janela de interpretação ajuda, mas não acontece.</i>	<i>LEI NÚMERO 13.146 ANO DIA 6 JULHO 2015 LEI SOBRE ACESSIBILIDADE TELEVISÃO, ARTIGOS [A-R-T-I-G-O] NÚMERO 63 ATÉ 73 DENTRO EXPLICA O QUÊ? IMPORTÂNCIA ESPALHAR ACONTECER QUALQUER QUADRO-TV LÍNGUA DE SINAIS DIVULGAÇÃO ABRIR MENTE. NÃO ACONTECER.</i>	<i>A importância da janela de interpretação de Língua de Sinais na TV favorece o acesso às informações e isso é garantido na Lei 13.146/6 de julho de 2015, nos artigos 63 a 73.</i>	<i>A importância da janela de interpretação em Língua de Sinais na TV favorece o acesso às informações e isso é garantido na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, nos artigos 63 a 73, mas na prática não acontece.</i>
FRAG/12 UFAL MARÇO/2021	<i>Será que esse descaso com a acessibilidade das pessoas surdas vai continuar? É uma tristeza que envolve a</i>	<i>TRISTEZA MUITO (CL) PREJUÍZO ISSO SURDOS PREJUÍZO INTENSIDADE PENSAR PORQUE GERAL</i>	<i>Esse prejuízo que a inacessibilidade comunicacional na TV causa para os surdos no Brasil é deprimente</i>	<i>Esse prejuízo que a inacessibilidade comunicacional na TV causa para os surdos no Brasil é deprimente. Será que esse descaso vai continuar?</i>

	<i>comunidade surda a nível nacional.</i>	<i>BRASIL. IMPORTAR NÃO, CONTINUAR?</i>		
FRAG/13 UFAL MARÇO/2021	<i>Precisamos nos mobilizar, para que as pessoas percebam que precisamos de acessibilidade comunicacional em língua de sinais</i>	<i>MOSTRAR LUTAR O QUÊ SENTIR ACESSIBILIDADE LÍNGUA DE SINAIS SURDO GERAL POR ISSO TAMBEM OUVINTES IMPORTANTE APOIAM.</i>	<i>O esforço em conjunto entre surdos e ouvintes é importante para mostrar o real sentido da acessibilidade em Língua de Sinais para nós surdos.</i>	<i>Precisamos nos mobilizar, surdos em geral para lutar por acessibilidade em língua de sinais. Ter o apoio dos ouvintes, é importante.</i>
FRAG/14 UFAL MARÇO/2021	<i>Não podemos mais continuar as nossas lutas isoladamente, precisamos nos unir e lutar todos juntos para que a falta de acessibilidade comunicacional não continue nos prejudicando</i>	<i>NÓS ESFORÇO GRUPO ACESSIBILIDADE ÚNICO NÃO VÁRIOS ENTÃO PENSAR POR ISSO TEMPO COVID DIFÍCIL MOTIVO ESSE</i>	<i>Nosso esforço deve ser em conjunto, por que a acessibilidade se dá de diferentes formas, ainda mais quando estamos em tempos de pandemia. Esse é o motivo.</i>	<i>Não podemos mais continuar as nossas lutas isoladamente. Nosso esforço deve ser em conjunto, por que a acessibilidade se dá de diferentes formas, ainda mais quando estamos em tempos de pandemia.</i>
FRAG/15 UFG MAIO/2021	<i>O que eu posso dizer é que na questão de acessibilidade o que salvou e acalmou o surdo foi o whatsapp, a troca de informações nos grupos. E os ouvintes e surdos também fazem vídeos e repassam as informações.</i>	<i>CALMA CONSEGUIR TER COMUNICAÇÃO GRAVAÇÃO-VÍDEO WHATSAPP ELE OUVINTE ENVIAR-ME TAMBÉM SURDO ENVIAR-ME GRUPO, DESESPERO AVISAR-ME EVITAR IR-NÃO. SALVAR SURDO</i>	<i>O que eu posso dizer é que na questão de acessibilidade o que salvou e acalmou o surdo foi o whatsapp, a troca de informações nos grupos. E os ouvintes e surdos que também fazem vídeos e repassam as informações.</i>	<i>O que eu posso dizer é que na questão de acessibilidade o que salvou e acalmou o surdo foi o whatsapp, a troca de informações nos grupos. E os ouvintes e surdos que também fazem vídeos e repassam as informações.</i>
FRAG/16 UFG	<i>Os familiares continuam sem interesse para</i>	<i>FAMÍLIA NÃO APOIO NÃO INTERESSAR SINAIS COMO</i>	<i>Devido ao desinteresse dos familiares em</i>	<i>Devido ao desinteresse dos familiares em aprender língua</i>

<p>MAIO/2021</p>	<p><i>aprender Libras, não se preocupam em passar as informações sobre os acontecimentos, isso expõe os surdos a situações constrangedoras.</i></p>	<p><i>ELE SURDO NÃO SABER LUGAR O QUE ACONTECER PERIGO GRAVE.</i></p>	<p><i>aprender língua de sinais, os surdos correm risco em se expor à lugares, às situações, isso é grave.</i></p>	<p><i>de sinais, os surdos correm risco em alguns locais e são expostos às situações constrangedoras, isso é grave.</i></p>
<p>FRAG/17 UFG MAIO/2021</p>	<p><i>Já demos alguns passos em termos de acessibilidade, mas precisamos melhorar muito ainda. Temos o facebook, Youtube, tem os vídeos de pessoas solidárias... mas dependemos da boa vontade dos outros sobre informações como usar máscaras e lavar as mãos</i></p>	<p><i>FALTA PARECER MELHOR, IMAGINAR PASSADO NÃO TER AINDA, AQUI JÁ MELHOR. ENTÃO TEM ALGUNS FACEBOOK DENTRO TEM LÍNGUA DE SINAIS TEM INFORMAÇÕES TEM AVES VEZES VOLUNTÁRIO AVISAR AVISAR COVID CUIDADO MÁSCARA LAVAR-MÃOS.</i></p>	<p><i>Parece que estamos melhorando nesse ponto, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais sobre o risco de não usar máscaras e não lavar as mãos.</i></p>	<p><i>Em relação à acessibilidade, estamos melhorando, hoje vemos em redes sociais como Facebook, por exemplo, pessoas solidárias sinalizando em língua de sinais sobre o risco de não usar máscaras e não lavar as mãos.</i></p>
<p>FRAG/18 UFPR/UNIPAMPA SETEMBRO/2021</p>	<p><i>Agora com a pandemia, muitas lives estão sendo feitas no Youtube, Instagram, Facebook com temas muito legais e eu tenho interesse sobre temas sobre problemas psicológicos, autoestima e tantos outros. Mas essas lives não têm legenda nem</i></p>	<p><i>LEGAL FACEBOOK, YOUTUBE, TEMA LEGAL EU QUERER MUITO OBSERVAR EXEMPLO PROBLEMA PSICOLÓGICO, PENSAR, AUTOESTIMA, VÁRIOS, ESSES (CL) INFORMAÇÕES LEGAIS LIVE TER LEGENDA? TER INTERPRETE? NÃO. COISAS COMO ACOMPANHAR NADA?</i></p>	<p><i>Agora com a pandemia, muitas lives estão feitas no Youtube, Instagram, Facebook com temas muito legais e eu tenho interesse como temas sobre problemas psicológicos, autoestima e tantos outros. Mas essas lives não têm legenda nem</i></p>	<p><i>“Agora com a pandemia, muitas lives são feitas no Youtube, Instagram, Facebook com temas muito legais e eu tenho interesse em temas sobre problemas psicológicos, autoestima e tantos outros. Mas essas lives não têm legenda nem intérprete, então não tem como acompanhar”.</i></p>

	<i>intérprete, então não tem como acompanhar.</i>		<i>intérprete, então não tem como acompanhar.</i>	
FRAG/19 UFPR/UNIPAMPA SETEMBO/2021	<i>A acessibilidade ainda não existe nas programações de TV. Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir.</i>	<i>TUDO COMPLETO TER NÃO TAMBEM EU VONTADE ESCOLHER VONTADE COMPLETO INTERESSE PRECISO PROCURAR ESCOLHER TER LEGENDA NÃO</i>	<i>A acessibilidade ainda não existe em programações de TV. Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir.</i>	<i>A acessibilidade ainda não existe nas programações de TV. Eu não tenho a liberdade de escolher o que quero assistir.</i>
FRAG/20 UFPR/UNIPAMPA SETEMBO/2021	<i>É necessário que a acessibilidade se expanda, precisamos ter acesso ao que está acontecendo na atualidade. Mas como acesso as informações sendo surdo? É difícil, é difícil, é muito difícil, é difícil.</i>	<i>INFORMAÇÕES MAIS CONTINUAR MOMENTO PERÍODO INFORMAÇÕES ESSAS [BOIA] ELA BARREIRA EU SURDO COMO? DIFÍCIL, DIFÍCIL, MUITO DIFÍCIL.</i>	<i>É necessário que a acessibilidade se expanda, precisamos ter acesso ao que está acontecendo na atualidade. Mas como acesso as informações sendo surdo? É difícil, é difícil, é muito difícil, é difícil.</i>	<i>É necessário que a acessibilidade se expanda, precisamos ter acesso ao que está acontecendo na atualidade. Mas como acesso as informações sendo surdo? É difícil, é difícil, é muito difícil, é difícil.</i>
FRAG/21 UFPR/UNIPAMPA SETEMBO/2021	<i>Nós surdos somos minoria... é muito importante a realização dessas lives e webinários para que as pessoas saibam o que está acontecendo conosco nessa pandemia, precisamos de</i>	<i>SURDOS MINORIA PRECISAR AUMENTAR LIVES MOSTRAR RESPONSABILIDADE MOSTRAR SURDO O QUE ACESSIBILIDADE COMO AJUDAR</i>	<i>Nós surdos somos minoria... é muito importante a realização dessas lives para que as pessoas saibam o que está acontecendo conosco nessa pandemia, precisamos de visibilidade para</i>	<i>Nós surdos somos minoria... é muito importante a realização dessas lives para que as pessoas saibam o que está acontecendo conosco nessa pandemia, precisamos de visibilidade para ter acessibilidade.</i>

	<i>visibilidade para ter a acessibilidade</i>		<i>ampliar a acessibilidade.</i>	
FRAG/22 UFPR/UNIPAMPA SETEMBO/2021	<i>Agradeço a motivação e organização desse evento, semana de acessibilidade. É muito importante falar sobre acessibilidade nesse momento pandêmico.</i>	<i>PRIMEIRO AGRADECER ELE MOTIVAR CONVIDAR-ME PARTICIPAR AQUI SEMANA ORGANIZAÇÃO PARABÉNS IMPORTANTE IMAGINAR QUE DENTRO ACESSIBILIDADE COVID INTENSO TEMA INTERESSE CONVITE PALESTRA HOJE</i>	<i>Nesse momento agradeço pela oportunidade em participar como palestrante desse evento organizado para ser uma semana trazendo a acessibilidade em tempo pandêmico como tema central.</i>	<i>Nesse momento agradeço pela oportunidade em participar como palestrante desse evento organizado para uma semana abordando a acessibilidade em tempo pandêmico.</i>
FRAG/23 UNIASSSELVI SETEMBRO/2021	<i>Os surdos estão se sentindo oprimidos, não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde. No Brasil se fala de inclusão, mas não tem inclusão para os surdos, só em poucos lugares, mas no geral NÃO tem acessibilidade comunicacional.</i>	<i>SURDO OPRESSÃO PARECE ESTE BRASIL FALA, FALA INCLUSÃO VERDADE NÃO TER INCLUSÃO SÓ ALGUNS LUGARES ÁREA VONTADE INCLUSÃO OU POLÍTICO VONTADE. TER NÃO ACESSIBILIDADE COMUNICAÇÃO</i>	<i>Os surdos estão se sentindo oprimidos, não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde. No Brasil se fala de inclusão, mas não tem inclusão para os surdos, só em poucos lugares, mas no geral NÃO tem acessibilidade comunicacional.</i>	<i>Os surdos estão se sentindo oprimidos, não tem intérpretes nos locais de atendimento de saúde. No Brasil se fala de inclusão, mas não tem inclusão para os surdos, só em poucos lugares, mas no geral NÃO tem acessibilidade comunicacional.</i>

ANEXO IV

BANQUETS des SOURDS-MUETS

Réunis pour fêter les anniversaires de la naissance de l'abbé de l'Épée ;
Relation publiée par la Société Centrale des Sourds-Muets de Paris.

I

PARIS

Chez Jacques Ledoyen, Libraire, Galerie l'Orléans, 16, Palais-Royal.

1842

BANQUETS DES SOURDS-MUETS réunis pour fêter les anniversaires de la naissance de l'abbé de l'épée.

Quel pays n'a pas eu sa caste persécutrice et sa caste persécutée ? Juif, Paris, Cagot, Bohémien, qu'on nous montre qui n'a pas eu à souffrir de la tyrannie usurpatrice de certains hommes sur d'autres hommes ! Que d'atrocités, dans les siècles d'ignorance, n'a pas du à endurer le malheureux enfant déshérité de la parole, ne fût-ce que par suite d'un accident imprévu ? Cette classe exceptionnelle n'a pas été plus épargnée dans les beaux jours de Sparte et de Rome. Les Lacédémoniens les envoyaient mourir dans un désert. Le peuple des sept Collines les ensevelissait dans les flots. Voués, dans les harems de l'Orient, à d'ignobles services, à d'infâmes plaisirs, souvent même ils ne devaient leur infirmité qu'au honteux calcul de leurs bourreaux.

Et pourtant, par une inconséquence toute naturelle à l'essence humaine, tandis que, suivant l'abbé de l'Épée, on étouffe même, dans certaines contrées, à l'âge de trois ans au plus tard, les malheureux qui ne peuvent entendre ni parler, on cite des peuples de l'Asie, où la position excentrique du sourd-muet passe pour une faveur céleste, et où celui que Dieu a daigné visiter ainsi, est, comme son représentant, l'objet des respects et de l'adoration de la multitude.

Chez nous, il ya soixante ans, à peine, ces infortunés, exclus de toute participation aux avantages de l'union sociale, étaient condamnés à végéter parmi les autres hommes, frappés qu'ils étaient, aux yeux de tous, de la réprobation divine. Ils ne pouvaient nu scruter la pensée d'autrui, ni transmettre leurs idées ; et l'opinion générale, sans approfondir cette étrange position, leur refusait, de prime abord, toute intelligence et tout sentiment ; pour comble d'humiliation, elle les reléguait bien au-dessous du dernier échelon qui, dans la série des êtres, la nature assigne aux plus stupides animaux. Ces malheureux, honteux, affligés de leur naissance, ne comprenant pas pourquoi Dieu les avait jetés ici-bas, s'empressaient, dès que la raison leur venait, de soustraire eux-mêmes leur humiliation à tous les regards.

Je ne pousserai pas ces souvenirs plus loin : et à quoi nous servirait encore de reproduire ces traits qui s'effacent heureusement de cette nouvelle race de Parias, peuple à part, que son isolement

abrutissait de plus en plus ? Le pinceau devient inutile à l'imagination confondue, et le coloris le plus exact resterait toujours inférieur à la plus simple vérité.

Enfin, avec les premières lueurs du XVIII^e siècle, un homme apparaît à la surface de la terre, ou plutôt un ange descendu du ciel. L'abbé de l'Épée prévoit sa mission, et il s'est dit : J'effacerai cette ligne de démarcation qui sépare les sourds-muets des autres hommes. Les uns et les autres sont enfants de Dieu, je remplirai la volonté de Dieu en les confondant dans une communauté d'idées et de sentiments. Ce lien merveilleux sera la langue universelle, cette langue cherchée en vain durant des siècles entiers par les savants de tous les pays, cette langue qui a existé de tout temps, et qui est sortie du souffle divin quand il lui a plu d'animer la pensée humaine.

L'abbé de l'Épée n'a pas plus inventé la langue des signes que Christophe Colomb n'a inventé l'Amérique. Tous deux ont découvert ce qui était perdu, oublié depuis des siècles. Dieu seul avait créé le monde physique et le monde intellectuel.

Ainsi régénéré, le sourd-muet pouvait-il rester spectateur impassible et froid du miracle qui s'opérait en sa faveur ? La route lumineuse une fois ouverte, ne devait-il pas s'y précipiter avec toute l'ardeur

du néophyte qui a longtemps gémi dans les ténèbres ? Et puis ne devait-il pas remercier Dieu de ce bienfait inattendu ? Aussi, voyez en 1834 les sourds-muets de toutes les écoles, de tous les pays, de toutes les professions, se grouper, jaloux qu'ils sont d'offrir un tribut public de reconnaissance à la mémoire de l'abbé de l'Épée. Voyez-les choisir parmi eux un comité chargé du soin de remplir leurs intentions, et ce comité, composé de M. Ferdinand Berthier, président, et de dix membres, MM Lenoir, Forestier, Boclet, Peyson, Moca, Goutteborge, Gire, Deruez, Gouin et Doumic, arrêter, dans sa séance du 15 novembre 1834 que l'anniversaire de la naissance de ce vénérable bienfaiteur de l'humanité sera célébré chaque année par un banquet auquel les amis des sourds-muets seront admis.

C'était là un évènement hors de ligne, une révolution entière pour le peuple sourd-muet. Aussi salua-t-il de ses applaudissements l'ère nouvelle dans laquelle il entrait. Chaque année depuis, il a été fidèle au rendez-vous ; et ses banquets sont devenus de plus en plus brillants, de plus en plus nombreux.

C'est l'histoire de ces fêtes périodiques qu'il publie aujourd'hui ; ce sont ses olympiades à lui, quatre fois plus fréquentes que celles de la Grèce, et cent fois plus curieuses, plus attachantes. L'exemple sera suivi par les succursales françaises de l'école de Paris ; il se propagera dans les contrées étrangères, car le bienfait de l'abbé de l'Épée est universel. Déjà M. Richardin, professeur sourd-muet à l'école de Nancy, annonce la fondation prochaine d'un banquet annuel parmi ses frères de cette ville.

Qu'on nous permette de consigner ici l'expression de notre vive reconnaissance pour *le Moniteur, le Journal des Débats, le National, le Temps, le Courrier Français, le Constitutionnel, le Droit, la Quotidienne*, etc. pour tous les journaux qui, avec le plus touchant empressement, ont prêté l'appui de leur publicité à ce culte de pieux souvenir.

Le banquet annuel des sourds-muets est devenu le germe de leur société centrale, qui, tous les mois, tient ses séances dans un hôtel de la rue Saint-Guillaume (faubourg Saint-Germain), à Paris. Là toute diversité de rang, de naissance, de fortune, d'instruction, disparaît devant l'informité commune ; là règne l'égalité la plus complète ; là la seule langue admise est la mimique. Procès-verbaux, rapports, correspondances, communications, tout est lu dans cette langue, que comprennent admirablement les sourds-muets de toutes les parties du monde. C'est là une belle et utile institutions, à laquelle le pouvoir devrait tendre une main amie, et qui, étayée de leçons industrielles et d'un cours public de jurisprudence à l'usage des sourds-muets, ne pourrait manquer de produire en peu d'années des résultants immenses.